



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**MULHERES EM PAUTA:
IMPrensa, MATERNIDADE, TRABALHO E EUGENIA EM SÃO PAULO
(1880 – 1910)**

BRUNA SANTANA DE SÁ FERREIRA

BRASÍLIA
2026

BRUNA SANTANA DE SÁ FERREIRA

MULHERES EM PAUTA:

IMPrensa, MATERNIDADE, TRABALHO E EUGENIA EM SÃO PAULO (1880 – 1910)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito para o título de Doutora em História.

Linha de pesquisa: História Social e suas Múltiplas Formas

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Balaban

BRASÍLIA

2026

BRUNA SANTANA DE SÁ FERREIRA

MULHERES EM PAUTA:

IMPrensa, MATERNIDADE, TRABALHO E EUGENIA EM SÃO PAULO (1880 – 1910)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito para o título de Doutora em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Balaban (UnB – Orientador)

Prof^ª. Dr^ª Ana Flávia Magalhães Pinto (UnB)

Prof^ª. Dr^ª. Pietra Diwan

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Magalhães da Silveira (UFU)

Prof^ª. Dr^ª. Neuma Brilhante (UnB)
(Suplente)

BRASÍLIA

2026

Ausência, a mais aguda presença.

Attilio Bertolucci

AGRADECIMENTOS

É certo que a Bruna que escreve estes agradecimentos, em 2026, já não é a mesma que, em 2020, esboçou um projeto de pesquisa com os olhos voltados ao desconhecido. Mais do que carregar uma bagagem composta por referências bibliográficas e fontes documentais, encerro este percurso com a convicção de que escrever uma tese vai muito além de montar um grande quebra-cabeça, trata-se, antes, de um profundo processo de autoconhecimento. Aprendi tanto de mulheres outras, quanto de mim. Entre o cansaço e a alegria que marcam o fim desta etapa, ao olhar para trás, reconheço o quanto cresci como pesquisadora e, principalmente, como ser humano. E esse crescimento não se deu em solidão: foi possibilitado, sustentado e impulsionado por todos aqueles que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada exigente, sinuosa e, por vezes, solitária.

Agradeço à minha mãe, Maria Lúcia, e ao meu padrasto, Milton, que, juntos, não mediram esforços para me amparar material e, sobretudo, afetivamente. Minha mãe, com sua positividade inigualável, foi o meu farol em dias difíceis; Milton, com a palavra certa no momento exato, trouxe a calma necessária. Amo vocês!

Ao meu pai, Nilson, que, com o seu coração gigante, sempre vibrou com cada uma das minhas conquistas. Com ele aprendi que a verdadeira grandeza está na humildade, no respeito ao outro e na sabedoria de reconhecer o tempo das coisas. Ao meu irmão, Diego, e à minha cunhada, Bárbara, por me presentear com os dois dos maiores amores da minha vida: Ayla e Nathan, meus sobrinhos e afilhados. Certamente que a vida ficou mais bonita e feliz depois da chegada deles.

Ao professor Marcelo Balaban, minha mais profunda gratidão pela escuta atenta, pela generosidade ímpar e pela parceria firme ao longo de toda esta caminhada. Dizem que um bom orientador é aquele que sabe fazer boas perguntas, e, nesse sentido, Marcelo foi excepcional. Ao longo desses anos, suas indagações me instigaram, provocaram e, muitas vezes, me deixaram em silêncio. Muitas delas ainda permanecem sem resposta, mas me trouxeram até aqui e, certamente, repercutirão no tempo. Sou imensamente grata pela trajetória de confiança que construímos e pelo apoio generoso nos momentos mais difíceis. Muito obrigada.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que possibilitou a realização deste trabalho. Estendo esse agradecimento ao PPGHIS-UnB que viabilizou minha pesquisa de campo em São Paulo

no Arquivo do Estado de São Paulo e no Arquivo Municipal de São Paulo. Sou grata a todos os professores que compartilharam seus conhecimentos e participaram da minha formação acadêmica, estimulando-me o gosto pelo saber e pela pesquisa histórica.

Às minhas amigas, Andréia, Letícia e Tallita pelas boas e sinceras gargalhadas e pelos longos suspiros que nos mantiveram de pé em meio ao caos.

Agradeço, ainda, a todos os meus familiares que sempre torceram por mim, com afeto e generosidade.

E por fim, mas de modo algum menos importante, agradeço ao meu parceiro de vida, Moa. Seu amparo, confiança e torcida foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Sem o seu amor, o percurso teria sido, sem dúvida, mais árido. Obrigada por ser meu oposto complementar. Te amo.

RESUMO

Nesta tese, investigamos a constituição da eugenia enquanto prática social, discursiva e institucional no Brasil, especialmente no contexto urbano paulista entre os séculos XIX e XX, a partir da análise de experiências de mulheres negras e empobrecidas nos jornais da época, com ênfase no periódico *A Província de São Paulo*. Longe de compreendermos a eugenia apenas como um discurso médico-científico consolidado no século XX, propomos pensá-la como um processo histórico difuso, anterior à sua formalização conceitual por Francis Galton, em 1883, e profundamente enraizado nas práticas de controle, vigilância e medicalização dos corpos femininos subalternizados. A pesquisa articula raça, gênero e classe para demonstrar como a imprensa, a medicina e o Estado operaram conjuntamente na construção de uma nova moralidade de gênero e maternidade, em prol da regeneração e branqueamento da sociedade brasileira. A análise estrutura-se em torno das experiências de mulheres escravizadas e libertas, da atuação de parteiras estrangeiras e do controle sobre as amas de leite, demonstrando que a maternidade e o trabalho foram campos de disputa fundamentais na construção da identidade nacional. Concluimos que a formação da eugenia e a reconfiguração dos papéis sociais das mulheres no pós-abolição foram processos simultâneos e coconstitutivos, nos quais a eugenia já operava na prática social antes mesmo de ser nomeada como tal.

Palavras-chave: Maternidade; Eugenia; Imprensa; São Paulo.

ABSTRACT

In this thesis, we investigate the constitution of eugenics as a social, discursive, and institutional practice in Brazil, particularly within the urban context of São Paulo between the nineteenth and twentieth centuries. It does so through the analysis of the experiences of Black and impoverished women as represented in contemporary newspapers, with special emphasis on the periodical *A Província de São Paulo*.

Far from understanding eugenics merely as a consolidated medical-scientific discourse of the twentieth century, we propose to conceptualize it as a diffuse historical process, one that predates its formal conceptualization by Francis Galton in 1883 and was deeply rooted in practices of control, surveillance, and medicalization directed at subalternized female bodies.

The research articulates race, gender, and class in order to demonstrate how the press, medicine, and the State operated jointly in the construction of a new moral order of gender and motherhood, aimed at the regeneration and whitening of Brazilian society. The analysis is structured around the experiences of enslaved and freed women, the activities of foreign midwives, and the regulation of wet nurses, demonstrating that motherhood and labor constituted central arenas of dispute in the making of national identity.

We conclude that the formation of eugenics and the reconfiguration of women's social roles in the post-abolition period were simultaneous and co-constitutive processes, in which eugenics was already operating in social practice even before it was formally named as such.

Keywords: Motherhood; Eugenics; Press; São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Anúncio da Maternidade de Mme Daure, 1873 -----	p. 136
Figura 2: Anúncio da Maternidade São Vicente de Paula, 1875 -----	p.136
Figura 3: Anúncio Maternidade de Mme. Daure em Niterói, 1882 -----	p. 156
Figura 4: Anúncio de Mme Pelissier n’ <i>A Província de São Paulo</i> , em 15 de janeiro de 1881 -----	p. 159
Figura 5: Anúncio de Mme Pelissier n’ <i>A Província de São Paulo</i> , em 15 de janeiro de 1881 -----	p. 160
Figura 6: Anúncios de parteiras no <i>Jornal da Tarde</i> , em 1881 -----	p. 161
Figura 7: Anúncio Elisabeth Pelissier em <i>A Província de S. Paulo</i> , 1882 -----	p. 162
Figura 8: Anúncio Maternidade de Mme. Elisabeth Pelissier -----	p. 163
Figura 9: Mapa das principais ruas de locação e moradia das parteiras (1880-1910) p.171	
Figura 10: Mapa das moradias de Mme Elisabeth Pelissier -----	p. 172
Figura 11: Anúncios de Pastéis Lácteos -----	p. 189
Figura 12: Anúncios de Ama de Leite e de Leite Puro -----	p. 190
Figura 13: Fotografia de trinta crianças assistidas pelo Dispensário Moncorvo, em 1906 -----	p. 207
Figura 14 – Pesagem semanal de bebês e crianças no Dispensário Moncorvo, RJ, 1907 - -----	p. 208
Figura 15: Primeira página da edição dominical de 15 de janeiro de 1888 -----	p. 219
Figura 16: Meninos engraxates jogando bola de gude -----	p. 258

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População escravizada no município de São Paulo ----- p. 58

Tabela 2: Parteiras intimadas pela Diretoria do Serviço Sanitário, em 1896 ----- p. 126

Tabela 3: Nacionalidades das Parteiras ----- p. 166

Tabela 4: As parteiras nos anúncios de APSP (1880-1910) ----- p. 166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População escrava na província de São Paulo ----- p. 58

Gráfico 2: Anúncios de fugas entre 1880 e 1888 em A Província de São Paulo ----- p. 76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPS – *A Província de São Paulo*.

EPSP – Escola de Parteiras da Maternidade de São Paulo.

FMRJ – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

IPAI – Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

OESP – *O Estado de São Paulo*.

SUMÁRIO

CARTA ABERTA	14
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1. MULHERES QUE RASURAM A NORMA	54
1.1 Fugas femininas: rastros de desobediências cotidianas	60
1.2 Mães e filhos/as em fuga	79
1.3 Cenas da escravidão: o suicídio como um ato extremo de liberdade	86
1.4 Mulheres malvadas	99
CAPÍTULO 2. ELIZABETH PELISSIER: UMA PARTEIRA CRIMINOSA? ..	109
2.1 As múltiplas faces das parteiras estrangeiras na segunda metade do século XIX	116
2.2 Corpos descartáveis	146
2.3 Parteira-enfermeira: muito além do partejar.....	150
2.4. Entre anúncios e endereços: os mapas discretos da assistência obstétrica em São Paulo	154
CAPÍTULO 3. AMAS DE LEITE E A GOTA DE LEITE: A AMAMENTAÇÃO COMO FRONTEIRA MORAL NA SÃO PAULO DA REGENERAÇÃO RACIAL	174
3.1 Gota de Leite: uma verdadeira escola de mães.....	195
CAPÍTULO 4. MATERNIDADE NO PÓS-ABOLIÇÃO: UM ALVO EM MOVIMENTO.....	212
4.1 Vozes do Lar: ecos ressoantes nas folhas impressas	217
4.2 Matrimônio: a eugeniação da família	235
EPÍLOGO	248
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
FONTES	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	270

CARTA ABERTA¹

Começo pedindo licença por quebrar uma tradição. Mais do que um breve panorama de possibilidades de pesquisa, esta é uma carta sincera e genuína na qual irei compartilhar mais anseios e angústias do que certezas. Sem o peso de um demarcador acadêmico, a ideia de escrevê-la me ajudou a transpor algumas barreiras que estavam bloqueando meu caminho de escrita. Do longo percurso de estudo, ler se tornou parte da solução mágica que acreditava existir. Li muito – mais do que precisava, e além do que queria. Perdi-me nas profundezas das fontes jornalísticas, e delonguei-me por dias e noites com possibilidades irreais do *que* gostaria de escrever e de *como* seria essa escrita. Ancorei-me em nomes poderosos, mas inalcançáveis. Passei a exigir de mim o impossível e falhei.

Em um desses dias qualquer sem esperanças e consumida pela ansiedade de não conseguir escrever, esbarrei com dois posts nas redes sociais da professora Débora Diniz². Ela compartilhava pequenos trechos do livro *As Margens e o Ditado: sobre os prazeres de ler e escrever*, da Elena Ferrante³, e tomava para si os conceitos de “viva vida”⁴ e “caráter narrativo” que, embora sejam de cunho literário, também podem (com certa cautela) falar do “mundo marginal da escrita acadêmica e política”⁵. Essa afirmação me acolheu e, ao mesmo tempo, me transportou para leituras de outrora que haviam se

¹ Esta carta foi originalmente apresentada durante a defesa de qualificação, em 2023, aos professores doutores Pietra Diwan e Weber Lopes Gôes. Optamos por incluí-la na versão final da tese por reconhecer seu valor explicativo sobre o percurso da pesquisa, um processo que, longe de ser linear, foi marcado por oscilações, incertezas e reorientações metodológicas.

² Postagens do dia 02 e 09 de abril de 2023. Cf.: “Vida viva”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cqh-LkdORjb/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>; “O caráter narrativo das amizades femininas”. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cqz7ncAuG_N/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 09 de abril de 2023.

³ Elena Ferrante é o pseudônimo de uma escritora italiana cuja identidade ainda é desconhecida. Ela constrói histórias de mulheres fortes, que se fazem “autoras de si mesmas por uma escrita em forma de rombo, em que os fios tecem retalhos de uma experiência fragmentada”. SECCHES, Fabiane. Dossiê, Elena Ferrante: autora ou personagem? **Revista Cult**. Ed. 291, 2023, p. 17.

⁴ “Nós [escritores e escritoras] não fazemos, mas refazemos ‘vida viva’. E assim que nos damos conta disso, se não somos covardes, tentamos desesperadamente contar a verdadeira ‘vida viva’.” FERRANTE, Elena. *As margens e o ditado*. (trad. Marcello Lino), Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023, p. 83. Importante ressaltar que, na qualidade de historiadora, considero essa passagem de forma simbólica, uma vez que compreendo o passado não como uma representação única da verdade, mas sim como um recorte interpretativo do mundo humano sob a perspectiva do tempo, no qual objetividade e subjetividade se entrelaçam no compromisso ético dos historiadores e historiadoras com a verdade. Cf.: RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*: v. 4, nº 1 (1996), e ASSIS, Arthur Alfaix. Objectivity and the First Law of History Writing. *Journal of the Philosophy of History*, 13, 1 (2019). p. 113.

⁵ DINIZ, Débora. **Vida viva**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cqh-LkdORjb/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em 09 de abril de 2023.

estabelecido no limbo de minhas memórias. Resgatei Glória Anzaldúa, Evaristo Conceição, bell hooks, e as próprias Débora Diniz e Elena Ferrante.

Amparada e inspirada por mulheres potentes, consegui me reerguer e comecei a escrever pelo início, pela parte que antecede e prepara o leitor e leitora para o que está por vir. Daí que, mais uma vez, rompi com a tradição de nunca começar pela introdução. O exercício invertido aqui se justifica pela minha necessidade de transbordar para, enfim, desaguar. Por isso uma carta. Foi nesse diálogo flexível que consegui orientar meus pensamentos e compartilhar minhas experiências ao longo desses dois anos de pesquisa. O formato protocolar da qualificação me travou ao longo de meses e somente desta forma, consegui libertar-me e sentir confortável para começar a escrever. Começar por aqui pareceu-me mais sincero e possível pela viabilidade de confidencializar minha identificação com bell hooks quando disse que seu livro *Erguer a Voz* “se estruturou bem devagar”⁶ porque ela entendia o valor do que escrevia e tinha medo do que vislumbrava. Da mesma forma, posso assumir que acato (no presente porque é um ato diário) a proposta de Anzaldúa de reconciliar-me comigo mesma⁷, assumindo meu lugar de direito como pesquisadora e escritora, ao passo que provooco a *desmarginação* de não mais “ficar sobre as linhas e entre as margens”⁸ de um sistema meramente racional e prático.

Que fique claro, a ideia não é deixar de lado o rigor acadêmico, mas, sim, torná-lo mais leve. Ao encarar esta etapa como um exercício compartilhado, consegui sair da inércia e me expor como uma verdadeira sobrevivente da pandemia que carrega consigo mais sequelas do que conquistas. Por isso, o caminho revela-se tortuoso. As fontes me levaram para lugares que até então sequer tinha imaginado. Me apresentaram outras possibilidades interpretativas e, conseqüentemente, me inquietaram. Primeiro, pela ousadia em traçar um caminho não convencional, segundo, por compreender que a ausência também pode ser uma forma de presença marcada pela fatídica máxima historiográfica de “permanências e rupturas”.

Inicialmente organizada para ser uma pesquisa comparada e transnacional sobre a dinâmica de sociabilização do movimento eugenista no Brasil e nos Estados Unidos, a partir das produções literárias divulgadas na imprensa entre 1889-1934, me deparei com

⁶ HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019. p. 19

⁷ ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*. ano 8, 1/2000. p. 232.

⁸ FERRANTE, Elena. *Op. Cit.*, p. 16.

alguns desafios ao longo do caminho. O cenário pandêmico dos primeiros anos de pesquisa somados aos problemas técnicos e digitais das bases de dados da Biblioteca Central do Estudante (BCE–UnB) e do Proquest em boa parte do ano de 2021 me obrigou a traçar outras rotas de investigação. Da mesma forma, conforme as leituras das fontes se acumulavam, percebia que minhas expectativas não condiziam com a realidade, e que as análises teóricas tradicionais do campo não seriam suficientes e nem capazes de fornecer suporte necessário para o que estava encontrando.

Foi então que decidi me inscrever na disciplina História Social e suas Múltiplas Formas 1 (julho-setembro de 2022). O contato e diálogo com a professora dra. Ana Flávia Magalhães Pinto e com os colegas de turma foram essenciais e me possibilitaram reformular o problema de pesquisa que, a partir de então, passou a ter outras dimensões. Com base nos debates historiográficos do pós-abolição, passei a enxergar novas e diferentes nuances da eugenia brasileira. O confronto interpretativo das fontes alinhado à História Social do Trabalho e à historiografia do pensamento racial brasileiro evidenciou possibilidades alternativas de interpretação da eugenia como uma prática social estampada e protocolada na imprensa paulista a partir das “falas” dos porta-vozes da sociedade letrada.

Não por acaso, esse foi um dos momentos de inflexão da pesquisa, no qual tornou-se imperativo circunscrever novos caminhos investigativos. Reconheci minhas limitações de conduzir um estudo de tal porte em dois países distintos, e optei por seguir o caminho mais viável no momento, que seria o de compreender o processo de formação da eugenia no Brasil sob o prisma das práticas sociais na construção do trabalhador e trabalhadora livre, por meio da imprensa. Selecionar o jornal *O Estado de São Paulo* como fonte principal foi uma escolha estratégica, dada sua ampla circulação e o fato de abrigar renomados intelectuais brasileiros em suas páginas diárias. Com este ponto de partida, fui capaz de estabelecer conexões com outras fontes que têm me auxiliado a preencher algumas lacunas.

Assim, desafiando todas as expectativas, comecei a encontrar indícios da eugenia em diferentes notícias e frentes temáticas, e, uma vez mais, me perdi entre as fontes. O material é vasto e complexo, abrange temas que vão desde antropologia, medicina e controle sanitário, até códigos de conduta, caridade, segurança pública, policiamento, jogos, vícios, moralidade, orfanatos, manicômios, educação, entre outros. Embora ainda não tenha concluído a leitura de todo o período proposto para este estudo, precisei fazer

algumas escolhas para conversar com vocês. Uma delas foi o eixo temático da análise apresentada. Juntamente com o meu orientador, decidimos focar no tema do "cuidado" voltado às mulheres, crianças e jovens. Acreditamos que, por meio dessa perspectiva, poderemos dimensionar a complexidade das fontes e traçar novos e possíveis caminhos para a continuidade da pesquisa.

Sem grandes pretensões, buscarei ser simples e concisa, antevendo mais interrogações e reticências do que pontos finais. Compreendo que abrir a “caixa-preta”⁹ da eugenia exige não apenas habilidades teórico-metodológicas, mas também estômago para confrontar as inúmeras práticas coercitivas direcionadas a grupos marginalizados e minoritários. Apesar dos desafios, sigo adiante... alguém precisa realizar este trabalho.

Com carinho,

Bruna Santana

⁹ Há quase duas décadas, a historiadora Pietra Diwan já nos alertava de que “a caixa-preta” da eugenia ainda está por ser aberta, que as pesquisas não haviam se esgotados e que era possível, sim, criar novas linhas de pesquisas para compreender o movimento eugênico no Brasil. Cf.: DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

INTRODUÇÃO

A Vênus Manca¹⁰

O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa! Esse contraste faria suspeitar que a natureza é às vezes um imenso escárnio. Por que bonita, se coxa? por que coxa, se bonita? Tal era a pergunta que eu vinha fazendo a mim mesmo ao voltar para casa, de noite, sem atinar com a solução do enigma. O melhor que há, quando se não resolve um enigma, é sacudi-lo pela janela fora; foi o que eu fiz; lancei mão de uma toalha e enxotei essa outra borboleta preta, que me adejava no cérebro.¹¹

Foi assim que Brás Cubas, o narrador defunto de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, explicou os sentimentos ambíguos em relação a Eugênia, uma juvenzinha por quem, nos tempos da juventude, tinha namorado. Ao que tudo indica, ela teria sido a única capaz de arrebatar-lhe o coração. Porém, antes que a emoção suplantasse o juízo, Brás tratou de reunir argumentos que a tornassem indigna e imprópria para ocupar o papel de sua consorte. Primeiro, invoca a origem considerada duvidosa da jovem, atribuindo-lhe o epíteto de “flor da moita” – expressão que o narrador usa para sugerir sua condição de filha ilegítima, fruto de uma relação aparentemente informal. Não satisfeito em menosprezar a origem da pobre moça, o narrador prossegue na desqualificação de Eugênia, cujo nome, ironicamente, em grego, significa “a bem-nascida”¹². Para ele, Eugênia seria imprópria para o matrimônio por carregar um “defeito de fábrica”: ser coxa.

Aqui a ironia machadiana é fulminante. Antecipando o termo oficial “eugenia”, *Memórias Póstumas* evidencia a leitura crítica e aguda de Machado de Assis acerca da produção científica de seu tempo. Revela, ademais, que tal repertório não estava circunscrito aos círculos médico-científicos europeus, mas já permeava a intelectualidade brasileira, o que constitui um dado relevante, porém pouco explorado pela historiografia da eugenia no Brasil. De acordo com Sidney Chalhoub,

A idéia de ‘eugenia’ parece ter surgido em 1883, portanto pouco anos após a publicação das *Memórias póstumas*, difundida por Francis Galton [...]. A sugestão de Galton não foi influente de imediato, mas faria carreira portentosa nas primeiras décadas do século XX. Brás Cubas, ainda a observar os acontecimentos deste mundo, e não emancipado de todo de sua mentalidade

¹⁰ ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: FTD, 1992 [1880], Capítulo XXXIII.

¹¹ Idem.

¹² CHALHOUB, Sidney. Escravidão e racismo em obras de Machado de Assis. In: CHALHOU, S., PINTO, A. F. (org.) **Pensadores negros pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

paternalista, poderia deveras alegar que fora ele o Criador de semelhante cousa.¹³

Sob o prisma cronológico, talvez não seja caso a se desconsiderar a provocação de Chalhoub em reivindicar para Brás Cubas o título de “Criador” da eugenia. Publicado inicialmente em formato de folhetim na *Revista Brasileira*, entre 15 de março e 15 de dezembro de 1880, o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* ganhou forma de livro em janeiro do ano seguinte¹⁴. Passados mais de cem anos de sua aparição, esta obra segue sendo convocada tanto como fonte privilegiada para a compreensão do Brasil oitocentista quanto como testemunho de um passado que, por força de suas permanências, insiste em assombrar nosso presente¹⁵. Ainda assim, certas passagens e personagens parecem resistir ao olhar da crítica tradicional, exigindo lentes mais aguçadas para ver o não dito. Eugênia, uma das personagens mais marcantes da obra, é exemplar nesse sentido. Para além da tessitura da narrativa personalista construída por Brás Cubas e de todas as problemáticas sociais e políticas apresentadas, a construção de Eugênia no romance contém ingredientes capazes de aguçar os sentidos dos leitores coevos atentos à onda cientificista, e perturbar o juízo dos/as historiadores/as da ciência da atualidade. Ainda que sob a forma dissimulada da ficção, Machado oferece uma composição bem-acabada sobre as ideias de degenerescência e hereditariedade que já circulavam naquele tempo. Daniela Magalhães da Silveira ao analisar os contos escritos por Machado de Assis publicados em jornais e revista no final do século XIX observa que “uma das intenções de Machado era contribuir para as discussões acerca do cientificismo e a recepção de autores como Darwin e outros”¹⁶. Segundo a autora, é possível identificar, em boa parte da obra de Machado, uma correlação direta com as colunas dos periódicos em que colaborava, o que revela que o escritor “usava os jornais nos quais colaborava não apenas como suporte de suas histórias, mas também como fonte de diálogo e inspiração”¹⁷.

¹³ CHALHOUB, Sidney. Para que servem os narizes? Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis. In: CHALHOUB, S. et al (org). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. pp. 19-55. p. 50

¹⁴ GRANJA, Lúcia. Machado de Assis, o editor (e seus embates): de Helena (1876) a Papéis avulsos (1882). **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 26, e20240972, 2024, p. 8.

¹⁵ Marcos Queiroz argumenta que a cultura jurídica brasileira foi forjada pela “mimesis da Casa-Grande”, estruturando-se em uma ilegalidade sistêmica que persiste desde o Império. Ao dialogar com a estética da volubilidade do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o autor demonstra como o sistema de justiça opera ainda hoje mediante um casuismo institucional. Para saber mais, ver: QUEIROZ, Marcos. *Hermenêutica Senhorial. Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 721-735, jan./jun. 2024.

¹⁶ SILVEIRA, D. M. **Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 29.

¹⁷ *Ibidem*, p. 54.

Apesar das inúmeras leituras acadêmicas dedicadas a *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, somente Sidney Chalhoub, com sua leitura refinada, se atentou para a charada de Machado sobre a personagem Eugênia. No artigo seminal de 2003, em que sugere, com ironia, que Brás Cubas poderia ser considerado o “criador” da eugenia, Chalhoub já ensaiava uma provocação interpretativa de grande alcance. Posteriormente, no artigo *Escravidão e racismo em obras de Machado de Assis* (2020)¹⁸, o historiador aprofunda essa abordagem, examinando o romance à luz dos preceitos científicos oitocentistas. Ainda que não adentre diretamente no campo da eugenia, ele trata das intenções de Machado em tensionar as “alegações de superioridade biológica, de gênero e de classe”¹⁹.

A assertiva do narrador de que Eugênia não podia ‘mentir ao teu sangue, à tua origem’ é ambivalente. A referência à ‘origem’ alude certamente ao nascimento ilegítimo e à condição social inferior da menina. A menção ao ‘sangue’ de Eugênia, porém, parece mais difícil de interpretar. Por um lado, pode ser outro modo de realçar a sua condição de inferioridade social, pois Brás é supostamente um varão de descendência ilustre e tradicional – gente como ele gostava de se imaginar aristocrata de sangue azul, e talvez por isso o memorialista fosse apreciador de borboletas azuis. Por outro lado, pode sugerir sentimento de superioridade natural, biológica. Afinal, Eugênia era ‘coxa de nascença’, logo seu sangue parecia adulterado ou degenerado – ‘filha espúria’ –, quiçá tingido de negro semelhante àquele da borboleta preta.²⁰

O que para Chalhoub pareceu “difícil de interpretar”, para nós, é uma evidência eloquente de que a eugenia, enquanto prática social difusa, já povoava as mentes de muitos letrados e se insinuava no cotidiano oitocentista, ainda que não sistematizada sob tal nomenclatura. É precisamente nesse ponto que se insere nossa pesquisa, ao propor que a eugenia brasileira não deve ser compreendida a partir de uma gênese pontual ou de um marco fundacional, mas, sim, como um processo histórico complexo, constituído por camadas discursivas, experiências sociais e sujeitos concretos. Pois, como todo processo histórico, sua formação é fragmentada, contraditória e atravessada por disputas. Portanto, nem Galton, tampouco Brás Cubas são os pais da filha pródiga.

Apesar do amplo consenso historiográfico a respeito da eugenia ser uma ciência formalizada na Inglaterra em 1883, a partir dos postulados de Francis Galton, defendemos nesta tese ser necessário ultrapassar o paradigma das origens e lançar luz sobre as práticas sociais que antecederam sua sistematização. Nesse sentido, delimitar uma data, local e paternidade para a eugenia é caminho metodológico coxo e analiticamente pouco

¹⁸ Chalhoub, Sidney. *Escravidão e racismo em obras de Machado de Assis*. In: CHALHOU, S., PINTO, A. F. (org.) **Pensadores negros pensadoras negros**: Brasil, séculos XIX e XX. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

¹⁹ *Ibidem*, p. 92.

²⁰ *Idem*.

fecundo. Marc Bloch há muito tempo já advertia quanto aos perigos da “obsessão das origens”²¹. Em *Apologia da História*, obra clássica de reflexão metodológica, o autor critica a tendência de muitos/as historiadores/as em buscar, de forma quase compulsiva, a gênese de todos os fenômenos. Bloch nos lembra que os marcos temporais são construtos teóricos que mais explicam quem os criou do que propriamente a realidade vivida e verificável. Por essa razão, mais relevante do que fixar origens é indagar de que maneira um determinado fato histórico se constituiu, se transformou e foi ressignificado ao longo do tempo. Para o autor, a “obsessão das origens” é um paradigma de explicação que resiste entre nós, produzindo explicações limitadas, quando não erradas. Presos no mito de origem, ficamos cegos à realidade verificável das fontes, reduzindo a eugenia, por exemplo, a uma teoria abstrata que, no caso brasileiro, não saiu do campo das ideias ou esteve limitada ao espaço cronológico entre 1918 e 1945.

Rompendo com esse padrão historiográfico, esta tese pretende ir além da visão reducionista e linear da eugenia, recusando-se a compreendê-la apenas como uma ideia ou discurso dissociado de sua materialidade social. A eugenia, nas páginas que se seguem, não é um conjunto de ideias ou doutrinas científicas, é antes uma experiência histórica, logo, é dinâmica, incerta, atravessada por trajetórias individuais e coletivas, políticas públicas e práticas sociais forjadas em diferentes espaços por meio da articulação entre as categorias de raça, gênero e classe. A imprensa leiga, fonte privilegiada desta tese, foi um desses espaços. Crédulos no poder reificador da imprensa, elegemos o periódico *A Província de São Paulo* como fonte para compreender de que maneira mulheres comuns, sobretudo negras e empobrecidas, experienciaram, tensionaram e ressignificaram as transformações sociais, políticas e simbólicas a passagem do século XIX para o XX. Buscamos, ainda, compreender como essas mulheres foram transformadas em alvos preferenciais de medidas profiláticas implementadas no compasso da emergência das práticas eugênicas, que procuravam redefinir os papéis de gênero a partir das interseções entre classe e raça.

Nesse contexto, a maternidade e o trabalho configuram-se como campos privilegiados de análise para compreendermos os modos pelos quais a eugenia foi sendo criada no processo histórico, mesmo quando não nomeada como tal, assumindo outras designações, como “higiene”, e operando de maneira difusa no cotidiano e nas

²¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 58

instituições. Nossa preocupação, aqui, é problematizar os chamados marcos de origem da eugenia. Quando compreendidos como construções históricas, esses marcos atribuem início e legitimidade ao fenômeno com base em critérios definidos pelos próprios médicos que os instituíram. Estabelecer uma origem – seja na Inglaterra, com Galton, ou no Brasil, com Renato Kehl – é, em si, um gesto de poder. Recusar esse marco, portanto, é questionar as premissas epistemológicas e políticas daqueles que o produziram, desestabilizando a autoridade de sua narrativa²².

Nesse sentido, não nos parece um mero acaso, ou tampouco coincidência fortuita, Machado de Assis ter batizado a personagem coxa de seu romance como Eugênia. Atento à realidade que o circundava, o autor parece ter conseguido captar os desdobramentos sociais de uma ciência da hereditariedade em construção e as ansiedades morais e estéticas que lhe eram subjacentes, reforçando nossa hipótese de que as práticas de cunho eugênico já existiam na sociedade e eram compreendidas como parte da realidade²³. Por isso, a escolha do nome Eugênia por Machado nos chama a atenção. A sagacidade observativa do escritor, bem como uma ironia cortante que marca o estilo machadiano precisam ser tensionadas, uma vez que o enigma, para nós, se encontra na construção da personagem Eugênia, que é bela, mas manca; desejada, mas recusada; nobre no nome, mas imperfeita no corpo. Se Eugênia funciona como metáfora da eugenia, Brás Cubas pode ser lido como aquele que, em nome de uma lógica de pureza ou perfeição, a rejeita. Nesse sentido, Machado demonstrou um ideário eugênico então latente na sociedade oitocentista e o expôs, por meio da ficção. Logo, não se trata de afirmar que Machado previu Galton, mas de sugerir que o terreno das praxes sociais eugênicas estava ganhando corpo e se espalhando por todo tecido social.

Captando o debate científico de seu tempo, Machado de Assis, representou essas dinâmicas com rara precisão, tanto que, em 1881, em *O Alienista*, voltou a satirizar o cientificismo segregacionista por meio da figura do dr. Simão Bacamarte, “filho da

²² TROUILLOT, Michel-Rolph. O poder na estória. In: TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016. ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de e TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, 2021.

²³ Boarini e Souza destacam que os princípios de perfectibilidade humana que fundamentam a eugenia têm raízes na Antiguidade Clássica, embora apenas no final do século XIX venham a assumir contornos científicos. BOARINI, Maria Lucia, SOUZA, Simone Carlo de. Do ventre feminino a aurora da nação perfeita: a mulher contemplada no ideário da eugenia. **Trabalho & Educação**, v. 31, n. 3, p. 48-64, set-dez, 2022, p. 50.

nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas”²⁴. Questionado pelo tio acerca da escolha de se casar com D. Evarista da Costa e Mascarenhas, uma viúva de vinte e cinco anos sem atributos de beleza ou simpatia, Bacamarte explicou que a jovem

[...] reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, sãos e inteligentes. Se além dessas prendas, únicas dignas de preocupação de um sábio, D. Evarista era mal composta de feições, longe de lastimá-lo, agradecia-o a Deus, porquanto não corria o risco de preterir os interesses da ciência na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da consorte.²⁵

A decisão, meticulosamente calculada pelo alienista, não produziu os efeitos esperados e, entre laudos, internações e reviravoltas, o casal jamais teve filhos. Mais uma vez, Machado de Assis desvela os limites do saber médico-psiquiátrico aplicado à vida cotidiana. Escrito em um momento de efervescência nos debates sobre a medicalização da loucura, “o conto mostrava como o discurso científico perpassava vários setores da vida social”²⁶, tematizando, de forma sarcástica, práticas eugênicas. Se Eugênia, “a bem-nascida”, condensava a beleza e o defeito físico, Evarista, cujo nome também deriva do grego *euaresto*, (“agradável”, “aquela que agrada”), não era bela, mas agradava ao médico, ou pelo menos a ciência que ele professava.

A virada do século XIX para o XX ficou marcada por um debate científico e ideológico que buscava entender e discutir a nação a fim de construir um modelo que pudesse servir de representação nacional²⁷. Intelectuais europeus e americanos passaram, de forma heterogênea, a “classificar”²⁸ a sociedade em grupos e, consequentemente, a produzir um sistema que mais excluía do que agregava. O desejo tresloucado e obsessivo

²⁴ ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: FTD, 1994. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, p. 1.

²⁵ *Idem*.

²⁶ SILVEIRA, Daniela M. *Op. Cit.*, p. 125

²⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 7ª reimpressão, 2007.

²⁸ Usamos aqui o conceito de classificar apresentado por Zygmunt Bauman no livro *Modernidade e ambivalência*. Segundo o autor, o ato de classificar e nomear acaba por dividir o mundo em dois grupos (incluídos e excluídos) e por operar “um ato de violência” com doses agudas de coerção. Cf. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência** (tradução: Marcus Penchel). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p.11-12.

pela ordem²⁹ e sobrevivência dos grupos hegemônicos acabava por criar um organismo caótico no meio intelectual que passava a compreender a ciência como a salvadora da pátria.

Começava, então, uma corrida em defesa da ordem interessada em definir as características próprias de uma sociedade que se pretendia moderna e civilizada e que empregava esforços na construção de uma identidade genuinamente nacional. Intelectuais³⁰ de diversas áreas incumbiram-se da missão de pensar sobre os rumos do seu país. No Brasil, artistas, literatos, jornalistas, juristas, médicos e cientistas, cada um à sua maneira, reuniram-se em grupos e correntes na tentativa de desvendar, organizar e elaborar uma identidade homogênea capaz de traduzir a nação e promover o seu progresso.

Nesse contexto, o racismo científico assumiu posição de destaque e um verdadeiro desfile de “ismos” entrou em campo. Teorias como o darwinismo social, lamarckismo, positivismo, determinismo, evolucionismo e higienismo desempenharam papel significativo na tentativa de construir “uma nação civilizada, ocidental, cristã, branca e capitalista”³¹. Nesse caldeirão, foi sendo formada a eugenia³², ciência que buscava, por intermédio do conhecimento da hereditariedade, obter uma “melhor reprodução” e um aperfeiçoamento das qualidades inatas dos seres humanos³³. Através de fundamentos biológicos e estatísticos, almejava-se aprimorar a qualidade genética da população, ao mesmo tempo em que buscava-se diminuir o sofrimento humano por meio de diferentes maneiras de controlar e melhorar sua reprodução³⁴. Ao propor o aprimoramento racial da população e acelerar o processo “natural”³⁵ da eliminação dos ditos degenerados e inferiores, essa ciência foi vista por uma parcela da intelectualidade brasileira como uma solução para os problemas raciais herdados do passado colonial e escravocrata.

²⁹ O conceito de ordem estava intrinsecamente ligado e enraizado à guerra pela permanência e articulação contra o “outro”, o diferente. *Ibidem*, p. 14.

³⁰ Utilizamos aqui a concepção de intelectual como um “produtor de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política”. Para organização do texto, utilizaremos palavras derivadas para referenciar esse grupo, a saber: elite letrada, grupos dirigentes, *intelligentsia*, intelectualidade. Cf. GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 38 e 39.

³¹ MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1998. p. 55.

³² Do grego *eugen-s*, “bem-nascido”, a eugenia surgiu em 1883 a partir dos estudos científicos do inglês Francis Galton. Cf.: STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005. p. 9.

³³ GALTON, F. **Essays in Eugenics**. The Eugenic Education Society: London, 1909. p. 35.

³⁴ LEVINE, Philippa. **Eugenics: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 1

³⁵ GALTON, Francis. *Op. Cit.*, Pp. 35-43.

Segundo Weber L. Góes,

a perspectiva do projeto de eugenia tinha como um de seus objetivos oferecer instrumentos para solucionar as contradições sociais geradas pela consolidação e pelo desenvolvimento das sociedades industriais, sobretudo as situações de pobreza, delinquência, doenças mentais que, no escopo dos ideólogos do movimento eugenista, eram compreendidos como fenômenos de natureza hereditária.³⁶

Convencida do seu poder político e social³⁷, a elite branca intelectual brasileira diagnosticou o país como doente. Segundo alguns doutores e juristas, a solução encontrava-se no processo de higienização e limpeza social. Aspirava-se por uma reconstrução racial, uma vez que a mestiçagem, outrora defendida como a origem da nação, passasse a ser entendida como o principal fator de estagnação do país, sendo, então, necessárias medidas de contenção daqueles que atrapalhavam a ordem e o progresso da nação³⁸. Assim, entendida como o grande infortúnio do país, a miscigenação se tornou um tema central nos debates da época, sendo duramente questionada e atacada³⁹ com furor na pena forte daqueles que a julgavam criminosa e alienante. Anderson de C. Pereira afirma que, no afã de “tornar o brasileiro ‘civilizável’”, as elites dirigentes passaram a seguir um verdadeiro “*script* de perseguição à herança africana e ameríndia”⁴⁰, cuja lógica se espalhava não apenas sobre o campo político, mas também sobre os domínios da moral e da sexualidade.

Atravessada pelo debate racial, a versão brasileira da eugenia subdividiu-se em três campos complementares, eugenia positiva, preventiva e negativa. De maneira geral, a primeira estava atrelada à promoção da vida, tinha por objetivo incentivar e aumentar a reprodução dos “bem-nascidos” por intermédio de cuidados materno-infantis, planejamento familiar e educação infantil⁴¹. A segunda – preventiva – propunha o

³⁶ GOES, Weber Lopes. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. São Paulo: Liber Ars, 2018. p. 19.

³⁷ Jean-Paul Sartre identifica os intelectuais como um “pequeno mundo” composto “por especialistas no processo de criação e transmissão cultural, que despertam a atenção dos envolvidos com o ‘círculo de poder político’ por suas capacidades de interpretar a realidade social e produzir ‘visões de mundo’.” SARTRE, J. *apud* GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit., p. 39.

³⁸ SCHWARCZ, Lília M e MURGEL, Heloisa S. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 343.

³⁹ Conferir SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**. Tradução Donaldson M. Garschagen. 1ª e. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁴⁰ PEREIRA, Anderson de Carvalho. Psicologia, eugenia e o cotidiano da educação infantil na imprensa (1893-1917). **Psic. da Ed.**, São Paulo, 50, 1º sem. de 2020, pp. 9-17, p. 11.

⁴¹ De maneira geral, a eugenia positiva consistia “no resultado das ações referentes às duas formas de eugenia (preventiva e negativa), pois ela nada mais é do que a seleção humana, a realização de ‘um jardim das delícias’, termo de Renato Kehl, para as gerações futuras; é a garantia do integralismo virtual da saúde, beleza e alegria.” GOES, Weber Lopes. Op. Cit., p. 146.

controle e reforma dos elementos prejudiciais à saúde através do saneamento ambiental. E a terceira – negativa –, congregava esforços para restringir e prevenir a vida daqueles considerados inaptos e indesejáveis a partir de intervenções radicais como a esterilização, eutanásia, o não tratamento de recém-nascidos, encarceramento, contracepção, segregação e aborto⁴². Com uma ampla agenda biopolítica, a eugenia consolidou-se como a “expressão emblemática do modernismo”⁴³, articulando projetos tanto radicais quanto progressistas às transformações sociais e políticas em curso. Diante de sua complexidade e polissemia, ela se vinculou a diferentes entidades e contextos, expressando e conectando múltiplos campos do saber, como a antropologia criminal, estatística, biologia, geologia, etnologia, medicina e sociologia com a realidade social e política. Um exemplo dessa confluência é o movimento sanitarista, que incorporou os princípios higienistas e eugênicos como base para intervenções profiláticas destinadas à preservação da saúde pública, especialmente entre a população rural e os segmentos sociais mais desfavorecidos.

De maneira geral, os estudos sobre eugenia no Brasil tendem a circunscrever o escopo de análise ao marco temporal oficial delimitado entre 1918 e 1945⁴⁴. As pesquisas que abordam períodos anteriores a 1918 são escassas e, quando existentes, apresentam caráter superficial, limitando-se a um enquadramento meramente contextual. No entanto, ultrapassando essa fronteira cronológica, destaca-se o artigo dos historiadores Weber L. Góes e Ramatis Jacino, que, em uma breve análise, introduzem o conceito de “pré-eugenia brasileira”⁴⁵, referindo-se ao período de transição do trabalho compulsório para o trabalho livre. Para eles,

antes da chegada da eugenia, já haviam práticas de natureza eugênicas principalmente quando se começam as primeiras iniciativas que vislumbravam substituir a mão-de-obra de trabalho escravizado para o trabalho assalariado, logo, as políticas de imigração passaram a ser não somente um caminho para

⁴² BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa. **The Oxford handbook of the history of eugenics**. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 3, e DIWAN, Pietra. **Entre Dédalo e Ícaro: cosmismo, eugenia e genética na invenção do transhumanismo norte-americano (1939-2009)**. 2020. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 21

⁴³ TURDA, Marius. **Modernism and eugenics**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010. p. 2; BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa. *Op. Cit.*, p. 4.

⁴⁴ Em 1918, o médico paulista Renato Kehl inaugurou a Sociedade de Eugenia de São Paulo (a primeira do país). Já em 1945, temos o fim da Segunda Guerra Mundial e o conhecimento público das teorias e práticas de extermínios nos campos de concentração nazistas e, conseqüentemente, o descrédito e “fim” da eugenia do campo científico.

⁴⁵ JACINO, Ramatis, e GOES, Weber L. Segregação ou miscigenação: os dilemas da eugenia no Brasil nas primeiras décadas do século XX. **Aurora**, Marília, v.15, n. 1, p. 191-194, Jan./Jun., 2022.

consolidar o modelo baseado na compra do trabalho e não do indivíduo, mas também, perspectiva para branquear o país através de tais iniciativas.⁴⁶

Em concordância com essa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo destacar que o imigrantismo foi apenas uma entre as diversas estratégias empregadas no processo de branqueamento nacional. Práticas médicas, higienistas, policiais e educacionais também desempenharam papéis relevantes no controle e na normatização dos chamados “tipos sociais”, especialmente de gênero, no que se refere à maternidade.

O advento da democracia e do trabalho livre, além de colocar em xeque o tipo ideal de trabalhador/a livre, também colocou em pauta o perfil desejável das mulheres brasileiras, ressaltando tanto seu papel biológico na reprodução, quanto sua função social na consolidação de um país moderno e próspero. Recém-libertas e pertencentes às camadas mais pobres, essas mulheres passaram a ocupar lugar central na ideologia racista e eugenista em formação entre as elites intelectuais, que, para além do postulado de uma política de incentivo à imigração branca, pressupunha hierarquias raciais e classistas. Portanto, podemos dizer que o novo gás do pós-abolição ficou marcado pela sofisticação das premissas eugênicas, direcionadas não apenas à seleção racial, mas também ao burilamento dos futuros cidadãos por intermédio da supervisão e monitoramento social das mulheres.

Por isso, acreditamos que a ausência de um diálogo sistemático entre o pré e pós-abolição ser incoerente, considerando que a principal queixa dos eugenistas da década de 1920 era a composição racial do país, o que nos remete diretamente ao período escravocrata e ao contexto de promoção social de pessoas não-brancas. Ademais, o êxito das teorias racialistas no Brasil evidencia o nível de familiaridade das elites intelectuais em relação à adoção dessas concepções. Nesse sentido, concordamos com Góes e Jacino que “quando a eugenia aflora no seio da sociedade brasileira, as bases e os projetos de construção de um ‘povo’ no país já se encontravam bastante sólidas”⁴⁷. As teorias raciais e evolucionistas, por exemplo, já estavam a pleno vapor e em constante debate nos museus etnográficos e nas faculdades de direito e medicina do Rio de Janeiro e da Bahia⁴⁸, produzindo e disseminando conhecimentos importados da Europa e ressignificados em

⁴⁶ *Ibidem*, p. 133.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 141.

⁴⁸ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**, p. 14; e SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**.

solo nacional, acionando leituras múltiplas de intelectuais atentos às vertentes científicas europeias.

Diante dessas questões, fica evidente o quão difícil e complexo é se propor a estudar a eugenia no Brasil. Após uma imersão investigativa nas páginas do periódico paulista *A Província de São Paulo*, nosso objetivo não é determinar um marco zero da eugenia enquanto ciência, mas problematizar os debates de autoria e inovação. Nossa proposta consiste em apreender os bastidores do processo de construção e consolidação da eugenia enquanto ideologia⁴⁹ e prática estruturante de um novo modelo de família, no qual mulheres e crianças ocupam posições centrais na arquitetura simbólica da nação. Mais do que isso, buscamos compreender de que maneira a lógica eugênica também oferece chaves de leitura para fenômenos como as recorrentes notícias sobre fugas e suicídios de mulheres escravizadas. A forma como esses episódios eram descritos e mobilizados pela *Província de São Paulo* serve, assim, como indicativo de que a eugenia deve ser compreendida como um processo histórico múltiplo, forjado em frentes diversas, tanto nas páginas dos jornais diários, quanto na ação dos poderes públicos. Esse processo não se deu de maneira linear ou sistemática, mas sob a lógica incerta, ambígua e conflituosa que marca o curso da história. A eugenia, portanto, era um processo em movimento, uma prática em construção. Por isso, nesta tese, ela não é concebida como uma ideia única, com data e local de nascimento definidos, aplicada mecanicamente a esta ou àquela política, porque, como bem observou o médico Alexandre Tepedino, em 1914, a eugenia era uma palavra nova para ideias antigas⁵⁰. E, quem sabe, nem mesmo a palavra fosse tão nova assim, a julgar pela pista machadiana.

Mesmo sem ser nomeada explicitamente, a eugenia se fez presente de maneira implícita e explícita, influenciando e ordenando as hierarquias, bem como produzindo novos rearranjos políticos e sociais para mulheres e crianças de São Paulo, entre 1880 e

⁴⁹ Compreendemos ideologia assim como Marilena Chaui, isto é, como um conceito complexo e multifacetado. Segundo a filósofa, ideologia é um conjunto de ideias, valores, normas e representações que, por lacunas e silêncios, isto é, omissão, tem por objetivo principal naturalizar e universalizar a ordem social existente, fazendo com que as relações de poder e a desigualdade pareçam inevitáveis e justas. CHAUI, Marilena. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2025. Como bem disse Lorena F. da S. Telles no curso virtual *Mulheres negras e maternidade no Brasil escravista e nos pós-abolição*, no dia 25 de agosto de 2025, ideologia nada mais é do que “um discurso distorcido da realidade para defender alguns interesses”.

⁵⁰ Em 1914, Tepedino, sob a orientação do Prof. Miguel Couto, apresentou à Academia de Medicina do Rio de Janeiro a primeira tese sobre eugenia no Brasil, intitulada *Eugenia*. TEPEDINO, Alexandre. **Eugenia**. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1914, p. 09.

1910. Nesse sentido, a eugenia emerge e ganha fôlego durante o processo de reconfiguração do mundo do trabalho no pós-abolição, produzindo distintas dinâmicas performáticas femininas sobre a arte de gestar e maternar.

Fontes e Metodologias

O médico não poderia ir à imprensa falar aos cidadãos sobre práticas de medicina simples e fundamentais, assim como sobre higiene? [...] E quem mais competente para empreendê-la do que nós outros médicos? E, onde, com melhor garantia de êxito, do que no jornal que todos leem, na imprensa diária e noticiosa, dia a dia, insistentemente, como um dever tão fácil de apregoar como agradável de cumprir?⁵¹

Em 1901, o médico Bittencourt Rodrigues foi às folhas da *Província* para criticar a distância que separava o saber médico do público leigo, defendendo que caberia à classe médica ocupar deliberadamente a esfera jornalística para difundir noções elementares de higiene. Ao evocar a luta contra a tuberculose e os elevados índices de mortalidade infantil – que atribui, em grande medida, à falta de instrução das mães –, Rodrigues sustenta que a imprensa diária oferecia o meio mais eficaz para promover uma propaganda verdadeiramente “de noções mezinhas de higiene e de medicina doméstica”. O médico e político Marcos Arruda era da mesma opinião. Ao longo de uma extensa série de artigos publicada na primeira página de *O Estado de São Paulo*, defendeu o uso da imprensa como arma política capaz de disseminar “as vantagens das práticas higiênicas”,⁵² empenhando-se em vulgarizar seus preceitos. O recurso à imprensa leiga constituía uma estratégia deliberada de médicos engajados no projeto de modernização social, que viam nos jornais não apenas um canal de difusão de ideias, mas um instrumento pedagógico de alcance ampliado.

Nessa conjuntura, a imprensa consolidou-se como um dos principais meio de comunicação científica, emergindo como um artefato cultural de considerável relevância na formação da opinião pública em relação às dinâmicas raciais⁵³. Tornou-se palco e

⁵¹ RODRIGUES, Bittencourt. Medicina e Médicos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 out. 1901, p. 1.

⁵² ARRUDA, Marcos. Saneamento da cidade de S. Paulo – parte XXX – serviços de epidemias: Polícia Sanitária, 28 jun 1892, p. 1.

⁵³ CASTRO, Cristian. The Transnational imagined Community of the black press of São Paulo and Chicago, 1900-1940. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, n° 60, p. 71-92, janeiro-abril, 2017, p. 74. CRUZ, Heloísa de Faria. CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1890-1915*. SP: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000. p. 16. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 274.

protagonista desse embate, amplificando vozes, forjando consensos e consolidando teses em que higienismo, evolucionismo e eugenia se misturavam na busca por uma sociedade mais civilizada. Mais do que um repositório de informações, os jornais oitocentistas operavam como agentes ativos na disseminação e reconfiguração das teorias científicas, transformando-as em ferramentas de intervenção política e social. Por essa razão, analisamos a imprensa como um agente histórico, um instrumento de “manipulação de interesses e de intervenção na vida social”⁵⁴, capaz de articular um conjunto heterogêneo de discursos e forjar teorias. Para essa abordagem, adotamos o conceito de periodismo proposto por Heloísa de F. Cruz, que define a imprensa como uma “prática social constitutiva e instituinte dos modos de viver e pensar a cidade”⁵⁵, e, por extensão, a nação.

Assim, o escopo desta análise restringir-se-á à região de São Paulo, mais especificamente à capital, em virtude do seu significativo papel e relevância no processo de industrialização, congregando em si as principais ondas imigratórias, assim como sendo palco para os debates raciais e cidade natal do movimento eugênico nacional. Essa redução de escala visa proporcionar uma abordagem menos superficial e generalizante, uma vez que enfoca as particularidades locais e representa os interesses das elites dirigentes paulistas⁵⁶. Abordaremos essa perspectiva de maneira interacionista, na qual os sujeitos constroem seus discursos com base em suas noções de valor, priorizando a consciência das perdas e ganhos em uma dinâmica social de interesses que orienta suas ações⁵⁷. A compreensão das estruturas elementares desses intelectuais parte do pressuposto apresentado por Rosental de que, embora os sistemas normativos sejam

⁵⁴ CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia apud LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 118.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 11.

⁵⁶ A historiadora Alexandra Minna Stern, em seu livro *Eugenics Nation*, oferece uma crítica aos estudos historiográficos que tendem a simplificar a eugenia ao analisar apenas as primeiras instituições eugênicas dos Estados Unidos, com foco exclusivo em Charles B. Davenport, considerado o principal impulsionador do movimento eugênico no país. Essas abordagens acabam por gerar uma narrativa histórica superficial e generalizante, retratando o movimento eugênico do leste dos Estados Unidos como único e aplicável a todo o país. Ao propor uma nova perspectiva, a historiadora direciona sua atenção aos documentos e instituições da Costa Oeste dos Estados Unidos, revelando a natureza multifacetada da eugenia e explicando como esse programa de aprimoramento da reprodução humana influenciou uma variedade de comportamentos e condutas sociais. STERN, Alexandra Minna. **Eugenic Nation: faults and frontiers of better breeding in modern America**. 2ª ed. California: University of California Press, 2016.

⁵⁷ ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In.: REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998. p. 156.

marcados por incoerências, há sempre um número finito de escolhas e ações dos indivíduos, o que torna possível ao pesquisador acessar e interpretar suas decisões⁵⁸.

Atento à proeminência dos debates científicas de seu tempo, o periódico *A Província de São Paulo*, ao celebrar seu decênio em 1885, fez questão de reafirmar seu compromisso com a ciência. Ao declarar-se guiado por “uma opinião política determinada pela educação científica”⁵⁹, o vespertino reivindicava para si uma orientação política ancorada em princípios racionais e científicos, assumindo a República como horizonte político desejável. Não por acaso, a leitura de suas páginas nos permite problematizar a forma pela qual a imprensa foi apropriada e se apropriou dos argumentos médicos sobre a saúde da nação.

Fundada por uma sociedade em comandita composta por fazendeiros, comerciantes, homens de letras e capitalistas, *A Província de São Paulo* surgiu como expressão das aspirações da elite econômica e intelectual paulista em 1875⁶⁰. Criado para atender às “mais legítimas aspirações”⁶¹ da província que lhe dava nome, o jornal teve inicialmente uma orientação imparcial, mas logo assumiu, com clareza, uma postura francamente republicana⁶². Seus primeiros redatores foram os doutores Francisco Rangel Pestana e Américo Brasilio de Campos. Este último afastou-se da redação em 1884, juntamente com o então administrador da empresa, José Maria Lisboa. Ambos foram substituídos pelo Alberto Salles, que permaneceu no cargo até 1891, quando foi sucedido pelo Júlio Mesquita – figura que viria a desempenhar papel central na trajetória e consolidação do periódico⁶³. Com a Proclamação da República, *A Província* alterou seu

⁵⁸ *Ibidem*, p. 159.

⁵⁹ PESTANA, Rangel. Dez anos feitos. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 4 jan. 1885, p. 1.

⁶⁰ Compunham a comandita: “Capitão Bento Augusto de Almeida Bicudo, fazendeiro, morador em Campinas. – Antonio Pompeu de Camargo, fazendeiro em Campinas. – Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, advogado em S. Paulo. – Dr. João Francisco de Paula Souza, capitalista em S. Paulo. – João Manoel de Almeida Barboza, fazendeiro em Campinas. – Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, advogado em Campinas. – Dr. Rafael Paes de Barros, fazendeiro em S. Paulo. – Major Diogo de Barros, capitalista em S. Paulo. – Dr. João Tobias de Aguiar Castro, fazendeiro em Itu. – Manoel Elpídio de Queiroz, fazendeiro em Campinas. – João Tibiriçá Piratininga, fazendeiro em Itu. – José Pedroso de Moraes Salles, capitalista em Campinas. – Francisco Salles, fazendeiro em Campinas. – Dr. Martinho Prado Júnior, fazendeiro em Patrocínio das Araras. – Dr. José Alves de Cerqueira Cezar, advogado em Rio Claro. – Candido Valle, negociante em Rio Claro. – Francisco Glicério de Cerqueira Leite, advogado em Campinas. – Francisco Rangel Pestana, advogado em S. Paulo. – Américo de Campos, jornalista em S. Paulo”. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 4 jan. 1875, p. 1.

⁶¹ *Idem*.

⁶² FREITAS, Affonso. **A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1915, p. 217, 218.

⁶³ *Ibidem*, p. 221.

nome para *O Estado de S. Paulo*⁶⁴, consolidando-se como um dos principais veículos da imprensa republicana no país. Estabelecida inicialmente na rua do Palácio, nº 14, sua tipografia viu crescer exponencialmente a tiragem ao longo da década de 1880, alcançando, em 1889, 6.000 exemplares e, em 1895, de 7.500.

De distribuição diária, as edições deste periódico eram vendidas com os valores fixados de 60 réis pelo número do dia, 7\$000 (sete mil réis) pela assinatura anual e 3\$500 (três mil e quinhentos réis) pela trimestral. Até 1890, *O Estado de São Paulo* era composto por quatro páginas, número que se ampliou para seis e, posteriormente, oito até 1910. Diante da diversidade temática presente no periódico, optamos, em um primeiro momento, por realizar uma leitura direta e integral das edições a fim de nos familiarizarmos com a estrutura editorial e as dinâmicas internas da fonte. Com esse mapeamento inicial, decidimos concentrar nossa análise nas páginas 1, 2 e 3, dada a centralidade atribuída aos temas nelas veiculados e, sobretudo, pela recorrência de conteúdos relacionados à maternidade. A seção intitulada “Noticiários” revelou-se uma das mais fecundas em termos de material para a pesquisa. Com extensão variável que podia compreender entre 2 e 8 colunas (raro), ela reunia informações sobre uma ampla gama de assuntos, abrangendo desde eventos da província até notícias de outras regiões do país e do exterior. Embora não tenhamos identificado um padrão fixo quanto ao conteúdo veiculado, havia uma recorrência de notícias envolvendo mulheres. Esses registros contribuíram decisivamente para nossa compreensão dos sentidos produzidos no entrelaçamento entre os discursos científicos sobre maternidade e os anúncios de fugas de mulheres escravizadas ou de aluguel de amas de leite, evidenciando como essas diferentes formas de textualidade dialogavam na constituição de teses cerceadoras dos corpos femininos.

Ler as entrelinhas dessas evidências e captar suas ressonâncias foram fundamentais para desvelar as intenções subjacentes a cada texto e, sobretudo, enxergar os sujeitos sociais que, muitas vezes, passaram despercebidos pela historiografia. Diante disso, nosso objetivo é decodificar *o que* se produzia e *como* se publicava sobre eugenia e mulher na imprensa paulista. É um estudo sobre o processo de reconfiguração do papel social das mulheres no pós-abolição, processo que era também o de formação da eugenia

⁶⁴ Diante da dupla nomenclatura do periódico, optamos por adotar um critério cronológico de referência. Assim, nas menções ao jornal no período compreendido entre 1875 e 1889, utilizaremos a designação *A Província de São Paulo*. Para os anos posteriores, empregaremos a forma *O Estado de São Paulo*, em conformidade com a mudança oficial de nome ocorrida com o advento da República.

e do movimento eugenista brasileiro. Portanto, toda a estrutura desta narrativa está sedimentada na lógica interseccional das categorias de gênero, classe, raça.

A noção de gênero proposta por Joan Scott nos auxilia a compreender a intrincada relação de poder estabelecida e percebida na diferença entre os sexos, pois, para ela:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos; uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.⁶⁵

Os diferentes significados sobre ser mulher, segundo Scott, variam de acordo com o tempo, as culturas e os grupos sociais, daí surge a necessidade de se historicizar os usos dos termos mulher, feminino e gênero, que são mutáveis e elásticos. Com esse olhar, conseguimos problematizar como o pensamento eugenista influenciou um coletivo de instituições e erigiu monumentos históricos sobre a mulher ideal. Assim, buscaremos apreender como a eugenia cerceou a mulher e o feminino no projeto de construção dos futuros trabalhadores nacionais, insinuando realidades e noções de maternidade a partir de categorias raciais e étnicas. Os mecanismos de poder e controle articulados pelos eugenistas delineavam um modelo de família inalcançável para a maioria da população, logo, trabalhadoras nacionais e estrangeiras tiveram seus destinos e direitos violados. A visão eugênica dominante retratava a mulher como cuidadora dos filhos e regeneradora da espécie, confinando-a à esfera privada do lar, sustentando princípio conservadores, cristãos e patriarcais. Nesse sentido, é fundamental investigar as implicações das práticas eugênicas na vivência das mulheres oitocentistas, considerando o impacto dessas noções na esfera pública e na construção social dos gêneros. Da mesma forma, cabe levantar uma série de questionamentos que perpassam pelos conceitos e noções de raça, gênero e classe. Qual o papel delegado à mulher após 1888? Quais critérios foram estabelecidos para considerar uma mulher apta à reprodução? Como se estabeleceu a relação entre reprodução e maternidade após a abolição da escravidão? Aliás, qual era o significado de maternidade para os eugenistas? E, por fim, quais os limites entre o reproduzir e o maternar?

⁶⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 48.

Nos “habituais lugares-comuns”⁶⁶ de mediadoras biológicas⁶⁷, a experiência da mulher oitocentista deve, em certa medida, ser compreendida a partir dos lugares de disputa e sobrevivência da nação. Trabalho, cuidado e instrução emergem como elementos capazes de estabelecer parâmetros avaliativos na construção imagética de feminilidade e maternidade. Por isso, esta pesquisa almeja explorar o complexo contexto em que mulheres foram colocadas como “úteros a serviço da nação”⁶⁸, carregando o fardo de moldar um futuro influenciado pela ciência racista, onde, para além si, seus filhos também estavam sujeitos a julgamentos e controle. No entanto, dado o tempo e espaço disponível, apresentarei mais inquietações e sugestões de pesquisa, entendendo que estou ainda em meio ao percurso de análise e reflexão sobre esse tema sensível e profundo.

Um pacto eugenista

Conforme a pesquisa avançava, os arquivos se multiplicavam com fontes periódicas que, embora diversas em suas abordagens, articulavam-se por meio das categorias de gênero, raça, classe e etnia. A presença constante e dispersa de discursos e práticas racializantes e moralizantes sobre ser mulher e ser mãe nos obrigou a recalcular a rota de pesquisa. Era preciso reorganizar nossas perguntas, não apenas para apreender meu objeto de análise, mas, especialmente, para decifrar o emaranhado de sentidos que emergia das fontes. À medida que mergulhava nas fontes, percebíamos que não era mais possível seguir com a velha lógica de uma eugenia concebida em 1883, por Francis Galton, na Inglaterra. Apesar da resistência (e do medo!) em abandonar caminhos consolidados e, de certa maneira, seguros, crescia a convicção de que permanecer neles implicava reduzir a complexidade do fenômeno observado. Foi nesse impasse que compreendemos a necessidade de deslocar o olhar e romper com a tradicional linearidade da historiografia sobre a eugenia. Ao recuar o recorte temporal para 1880 como um experimento investigativo, descobrimos que o desvio era, na verdade, o caminho.

⁶⁶ Davis e Farge compreendem a dinâmica feminina atravessada pelos habituais lugares-comuns hierárquicos das relações de gênero. FARGE, Arlette e DAVIS, Natalie Z. Introdução. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org.). *História das mulheres no Ocidente*. Vol. 3: do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 13

⁶⁷ COWLING, Camillia. *Concebendo a Liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Ed. Unicamp, 2018. p. 47

⁶⁸ CARLOS, Anderson Ricardo; FRANZOLIN, Fernanda; ALVIM, Márcia Helena. Problematizações das relações de gênero no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: status da mulher, determinação de sexo biológico e controle reprodutivo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.3, jul.-set. 2020. p. 783.

Incapazes, num primeiro momento, de nomear com precisão o que observávamos, voltamo-nos às idiossincrasias e descompassos internos dos noticiários que estavam estruturados na lógica racial. Perguntava-nos por que as matérias escritas pelos redatores d’*A Província de São Paulo* sobre mulheres, especialmente as negras e as empobrecidas, seguiam invariavelmente o fio condutor da inferioridade biológica e da degeneração racial. Haveria, por detrás dessa recorrência, uma intencionalidade ou tratava-se de uma mera coincidência, de uma questão de contexto? Como compreender o fato de diferentes homens e mulheres propagarem ideias que, em seu cerne, professavam a mesma ideologia científica? Seria possível encontrar a eugenia para além dos discursos? De que maneira aquele cotidiano impresso poderia nos informar sobre as práticas eugênicas? E, afinal, por que razão nós víamos eugenia em tudo?

Foi assim que, num contexto de ressignificação epistemológica, começamos a esboçar a ideia de um “pacto eugenista” como uma abordagem analítica alternativa para compreender as práxis das últimas décadas do século XIX. Esse pacto se caracteriza pela reestruturação das dinâmicas sociais e é marcado por conflitos, disputas, negociações, circulação de ideias e redes de associações. No cerne desta proposta, o pacto aqui representado configura-se como uma forma de contrato oculto, não escrito, um compromisso com a manutenção das redes de sociabilização, e um acordo tácito para delimitar direitos e restringir espaços.

A ascensão e vulgarização do termo eugenia no Brasil a partir da década 1910 indica uma vida pregressa marcada por costumes e práticas estabelecidas por uma espécie de salvo conduto para vigiar, punir e controlar os desviantes da norma⁶⁹. Nesse contexto, é fundamental considerar a extensão do pacto eugenista, reconhecendo sua gramática interna e seu impacto na conformação dos novos/as e futuros/as trabalhadores/as nacionais. Ao explorar essa dinâmica, é possível vislumbrar um vasto panorama que se desenrola em sucessivos quadros nos quais os conceitos de raça, classe e gênero desempenham papéis importantes na formação dos fundamentos do trabalho e da maternidade na construção de uma identidade nacional.

O objetivo é reunir diversos pontos de vista em comum a fim de entender as especificidades das práticas eugênicas que, durante muito tempo, ficaram submersas e

⁶⁹ Foucault, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 27ª ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987.

turvas entres os discursos de grandes nomes da eugenia. Se olharmos para as práticas policiais, médicas, científicas e ordinárias do final do século XIX, encontramos mais do que impulsos e medos senhoriais, identificamos um pacto funcional capaz de produzir novas tecnologias de subordinação sob o disfarce da neutralidade científica. Desta forma, as práticas continuam as mesmas; o que altera é a forma como as interpretamos.

Com essa categoria analítica, conseguimos entender que o ano 1883⁷⁰, definido como um marco inaugural, é antes a institucionalização de um marco, a reivindicação de paternidade, a construção de um sentido único para algo que é processual, vivo e dinâmico. Trata-se, antes, do resultado de processos históricos já em curso que Galton apenas deu nome e forma. Seus próprios trabalhos revelam que as ideias que fundamentam a eugenia não surgem naquele momento, mas são articuladas a partir de práticas e discursos anteriores, que ele apenas reorganizou sob um novo léxico científico. Portanto, as ideias e as práticas eugênicas já estavam em circulação em diversas partes do mundo. Faltava alguém nomear e sintematizá-la.

A título de exemplo, vejamos a produção do próprio Galton que, em 1865, publicou na *Macmillan's Magazine* o artigo *Hereditary talent and characters*⁷¹, no qual construiu a tese de que o talento e o caráter humanos são transmitidos por hereditariedade de forma tão significativa e previsível quanto as características físicas em animais e humanos. A partir de biografias e dicionários biográficos de militares, juristas, poetas, artistas e intelectuais, o polímata⁷² quantificou a transmissão do talento concluindo que a

⁷⁰ Neste ano, o autor publicou a obra *Inquiries into human faculty and its development*, na qual apresenta pela primeira vez a palavra “eugenics” para designar a ciência do aprimoramento racial: “That is, with questions bearing on what is termed in Greek, *eugenes* namely, good in stock, hereditarily endowed with noble qualities. This, and the allied words, *eugeneia*, etc., are equally applicable to men, brutes, and plants. We greatly want a brief word to express the science of improving stock, which is by no means confined to questions of judicious mating, but which, especially in the case of man, takes cognisance of all influences that tend in however remote a degree to give to the more suitable races or strains of blood a better chance of prevailing speedily over the less suitable than they otherwise would have had. The word *eugenics* would sufficiently express the idea; it is at least a neater word and a more generalised one than *viriculture* which I once ventured to use.” GALTON, Francis. **Inquiries into Human Faculty and Its Development**. Jason W. Brown Library, 1883. p. 17.

⁷¹ GALTON, Francis. *Hereditary talent and character*. **Macmillan's Magazine**, London, v. 12, p. 157-166, 318-327, 1865.

⁷² Francis Galton (1822-1911) foi um polímata vitoriano, formado em matemática pela Universidade de Cambridge, em 1844. Primo de Charles Darwin, atuou em diferentes áreas, como meteorologia, antropometria, psicologia, e estatística, desenvolvendo estudos sobre biometria e impressão digital. Seus estudos, pesquisas e viagens expedicionárias pela África foram viabilizados pela fortuna da família Galton. O avô, Samuel Galton, destacou-se, segundo Priya Satia, como um dos fabricantes e comerciantes de armas mais importantes do século XVIII, enquanto seu pai, Samuel Tertius Galton, além de também atuar no setor armamentista, consolidou-se como banqueiro, fundando o banco *Steelhouse Lane*. Para saber sobre o histórico de Samuel Galton, ver: Satia, P. *Time's Monster*... p. 8, 27 e, especialmente, o capítulo 1 – *The Progress of War*. Sobre a trajetória de Francis Galton, conferir: KEVLES, Daniel J. **In the Name of**

raça humana poderia ser melhorada através do casamento seletivo entre homens e mulheres de mais alta linhagem.

If a twentieth part of the cost and pains were spent in measures for the improvement of the human race that is spent on the improvement of the breed of horses and cattle, what a galaxy of genius might we not create! We might introduce prophets and high priests of civilization into the world, as surely as we can propagate idiots by mating *crétins*.⁷³

Seguindo a mesma linha, em 1869, Galton expande e aprofunda suas ideias no livro *Hereditary Genius*⁷⁴, no qual, mais uma vez, privilegia a hereditariedade como fator preponderante na construção e aprimoramento humano. Ao rejeitar a crença popular de que o intelecto é resultado do ambiente e esforço individual, ele desenvolve um estudo estatístico sobre o gênio – palavra para substituir talento e caráter –, e insiste na necessidade de um sistema de casamentos arranjados. Del Cont demonstra que

Com o propósito de estabelecer um conjunto de dados empíricos que justificassem a hereditariedade da genialidade na Exposição Internacional de Saúde de 1864, em Londres, Galton abriu o seu *Anthropometric Laboratory*, (*Laboratório Antropométrico*) com o qual procurou registrar, através de questionários, características físicas e intelectuais, oferecendo recompensas em dinheiro para a história familiar mais abrangente. Conseguiu 9000 registros familiares, muitos deles completos, que levaram dez anos para serem analisados (cf. Bowler, 1989, p. 61).⁷⁵

Nos anos subsequentes à exposição, consolidou-se um conjunto de iniciativas voltadas à expansão e à divulgação do projeto idealizado por Francis Galton, que buscava estabelecer uma ciência matemática da hereditariedade humana. Paralelamente, comportamentos tidos como degenerados, como a vadiagem, o alcoolismo, a prostituição, a demência e determinadas doenças, passaram a ser entendidos como heranças rastreáveis nos antecedentes familiares, o que, por sua vez, legitimava propostas de controle da reprodução entre aqueles identificados com tais desvios. Ainda que ele não tenha se detido às questões raciais propriamente ditas, acreditava e sustentava a ideia de hierarquização entre as raças. Como relata Daniel Kevles⁷⁶, em uma viagem realizada ao sul da África, em 1850, Galton teria confirmado empiricamente suas convicções sobre a inferioridade

Eugenics: Genetics and the Uses of Human Heredity. Cambridge: Harvard University Press, 1995, e GALTON, David J. **Standing on the shoulders of Darwin and Mendel: early views of inheritance.** Taylor & Francis, 2018.

⁷³ Galton, Francis. **Hereditary talent and characters**, p. 165-166.

⁷⁴ GALTON, Francis. **Hereditary genius: an inquiry into its laws and consequences.** London: Macmillan and Co., 1869.

⁷⁵ DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008. p. 204.

⁷⁶ KEVLES, Daniel. *Op. Cit.*, p. 8.

racial dos povos africanos, reforçando assim os pressupostos que viriam a sustentar a teoria eugênica em diferentes partes do mundo.

Se fosse possível, abordaria tantos outros intelectuais oitocentistas que, de alguma forma, lideraram pesquisas científicas sobre os seres humanos, suas diferenças, qualidades e hierarquias. A lista é longa. Contudo, o que quero enfatizar é como as práticas sociais antecipam os discursos científicos e as institucionalizações estatais. Nesse sentido, falar de eugenia no último quartel do século XIX no Brasil, não constitui anacronismo. Significa questionar as premissas epistemológicas formadoras do marco, premissas criadas por aqueles doutores que abraçaram a eugenia e se assenhoraram de sua história. Acontece que a preocupação com a hereditariedade e o aperfeiçoamento racial já se fazia presente nas páginas dos jornais, seja de modo explícito ou não. Notícias aparentemente despretensiosas sobre os países europeus e os Estados Unidos, contribuíram para moldar um debate entre os/as leitores/as que se pretendia como ideal e necessário para o avanço do país diante de outras nações ditas desenvolvidas. Não por acaso, em 1º de outubro de 1881, APSP publicou *A procriação por medida*, que relata a criação de uma sociedade estadunidense voltada para o “melhoramento da raça humana”.

Acaba de ser inaugurada em New York uma sociedade que tem por fim o melhoramento da raça humana. Na sua última assembleia geral, decidiu que se dirigisse uma moção ao governo, pedindo a criação de uma comissão especial para examinar todos os projetos de matrimônio no território dos Estados Unidos, e só autorizar casamentos entre partes contratantes suficientemente garantidas tanto no físico como no moral.⁷⁷

Embora a palavra “eugenia” e suas variações não sejam encontradas nas páginas da imprensa e nas documentações oficiais entre 1880 e 1912⁷⁸, as práticas rotineiras contradizem essa ausência. Ao analisarmos de perto as fontes, como a acima citada, percebemos que, enquanto o termo se faz ausente, o verbo se faz presente. São as práxis que confirmam a presença latente da eugenia neste período. Os discursos críticos e preconceituosos da imprensa em relação à população negra e empobrecida, assim como

⁷⁷ A procriação por medida. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 1º jan. 1881, p. 3.

⁷⁸ Em pesquisa na Hemeroteca Digital, foi identificado o verbete mais antigo relacionado à eugenia no periódico ludovicense *Pacotilha*, em 1912. Nesse registro, o jornal expressa certo entusiasmo com as apresentações e propostas discutidas no Primeiro Congresso Internacional de Eugenia em Londres: “Seria impossível enumerar, aqui, todas as questões que este congresso da procriação vai resolver. Não convém, mesmo, fazer citações, para que o leitor não pense que pretendemos pilheriar”. Cf.: Sabatina, **Pacotilha**, Maranhão, 31 de ago. 1912, ano XXXII, n. 208, p. 1. A recente tese de Manuel A. Sousa Jr. apresenta uma documentação desconhecida da historiografia na qual Azevedo Amaral.

os artigos sobre doença, deficiências físicas, saúde, educação, feminismo, sanitarianismo e imigração configuram práticas com matizes eugênicos.

A ideia de um pacto eugenista surge da leitura e estudo dos trabalhos de Ângela de Castro Gomes sobre o “pacto trabalhista”⁷⁹ e, sobretudo, do “pacto da branquitude”⁸⁰ elaborado por Cida Bento. Assim como este último, o pacto eugenista não depende de declarações explícitas ou acordos formais; ele se consolida por meio de alianças silenciosas⁸¹ e conluios estratégicos. Sua operacionalização manifesta-se na capacidade de (re)produzir e naturalizar estereótipos comumente disseminados, especialmente no que tange à seleção de mulheres consideradas “aptas” e “virtuosas” a preencher funções sociais vistas como necessárias ao projeto de modernização.

Desta forma, podemos imaginar o pacto eugenista como um concerto executado por uma orquestra sem regente, no qual cada músico, munido da mesma partitura, interpreta as notas a seu modo – uns com mais ímpeto, outros com disfarçada sutileza. O resultado imediato é um som dissonante, aparentemente caótico, um emaranhado de intenções que parecem se anular mutuamente. Contudo, se ampliamos o campo de escuta e atentamos para os padrões que atravessam cada execução individual, perceberemos que há, sim, uma harmonia subjacente: um pacto silencioso que guia o ritmo, os temas e as notas. Trata-se de uma polifonia de controle, cujo objetivo comum, ainda que tocado em tonalidades diversas, é o aperfeiçoamento racial e a normatização dos corpos, sob o disfarce da ciência e do progresso.

Stephen Jay Gould, em *A Falsa Medida do Homem*, demonstra com precisão que, embora certas teorias tenham aparentemente como alvo um grupo específico (como os negros ou as mulheres), na prática, os discursos científicos de inferiorização são estruturados de forma intercambiável. Raça, gênero e classe operam, assim, de maneira articulada na fabricação de hierarquias sociais, sob o manto de uma racionalidade científica que, segundo o próprio Gould, fazem “passar por objetividade o que é

⁷⁹ A partir das análises sobre o pacto entre o Estado e o povo trabalhador, Castro constrói uma categoria capaz de condensar entendimentos de uma dinâmica complexa na qual trabalhadores possuem agência e negociam seus direitos. Cf.: GOMES, Ângela de C. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 34, julho-dezembro de 2004, p. 157-186.

⁸⁰ BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

⁸¹ *Ibidem*, p. 19.

apologia”⁸². O resultado é uma leitura de mundo masculinizada e branca, que transforma posições de privilégio em critérios de verdade.

Um exemplo interessante das contradições internas do pensamento médico no século XIX aparece na tese *Do parto e suas consequências na espécie negra (1887)*, de Justo Jansen Ferreira (1864-1930)⁸³. Nela, o médico maranhense se debruça sobre os efeitos do parto em mulheres negras com bacia estreita, a partir de estudos de anatomia comparada da estrutura pélvica feminina. Jansen, no entanto, se vê diante de uma tensão teórica: conforme a lógica racialista dominante, mulheres negras, por supostamente apresentarem bacia estreita, deveriam enfrentar partos mais difíceis do que as mulheres caucasianas. Ao mesmo tempo, circulava com força a ideia de que mulheres negras, por serem consideradas mais rústicas, fisicamente robustas e masculinas, davam à luz com facilidade e sem dor. Diante dessa contradição, a solução encontrada foi sustentar a hipótese que os fetos negros teriam crânios naturalmente menores, o que explicaria a facilidade no parto⁸⁴. Maria Helena Machado destaca que

Embora nesta parte o doutorando tenha apresentado alguma dúvida a respeito do tamanho reduzido da cabeça do feto da raça negra, bem como tenha duvidado de outras assertivas mais fantasiosas, como a de que os bebês negros nascem brancos, já que o doutorando, em sua prática diária podia facilmente confirmar a pouca acurácia desta injunção, ao fim e ao cabo, Dr. Jansen segue as diretrizes da anatomia comparada e obstetrícia racializada dos autores utilizados.⁸⁵

No final das contas, o rigor científico dos dados pouco ou nada importava, o que de fato prevalecia era a força e ideação das construções teóricas, culturais e simbólicas sobre a realidade concreta. Como demonstra Gould, os preconceitos levaram os cientistas a distorcerem interpretações e dados adequados, produzindo conclusões enviesadas mesmo quando os números pareciam tecnicamente corretos. Ele menciona, por exemplo, o caso de “Cyril Burt, que, como foi comprovado, forjou dados sobre o QI de gêmeos idênticos, e o de Goddard, que [...] alterou fotografias para fazer com que os membros da família Kallikak parecessem retardados mentais”⁸⁶. Esses episódios não apenas revelam

⁸² GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 70. Stephen Bean, um dos cientistas que Gould apresenta, usou medições cranianas para tentar provar a inferioridade racial, mas depois ampliou suas conclusões para também inferiorizar mulheres e classes sociais mais baixas. Isso mostra como o uso da ciência era maleável para atender aos preconceitos sociais do momento.

⁸³ MACHADO, Maria Helena P. T. O problema do osso ilíaco: anatomia comparada e teorias raciais na obstetrícia da Enfermaria de Partos do Rio de Janeiro (década de 1880). In: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília B. A. (org.) **Escravidão e maternidade no mundo atlântico**: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX. Niterói: Eduff, 2022, p. 53-83.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 55-56.

⁸⁵ *Idem*.

⁸⁶ GOULD, Stephen. **A Falsa medida do homem**, p. 21

a falta de comprometimento com a objetividade científica, mas também evidenciam os mecanismos sutis de autopreservação de um grupo em detrimento de outros, sustentando relações de dominação baseadas em gênero, raça e classe perpetradas através de pactos⁸⁷.

Atenta a produção científica estadunidense, *A Província de São Paulo* não se furtou de incorporar notícias e matérias de cunho racial a título de comparação com a realidade brasileira. Assim, em 1883, publicou uma pequena nota intitulada *A raça negra* na qual expressava a inquietude dos Estados Unidos quanto ao futuro da população de cor do país:

O Popular Science Monthly, examinando o acréscimo da população negra nos Estados Unidos, chega a conclusões pouco tranquilizadoras. Após a abolição da escravidão o acréscimo da população negra é superior à dos brancos. Assim, enquanto que de 1870 a 1880 a raça branca aumentava 29 por cento, a raça negra aumentou 34 por cento. Daqui há um século, admitindo que a proporção continua, a população negra será dupla da branca nos Estados do Sul da América. Este aumento é tanto mais perigoso e mais difícil de combater, quanto a sua causa reside não na emigração, mas na fecundidade superior da raça negra.⁸⁸

O autor estadunidense vaticinava que os “prejuízos das raças” vigoravam intensamente e que os casamentos mistos se tornavam cada vez mais raros. Caso essa tendência se mantivesse e os negros “queiram sair da condição inferior que lhes é imposta pela antipatia dos brancos”, a consequência seria a eclosão de uma terrível crise social. A solução apontada, portanto, consistia em desterrar a população negra para a América do Sul, onde deveria, segundo ele, “arranjar-se” por conta própria⁸⁹.

O crescimento e fluxo de migração dos negros entre os estados dos Estados Unidos, após a abolição, em 1865, despertava a atenção de diversos intelectuais da época. Paralelamente, a questão da mistura racial suscitava acalorados debates acerca dos rumos do país. Luciana da Cruz Brito analisou que os setores inconformados com a abolição

⁸⁷ Bento, Cida. *Op. Cit.*, p. 15.

⁸⁸ A raça negra. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 30 mai. 1883, p. 2.

⁸⁹ O projeto político de deportação de negros e negras dos Estados Unidos para o Brasil não era algo novo. Essas ideias já ventilavam pelos corredores parlamentares desde 1840, quando a Amazônia passou a ser cogitada como um possível destino para se deportar afro-americanos. Na década de 1860, o então presidente Abraham Lincoln e aliados chegaram a destinar fundos para iniciar o processo de assentamento de negros em países da América do Sul. A ideia era livrar o país de sua população negra, tida como ameaçadora à supremacia branca. O presidente chegou a propor a negociação de um tratado para transferir libertos para o Brasil. No entanto, a relutância dos países latino-americanos e a pressão da Grã-Bretanha contribuíram para o abandono do projeto. Para saber mais, ler: HORNE, Gerald. *Deportar negros americanos para o Brasil?* In: HORNE, Gerald. **O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos.** Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, e BRITO, Luciana da Cruz. **Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista.** 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 103-105

passaram a invocar a ideia de degeneração racial do Brasil como um exemplo do que deveria ser evitado⁹⁰. Tal argumento era acionado como instrumento para reprimir as miscigenações e, assim, salvaguarda a ordem social racial hierarquizada. Esse conflito repercutiu amplamente na esfera pública, especialmente na imprensa, que desempenhou papel central na consolidação de um ideário negativo e avesso à mestiçagem.

Outro exemplo é o artigo *O futuro do negro na América do Norte*⁹¹, no qual um correspondente de Nova Iorque apresenta um panorama sobre a miscigenação e a emigração nos Estados Unidos. O texto é da *North American Review* e reúne diferentes opiniões de “escritores de peso sobre o futuro do negro no país”. A primeira opinião é a do professor Charles A. Gardner o qual sustentava que, ao contrário das expectativas de desaparecimento, a população negra se multiplicava em maior proporção do que a branca. Se assim seguisse, ele previa que em 1980 “o cálculo da população dos Estados do Sul, do Atlântico e do Golfo” seria de aproximadamente 30.400.000 de brancos e 118.400.000 de negros. Esses dados se justificariam pela razão dos negros não se “amalgamarem” com os brancos. A previsão de Gardner somava-se ao seu pesar sobre a mistura racial, acreditando que caso houvesse miscigenação, em 50 anos, “o poder cerebral da nova geração será inferior ao negro de sangue puro”.

Já o senador John A. Morgan acreditava que, enriquecidos, os negros tenderiam a retornar à África:

Na luta pela vida ele crê que o negro nunca poderá competir com o branco e que provavelmente educado no meio de uma civilização pujante e participando desse vigor, o negro americano, quando multiplicar-se muito quererá experimentar a fortuna do próprio continente de que é oriundo [...].⁹²

O estadista e abolicionista negro Frederick Douglass, rejeitava a ideia de emigração em massa, defendendo que, embora não conservassem a pureza racial, os negros conquistariam progressivamente seu “lugar legítimo na economia social”, visto que a tendência da civilização era a unificação e irmandade dos povos. Em contraponto, Joel Chandler Harris, o famoso escritor de *Uncle Remus*, descrevia que, no seu primeiro estágio de liberdade, os negros foram irrequietos e desinteressados no campo do trabalho. Contudo, com o tempo, eles retornaram aos seus postos adaptando-se ao novo status

⁹⁰ *Ibidem*, p. 18, 132.

⁹¹ O futuro do negro na América do Norte, **A Província de São Paulo**, São Paulo, 28 set. 1884 p. 1.

⁹² O futuro do negro na América do Norte, **A Província de São Paulo**, São Paulo, 28 set. 1884, p. 1.

social, prevendo que “em 250 anos, atingirá a um grau de civilização que a raça branca tem levado mais de 20 séculos a adquirir”.

Outros, como Richard T. Crener, vislumbravam na migração interna e na possibilidade de uma civilização afro-americana uma forma de “justiça poética”, porém não eram favoráveis ao processo de miscigenação racial. O artigo conclui ressaltando que, como livres, os negros haviam se mostrado mais industriais e pacientes do que na escravidão, destacando ainda a existência de mais de cem jornais dirigidos e editados por afro-americanos – um dado que desafiava os discursos de degeneração e atestava a vitalidade de sua inserção social.

Percebe-se, logo, que as grandes disputas se davam no âmbito da novidade da liberdade num contexto no qual fazia-se necessário manter as hierarquizações raciais e negociar agências sociais e políticas. Com o colapso do edifício da escravidão, inventavam-se novas práticas discriminatórias ao passo que adaptavam-se teorias biodeterministas e racialistas, como a eugenia, a fim de moldar as novas dinâmicas de trabalho e de vigilância disciplinar. O incômodo da nova ordem abria espaço para “os ideólogos da burguesia, embandeirados do darwinismo social, produzir vasto arsenal teórico”⁹³, o qual desautorizava os próprios princípios racionais de igualdade natural das ciências biológicas.

Ana Flávia Magalhães Pinto argumenta que o “afã da modernidade nacional caminhava ao lado da modernização do racismo, que legitimara o escravismo e a ‘dispersão’ dos descendentes de africanos no período pós-abolição”. Essa modernização do racismo era, segundo a autora, uma forma de “insegurança disfarçada de preconceito”⁹⁴, alimentada pelo temor das elites diante do contingente de 46% de negros livres e libertos registrados no censo de 1890⁹⁵. O medo da população negra, antes de tudo por sua expressiva presença numérica, impulsionava as elites a investir em teorias raciais e no debate sobre a miscigenação. Tais ideias ganhavam lugar e voz nos discursos

⁹³ OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da população negra**: Brasil no ano 2001. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. p. 60

⁹⁴ PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010. p. 104.

⁹⁵ XAVIER, Matheus Carletti. Construção da cidadania no Brasil e nos Estados Unidos nos oitocentos através do racismo e do racismo. **Temporalidades** – Revista de História, Edição 21, v. 8, n. 2, maio/agosto 2016, p. 181. Ana Flávia M. Pinto ressaltava que provavelmente esse número era maior, visto que, numa sociedade escravagista, declarar-se como branco era mais conveniente e desejável.

vorazes daqueles que propagam a seu favor, bem como furor na pena forte daqueles que as julgavam criminosas e alienantes.

Assim, sob os auspícios da lei, o estado de São Paulo passou a subvencionar a imigração europeia com a desculpa de suprir a carência de mão de obra qualificada na indústria e lavoura cafeeira⁹⁶. A partir de meados dos anos de 1880⁹⁷, começa então as correntes migratórias em direção ao estado, gerando um acalorado debate entre a intelectualidade acerca do perfil do trabalhador nacional *versus* trabalhador imigrante. Dados estatísticos apresentados por Paulo C. Gonçalves apontam que, em relação ao território nacional, São Paulo recebeu entre 52% e 69% dos imigrantes que desembarcaram no Brasil⁹⁸. A nacionalidade desses sujeitos era diversa, sendo mais significativa a presença de italianos, espanhóis, portugueses, alemães e japoneses. Segundo Paula Rabahie,

Em São Paulo, a virada do século foi momento de expoente crescimento populacional: os números revelam aumentos aproximados de 122,8% entre 1872 e 1890 e de 242,9% entre 1890 e 1900. Nessa última década, houve aumento de praticamente 200 mil pessoas entre seus habitantes (SANTOS, 2017, p. 34). A participação da população estrangeira nessas transformações pontua também o caráter étnico das mudanças sociais pelas quais passava a cidade. Em 1886, os estrangeiros compunham 25% dos habitantes da cidade, e quase metade deles era de nacionalidade italiana.⁹⁹

⁹⁶ Estudos recentes, especialmente aqueles encampados na História Social do Trabalho, têm se debruçado em reformular as teorias que afirmam que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre configurou-se a partir da escassez de mão de obra qualificada na indústria, e pela desqualificação e inadaptabilidade do trabalhador negro à liberdade. Essas pesquisas propõem um alargamento do campo de análise para as práticas sociais dos sujeitos históricos a partir da sua localidade. Cf. CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando T. da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. **Cad. AEL**, v.14, n.26, 2009; LARA, Silvia H. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. **Proj. História**, São Paulo, (16), fev. 1998; NASCIMENTO, Álvaro P. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626.

⁹⁷ A história da imigração no Brasil possuiu outros demarcadores temporais de importância que culminam na necessidade de ocupação territorial (colônias) e substituição da força de trabalho escrava para a livre, branca e europeia. Sem êxito, as primeiras tentativas de colonização com os imigrantes europeus se deram entre 1818 e 1850, nos estados do Rio de Janeiro e do Sul do país. Cerca de 20.000 indivíduos atravessaram o Atlântico em busca de novas perspectivas. Contudo, será entre 1880 e 1930 que o fluxo de emigrantes e de imigrantes terá seu ápice e, por isso, será mais tarde denominado de a Grande Imigração. Acredita-se que mais ou menos 4 milhões abandonaram seus territórios de origem para viver no Brasil. Cf. GONÇALVES, Paulo C. *A Grande Imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas*. In: REZNIK, Luís (org.). **História da Imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020; SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. In: MAIO, M.C., e SANTOS, R.V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996; FERNANDES, Rui A. N. e COSTA, Julianna C. O. *História da imigração (1830-1930)*. In: REZNIK, Luís (org.). *op. cit.*, pp. 65-90.

⁹⁸ GONÇALVES, Paulo C. *Op. Cit.*, p. 97.

⁹⁹ RABAHIE, Júlia. *Mulheres pobres e parteiras em São Paulo na virada para o século XX: assistência e caminhos até a sala do parto na Maternidade de São Paulo (1894-1905)*. **XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**. p. 15.

Durante o século XIX, São Paulo experimentou um contínuo processo de crescimento econômico e demográfico, que gradualmente se intensificou, levando-o à posição de destaque na federação brasileira. Esse crescimento teve início no primeiro quartel do XIX com cultivo do café na província e, mais tarde, com as políticas imigrantistas¹⁰⁰. Parte constituinte da sociedade, a imprensa paulista não passou incólume. A rápida ascensão da metrópole do café também foi período de constituição e reformatação dos jornais, adaptado às novas configurações e próximo do que conhecemos hoje como a grande imprensa¹⁰¹.

Como um produto social e reflexo do seu tempo, a imprensa desempenhava um papel fundamental na divulgação, informação e denúncia relacionadas aos imigrantes, manifestando-se em um processo que oscilava entre elogios e críticas. Não havia um consenso sobre o assunto, mas, sem dúvidas, podemos afirmar que uma coisa era regra: “a imigração (européia) [era] apresentada como instrumento da civilização”¹⁰². É no bojo dessa discussão que as opiniões se estruturavam e o ambicioso projeto político “de superação do trabalho escravo e, consequentemente, de formação de uma nova sociedade espelhada nos padrões europeus”¹⁰³ se delineou.

Favorável ao projeto imigrantista, *APSP* regularmente publicava listas e relatórios sobre a chegada de imigrantes no canto inferior esquerdo da segunda página. Contudo, volta e meia o tema ocupava um lugar de destaque na primeira página, seja como artigo principal ou inserido entre outras seções. Um exemplo disso é o texto intitulado *Noventa e dois mil e oitenta e seis imigrantes!*, que aparece de forma centralizada no topo da primeira página na edição do dia primeiro de janeiro de 1889.

Nunca o orgulho e o amor próprio paulista, teve mais razão de ser, como ao organizar a sua estatística de imigração no ano de 1888. [...] Que país no mundo, com uma população de um milhão e quinhentas mil almas, já recebeu dentro de um ano **noventa e dois mil e oitenta e seis** imigrantes? [...] Isto quer dizer, a toda evidência, que em 10 anos seremos uma população de **3 milhões** de almas, computando-se a imigração, os nascimentos, e a estabilidade do paulista em seu torrão natal.¹⁰⁴

¹⁰⁰ ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. (trad. Magda Lopes). Bauru: SP: EDUSC, 1998. p. 47. RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim... Inventário da saúde pública, São Paulo – 1880-1930**. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas), Unicamp, Campinas, 1991. p. 1-7.

¹⁰¹ Nas duas últimas décadas do século XIX, cerca de 600 publicações paulistanas vieram a público, o que representa o quádruplo das quatro décadas anteriores. CRUZ, Heloisa F. *Op. Cit.*, p. 53.

¹⁰² SEYFERTH, Giralda. *Op. Cit.*, p. 45.

¹⁰³ GONÇALVES, Paulo C. *Cp. Cit.*, p. 108.

¹⁰⁴ Noventa e dois mil e oitenta e seis imigrantes! **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 01 jan. 1889, p. 1.

O entusiasmo surge da comparação com países como Argentina e Estados Unidos que, à época e durante todo o período da grande imigração, havia recebido grande fluxo de imigrantes¹⁰⁵, mas que, proporcionalmente ao contingente populacional local, era inferior ao Brasil e, especialmente, a São Paulo. Para o escritor, a imigração era um “verdadeiro fenômeno, ainda não visto em outra parte”, mas que se justificava por “três fatores poderosos”, a saber:

a abolição, uberdade e clima, e a Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo. Esta benemérita sociedade, em dois anos de existência, tornou o Brasil conhecido na Europa, entre as classes imigrantistas, estabelecendo uma franca corrente, fazendo mais que todos os governos desde a independência até hoje. Paulistas, nos sentimos como este acontecimento, cheios de confiança no presente, e convictos de um futuro esplendido.¹⁰⁶

A questão racial foi o principal eixo de discussão política sobre a imigração e, portanto, é impossível falar de uma sem atrelar seus significados à outra. De forma implícita, o otimismo do texto paira na futura conformação social do estado, uma vez que o significado imediato de imigração e trabalho livre era, segundo Seyferth, não somente “a desqualificação dos negros e mestiços para o trabalho independente”¹⁰⁷, como também a miscigenação e assimilação do europeu.

Engenheiro cearense e apoiador dos ideais de Louis Agassiz¹⁰⁸, Zózimo Barroso demonstrou grande entusiasmo pela imigração europeia. Durante os meses de fevereiro e agosto de 1891, ele colaborou com uma série de artigos para *O Estado de S. Paulo* sobre a “imigração nociva”, pois considerava o assunto de vital importância para o progresso social do país¹⁰⁹. No entanto, tinha ressalvas em relação ao indiscriminado processo de contratação dos imigrantes. Barroso criticava o sistema celebrado pela Sociedade Promotora de Imigração, pois compreendia que, para além de onerosos gastos públicos, ele desvirtuava o projeto em si e não garantia o “caráter moral e [a] idoneidade dos indivíduos” imigrados. Desta forma, “gente vadia e desordeira” se misturava entre os “honrados e bons trabalhadores, que muito tem contribuído para os progressos da terra

¹⁰⁵ Dentre os países do Novo Mundo, Estados Unidos, Argentina, Brasil e Canadá, respectivamente, foram os países que mais receberam correntes imigratórias.

¹⁰⁶ Noventa e dois mil e oitenta e seis imigrantes! **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 01 jan. 1889, p. 1.

¹⁰⁷ SEYFERTH, Giralda. *Op. Cit.*, p. 46

¹⁰⁸ No *OESP*, Zózimo escreveu dois textos elogiosos sobre a obra *A Journey in Brasil* de Agassiz nos dias 18 de junho de 1891 e 22 de julho do mesmo ano. Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873) foi um dos maiores expoentes do racismo científico europeu. Em viagem ao Brasil nos anos 1865 e 1866, Agassiz e sua esposa, Elizabeth Agassiz, estranharam e desaprovaram a miscigenação local, conferindo a ela a principal causa da degeneração do povo brasileiro. cf. GUGLIOTTA, Alexandre C. **Entre trabalhadores imigrantes e nacionais**: Tavares Bastos e seus projetos para a nação. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 114.

¹⁰⁹ BARROSO, Zózimo. Imigração Nociva. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 13 fev. 1891, p. 1.

brasileira”¹¹⁰. Ao sacrificar a qualidade em prol da quantidade, os contratantes promoviam práticas como o *trafic des blanc*, a agiotagem e, principalmente, a criminalidade¹¹¹.

Para Zózimo, a solução encontrava-se na seleção dos imigrantes¹¹². Ele considerava as políticas restritivas de imigração dos Estados Unidos como base e modelo a ser seguido, pois permitiam a triagem e separação dos imigrantes bons e maus, admitindo apenas aqueles com qualidades físicas e morais específicas.

Ora, os Estados Unidos que, há 10 anos, recebeu uma média de 390.000 imigrantes não procuram mais os trabalhadores estrangeiros; fecharam primeiramente os portos aos chineses, depois aos indigentes, aos pobres, aos [ilegível], a pretexto de que os imigrantes não têm recursos pessoais.¹¹³

As primeiras leis restritivas estadunidenses, volta e meia, eram noticiadas pela imprensa. Desde 1875, as cortes aprovavam leis federais restritivas aos imigrantes, buscando banir pessoas condenadas por “crimes envolvendo depravação moral” e prostitutas. Mae Ngai explica que a partir dos anos 80 do século XIX, o país passou a incluir na lista de indesejados pessoas com “doenças perigosas, asquerosas e contagiosas”, pobres, os polígamos e os ‘imbecis’ e ‘insanos’, bem como os trabalhadores chineses”¹¹⁴.

Para além da cor da pele, a desqualificação dos trabalhadores também se refletia em sua capacidade produtiva e em critérios de natureza moral. Por isso, a hierarquização dos imigrantes europeus obedecia a uma lógica distinta da racial. Sendo todos brancos, a forma de desvalorização operava com critérios associados à posição de classe¹¹⁵. Dessa forma, italianos e portugueses eram frequentemente compreendidos como a “escória” e o “rebotallo”¹¹⁶ do Velho Mundo, enquanto os anglo-saxões eram valorizados por seu “vigor moral ou energia de vontade, e predomínio do bom senso prático”¹¹⁷. Esse quadro dinâmico evidencia como a desigualdade e hierarquia social eram construídas com base

¹¹⁰ BARROSO, Zózimo. Imigração Nociva. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 20 fev. 1891, p. 1.

¹¹¹ BARROSO, Zózimo. Imigração Nociva. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 07 jul. 1891, p. 1, e BARROSO, Zózimo. Imigração Italiana. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 29 jul. 1891, p. 1.

¹¹² BARROSO, Zózimo. Assassinato. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 18 fev. 1891, p. 1.

¹¹³ PRADO, Antônio. Imigração. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 12 mai. 1891, p. 2.

¹¹⁴ NGAI, Mae. A estranha carreira do imigrante ilegal: restrições à imigração e política de deportação nos Estados Unidos, 1921-1965. **Dossiê, Tempo**, 13 (25), 2008, p. 11.

¹¹⁵ SEYFERTH, Giralda. *op. cit.*, p. 47.

¹¹⁶ BARROSO, Zózimo. As leis da imigração. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 31 jul. 1891, p. 1.

¹¹⁷ BARROSO, Zózimo. Leituras estrangeiras: a força inglesa. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 19 abr. 1891, p. 1.

em critérios não apenas raciais, mas também ligados a estereótipos étnicos-culturais e de classe.

Raul Pompeia, famoso escritor brasileiro, também usou seu espaço de influência no OESP para protestar contra a imigração subvencionada pelo estado paulista, da mesma forma que proclamava a favor do trabalhador nacional. Na contracorrente, ele afirmava que não havia necessidade de mais mão de obra, pois o negro “tem o direito de ser ainda o primeiro trabalhador escolhido”¹¹⁸. Se à primeira vista seu discurso soa destoante do de Zózimo Barrosa, cabe observar que, para Pompeia, a defesa do trabalhador nacional passava pelo crivo econômico e moral, no qual a imigração deturpava as necessidades morais do país, por isso, “moderar a corrente imigratória” fazia-se imperioso. Cabia à sociedade e aos abolicionistas disciplinarem os recursos (leia-se libertos) que dispunham e “salvar dos desastres naturais da liberdade a raça infeliz que eles libertaram”¹¹⁹.

Com um tom sarcástico e rebuscado, o escritor fluminense opinava sobre as principais contendas políticas do momento. Nacionalismo e moral eram descritos como fundamentais para a constituição política do país, por isso, determinava que a imigração indiscriminada seria a “ruína nacional”¹²⁰. A imigração chinesa, por exemplo, soava-lhe como chacota visto que seria mais um obstáculo para a “feliz e completa organização étnica e moral do povo brasileiro”¹²¹. Assim, em vez de sanar o problema de mão de obra nacional e remediar os efeitos do trabalho forçado, a imigração surgia como um problema a ser renegociado, no qual tipos sociais estavam em disputas e raça e moralidade caminhavam lado a lado.

David Bindman¹²² observa que Adorno e Horkheimer, em *Dialectic of the Enlightenment* (1944), formularam uma crítica incisiva ao Iluminismo ao demonstrar como seus princípios fundadores, centrados na razão, acabaram por alimentar as bases de uma ciência racial. Segundo os autores, ao valorizar a “computação e utilidade” à valores inegociáveis, o projeto iluminista engendrou uma racionalidade instrumental que subordinou a vida humana a critérios de funcionalidade e produtividade. Nessa lógica, a diferença deixa de ser concebida como pluralidade e passa a ser tratada como ameaça. É

¹¹⁸ POMPEIA, Raul. Da Capital. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 31 jul. 1892, p. 1.

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ *Idem*.

¹²¹ POMPEIA, Raul. Da Capital. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 04 out. 1892, p. 1.

¹²² BINDMAN, David. **Ape to Apollo**: aesthetics and the idea of race in the 18th century. London: Reaktion Books, 2002. Disponível em: <https://archive.org/details/apetoapolloaesth0000bind/mode/1up>. Acesso em: 12 dez. 2026. p. 14.

nesse horizonte que o racismo moderno se estruturava, operando como mecanismo de purificação e normatização da coletividade. Não por acaso, disciplinas como a craniometria e a frenologia ganharam legitimidade científica no século XIX, ao tentarem quantificar biologicamente a superioridade racial por meio da medição e pesagem dos crânios na ânsia de encontrar o melhor estoque racial¹²³.

Nesse contexto, em que a produtividade se torna o principal critério de valoração da vida humana, a lógica utilitarista passa a moldar não apenas a organização do trabalho, mas também as expectativas sociais em torno dos corpos. É nesse cenário que as mulheres são particularmente interpeladas, uma vez que ocupam uma posição dual, como trabalhadoras e, sobretudo, como reprodutoras. A estética da modernidade industrial, moldada por ideais brancos e europeus, fundamentava-se na busca por uniformidade e padronização, convertendo o corpo em um marcador de conformidade à norma hegemônica. Todos aqueles que se desviam dos parâmetros estabelecidos, seja em razão da raça, da etnia, do gênero, da deficiência ou de outros marcadores, eram lidos como obstáculos à eficiência do corpo social.

Sob o título de *Bom conselho*, APSP publicou-se em 15 de abril de 1884, na seção *Noticiário*, a reflexão de Pierre-Joseph Proudhon:

É preciso estudar as raças; achar as que produzem as melhores esposas, as melhores donas de casa: a Flamengo, a Suíça, a Inglesa, a Russa, etc. Sobre tudo é sob este ponto de vista que se devem estudar os cruzamentos. Separar sem piedade as criaturas insolentes, viciosas, feitas para o luxo e para a *toilette* e para o amor.¹²⁴

Ao propor o estudo das raças para identificar aquelas que produziam “as melhores esposas” e “as melhores donas de casa”, o filósofo político e econômico francês reduzia a mulher à função reprodutiva e doméstica, associando sua utilidade social à suposta qualidade racial. Ao recomendar a separação “sem piedade” daquelas consideradas insolentes e viciosas, seu discurso legitimava a práticas de exclusão e até o aniquilamento simbólico de todas que não se ajustavam aos padrões de produtividade e moralidade em construção. Essa formulação integrava argumentos que, sob o disfarce de cientificidade, pavimentavam os caminhos para a medicalização e a criminalização das diferenças de gênero. Propondo o aceleramento da evolução social por intermédio da reprodução

¹²³ *Ibidem*, p. 14.

¹²⁴ Bom conselho. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 15 abri. 1884 p. 3.

controlada – a eugenia –, era uma expressão muito forte do que o delírio de superioridade da branquitude¹²⁵, uma régua orientada pelo padrão europeu, branco e loiro.

Desse modo, embora homens e mulheres recém-saídos da escravidão fossem amplamente marcados pelos estigmas produzidos pelos discursos médico-raciais vinculados à eugenia e ao sanitarismo, os efeitos dessas formulações recaíam com particular intensidade sobre as mulheres. Maria Helena T. Machado ressalta que, neste período, ser mulher, solteira, libertanda ou liberta, significava tornar-se “objeto de uma série de nascentes práticas de controle moral e científico modernizados, os quais pretendiam normatizar sua inserção social, contendo aspectos do que passava a ser percebido como os perigos de um feminino incontrolado, causador de doenças, maus hábitos e pouca honradez”¹²⁶. Assim, a classificação científica, os discursos racializados e o controle eugênico configuraram-se como atualizações modernas das antigas formas de dominação privada sobre os corpos femininos.

Estrutura da tese

Esta pesquisa é a junção de fragmentos de trajetórias de mulheres comuns cujas vidas foram direta ou indiretamente atravessadas pelas políticas eugenistas. Ancoramos nessas experiências porque acreditamos que elas concentram aquilo que há de mais valioso para o ofício do historiador: o cotidiano, a vida social em sua tessitura mais íntima e pulsante. As redes de sociabilidade que ora aqui ora ali aparecem como uma rede emaranhada capaz de conectar sujeitos diversos, constroem caminhos de uma trama conhecida, mas manejadas de cima pra baixo. Analisarmos as políticas públicas voltadas às mulheres e crianças do XIX e início do XX, sob a ótica do pacto eugênico, somos conduzidos a perceber nuances e contradições até então pouco exploradas pela historiografia. É nesse ponto de inflexão, que começa o nosso trabalho.

¹²⁵ Dialogamos com a concepção de branquitude assinalada por Lia Vainer Schucman e Willian Luiz da Conceição, para os quais o termo deve ser compreendido como uma categoria relacional, cujos significados variam conforme a localidade e os processos históricos. Nessa perspectiva, “a branquitude é uma racialidade que foi construída sócio-historicamente como uma ficção de superioridade, e que, portanto, produz e legitima a violência racial contra grupos sociais não brancos”. Cf.: SCHUCMAN, L. V., CONCEIÇÃO, W. L. Branquitude. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTIS, Alex (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 68

¹²⁶ MACHADO, Maria Helena. P. T. Corpo, Gênero e Identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). **Afro-Ásia**, n. 42, 1º semestre de 2011. p. 184-185

O primeiro capítulo concentra-se nas experiências de mulheres negras submetidas à escravidão que, por meio de gestos cotidianos de fuga, resistência ou transgressão, desafiaram as normas sociais e raciais vigentes. A leitura dessas histórias permite compreender como o jornal *A Província de São Paulo* se articulava ao pacto eugenista em formação, ao selecionar e divulgar sistematicamente anúncios de fugas, alugueis de amas de leite e notícias que reforçavam estereótipos sobre a feminilidade negra e pobre. Nesse contexto, pergunta-se: de que maneira as trajetórias de mulheres escravizadas, libertas e empobrecidas que habitaram, tensionaram e por vezes desorganizaram o espaço urbano paulistano foram narradas por esse veículo de imprensa? E, mais do que isso, o que tais narrativas revelam sobre os mecanismos de construção científica e moral do “ser mulher” no bojo dos projetos de modernização urbana e disciplinamento social no final do século XIX?

O segundo e terceiro capítulos se complementam ao abordarem, respectivamente, as experiências do nascer e do viver. Ambos analisam como os novos significados atribuídos à liberdade, bem como os discursos sobre a higienização do cuidado e da maternidade, acionaram formas renovadas de organização social e de subjetivação feminina. Nesse percurso, colocam-se questões centrais: em que medida a regulamentação das práticas de parteiras e amas de leite pode ser interpretada como um passo inicial do processo de higienização da raça? Em que medida, a normatização dos agentes sociais competentes no processo de nascer e nutrir seria um esforço eugenista de reconfigurar as famílias a partir de padrões raciais e morais legitimados pela ciência de então?

Como observa Françoise Thébaud¹²⁷, a polissemia do materno abrange não apenas o ato do parto em si, mas também o espaço físico em que ele se desenrola, as pessoas envolvidas, assim como as relações materiais e afetivas forjadas entre mães e filhos, inscritas em uma ampla rede de parentesco. Nessa encruzilhada, emerge uma complexa rede de sociabilidade, composta por sujeitos que, direta e indiretamente, participavam das experiências do parto e seus desdobramentos, como, por exemplo, parteiras e parteiros, médicos, curandeiros/as, casas de parto, maternidades, senhores de escravos, irmandades religiosas e grupos filantrópicos e caritativos.

¹²⁷ THÉBAUD, Françoise. Editorial, *Clio. Histoire, femmes et sociétés* [En ligne], 21, 2005.

As novas demandas sociais, associadas às pressões da lógica médica e escravocrata, acabavam por impor às parteiras performances condizentes com o cenário político de então, que buscava cada vez mais controlar o processo de parturição e a saúde materno-infantil pela ótica eugenista. A partir dessas fontes, é possível traçar um quadro do processo de medicalização do parto e suas consequências para as parteiras e parturientes, revelando as tensões e desafios que marcaram a transição do parto doméstico para o parto institucionalizado através de questões raciais. Assim, no segundo capítulo, intitulado *Elisabeth Pelissier: uma parteira criminoso?*, o foco recai sobre o cenário da parturição no final do século XIX em São Paulo. Para compreender esse período e as engrenagens do mercado de nascimento, a gente esmiúça a trajetória da parteira francesa Elisabeth Pelissier. A partir de seu percurso, percorremos ruas, travessas e largos em busca de outras parteiras que, de forma direta ou indireta, atuavam ao lado de médicos na consolidação de uma cultura eugênica em formação. Os desafios enfrentados, as estratégias mobilizadas e as redes de solidariedade tecidas entre essas parteiras estrangeiras constituem uma janela privilegiada para adentrarmos no passado e problematizarmos o papel das mulheres brancas estrangeiras na construção de estereótipos e hierarquias raciais e generificadas.

O terceiro capítulo dedica-se à análise da complexa rede de relações sociais que se teceu em torno das amas de leite, cujos corpos foram historicamente instrumentalizados pelo mercado de aleitamento mercenário. Longe de ocuparem uma função meramente auxiliar no cuidado infantil, essas mulheres desempenharam um papel central nas experiências de maternidade, mesmo quando foram submetidas a intensas formas de exploração, controle e desqualificação. No contexto da virada do século XIX para o XX, a amamentação – anteriormente delegada majoritariamente a mulheres escravizadas e socialmente marginalizadas – passou a ser ressignificada pela medicina higienista como elemento fundamental na regeneração física e moral da infância e da nação. Nesse processo, o aleitamento materno passou a ser promovido como a prática ideal para garantir a saúde do recém-nascido, enquanto as amas de leite eram colocadas sob crescente escrutínio médico, cercadas por teorias racializadas e moralizantes que deslegitimavam seus saberes e corpos. A criação do projeto *Gota de Leite* insere-se nesse esforço de medicalização e controle da maternidade popular, representando uma inflexão decisiva na valorização do aleitamento materno e artificial em detrimento do serviço

mercenário, e, com isso, contribuindo para a consolidação de um ideal de maternidade cientificamente legitimado.

No quarto capítulo, analisamos a maternidade no pós-abolição como um campo de disputas atravessado por projetos científicos, morais e políticos que buscavam redefinir o lugar das mulheres na sociedade brasileira. A partir d'*O Estado de S. Paulo*, evidencia-se a emergência de um discurso médico-higienista que atribuía à mulher branca a responsabilidade pela regeneração da nação, ao passo que desqualificava práticas populares e racializava a experiência materna. Nesse processo, mulheres negras e pobres foram sistematicamente representadas como incapazes de exercer uma maternidade legítima, sendo alvo de intervenções que iam do controle moral à separação de seus filhos. Além disso, buscamos demonstrar como a circulação feminina nos espaços urbanos tensionava os limites entre público e privado, acionando dispositivos de vigilância e normatização. Por fim, argumentamos que a eugenia, longe de constituir uma ruptura, operou como uma tecnologia social que reatualizou hierarquias raciais e de gênero, consolidando a maternidade como instrumento estratégico de ordenamento social no pós-emancipação.

É nesse intrincado entrelaçamento de práticas e discursos veiculados pela imprensa que buscamos problematizar os bastidores da eugenia (seu *making of*) enquanto prática em constituição, articulada à reconfiguração dos papéis sociais das mulheres, sobretudo no que tange às experiências de mulheres negras e pobres. Trata-se de processos simultâneos e mutuamente constitutivos: a eugenia não operou como agente isolado de transformação, tampouco foi uma entidade abstrata que simplesmente “fez” algo. Ao contrário, sua constituição foi inseparável das lutas, resistências e ações concretas das mulheres, como o direito à maternidade, as fugas e os enfrentamentos cotidianos. Assim, eugenia e reconfiguração de gênero não foram fenômenos causais, mas trajetórias entrelaçadas que se construíram em paralelo, mobilizando diferentes sujeitos e sujeitas e produzindo, em sua interação, novas formas de controle, mas também de agência.

CAPÍTULO 01 – MULHERES QUE RASURAM A NORMA

*Em todo lugar do mundo, em qualquer tempo, há uma mulher fugindo.*¹²⁸

Estava para contar um mês da fuga de Paula quando *A Província de São Paulo* publicou uma nota-denúncia assinada por sua proprietária, Maria Thereza Lopes Ferraz. Sem delongas, o texto do dia 1º de junho de 1881 reivindicava que a justiça fosse feita contra sua escravizada e seus acoitadores. Os rumores que antes circulavam pelas vielas tornaram-se fato consumado: Paula fugira da estreita Rua das Flores n. 43 para refugiar-se na casa de Afra – uma mulher preta reconhecida por dar abrigo a outras foragidas. Mais tarde, descobriu-se que a escravizada não estava sozinha. Jerônimo José Mendes, encarregado de recapturá-la, decidira, em vez disso, protegê-la, e passara a articular a compra de sua liberdade, fosse por negociação direta com Maria Thereza ou por vias judiciais.

[...] pedi como amigo ao sr. Jerônimo que fosse buscar a escrava, ao que este senhor concedeu, ficando com ela como alugada. Há 4 dias pouco mais ou menos apareceu-me este senhor oferecendo pela escrava 1.200\$ no que eu não consenti, impondo o mesmo senhor ou aceitar esta quantia ou a liberdade da escrava em juízo por 800\$, não aceitei a imposição e o sr. Jerônimo depositou em nome da escrava e requereu a sua liberdade por 600\$¹²⁹.

Diante do descompasso, a proprietária fez da pena sua arma e da imprensa seu tribunal: “Deixo ao público a apreciação do fato. Porém, fique certo o sr. Jerônimo, que saberei defender o meu direito e que na capital existem advogados e homens honestos”¹³⁰. A senhora Ferraz não era apenas uma mulher traída, era mais uma proprietária que havia perdido o controle sobre um dos seus bens mais valioso, e, talvez, sobre a própria imagem de ordem que sustentava sua autoridade.

Ela não estava sozinha. Durante a última década da escravidão, São Paulo testemunhou a organização popular e diária de fugas individuais e coletivas de escravizados, tornando-se a meca dos escravizados fugidos e o inferno dos senhores¹³¹. Diante da diminuição da população cativa e da consequente redução do número de proprietários, a historiadora Maria Luiza Oliveira demonstrou, por meio da análise de

¹²⁸ VERUNSCHK, Micheliny. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 87-88.

¹²⁹ FERRAZ, Maria Thereza. Ao público. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 1881, p. 1.

¹³⁰ *Idem*.

¹³¹ MACHADO, Maria Helena P. T. Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na Cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo – a cidade no Império 1823-1889**. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

inventários, que a posse da escravaria remanescente na cidade concentrava-se nos estratos médios urbanos, compostos por professores, magistrados, médicos, comerciantes e mulheres sós¹³². Esse fato se justificava pelo processo de urbanização incipiente de São Paulo que, de acordo com Maria Odila L. da Silva Dias, não envolveu em seu princípio “a ascensão social de uma burguesia europeizada, nem a formação de uma classe de assalariados livres”¹³³. Além disso, evidencia uma das principais características da escravidão paulistana: a escravidão de pequena posse. Maria Helena P. T. Machado afirma que essa particularidade da comarca revela um universo diferenciado da classe senhorial urbana que pairavam entre as “figuras sociais de cabedais econômicos poucos apreciáveis, como viúvas, mulheres solteiras e famílias de poucas posses”¹³⁴. Logo, podemos supor que Maria Thereza Lopes Ferraz era uma típica proprietária das classes médias que, com um baixo orçamento, não aceitava as premissas da lei 2.040, de 28 de setembro de 1871. Segundo o artigo 4º da lei, os escravizados tinham direito a reunir pecúlio e de comprar sua liberdade¹³⁵. A única pendência era o valor. Caso o senhor/a não aceitasse o montante oferecido pelo/a cativo/a, o caso seria resolvido judicialmente, Insatisfeita com a perda do poder sobre a liberdade de sua propriedade, Maria Thereza recorreu aos jornais, quem sabe imaginando ser com isso capaz de amolecer a justiça.

Nesse contexto, os jornais converteram-se em verdadeiras oficinas de autorretratos textuais, reunindo descrições minuciosas capazes de delinear os traços físicos, os gestos e até os supostos hábitos das pessoas fugidas, ao mesmo tempo em que cartografavam seus possíveis percursos. *A Província de São Paulo* não se furtou a estampar relatos e denúncias envolvendo homens, mulheres, meninos e meninas em fuga. Ao fazê-lo, o periódico integrava-se ativamente à engrenagem do controle social, oferecendo um espaço seguro para a circulação dessas histórias e colaborando para a recomposição da ordem urbana sob a égide do sistema escravocrata. Muitos proprietários, ressentidos com os desdobramentos e significados da lei de 28 de setembro de 1871, recorreram à imprensa como um lugar denúncia e revolta, legando-nos um apanhado

¹³² OLIVEIRA, Maria Luiza F. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiências da urbanização: São Paulo, 1850-1900**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 111-112; TELLES, L. F. da. **Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)**. São Paulo: Editora Alameda/Fapesp, 2014. p. 71.

¹³³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**, 2a ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 15

¹³⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. **Sendo cativo nas ruas**, p. 65.

¹³⁵ BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm Acesso em abri. 2025.

fragmentado de histórias que ecoavam os temores e ansiedades da nascente elite burguesa de então.

Analisando anúncios de fugas, histórias de suicídio, infanticídio e traição, este capítulo propõe-se a problematizar a complexa tessitura das histórias publicizadas nas páginas da *Província de São Paulo*, tomando como eixo as trajetórias de mulheres escravizadas e libertas que, ao transitarem no limite do aceitável, desestabilizaram os códigos hegemônicos de gênero. O foco é tanto naquelas que mobilizaram a maternidade como estratégia de resistência, quanto nas que insistiram em romper com os códigos normativos de obediência e ordem. A partir de experiências comuns, almejamos evidenciar como o periódico tematizava histórias de mulheres negras pelo crivo da ciência e da moral dos bons costumes, ao mesmo tempo em que racializava os papéis de gênero, estabelecendo distinções nítidas entre as formas de matinar. Enquanto a maternidade das mulheres brancas era exaltada sob o signo do afeto, da domesticidade e do sentimentalismo burguês, a das mulheres negras era atravessada pela dor, abandono, abuso e por uma insidiosa suspeição moral. Relatos sobre mães escravizadas em fuga, infanticidas ou suicidas, embora mobilizados inicialmente para atender aos interesses econômicos dos grupos dirigentes e descrever lamentos racistas, também operavam como dispositivos discursivos que moldavam a figura da mulher negra como um problema de ordem social. Assim, esses relatos reforçavam estigmas de animalidade, degenerescência, loucura e incapacidade, em contraste com a imagem civilizada, virtuosa e biologicamente ideal da maternidade branca.

Para desvendar os sentidos dos argumentos mobilizados pelos senhores, contudo, faz-se necessário situar a presença concreta dessas mulheres no tecido social da província de São Paulo. Apesar de esparsas e, em grande medida, incompletas, as fontes estatísticas disponíveis permitem entrever certa uniformidade, e até um consenso, nos dados populacionais que retratam São Paulo como uma província em vertiginoso crescimento a partir da década de 1850¹³⁶ (conferir gráfico 1). Com a proibição do tráfico transatlântico

¹³⁶ Todos os dados estatísticos da pesquisa foram extraídos das seguintes fontes: Relatórios apresentado ao **Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística. São Paulo.** Typografia King, 1888, 1898, 1903. Dados do censo nacional *apud* BASTIDE, R. & FERNANDES, F. **Branços e Negros em São Paulo.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1978. BASSANEZI, M. S. C. B. **São Paulo do passado** - dados demográficos V, 1890. Núcleo de Estudos de População – NEPO, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 1998. BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890.** Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. BRASIL. Ministério da Indústria, Viação

e o florescimento da lavoura de café, a província passou a receber sucessivas levas de escravizados por meio do tráfico interprovincial. Enquanto as plantações do Oeste Paulista absorviam parcela significativa dos braços jovens e robustos¹³⁷, elevando o preço dos cativos, a escravidão urbana tornava-se progressivamente inviável do ponto de vista econômico. À capital, restavam sobretudo africanos e africanas livres, libertos e os chamados cativos-refugos.

Escravos, principalmente escravas, crianças, velhos, portadores de defeitos ou aleijões, deveriam ter como destino final as ruas da cidade ou a cozinha de casas nem sempre portentosas, nas quais os cativos-refugos tornavam-se, muitas vezes, o arrimo único da viúva empobrecida ou da órfã desamparada [...], ou ainda o encarregado de complementar as rendas do funcionário público mal remunerado.¹³⁸

Entre casas de taipas, sobrados comerciais, pontes, armazéns e estalagens, a paisagem urbana de São Paulo do final do século XIX era marcada pela heterogeneidade¹³⁹. Circulavam pelas ruas cativos, libertos, imigrantes, trabalhadores pobres, estudantes e membros das elites locais, compondo um cenário no qual distinguir a condição jurídica e social de cada sujeito nem sempre era tarefa fácil. Para além disso, Lorena F. da S. Telles, conta que o pequeno contingente de cativas na cidade somado à pobreza das senhoras proprietárias, contribuiu para diluir as distâncias sociais¹⁴⁰ e enfraquecer o controle senhorial.

O gráfico 1 ilustra o crescimento e o posterior declínio da população escravizada na província de São Paulo após a década de 1850, alcançando seu ápice em 1874 com 174.622 cativos. Em apenas doze anos, esse número caiu para 107.329, representando uma queda de 38,54%, em 1886. Já a tabela 1 revela um retrato específico da capital neste mesmo período, no qual restavam apenas 493 pessoas escravizadas, o que representava cerca de 0,46% do total provincial. Esses números evidenciam não apenas o declínio do sistema escravocrata, como também reafirmam a fragilidade das relações de posse, especialmente entre os setores médio da sociedade¹⁴¹, que vislumbravam o

e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typografia de Statistique, 1905.

¹³⁷ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez, **Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e Forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 58.

¹³⁸ MACHADO, Maria Helena P. T. Sendo cativo nas ruas... p. 9.

¹³⁹ MATOS, Odilon Nogueira de. A cidade de São Paulo no século XIX. **Revista de História**, vol. X, ns. 21-22, São Paulo, janeiro-junho de 1955. CONRAD, R. *op. cit.* 1978. BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *op. cit.* 1959.

¹⁴⁰ TELLES, L. F. da S. **Libertas entre sobrados**, p. 29-30.

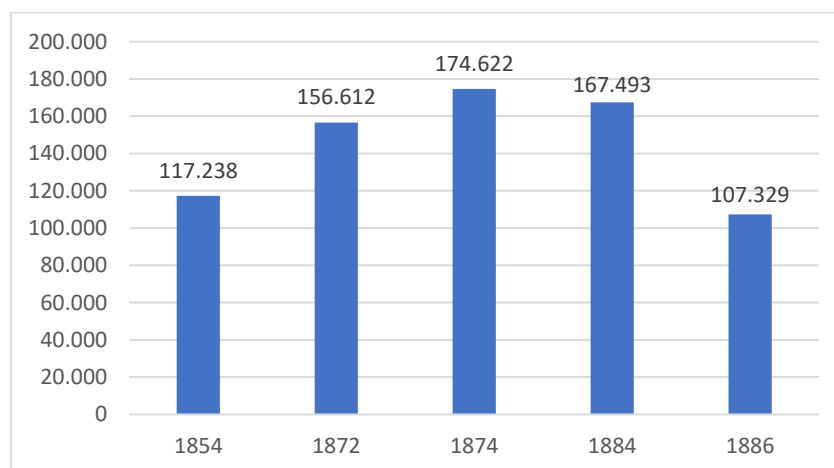
¹⁴¹ A escravidão foi formalmente abolida na cidade de São Paulo em fevereiro de 1888. Andrews, George R. **Negros e brancos em São Paulo**, p. 73.

desenvolvimento de uma nova configuração social¹⁴². Perder um escravo neste período poderia ser algo brutal e irreparável porque significava, muitas vezes, a perda de uma das principais fontes de renda e de trabalho doméstico¹⁴³. Isso nos ajuda a compreender melhor a reação de revolta e insatisfação de escravistas, como Maria Thereza Lopes Ferraz, frente à fuga de Paula.

Tabela 1: População escravizada no município de São Paulo¹⁴⁴

1837	5.495
1854	7.068
1872	3.828
1886	493

Gráfico 1: População escrava na província de São Paulo¹⁴⁵



A estrutura, que por séculos garantira os alicerces econômicos e simbólicos da sociedade brasileira, encontrava-se corroída por dentro e abalada por fugas, alforrias,

¹⁴² À população de homens e mulheres escravizadas e libertas, somavam-se mais 12.290 imigrantes europeus, os quais passaram a integrar as camadas empobrecidas da capital. Cf.: **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística**. São Paulo: Typografia King, 1888. p. 23

¹⁴³ GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. *Almanack brasileiro*, n. 6, p. 14-18, nov. 2007. p. 13. Além disso, a autora enfatiza que, na prática, perder um escravo era o mesmo que “perder o acesso ao mundo dos livres”.

¹⁴⁴ **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística**. São Paulo: Typografia King, 1888. 54. e MACHADO, Maria Helena P. T. Sendo cativo nas ruas, p. 60

¹⁴⁵ BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *op. cit.*, p. 38. CONRAD, R. *op. cit.*, p. 346. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente**, p. 56.

campanhas abolicionistas e disputas judiciais promovidas pelos próprios cativos e cativas. A historiografia já demonstrou o quadro de instabilidade econômica no qual as principais autoridades locais, pressionadas por mudanças internas e externas, dividiam-se entre a manutenção do velho regime e a adesão gradual à causa da liberdade. Nesse cenário, não apenas os senhores perdiam poder, como os próprios fundamentos da velha ordem social imperial começavam a se esfacelar.

As trajetórias de resistência e insubordinação de mulheres escravizadas, como Paula, revelam como as redes de solidariedade escrava se fortaleciam, ampliando o campo de ação e negociação da população negra. As alianças com abolicionistas, as fugas, os litígios judiciais e as redes de proteção, delineavam novos horizontes de possibilidade para aqueles que se recusavam a aceitar as agruras do cativeiro. A cidade, nesse contexto, tornava-se palco de disputas morais e jurídicas que colocavam em xeque a legitimidade da escravidão, suas formas de dominação e os discursos que insistiam em sustentá-la até os seus últimos dias. A presença de uma parcela diminuta de 268¹⁴⁶ mulheres escravizadas em São Paulo, às vésperas da abolição, expressa a realidade contrastante das dinâmicas sociais nos centros urbanos e rurais, e o terreno movediço sobre o qual se edificavam os últimos resquícios do escravismo.

A título de comparação, municípios vinculados à economia cafeeira, como Campinas, Piracicaba e Mogi-Mirim, registravam, respectivamente, uma população escrava de 9.986, 3.416 e 2.300 indivíduos, em 1886. A proporção de mulheres entre os cativos alcançava cerca de 40% em Mogi-Mirim e Piracicaba, enquanto em Campinas elas correspondiam 31,91% do total¹⁴⁷. Esses números contrastam com o perfil da cidade de São Paulo no mesmo período, marcada por um contingente escravizado significativamente menor e por uma predominância de cativas em contextos domésticos e urbanos. Tal cenário reforça a caracterização feita por Maria Odila L. da S. Dias, ao destacar a feminização e o empobrecimento das estruturas sociais urbanas paulistanas no século XIX¹⁴⁸.

Ainda que incipiente se comparado ao Rio de Janeiro, o periodismo paulista consolidava-se ao longo do século XIX em consonância com o crescimento demográfico

¹⁴⁶ O dado se refere ao ano de 1886. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo**, p. 54

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 53-55.

¹⁴⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

das províncias, assumindo um papel estratégico na circulação de ideias, nos embates políticos, nas campanhas científicas e nas disputas interpessoais. A historiadora Heloisa de Faria Cruz conta que, nas duas últimas décadas do século XIX, surgiram mais de 600 publicações periódicas paulistanas – número este que representava uma cifra cinco vezes superior à registrada nos quarenta anos anteriores¹⁴⁹. Com este panorama, os jornais publicados na cidade oferecem um rico material com teses, debates, notícias e matérias para apreendermos as tensões sociopolíticas de um espaço urbano em acelerado processo de transformação. Ao lado de anúncios, editoriais e artigos de opinião, proliferavam discursos e registros que tornavam visíveis as disputas morais em torno das definições de feminilidade e maternidade travadas no espaço público, espelhando o ideal de modernidade europeizada imposta pelas elites dirigentes. Embora múltiplas, esparsas e fragmentadas, essas fontes tensionam as marcas das transformações históricas vividas pela e na cidade, produzindo sentido para os múltiplos fatores que tensionavam a sociedade imperial: a decadência da escravidão, o avanço do pensamento liberal, as sucessivas levas de imigrantes, as promessas do trabalho livre e a consolidação de teorias raciais para o país.

Mais do que uma arena de disputas, *A Província de São Paulo* operava como um verdadeiro laboratório da nova ordem, imprimindo consensos machistas e elitistas sustentados pela retórica progressista dos debates científicos e evolucionistas em voga. Nesse cenário, buscamos articular as histórias de mulheres escravizadas e libertas como trajetórias entrelaçadas de vida e morte em uma cidade em ebulição, atravessada por intensas transformações sociopolíticas e econômicas. Ao fazê-lo, procuramos compreender de que modo *A Província* atuava na produção de uma imagem idealizada e racializada de maternidade e feminilidade.

Fugas femininas: rastros de desobediências cotidianas

Se a violência constituiu elemento estrutural e indelével do sistema escravocrata, a insistente afronta das cativas ao sistema também se impôs como realidade incontornável. Longe de configurar exceção, a insubordinação assumiu múltiplas e complexas formas: fosse em embates diretos com senhores e senhoras, no controle de

¹⁴⁹ CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. 2.382Kb; PDF, p. 53.

fertilidade, no corpo mole nas lavouras, nas conspirações da senzala, nos envenenamentos ou nas fugas e aquilombamentos, resistir sempre foi a regra¹⁵⁰. Silvia Hunold Lara afirma que as fugas, por exemplo,

[...] faziam parte da escravidão (eram inerentes a ela) não só porque os escravos resistiam à dominação, mas também porque eram previstas e reconhecidas pelos senhores e pela legislação metropolitana como algo permanente, um ‘dado de realidade’ que não era possível ignorar, algo inscrito na própria visão que tinham do escravo e da escravidão¹⁵¹.

Consequentemente, fugir não configurava crime prescrito em lei, cabendo à classe senhorial a prerrogativa de aplicar punições aos fujões conforme a própria vontade¹⁵². A previsibilidade das evasões operava como um importante termômetro senhorial capaz de controlar os plantéis e identificar as tensões internas que levavam indivíduos e grupos a evadirem-se. Tais mecanismos de controle estavam ancorados em acordos tácitos e práticas costumeiras que regulavam a percepção do que deveria constituir um cativo justo ou tolerável¹⁵³. Mary Karasch observou que, com frequência, “os senhores tratavam a primeira fuga com menos severidade do que as tentativas posteriores”¹⁵⁴, servindo apenas como um aviso de que escravos recalcitrantes sofreriam castigos mais pesados. Eduardo Silva denominou de “fugas-rompimento” as evasões que representavam uma quebra deliberada desses pactos, marcadas por um gesto de recusa à legitimidade da dominação senhorial. Segundo ele, “existia em cada escravo ideias claras, baseadas nos

¹⁵⁰ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 35. Uma parte da historiografia tem se debruçado sobre o aborto, o infanticídio e a abstinência sexual, por exemplo, como exemplos de controle de fertilidade e atuação direta das escravizadas sobre seus corpos e gerações. Mais adiante, falaremos sobre o tema. Cf.: MORGAN, Jennifer L. **Laboring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2004. PATON, Diana. História das Relações de Gênero: História Global e Escravidão Atlântica: sobre capitalismo racial e reprodução social. **Afro-Ásia**, n. 67, pp. 583-633, 2023. TURNER, Turner, The Nameless and the Forgotten: Maternal Grief, Sacred Protection, and the Archive of Slavery, **Slavery & Abolition**, v. 38, n. 2 (2017), pp. 232-250. ROTH, Cassia. **Justiça abortada: a vida reprodutiva das mulheres e a lei no Brasil, início do século XX**. Trad. Luiza T. Costa. São Paulo: Ed. Hucitec, 2020. MOTT, Maria Lúcia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista História**: São Paulo, 120, jan/jul. 1989, pp. 85-96.

¹⁵¹ LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. 2.ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2023. (Coleção Sebo eletrônico), p. 443.

¹⁵² *Ibidem*, p. 444.

¹⁵³ MATTOS, Hebe. Laços de família e direitos no final da escravidão. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**, 2: Império: a Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 259-301, p. 275.

¹⁵⁴ KARASCH, Mary C. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 398.

costumes e em conquistas individuais, do que seria, digamos, uma dominação aceitável”¹⁵⁵.

Ainda assim, como um dos paradoxos fundamentais da experiência escravocrata, é preciso reconhecer a imprevisibilidade que permeava os gestos de resistência. Por mais que proprietários pudessem, em alguma medida, antecipar ações de insubordinação a partir de padrões comportamentais recorrentes, não lhes era facultado controlar os sentidos e desejos que os cativos e cativas atribuíam à liberdade. Neste cenário, torna-se evidente que a escravidão operava como um campo dinâmico de disputas, no qual tanto senhores quanto escravizados manejavam, à sua maneira, uma frágil balança de perdas e ganhos, com estratégias e concessões. Nesse sentido, Chalhoub nos adverte contra as interpretações reducionistas que ora romantizam os cativos como rebeldes irreduzíveis, ora os apresentam como sujeitos passivos, moldados inteiramente pelos valores e interesses senhoriais. Para ele, é imprescindível ter em mente que

esses negros agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e que seus movimentos estão firmemente vinculados a experiências e tradições particulares e originais – no sentido de que não são simples reflexo ou espelho e representações de ‘outros’ sociais.¹⁵⁶

O desafio historiográfico, portanto, é captar a densidade de tais experiências, reconhecendo a autonomia relativa dos sujeitos escravizados sem, contudo, apagar as estruturas coercitivas que limitavam suas escolhas e moldavam suas formas de resistência. Seguindo essa perspectiva, nosso esforço é compreender as fugas femininas não apenas como eventos isolados ou sintomas de um sistema em colapso, mas sobretudo como práticas inscritas em um campo de incertezas, no qual o futuro era sempre uma construção em aberto. Embora previsíveis como padrão de resistência para os olhos senhoriais (e historiográficos)¹⁵⁷, as fugas também continham uma certa opacidade

¹⁵⁵ SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 67.

¹⁵⁶ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 49

¹⁵⁷ Durante anos, a obra *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, de Gilberto Freyre, permaneceu como a única referência de análise dos anúncios de fuga cuja preocupação era compreender seus padrões, bem como os caracteres físicos e sociais dos fugitivos. Tal leitura, contudo, alinhada à perspectiva de *Casa Grande & Senzala*, acabou por consolidar a representação de uma escravidão pretensamente harmônica e benevolente, na qual as fugas eram interpretadas como reação meramente instintiva de escravizados desajustados e pouco adaptados às normas escravistas, os quais buscavam, nestas empreitadas, novos senhores em vez de reivindicar, de forma ativa, a construção de sua própria liberdade. FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2ª ed. São Paulo, Editora Nacional [Recife]: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. Para saber mais, José Maria Bezerra Neto, faz um levantamento historiográfico dos estudos sobre as fugas escravas em:

estrutural, pois nelas se condensavam desejos, angústias, projetos e concepções individuais sobre o que seria a liberdade. De acordo com Flávio Gomes,

Ao contrário do que a historiografia tem até aqui apontado, os cativos não fugiam tão somente para dar prejuízos econômicos aos seus senhores. Análises sobre padrões de fugas e do perfil sócio-demográfico dos fugitivos mostram de que modo os fugitivos podiam organizar suas vidas, comunidades e culturas dentro da própria escravidão.¹⁵⁸

A presença ostensiva dos anúncios de fuga na imprensa diária na década de 1880 oferece um caleidoscópio multifacetado de indícios sobre o cotidiano escravista, revelando-nos particularidades da escravidão urbana que extrapolam as visões reducionistas e dicotômicas acerca das experiências escravizadas. Assim, ao afrontarem seus senhores e senhoras nas escolhas de caminhos radicais¹⁵⁹, muitas mulheres fugidas manejaram o viver e o morrer como dimensões políticas de suas existências, ultrapassando a condição de objeto e mercadoria para a de sujeitas e protagonistas de suas próprias histórias¹⁶⁰.

Este foi o caso de uma jovem parda, de mais ou menos 20 anos de idade, que, às dez horas da noite, cruzou a soleira da recém-inaugurada redação da *Gazeta de São Paulo*, à procura de justiça. “Banhada em lágrima”, com uma gargalheira ao pescoço e correntes nos tornozelos, dizia ser escrava de um “cavaleiro geralmente estimado e bem colocado nesta capital”¹⁶¹. Ao som estridente dos ferros, a pobre moça foi encaminhada à delegacia de polícia, na qual constatarem-se marcas recentes de sevícias. Como de praxe, nada foi feito, afinal, naquela cena, não havia nada que fugisse à normalidade de uma sociedade escravista¹⁶². No entanto, os peritos divergiram quanto à gravidade das lesões e, ao que

BEZERRA NETO, J. M. Imagens escravas nas visões senhoriais: uma leitura dos corpos escravos através dos anúncios de fugas (século XIX). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, (ISSN: 2359-0831 - *on line*), Belém, v. 07, n. 03, p. 85 -107, nov. / 2020.

¹⁵⁸ GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: Fugas e fugitivos no Brasil Escravista. **Tempo**, Niterói, 1996, vol. 1, n.º 1, pp. 67-93, p. 6.

¹⁵⁹ De acordo com Sílvia Lara, dentre as variadas formas de resistência, “a fuga e o aquilombamento constituíam, talvez, as mais radicais”, sendo sua prática e existência algo endêmico, cf.: Lara, S. *Campos da violência*. p. 356. Eduardo Silva descreve tais práticas como atos extremos e “formas explícitas de resistência física” (SILVA, Eduardo. *op. cit.*, p. 62). Ana Josefina Ferrari conclui que as fugas eram o momento no qual os escravizados se colocavam de modo ativo em relação aos senhores, reclamando “o direito de ser livre”, cf.: FERRARI, Ana J. Fuga e resistência: o caso das fugas dos escravos na cidade de Campinas entre 1870 e 1880. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2015. Ademir Gebara a compreende como “a forma mais aguda de resistência”, determinante na constituição da formação do mercado de trabalho livre. GEBARA, Ademir. Escravidão: fugas e controle social. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, nº especial, p. 103-146, 1988.

¹⁶⁰ BEZERRA NETO, José Maria. *op. cit.*, p. 90.

¹⁶¹ Mulher de pega e gargalheira. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 6 fev. 1881, p. 2.

¹⁶² A normalidade dos instrumentos de castigos e de escravizados pairava sob a máxima que Flávio Gomes vaticinou: “[...] se existia a escravidão, havia igualmente senhores, cativos, ferros, castigos, negros fugidos e seus capturadores.” (Cf. GOMES, Flávio. *op. cit.*, p. 2)

tudo indica, a estratégica fuga ao escritório da *Gazeta de São Paulo* em nada rendeu à cativa que não fosse mais uma história malograda para contar. A divergência dos peritos quanto às marcas de sevícias no corpo da jovem fugida pode ser interpretada como expressão tácita da tolerância a certos graus de punição física, quanto como um indicativo da influência e reputação de seu senhor, que possivelmente geraram certo constrangimento ou temor nas autoridades e profissionais envolvidos no caso.

É importante destacar que fugir para a *Gazeta de São Paulo* não foi uma decisão fortuita e gratuita. Localizada na Rua de Santa Thereza, n. 16, e inaugurada no primeiro dia de janeiro de 1881¹⁶³, esta folha tinha como proprietários Clímaco Barbosa e Alfredo Silveira da Motta, ambos abolicionistas e conhecidos da gente de cor daquela cidade. Segundo Maria Helena P. T. Machado, Clímaco Barbosa, ao lado de Antônio Bento¹⁶⁴ e outros homens letrados, compôs o frontispício da segunda fase do movimento abolicionista, “marcada pela organização dos caifazes que passaram da estratégia jurídica para as vias de fato, ultrapassando a ação legista anterior”¹⁶⁵. Portanto, procurar refúgio na propriedade daquele que diziam ser um dos maiores acoitadores de São Paulo, parecia ser uma boa saída para uma mulher indefesa em busca de refúgio e liberdade no coração da província paulista.

O insucesso da jovem suscita questões fundamentais: por que, afinal, ela foi conduzida à polícia? Se a *Gazeta de São Paulo* era um periódico abolicionista, por que não a acolheu? Esta seria sua primeira ou sabe-se lá qual tentativa de fuga? Ela estava amparada por alguma rede de solidariedade nesta empreitada? Teria ela articulado um plano, ou sua investida foi, como parece sugerir a cena descrita pela *A Província de São Paulo*, um ato desesperado, pouco premeditado, de urgência pela vida que corria perigo diante da penúria dos castigos senhoriais? Provável seja que toda a esperança da fuga tenha recaído sobre o nome destacado do abolicionista, sem pesar as consequências do peso maior do seu senhor numa sociedade marcada por contradições, entre discursos libertários e práticas cotidianas de captura e violência.

¹⁶³ FREITAS, Affonso. **A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1915, p. 266. Novo Jornal. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 1º jan. 1881, p. 2.

¹⁶⁴ Antônio Bento de Souza e Castro (1850–1890) foi um advogado, jornalista e político brasileiro, um dos principais líderes do movimento abolicionista em São Paulo. Filho de uma família tradicional e conservadora, formou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, mas tornou-se uma figura destacada por seu engajamento em causas sociais, especialmente a luta pela abolição da escravidão.

¹⁶⁵ MACHADO, M. H. P. T. **Sendo cativo nas ruas**, p. 51.

Dois anos depois, também no centro de São Paulo, a história de Glyceria apresentaria desdobramentos distintos, embora tenha sido movida por impulsos semelhantes de liberdade. No dia 03 de agosto de 1883, às cinco horas da tarde, a crioula Glyceria foi raptada na Rua do Imperador por “alguns indivíduos” que a arrancaram à força das mãos de seu senhor, José Antônio Branco, residente em Santos¹⁶⁶. Conforme noticiado, a escravizada era uma libertanda, e encontrava-se no curso de um processo judicial e aguardava a decisão sob a proteção das autoridades paulistas¹⁶⁷. A nota revela que havia uma disputa em torno da chamada “competência de foro”, detalhe crucial para compreendermos sua investida. Este termo evidencia que o caso ainda não havia sido delegado a nenhuma autoridade competente e que, certamente, a crioula havia ajuizado uma ação de liberdade na província de São Paulo, mesmo habitando em Santos. O caso ganhou repercussão, e *O Ypiranga* publicou uma nota exigindo que o crime cometido contra o proprietário de Glyceria fosse devidamente julgado. Em resposta, a redação da *Província* acusou o periódico rival de parcialidade, criticando a forma leviana com que tratara o episódio.

O Ypiranga poderá descobrir, no código, algum artigo, para capitular esse fato criminoso? Uma libertanda, que estava demandando competência de foro, e perdeu a questão deste termo, tinha o direito de procurar o de seu pretendido senhor, mas, livremente, e não amarrada.¹⁶⁸

Com o caso em aberto, a discussão girava em torno do direito De locomoção da libertanda e na ilicitude da manobra deliberada do proprietário, que buscava transferir o julgamento à sua cidade, onde, presumivelmente, detinha maior influência junto aos magistrados locais. Com uma população cativa relativamente reduzida, a cidade portuária de Santos contava com cerca de 29 escravizadas¹⁶⁹. Sua localização estratégica, próxima ao município de Cubatão e ao quilombo Jabaquara, fazia dela um ponto nevrálgico de refúgio e passagem para os que logravam escapar do cativeiro¹⁷⁰. Esses elementos nos

¹⁶⁶ Rapto de uma crioula. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 4 ago. 1883, p. 2.

¹⁶⁷ A partir da promulgação da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, a famosa Lei do Ventre Livre, qualquer pessoa escravizada podia recorrer a uma ação de liberdade, fosse através da compra direta de sua alforria, ou fosse recorrendo à justiça denunciando irregularidades de um cativeiro injustos.

¹⁶⁸ O Ipiranga e a preta Glyceria. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 7 ago. 1883, p. 1. Convém lembrar que os libertandos/as que litigavam pela alforria podiam contar com o apoio do Depósito Geral da cidade, que tinha como objetivo “livrá-los das previsíveis pressões e retaliações que poderiam sofrer por parte de seus senhores”. CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**, p. 133.

¹⁶⁹ Os dados são aproximados, pois a fonte consultada, os censos de Santos de 1886, indica que a população total da cidade era de 15.605 pessoas, das quais 28 eram homens escravizados e 29 eram mulheres escravizadas. Cf.: **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística**. São Paulo: Typografia King, 1888.

¹⁷⁰ SILVA, Eduardo. *op. cit.*, p. 72; FRAGA, Walter. **Longe, muito longe**: Manoel Benício dos Passos, um capoeira no ativismo do pós-abolição. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. DOMINGUES, Petrônio. *Cidadania*

levam a crer que a decisão de Glyceria, de refugiar-se em São Paulo em vez de permanecer em Santos, tenha sido motivada por vínculos afetivos – como a presença de familiares, amigos e conhecidos. Outro ponto a se considerar é que, em uma região com diminuta parcela de pessoas escravizadas, Glyceria, certamente, figurava entre as poucas (senão a única) cativas ainda sob posse de Branco, o que poderia tornar sua presença ainda mais visada e sua permanência mais vulnerável à vigilância e repressão local.

Neste cenário, a ação do dia 03 não aparece como um mero rapto, mas sim como uma investida a favor da autonomia jurídica de Glyceria, revelando os embates cotidianos travados entre senhores e libertandas no final do regime escravista. A mulher, ao resistir à condução forçada e buscar apoio fora da autoridade de seu senhor, demonstra ter consciência dos códigos e costumes locais, acionando uma rede de sociabilidade urbana formada por aliados, abolicionistas ou mesmo profissionais do direito, que intervieram a seu favor. Toda essa articulação nos leva a problematizar o papel e a atuação de Glyceria no interior da propriedade senhorial, uma vez que ela precisou recorrer à ajuda de terceiros em plena luz do dia. Tal circunstância nos permite supor tratar-se de uma escravizada doméstica, popularmente conhecida como “escrava de portas adentro”¹⁷¹, condição que lhe conferia pouca ou nenhuma mobilidade¹⁷². Além disso, é bem provável, que seu senhor, José Antônio Branco, também mantivesse residência em São Paulo e que, periodicamente, a conduzisse para auxiliá-lo nos afazeres domésticos¹⁷³. Nesses períodos, Glyceria poderia ter estabelecido vínculos com outros serviçais, familiarizados tanto com os direitos legais da época quanto com a causa abolicionista.

levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In. GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. p. 102.

¹⁷¹ SANTOS, Maria Emília V. Em busca de liberdade: mulheres escravizadas e os caminhos da abolição – Zona da Mata Sul de Pernambuco década de 1880. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracajú, v.2, n.3, jun. 2014, p. 23 - 33, p. 29.

¹⁷² Sandra Graham explica que as cativas de “portas adentro” atuavam exclusivamente no interior das casas senhoriais, espaços “protegidos” das ameaças da rua. Em contraposição, havia as cativas que exerciam suas atividades “portas fora”, o que implicava em maior mobilidade urbana, com era o caso de cozinheiras, quitandeiras e lavadeiras. GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 28-31.

¹⁷³ Maria Helena P. T. Machado observa que muitas casas assobradadas e chácaras residenciais da cidade de São Paulo eram ocupadas por seus proprietários apenas em parte do ano, já que, sendo fazendeiros, dividiam o tempo entre a cidade e a fazenda, sempre acompanhados por seus cativos oriundos das propriedades rurais, que se deslocavam junto com as famílias senhoriais. MACHADO, Maria Helena P. T. *Sendo cativo nas ruas*, p. 9.

Essa empreitada deixa entrever as possibilidades de vitória que os escravizados logravam ao acionarem ações de liberdade¹⁷⁴, e se insere, num contexto mais amplo de mulheres negras que, ao final do século XIX, negociavam, reivindicavam e performavam a liberdade de forma ativa. Portanto, sua fuga não deve ser compreendida apenas como um gesto de desespero, mas também como uma ação articulada, situada nas brechas legais e no uso criativo das instituições – uma tática comum na época.

As histórias de Paula, Glyceria e da jovem parda de gargalheira ocuparam espaço nas colunas da segunda página de *A Província de São Paulo*, concorrendo com um repertório noticioso abrangente que variava entre: informações sobre trens e bondes, safras de café, loterias, comércio, agricultura, conflitos entre senhores e escravizados, homicídios, brigas entre vizinhos e propagandas. Diferentemente das fugas noticiadas na seção “Anúncios”, as histórias anteriormente retratadas destacam-se por apresentar a sequência descritiva das fugas, os desdobramentos da recaptura, e, sobretudo, a possibilidade de mobilizar um debate mais amplo entre os leitores. Tal enquadramento sugere uma escolha editorial consciente, orientada não apenas pela função informativa dos anúncios pagos, mas sobretudo pela produção de sentidos públicos que associavam as mulheres escravizadas em fuga à astúcia, dissimulação e cálculo estratégico.

Cumprе destacar que as particularidades socioeconômicas e urbanas de São Paulo propiciavam uma certa mobilidade entre as escravizadas domésticas que, muitas vezes, eram o arrimo único de famílias remediadas ou de mulheres sós, e executavam funções dentro e fora de casa, rompendo com as fronteiras anteriormente bem estabelecidas entre escravas domésticas e de ganho¹⁷⁵. Essa espécie de liberdade de ir e vir acabava por facilitar os empreendimentos de fuga individuais e coletivas.

Em uma análise detalhada da seção “Anúncios”, entre 1880 e 1888, identificamos um total de 669 anúncios de fugas¹⁷⁶. Entre eles, constam apenas 44 mulheres fugidas, sendo onze relatos de fugas acompanhadas, isto é, oito ao lado de filhos pequenos¹⁷⁷ e três em companhia de homens, que podem ser interpretados como aliados ou

¹⁷⁴ GRINBERG, Keila. *op. cit.*, p. 8.

¹⁷⁵ TELLES, Lorena Feres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**. 340 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 56

¹⁷⁶ O total de 669 anúncios não corresponde ao número exato de homens e mulheres fugitivas, visto que parte desses registros corresponde a republicações de um mesmo anúncio.

¹⁷⁷ Dos oito registros de fugas envolvendo mães acompanhadas de seus filhos, apenas em dois há menção à participação do pai na empreitada.

companheiros. De maneira geral, os anúncios apresentam descrições lacônicas as quais obedecem a um padrão de identificação física e comportamental das foragidas. Mesmo que sumariamente, deles emergem pequenas biografias acopladas à complexidade dos relacionamentos entre senhores e escravizadas¹⁷⁸. Por isso, propomos aqui um exercício de leitura interpretativa atento às frestas do texto, ao não-dito presente no dito. É, praticamente, um trabalho de restauro delicado das pinceladas esmaecidas pela poeira do tempo, no qual usamos a proposta de Lucimar Felisberto dos Santos¹⁷⁹ de tratar cada história como um fragmento biográfico¹⁸⁰ como um resíduo de existência que, embora disperso, explicita aspectos pontuais sobre como mulheres escravizadas construíram sentidos próprios de liberdade.

Ao recuperar essas experiências, ainda que em sua precariedade documental, abrimos brechas analíticas para compreender como o sonho de liberdade se materializava nos corpos, nos afetos e nos gestos cotidianos. Com isso, buscamos produzir leituras mais complexas, sensíveis e comprometidas com os sujeitos que fizeram suas próprias histórias, como, por exemplo, Florinda:

Escrava fugida – Fugiu da rua da Tabantiguera n. 73, a 25 de junho, a escrava Florinda, preta, fula, de 3 [sic] anos de idade, alta, cheia de corpo, com falta de dentes na frente, levou vestido de linha e seda cor de rosa, já usado, com dois babadinhos, chales de lã cinzento com listas pretas, paletó de flanela sulferina, esteve há 8 dias pela rua Mooca até o Hipódromo, supõem-se que tomou direção do Norte, é natural de Taubaté e diz chamar-se Margarida; gratifica-se a quem levá-la à rua e números acima ou der notícias certas.¹⁸¹

O movimento contrário de Florinda, de escapar para o norte, centro de grande profusão escravista, pode parecer contraditório à primeira vista. No entanto, quando observado sob a ótica dos afetos, esse deslocamento ganha outra densidade. Ao longo da história da escravidão, os processos de compra e venda de indivíduos escravizados consistentemente engendraram experiências traumáticas, marcadas pela ruptura abrupta dos laços de convivência, familiares e afetivos. Essa dinâmica foi amplamente

¹⁷⁸ FERREIRA, Fernanda C. P. Decifrando as fugas escravas: narrativas, senhores e fujões na cidade do Rio de Janeiro (1840-1850). *Em Tempo de Histórias*, Brasília, n. 36, p. 402-422, jan./jun. 2020. p. 406-407.

¹⁷⁹ SANTOS, Lucimar F. Disputas pelos significados da liberdade do ventre escravizado: episódios de fugas de africanas e de suas descendentes. In: BRITO, Luciana Cruz; GOMES, Flavio dos Santos; MACHADO, Maria Helena P. T.; VIANA, Iamara (org.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p.385-404.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 389.

¹⁸¹ Pelas características descritas, consideramos a idade de Florinda um erro de impressão. *Escrava fugida*. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 06 jun. 1882, p. 3.

reconhecida e discutida em diversos estudos historiográficos¹⁸². Mary Karasch¹⁸³, por exemplo, aponta que a separação da família¹⁸⁴ era uma das principais motivações para a fuga escrava. Estar próximo daqueles com quem se tinha algum vínculo podia amenizar a labuta exaustiva do cotidiano, por isso, era comum que homens e mulheres fugissem para se esconder em senzalas alheias, retornassem a antigos senhores ou se arriscassem em escapadelas¹⁸⁵ aos finais de semana para rever entes queridos¹⁸⁶. Assim, o rumo de Florinda pode ser interpretado como um gesto de reencontro.

Além de retornar para sua região de origem, ela forjava uma nova existência ao adotar uma nova identidade. A escolha do nome Margarida poderia funcionar como uma senha para adentrar um novo mundo, onde suas chances de ser bem-sucedida e ser reconhecida como liberta eram significativamente maiores. Essa percepção se reforça pela descrição detalhada de sua vestimenta, que incluía um “vestido de linha e seda cor de rosa”, “xales de lã cinzento com listas pretas” e um “paletó de flanela sulfurina”, indicando que Florinda não era uma escrava qualquer. Isabel Reis observa que o vestuário constituía elemento de distinção social entre pessoas escravizadas e libertas, uma vez que a maioria dos cativos e cativas circulava descalça e trajava roupas com tecidos rústicos e

¹⁸² Em *Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880)*, Machado ilumina as dimensões concretas e relacionais da liberdade no pós-abolição. Segundo a autora, longe de se restringir a um “gozo abstrato do ir e vir”, a liberdade se apresentava, para sujeitos egressos da escravidão, como a possibilidade efetiva de recompor vínculos familiares e afetivos rompidos pela experiência escravista. No caso abordado por ela, a estratégia da escravizada Benedicta em apropriar-se da identidade de sua irmã liberta, deve ser compreendida como gesto político e existencial, que a expôs a riscos jurídicos e sociais, mas que se ancorava na urgência de reatar laços e reencontrar seus familiares na Corte. MACHADO, M. H. P. T. *Corpo, gênero e identidade*, p. 181. Carlos E. L. Soares e Flávio Gomes relatam o caso do cativo Cesário, que fugiu para visitar uma escravizada com quem matinha relações afetivas, a fim de ilustrar centralidade da defesa dos laços familiares e afetivos como motivação recorrente para as fugas. Cf.: SOARES, Carlos. E. L., GOMES, Flávio. Em busca de um “risonho futuro”: sedução, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX). **Locus: Revista De História**, 7, (2), 2001.

¹⁸³ KARASCH, Mary C. *op. cit.*, p. 404.

¹⁸⁴ Compreendemos a família escravizada nos termos propostos por Maria Inês C. Oliveira, como uma “família extensa”, constituída por relações extra-sanguíneas que asseguravam a “sobrevivência fora das relações paternalistas da escravatura”. Dentro e fora da senzala, a tecitura de laços afetivos e de solidariedade transcendia o parentesco consanguíneo, conformando um amplo conjunto de conexões que sustentava e estruturava as redes sociais de escravizados e libertos. Cf. OLIVEIRA, Maria Inês C. **O Libertado: o seu mundo e os outros** (Salvador, 1790/1890). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979, p. 74 e 179.

¹⁸⁵ Eduardo Silva classificou as escapadelas de fim de semana como “fugas reivindicatórias”. Segundo ele, elas tinham duração previsível e, em sua maioria, faziam “parte dos cálculos rotineiros da *empresa*, como demonstra o fato de seu administrador esperar cerca de três dias antes de desencadear qualquer processo de busca”. Eram uma espécie da “cartada” contra o não cumprimento de acordos dos seus donos, como as punições injustas. SILVA, Eduardo. *op. cit.*, p. 64-65 (grifo nosso). Conferir também: FERREIRA, Fernanda C. P. *op. cit.*, p. 405.

¹⁸⁶ GOMES, Flávio. Jogando a rede, p. 12.

de baixa qualidade¹⁸⁷. Portanto, estar bem-vestida e calçada assumia um papel central na construção de aparências associadas à liberdade¹⁸⁸.

Colimbrina, uma “mulata clara”, também trocou o nome por Mariasinha ao fugir do Largo de São Bento, n. 84, na segunda-feira de carnaval, em 1883. Com 20 anos de idade e “falta de alguns dentes na frente”, ela tinha a “metade da cabeça raspada” e intitulava-se forra. Para reforçar essa imagem, usava “sapatinhos de entrada baixa”¹⁸⁹.

Josepha, natural de Pernambuco, fugiu no dia 23 de fevereiro de 1883. De acordo com o anunciante, supunha-se que ela estivesse “ou em Sorocaba ou em Santos, onde dizia ela ter irmãos”¹⁹⁰. Já Lucrécia¹⁹¹, uma mulher de trinta e tantos anos, evadiu-se de Limeira rumo à capital paulista em 9 de novembro de 1880. Segundo o reclamante, era “bem conhecida na cidade”, pois, noutros tempos, havia sido “cativa do sr. tenente coronel Joaquim Antônio Dias”. Encontramos três anúncios de buscas de Lucrécia: dois em novembro, nos dias 23 e 24, e um no dia 23 de dezembro. Neste último, o anunciante – o vereador Joaquim Henrique de Andrade e Silva –, comunica a fuga de outro escravizado, Jerônimo, e aproveita o ensejo para reiterar a busca por Lucrécia. Amparado por uma rede de influência, instruía que, encontrados os fujões, fossem encaminhados ao tenente-coronel José Theodoro Xavier, na travessa Quartel, n. 3, ou para sua propriedade em Limeira. Não obtivemos mais notícias dela, o que pode indicar: (1) que Lucrécia e Jerônimo obtiveram êxito em suas empreitadas; (2) que foram recapturados sem novos registros; ou (3) que Andrade e Silva desistiu da busca pública. Resta-nos torcer para que a primeira hipótese prevaleça, e que, ao retornar à cidade na qual mantinha vínculos, Lucrécia tenha encontrado apoio e abrigo entre aqueles que almejava.

Além de explicitar a rede de contato entre os homens poderosos da cidade, a nota de Lucrécia traz ao seu final uma frase recorrente na maioria dos anúncios publicados: “protesta-se com todo o rigor da lei a quem os tiver acoutado”. Se fugir não era crime prescrito em lei, “acoutar” sim. Desde as *Ordenações Filipinas*, a legislação portuguesa

¹⁸⁷ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filho”: fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, 23 (1999), 27-46, p. 30.

¹⁸⁸ Com o crescente trânsito de pessoas libertas pelas ruas na década de 1880, ficava cada vez mais difícil distinguir recém-libertos de escravizados. Segundo Machado, atributos como a tez mais clara, a fluência na fala e o uso de boas vestimentas funcionavam como marcadores ambíguos de liberdade, permitindo que muitos cativos e cativas se passassem por livres. MACHADO, Maria Helena. *Corpo, gênero, e identidade*, p. 165

¹⁸⁹ Escrava fugida. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 15 fev. 1883, p. 3.

¹⁹⁰ Escrava fugida. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 1º jun. 1883, p. 3.

¹⁹¹ 100\$000. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 9 nov. 1880, p. 3.

já previa multas e sanções àqueles que “derem azo, ou encobrirem ou ajudarem os captivos fugirem”¹⁹². Tal longínquo dispositivo legal, não apenas confirmava a frequência das fugas como parte inerente do sistema escravista, como, ao lado das reiteradas ameaças dos anúncios oitocentistas, evidenciam a existência de redes de apoio à evasão de escravizados¹⁹³. Na década de 1870, as Posturas Municipais paulistas reforçaram seus dispositivos de controle ao tipificar como crime o ato de acolher ou ocultar escravizados em fuga, numa tentativa de reprimir tais práticas¹⁹⁴. Atentos aos seus direitos de proprietários, os reclamantes de Lúcia¹⁹⁵, Narcisa¹⁹⁶, Maria¹⁹⁷ e Thereza, por exemplo, não deixaram de exaltar esta advertência.

Fugiu ontem, da rua de S. José n. 41, às 4 ½ da tarde, uma negrinha cujos sinais são os seguintes: Chama-se Thereza, tem 13 a 14 anos de idade, tem um sinal de chicotada do lado direito do rosto, tem todos os dentes, porém, estragados, cabeça raspada e tem em cima da pálpebra esquerda um inchaçozinho, levou vestido de xadrez azul e branco, já usado, paletó do mesmo, de mangas curtas, e avental de riscado preso nos ombros com botões; é muito prosa e fingida. Desconfia-se que esteja acoutada em alguma casa e proceder-se á com todo o rigor da lei, contra quem a tiver acoutado.¹⁹⁸

O retrato falado da jovem negrinha Thereza escancara não apenas as cicatrizes do cativo, mas também as marcas da estrutura social que, como observa Bezerra Neto, “dizem respeito às condições e relações de trabalho cadenciadas por políticas de controle social e disciplinamento dos escravos, através do recurso aos meios coercitivos violentos por parte dos senhores ou seus prepostos”¹⁹⁹. Nesse sentido, os corpos cativos convertiam-se em suporte materiais de dominação, superfícies sobre os quais se inscreviam relações como: “corpo e trabalho; corpo, saúde e doença; corpo e imaginário e, [...] corpo e identidade”²⁰⁰.

¹⁹² “Dos que dão ajuda aos escravos cativos para fugirem ou os encobrem”. **Código Philippino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d’Elrey dom Philippe I.** [1603] (Ed. Cândido Mendes de Almeida) 14ª ed. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870, livro V, título LXII, pp. 1212.

¹⁹³ REIS, Isabel. *op. cit.*, p. 36.

¹⁹⁴ O art. 158 das Posturas Municipais de São Paulo de 1875 computava como crime: “Os donos de tavernas, hospedarias, botequins e casas de pasto que derem pousada a escravos suspeitos de fugidos, ou que consentirem que pernoitem em companhia de algum hóspede sem estarem a seu serviço, incorrerão”. Gebara cita outros exemplos de artigos de municípios de São Paulo que versam na mesma linha. Para isso, conferir: GEBARA, Ademir. *op. cit.*, p. 139-142.

¹⁹⁵ 50\$000. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 1881, p. 3.

¹⁹⁶ Escrava Fugida. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 1882, p. 3.

¹⁹⁷ Dois anúncios: 1) Escrava Fugida. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 22 mai. 1883; 2) Escrava Fugida. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 09 jun. 1883, p. 3.

¹⁹⁸ Fugiu. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 03 mar. 1882, p. 3.

¹⁹⁹ BEZERRA NETO, J. M. *op. cit.*, p. 91.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 86-87.

O “sinal de chicotada” no rosto, e o “inchaçozinho” acima da pálpebra denunciavam os recentes castigos sofridos pela menina, tornando seu corpo um documento vivo da violência senhorial. Deste modo, com detalhes tão objetivos e cicatrizes indeléveis, ficava mais fácil identificar Thereza em meio à multidão de meninas livres e libertas. Consequentemente, era preciso mais do que destreza para escapar dos olhos vigilantes e gananciosos dos capturadores; era necessário improvisar novas formas de existir em concordância com as lógicas do mundo escravista de então.

Foi nesse contexto que Manoela, de 21 anos, fugiu ao lado do seu marido, José, no dia 2 de janeiro de 1882, abandonando a fazenda de São José do Paraíso, em Santa Rita do Passa-Quatro. Descrita como mulata, de estatura regula, magra, cabelo “quase corrido”²⁰¹ e uma cicatriz no queixo, a jovem partilhou a jornada com José, homem fula, 34 anos e cabelo carapinha. O anunciante descreveu com acurácia os sinais do corpo de José: “uma cicatriz no rosto do lado direito e quatro no peito, sendo três bem no centro e uma sobre a mama direita”, além disso, havia também nas costas diversas cicatrizes.

Josepha era descrita como “bem preta, de estatura alta, com 48 anos mais ou menos de idade, boa cozinheira, sofre de reumatismo no pé direito e o tem, algumas vezes, inchado”²⁰². Antônia, era parda, tinha baixa estatura e 30 anos, possuía “um sinal na testa”²⁰³. Amélia, natural do Pará, 26 anos, apresentava “falta de dentes na frente”, tinha um “sinal na face que diz ter sido proveniente de uma queda; anda calçada”²⁰⁴. Claudina, fula, era “desdentada, rosto chato e com um sinal do lado direito, tendo outro no nariz do mesmo lado”²⁰⁵.

As descrições minuciosas das características físicas, como as cicatrizes, os defeitos físicos e as doenças congênitas ou adquiridas facilitavam a identificação e recaptura. Em fevereiro de 1880, Catharina e Antônio, dois escravizados fugidos do barão da Serra Negra, para além das descrições de praxe, tiveram suas especificidades corporais detalhadas. Antônio, por exemplo, tinha “pernas um pouco abodocadas”, e Catharina sofria de “erisipele numa perna, o que a obriga ficar de cama alguns dias”²⁰⁶. O mesmo se sucedeu com Anna, que tinha “sinais de sarjadeira na nuca e costas, pés chatos, tendo

²⁰¹ 200\$000. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 02 e 21 fev. 1882, p. 3.

²⁰² **A Província de São Paulo**, São Paulo, 06 mar. 1880, p. 3.

²⁰³ Fugiu. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1883, p. 3.

²⁰⁴ Escrava Fugida. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 28, 29, out. 1881, p. 3.

²⁰⁵ Escrava fugida. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 23 fev. 1882, p. 3.

²⁰⁶ 400\$000 rs. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 05 fev. 1880, p. 3.

no dedo mínimo do pé esquerdo um sinal de ferida já curada”²⁰⁷. Em 1882, Francisca se distinguiu das demais por sua “visível cicatriz abaixo do lado esquerdo do queixo”²⁰⁸.

Pesquisas indicam que as fugas escravas possuíam, predominantemente, um caráter individual, sendo realizadas majoritariamente por um único cativo ou cativa. Logo, episódios de evasões coletivas, envolvendo dois, três ou mais escravizados eram ocorrências significativamente menos frequentes²⁰⁹. Do montante de 669 anúncios analisados, identificamos 71 fugas coletivas, das quais apenas 05 continham mulheres – sendo todas elas realizadas em contexto familiar²¹⁰. A historiadora Maria Helena P. T. Machado sugere que quando mulheres fugiam, muitas vezes o faziam sozinhas ou com filhos, e não em grandes bandos. Isso porque suas redes de contatos e possibilidade de movimento estavam presas ao espaço doméstico onde trabalhavam – cozinhas, quartos de patroa, serviços internos —, e não ao trabalho de campo ou às redes masculinas de sociabilidade e fuga²¹¹. O serviço doméstico não era reconhecido como trabalho, mas como uma “troca de favores e de cuidados amorosamente realizados”²¹² à família senhorial. Essa visão reforçava a ideia de que as escravas domésticas estavam “protegidas” ou “ligadas” à casa, o que na prática significava maior vigilância e controle sobre seus deslocamentos. Assim, ao tentarem fugir, elas partiam de um ambiente mais restrito, com menos brechas para se juntar a outros fugitivos, e precisavam se valer de estratégias mais individuais.

É bem provável que esse tenha sido o cenário vivenciado por Benedicta e o principal motivo que a impediu de juntar-se aos companheiros de cativeiro na aventura.

Atenção – O abaixo assinado declara que, há 4 meses mais ou menos lhe fugiu de Mogi das Cruzes o seu escravo Caetano, mulato quase branco, há 12 dias lhe fugiu outro de nome Francisco, mulato fula de 16 anos de idade; tem outro mulato fula, de nome João, de 27 anos, e, *querendo libertá-los*, vem por meio da imprensa, pedir aos srs. abolicionistas, ou ao seu chefe, que, não põe dúvida em *aceitar qualquer indenização que seja de justiça*, afim de mostrar que não é o que dizem. Tem mais uma negra de nome Benedicta que está liberta com obrigação de lhe servir 3 anos. *Desejava ver todos fazerem o mesmo*. S. Paulo, 23 de março de 1887. Bellarmino Augusto de Aragão.²¹³

²⁰⁷ Boa gratificação. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 18 dez. 1883, p. 3.

²⁰⁸ Escrava fugida. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 18 fev. 1882, p. 3.

²⁰⁹ GOMES, F. Jogando a rede, p. 14.

²¹⁰ Esses dados se referem a fugas com duas ou mais pessoas adultas. Fugas de mulheres com crianças não foram contabilizadas como coletivas porque dependiam única e exclusivamente do planejamento e escolha de uma única pessoa, que, nestes casos, eram as mães.

²¹¹ Machado, M. H. P. T. Corpo, gênero e identidade, p. 168.

²¹² *Idem*.

²¹³ Atenção. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 25 mar. 1887, p.2. Grifos nossos.

Publicado no dia 25 de março de 1887, o texto acima se apresenta, à primeira vista, como um anúncio de fuga, no qual o anunciante noticia a evasão de seus cativos. Contudo, um detalhe instigante não pode ser ignorado: o deslocamento do anúncio da seção habitual de “Anúncios” para a seção intitulada “Livre”. Esta última, geralmente localizada na segunda página do periódico, costumava reunir textos breves com matérias e artigos de temáticas variadas, o que justificava seu nome e formato mais flexível. Diferentemente dos anúncios, que se concentravam nas últimas páginas e tinham caráter funcional, a seção “Livre” desfrutava de maior visibilidade e, potencialmente, de maior prestígio editorial. Essa mudança, aparentemente sutil, reflete as transformações em curso e revela como o tom de um aparente comunicado simples se ressignifica, passando a performar um tipo peculiar de apelo político e público, com uma tentativa de distinção moral frente ao avanço e à consolidação do movimento abolicionista. Vejamos atentamente.

Inicialmente, Bellarmino Augusto de Aragão denuncia a fuga de três dos seus escravizados: Caetano, que havia escapado há quatro meses, e Francisco e João que, ao que tudo indica em fuga conjunta, estavam ausentes há 12 dias. Sem grandes e precisas descrições físicas dos envolvidos, o apelo do reclamante é revelador do momento-limite em que se encontrava a instituição escravista. Ao declarar que desejava libertar os fugitivos e apelar aos abolicionistas que “não põe dúvida em aceitar qualquer indenização que seja de justiça, afim de mostrar que não é o que dizem”, Bellarmino tenta se posicionar como um senhor moderado, razoável, diferente do estereótipo de escravista cruel e inflexível, e busca uma forma de legitimar sua posição de proprietário caridoso, favorável ao trabalho livre. Há embaraço nessa nota, ela é quase um pedido de desculpa e um atestado de mea-culpa perante o tribunal da opinião pública.

Mas não se engane, o texto parece estrategicamente calculado. Longe de ser um abolicionista, Bellarmino, pressionado pela crescente do movimento abolicionista e pelos acalorados debates políticos, tentava se apegar aos novos anseios de então, sem deixar de lado seus direitos de proprietário. Ao declarar que aceitaria ser indenizado, ele se coaduna aos debates parlamentares, sem, contudo, abdicar dos direitos de indenização como forma de compensação legal. Dessa forma, o uso do jornal para além a denúncia podia se justificar como *locus* para produzir argumentos e, quem sabe, provas a seu favor. Ao finalizar com: “Desejava ver todos fazerem o mesmo”, o autor buscava consagrar sua conduta como exemplar, configurando-se numa tentativa de construção discursiva de um

novo lugar de respeito e honra no campo da moral pública que se situava, segundo Chalhoub,

entre os princípios da primazia da liberdade e da defesa irrestrita do direito de propriedade privada. Esse é um dos eixos fundamentais do debate a respeito do encaminhamento político que se devia dar à ‘questão servil’ na segunda metade do século XIX. Afinal, discutir a liberdade de escravos significava interferir no pacto liberal de defesa da propriedade privada e, além disso, era a própria organização das relações de trabalho que parecia estar em jogo.²¹⁴

A Província de São Paulo soube transitar por esses caminhos. Porta-voz dos princípios republicanos e dos ideais de liberdade e igualdade, o periódico não negava suas alianças, nem disfarçava suas preferências. Entre notas abolicionistas e anúncios de escravizados fugitivos, evidenciavam-se as conveniências políticas que delineavam-se, entre a manutenção da escravidão com base no direito de propriedade e a proposta de uma emancipação progressiva, sustentada por medidas como a liberdade dos nascituros (Lei Ventre Livre²¹⁵) e indenizações aos senhores²¹⁶. Maria Helena P. T. Machado, chamou atenção para esse paradoxo desconfortável de um conflito moral-político da inviolabilidade do direito de propriedade cotidianamente estampado na imprensa oitocentista.

Fato constrangedor que revoltava as consciências, o anúncio nos jornais pedindo a captura de escravos fugidos em anos tão tardios, era combatido pelos jornalistas abolicionistas que censuravam vivamente os proprietários dos jornais que a tais procedimentos se submetiam, em troca da entrada de efetivos na empresa. O próprio Antônio Bento moveu uma campanha em São Paulo contra os jornais que se diziam simpáticos à causa abolicionista, mas aceitavam este tipo de anúncio.²¹⁷

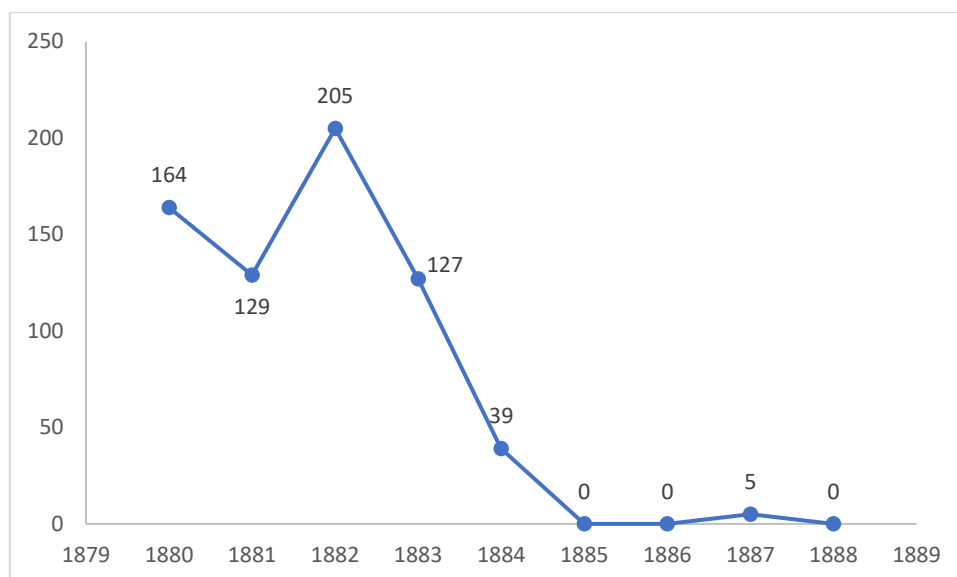
Esse era o caso d’*A Província de São Paulo*, que, embora se apresentassem à época como defensora dos ideais republicanos, seguia publicando anúncios pagos de escravizados em fuga. A análise dos registros de anúncios entre 1880 e 1888 revelam um movimento interessante marcado por um contexto de múltiplas tensões e conflitos. Observemos, a seguir, o gráfico que ilustra essa dinâmica:

²¹⁴ CHALHOUB, Sidney. Visões de liberdade, p. 121.

²¹⁵ Falaremos mais e melhor desta lei mais adiante.

²¹⁶ MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo e NEVES, L. M. B. P. das. **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 353

²¹⁷ MACHADO, M. H. P. T. Sendo cativo, p. 39.

Gráfico 2: Anúncios de fugas entre 1880 e 1888 em *A Província de São Paulo*²¹⁸

À primeira vista, os dados não causam surpresa. É esperado que o número de anúncios de escravizados fugidos tenha diminuído significativamente nos últimos anos da década de 1880, especialmente diante do avanço do movimento abolicionista. Contudo, ao interpretar esse declínio sob uma lógica teleológica, incorre-se no risco de atribuir a senhores e cativos uma suposta capacidade de antever e antecipar, de forma imediata e precisa, os desdobramentos das legislações abolicionistas em curso. Essa perspectiva tende a obscurecer elementos relevantes para a compreensão mais matizada desses números.

O primeiro aspecto digno de atenção é o salto observado entre os anos de 1881 e 1882, marcado por um expressivo crescimento de 58,91% no número de anúncios. Tal aumento pode ser entendido, em parte, pela força e potência das ações empreendidas pela Ordem dos Caifazes²¹⁹ e, em paralelo, pela consolidação da atuação da Caixa Emancipadora Luiz Gama. A primeira, era uma organização abolicionista radical que, após a morte de Luiz Gama, passou a atuar no planejamento e suporte logístico a fugas, fornecendo esconderijos provisórios e garantindo o deslocamento de escravizados

²¹⁸ A análise dos dados se deu até o dia 13 de maio de 1888.

²¹⁹ Robert Conrad propõe que a escolha do nome adotado por Antônio Bento possivelmente tenha origem em referências religiosas. O termo “caifaz”, encontrado na bíblia, alude a uma profecia segundo a qual Jesus deveria morrer em favor da salvação coletiva. Nesse contexto, os adeptos de tal concepção compreendiam-se como agentes da redenção. CONRAD, R. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**, *op. cit.*, p. 294. FRANCISCO, Renata Ribeiro. A dinâmica abolicionista nas lojas maçônicas de São Paulo (1850-1888). **Almanack**, Guarulhos, n. 32, 2022. p. 25

fugitivos ou resgatados para locais considerados seguros²²⁰. Atuando tanto na capital como no interior na província²²¹, os caifazes também contavam com o auxílio pecuniário e jurídico proporcionado pela Caixa Emancipadora Luiz Gama, uma sociedade fundada por estudantes de Direito, em 1881²²².

Manoel, “de cor parda e de idade de 30 anos pouco mais ou menos, de estatura regular, com falta de um dos dentes mostradores, bem feito de corpo, alguma coisa gago no falar, de profissão cocheiro e cozinheiro”, fugiu durante a mudança de seu senhor da província de São Paulo para Rezende (RJ), em setembro de 1882. Seu senhor, Marinho José Lopes tinha

[...] justos motivos para supor que o mesmo escravo foi seduzido por alguém da cidade de S. Paulo, para fugir e tratar de sua liberdade pela caixa emancipadora Luiz Gama, ao que esta foi o pretexto para prejudicarem o anunciante com essa fuga, pela qual protesta solenemente propor a ação criminal e de indenização contra o sedutor e ocultador de seu escravo, e oferece 50\$ de gratificação a quem prender o mesmo escravo e recolher à cadeia da cidade de S. Paulo, e mais as despesas de transporte, se o entregarem ao anunciante, nesta cidade de Rezende.²²³

A partir dos ofícios desempenhados por Manoel, é possível imaginar que ele desfrutasse de significativa mobilidade nos espaços urbanos e domésticos, o que lhe propiciava a construção de redes de sociabilidade fundamentais para a elaboração de estratégias de fuga e inserção social. Da mesma forma, a alegação de Marinho José Lopes de que seu escravizado teria sido aliciado por indivíduos ligados à Caixa Emancipadora Luiz Gama evidencia o grau de articulação e a crescente capilaridade das redes abolicionistas radicais em 1882. Tais redes já figuravam, à época, como presença concreta e ameaçadora no cotidiano dos senhores, minando a segurança do regime escravista por meio de práticas de desobediência e afronta.

Se 1882 marca o ápice na publicação de anúncios de fugas, como entender o vertiginoso declínio registrados nos anos subsequentes, chegando a desaparecer por completo em 1885, 1886 e 1888? Essa redução não pode ser atribuída a uma única causa, visto que resulta de um conjunto de fatores interligados, quase como em efeito cascata.

²²⁰ OTSUKA, Alexandre Ferro. **Antonio Bento**: discurso e prática abolicionista em São Paulo da década de 1880. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação História Social. São Paulo, 2015. p. 7. Segundo Conrad, Antonio Bento “mantinha uma casa de alojamentos par negros desabrigados, assinalada no exterior por um [sic] bandeira branca”. CONRAD, R. *op. cit.*, p. 294.

²²¹ DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. p. 102.

²²² OTSUKA, Alexandre Ferro, *op. cit.*, p. 124.

²²³ Atenção: escravo fugido. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 1882, p. 3.

Em primeiro lugar, os impactos concretos das campanhas abolicionistas tornavam-se cada vez mais visíveis, arregimentando aliados e proporcionando mais manumissões e fugas. Paralelamente, a diminuição efetiva da população cativa, mais a abolição decretada no norte do país em 1884, podem ter contribuído com a redução dos anúncios. Acrescente-se ainda a posição cada vez mais delicada dos senhores, pressionados pelas mudanças no sistema escravista: muitos passaram a negociar alforrias diretamente com seus cativos, buscando evitar fugas repentinas e, sobretudo, perdas econômicas e mão de obra²²⁴. Além disso, os próprios caifazes, como dito anteriormente, ao mesmo tempo em que incentivavam fugas, também conduziam campanhas contra jornais que insistiam em estampar anúncios de escravizados foragidos²²⁵. Dessa forma, para um periódico que se autodeclarava defensor das aspirações republicanas e contrário aos ódios de raças, não era de bom tom persistir na divulgação desse tipo de notícia²²⁶.

No entanto, a aparição das notícias de fuga de Caetano, Francisco e João, pagas²²⁷ por Bellarmino Augusto de Aragão, em 1887, chama a atenção por diversos motivos. Após dois anos sem veicular anúncios de escravizados fugidos, por que *A Província de São Paulo* publicaria cinco vezes o mesmo anúncio²²⁸? O tom apaziguador e indireto do texto justificaria a decisão editorial? Seria Aragão conhecido dos editores? Ainda que não possamos responder às perguntas, o fato é que a notícia trazia um elemento incomum: o senhor denunciava os fujões ao passo que declarava ter a intenção de libertá-los. Tal proposta destacava, de um lado, o caráter dissimulado e benevolente de Aragão em querer ser o senhor da liberdade, de outro, revelava seu esforço em recompor e assegurar sua

²²⁴ Segundo Hebe Mattos, após 1884, houve uma visível crescente desordem nas senzalas cafeeiras de São Paulo e uma falta de consenso entre os emancipacionistas conservadores. “Todo esse processo refletiu-se nas próprias senzalas, generalizando-se as fugas de escravos e as concessões de alforria em massa que tentavam evitá-la. Divididos entre os que acreditavam que deveriam lutar até o fim por seus direitos de propriedade e os que advogavam que apenas as alforrias em massa antes da Abolição poderiam preservar a ordem senhorial, os jornais interioranos digladiaram-se.” MATTOS, H. Laços de família e direitos no final da escravidão, p. 284.

²²⁵ MACHADO, M. H. P. T. Sendo cativo nas ruas, p. 39.

²²⁶ PESTANA, Rangel. Dez anos de feitos. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 4 jan. 1885, p. 1.

²²⁷ Normalmente, as notícias pagas eram acompanhadas por um registro numérico (5-2, por exemplo) que indicava, respectivamente, a quantidade de notas encomendadas e o número de publicadas. Esses dados, porém, não devem ser tomados ao pé da letra, pois nem sempre correspondiam ao total real de publicações. Ainda assim, constituem indícios relevantes para compreendermos a ordem lógica de funcionamento e organização dos anúncios e matérias pagas.

²²⁸ Se, desde 1885, os anúncios de fugas não eram mais parte constituinte do cotidiano impresso de *APSP*, o mesmo não se pode afirmar acerca das pequenas e aparentemente desprezíveis notas dispersas em outras seções do jornal. Em 1887, por exemplo, a seção “Rio de Janeiro”, registrava: “Consta ao *Paiz* que de uma fazenda de Cabo Frio fugiram 50 escravos” (*A Província de São Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1887, p. 2.) Já na seção “Municípios Paulistas”, lia-se: “Consta-nos que de uma fazenda em Itú fugiram ontem 150 escravizados” (*A Província de São Paulo*, São Paulo, 06 dez. 1887, p. 2).

mão de obra em tempo de incerteza. Não por acaso, ao final do texto, surge a referência a Benedicta: “Tem mais uma negra de nome Benedicta que está liberta com obrigação de lhe servir 3 anos”.

Esse episódio ilustra como, mesmo às portas da abolição, os senhores seguiam articulando estratégias para preservar seus interesses, lançando mão de projetos desiguais, como a concessão de manumissões condicionais²²⁹. Tais práticas, longe de constituírem concessões magnânimas, reforçavam uma lógica de assimetria: retiravam do horizonte dos cativos a possibilidade de compensação monetária, ao mesmo tempo em que reafirmavam a imagem do senhor como misericordioso na exata medida em que julgava conveniente²³⁰.

Mães e filhos/as em fuga

No entrelaçamento das notícias de fuga, emerge um tema sensível: a manutenção do núcleo familiar protagonizado majoritariamente por mulheres escravizadas. São elas que, movidas por afetos e coragem, desafiavam o sistema em sua engrenagem mais cruel: a separação forçada entre mães e filhos. Se fugir representava, por si só, uma afronta ao sistema escravista, fugir com seus rebentos – ao colo, às costas ou ainda no ventre – era reivindicar o direito de maternar fora do alcance do controle de senhores e senhoras. Não por acaso, ainda que em minoria, as fugas protagonizadas por escravizadas e suas crias existiram nas décadas de 1880.

Já falamos que a fuga era uma experiência singular e individual, cujas motivações profundas permanecem, muitas vezes, inalcançáveis. Trata-se de escolhas marcadas por urgências íntimas, negociações cotidianas e riscos extremos. Ainda assim, é possível (e necessário) conjecturar, a partir dos indícios disponíveis, quais anseios, afetos e estratégias impulsionavam mulheres como Joanna a escapar mesmo durante a gestação.

FUGIU, ontem, 22 do corrente, de casa de Bento Bernardino de Moares, a escrava Joanna, mulata, 35 anos, cabelos compridos, baixa, corpo cheio, falta de dentes na frente, pés grandes e chatos. Está grávida. Quem a entregar ou der

²²⁹ Enidelce Bertim explicou que a obtenção de alforrias condicionais estavam, normalmente, “atreladas à prestação de serviços por longos períodos, como até a morte do senhor e de seus filhos”. TELLES, L. F. da S. **Teresa Benguela**, p. 40.

²³⁰ ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 151–71, 2018.p. 154

notícias em casa do anunciante, em Santo Amaro, será generosamente gratificado.²³¹

O que significava, para Joanna, lançar-se à fuga carregando no ventre um filho por nascer? Que horizonte de futuro ela teria ousado entrever, ao arriscar tudo por uma liberdade que não seria apenas sua, mas partilhada e projetada sobre o corpo em gestação? É certo que os horrores do cativeiro bastariam, por si só, como impulso para tal aventura, mas, teria ela contado com alguma promessa de auxílio ou abrigo pós-fuga? Havia algum rumo previamente traçado, ou Joanna lançava-se ao incerto? O tempo de gestação de seu bebê, informação não detalhada no anúncio de fuga, também se configura como um elemento crucial para compreender a dimensão de seu cálculo e risco. Diante da ausência de documentos que encerrariam o enigma de sua trajetória, resta-nos uma certeza: fosse por impulso ou estratégia, essas mulheres projetavam para seus filhos uma expectativa de mundo diferente, menos cruel e, provavelmente, mais justo.

Entre os anúncios de fugas analisados, destaca-se a singularidade de um único registro de evasão paterna acompanhada do filho sem a presença da mãe. Este é o caso de Rozendo, um baiano de 35 anos, que, em 12 de dezembro de 1882, fugiu de Sorocaba. Ele estava acompanhado de seu filho, Claro, de aproximadamente 12 anos, e de outro dois homens, ambos coincidentemente chamados Bento, com idades estimadas entre 20 e 22 anos²³².

Os registros de fugas coletivas masculinas encontrados não explicitam vínculos familiares e, em geral, revelam perfis etários similares, sugerindo parcerias entre homens adultos, possivelmente irmãos, primos ou companheiros de senzala, mas, raramente pais e filhos²³³. Isso sugere que a presença do filho na fuga na província de São Paulo na década de 1880 era um gesto essencialmente feminino, um ato de enfrentamento, cuidado e projeto de liberdade familiar. Todavia, Isabel Reis nos chama a atenção para o fato de a ausência de homens nestas fugas não significar necessariamente a ausência deles nos bastidores. Por isso, não podemos descartar a possibilidade de participação dos

²³¹ **A Província de São Paulo**, São Paulo, 23 dez. 1881, p. 3.

²³² **A Província de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1882, p. 3.

²³³ Há um caso em 1883 que relata uma fuga coletiva com três homens (Christiano, Innocencio e Braz). Braz, o mais velho, com 50 anos, tem idade para ser pai dos demais, com 30 e 25 anos respectivamente. No entanto, a notícia não menciona grau de parentesco entre os fugitivos. (Escravos fugidos, **A Província de São Paulo**, São Paulo, 17 out. 1883, p. 3).

companheiros ou pais dos filhos em fuga²³⁴, dado que essa invisibilidade foi, em partes, engendrada em uma estrutura de dominação entre humanos na qual o “que realmente importava era o vínculo que unia mãe e filho escravizados, pois era o estatuto jurídico da mãe que determinava o do filho”²³⁵.

No livro *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*²³⁶, Robert Slenes demonstrou, junto com outros autores, a existência e a importância da família escrava, desafiando a visão de que escravizados não seriam capazes de formar laços familiares. O autor argumenta que a família escrava, muitas vezes enraizada em tradições banto-africanas, não era uma mera construção dos senhores, mas um *locus* central de resistência e solidariedade entre os cativos no centro sul do país. Essa organização familiar permitia a construção de identidades e laços que podiam fundamentar atos de subversão e rebelião, incluindo potencialmente fugas em grupo. Embora o livro não foque exclusivamente em fugas, a ideia de que a família era uma forma de resistir à dominação do senhorio implica que laços familiares poderiam ser mobilizados para ações conjuntas contra o sistema escravista.

Com o uso de diversas fontes primárias, como listas nominativas, censos e registros paroquiais, Slenes reconstrói quadros detalhados da vida familiar na senzala afim de romper com alguns estereótipos. Para ele, a instabilidade nas relações sexuais e a matrifocalidade refletiam, “sim, as condições de cativo, mas não traduziam valores e comportamentos viciados”²³⁷. Essas concepções distorcidas, historicamente disseminadas sobre a ausência paterna nos registros, eram mais resquícios da estrutura organizacional do sistema escravocrata do que propriamente uma prática costumeira dos homens negros e africanos.

²³⁴ REIS, Isabel. Uma negra fugio, p. 36 e 46. Diferentemente das nossas fontes, nas ocorrências analisadas pela historiadora, é normal os reclamantes descreverem os fujões e o seu grau de parentesco, como casados, amásios, camaradas, irmãos e primos.

²³⁵ *Ibidem*, p. 227. Ariza destaca que na lógica escravista matrilinear, as “informações sobre a paternidade de crianças escravizadas eram infrequentes nos registros oficiais produzidos sob o império e também sob a colônia. De fato, uma vez que a condição jurídica dos indivíduos era legada pelo ventre materno, a identificação das mães atendia suficientemente a interesses da camada senhorial e necessidades das autoridades públicas”. Cf. ARIZA, M. B. de A. *op. cit.*, p. 163.

²³⁶ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

²³⁷ *Ibidem*, p. 43.

Os estudos de Eugene D. Genovese e Herbert G. Gutman, na década de 1970, foram essenciais na construção de novos horizontes interpretativos das famílias escravas na América²³⁸. De acordo com Slenes,

[...] os dois autores argumentaram que a família nuclear, intergeracional e extensa (incluindo parentes fictícios, ou seja, ‘compadres’) era uma instituição forte e valorizada pelos escravos; que não há razões para concluir que as uniões conjugais em si fossem especialmente instáveis (fora a porcentagem, deveras significativa, separada por venda ou processo de herança); que os pais escravos, não apenas as mães, tendiam a ser figuras importantes na vida de seus filhos; e que os cativos tinham normas familiares próprias (por exemplo, segundo Gutman, proibindo casamentos entre primos-irmãos), que não eram simplesmente derivadas das de seus senhores.²³⁹

Angela Davis ressalta que os estudos de Gutman contribuíram de forma decisiva para colocar em xeque a tradicional “tese do matriarcado negro”²⁴⁰, deslocando o foco da suposta desagregação familiar para evidenciar a persistência, a vitalidade e a agência das famílias afro-americanas mesmo sob a brutalidade do cativeiro. No contexto brasileiro, a valorização dos vínculos familiares encontrou eco em medidas legislativas que refletiam tanto a presença ostensiva de núcleos familiares no interior do cativeiro, quanto na pressão exercida por essa população em favor da preservação desses laços.

Exemplo disso é o Decreto nº 1.695, de 1869, cujo artigo 2º vetava a desagregação de famílias escravizadas, proibindo a compra e venda separada de marido e mulher, assim como a separação de filhos menores de quinze anos de suas mães²⁴¹. Dois anos depois, a promulgação da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre²⁴², aprofundaria as medidas reformistas e gradualistas da abolição²⁴³. Essa lei representou uma inflexão no ordenamento jurídico escravista ao romper com o princípio

²³⁸ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 132-133.

²³⁹ SLENES, R. W. *op. cit.*, p. 47.

²⁴⁰ DAVIS, A. *op. cit.*, p. 23.

²⁴¹ “Art. 2º Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos.” Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>>. Acesso 12 jun. de 2025. Hebe Mattos afirma que, antes mesmo de 1869, com alguma frequência, havia a prática de respeitar os grupos familiares nas partilhas e vendas de cativos. Como bem observa Eduardo Paiva, os valores cristãos pesaram sobre a consciência de alguns escravagistas na hora de separar as famílias escravizadas. MATTOS, Hebe. *Laços de família*, p. 265. PAIVA, E. *apud* NASCIMENTO, W. S. Famílias escravas, libertos e dinâmica da escravidão no sertão baiano (1876-1888). *Afro-Ásia*, n. 35, 2007, p. 149-150.

²⁴² BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acesso: 10 out. 2025.

²⁴³ MENDONÇA, Joseli M. N. Legislação Emancipacionista, 1871-1885. In: SCHWARTZ, Lília M.; GOMES, Flavio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 277-284.

do *partus sequitur ventrem*, segundo o qual a condição jurídica da criança seguia a da mãe²⁴⁴. Com sua vigência, a lei declarava livres os filhos e filhas de mulheres escravizadas nascidos a partir daquela data. No entanto, essa liberdade era apenas formal: os filhos livres de mãe escrava permaneciam sob a tutela dos senhores de suas mães ou do Estado até os oito anos de idade. Ao atingir essa idade, o senhor tinha o direito de escolher entre entregar a criança ao Estado ou mantê-la sob sua guarda até os 21 anos, usufruindo de seu trabalho sem qualquer forma de remuneração efetiva. Embora a legislação prevísse uma indenização pecuniária de 600\$000 a ser paga “em títulos de renda com o juro anual de 6%”²⁴⁵ aos senhores que optassem por entregar a criança, o valor oferecido era inferior ao potencial de exploração do trabalho infantil.

Observando com cuidado o texto da lei, que será alvo de muitas críticas de abolicionistas de orientações diversas ao longo da década de 1880, fica evidente que a liberdade garantida aos filhos de mãe escrava era condicional. Era, por certo, criativa a classe senhorial brasileira quando tratava de seus interesses. Se, por um lado, a lei garantia juridicamente a liberdade dos filhos das cativas, por outro, exigia que essa liberdade fosse indenizada, ora pelo Estado, ora pelas próprias crianças, cujos direitos, paradoxalmente, já estavam assegurados no papel. Nesse sentido, a classe senhorial era mestra na nobre arte de dar nó em pingo d’água.

Cumprе lembrar que, por trás do véu retórico da benevolência e caridade senhorial, essas medidas emancipatórias promulgadas no derradeiro século XIX eram, em verdade, fruto das demandas cotidianas, das árduas negociações e dos gestos insurgentes da população negra. Segundo Chalhoub, elas são exemplos de leis que “foram arrancadas pelos escravos às classes proprietárias”²⁴⁶. Por isso, não surpreende que, à luz do dia, tais leis fossem sistematicamente ignoradas²⁴⁷, exigindo dos escravizados o constante improviso para viver entre as frestas da legalidade.

Vejamos, por exemplo, a trajetória de Barnabé, Marcolina, Antônio e Celestina, um dos raros casos registrados nos anúncios de fuga em que pai, mãe e filhos aparecem juntos:

²⁴⁴ CARULA, Karoline. Maternidade e trabalho na escravidão – Brasil, século XIX. **Almanack**, Guarulhos, n. 38, ef00424, 2024, p. 10. TELLES, L. F. da S. **Teresa Benguela**, p. 58.

²⁴⁵ BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.

²⁴⁶ CHALHOUB, S. Visões de liberdade, p. 30.

²⁴⁷ ARIZA, Marília B. A. Crianças e Ventre Livre. SCHWARTZ, Lília M.; GOMES, Flavio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 172

Itatiba 150\$000 – Fugiram, do abaixo assinado, morador na Ponte Nova deste município, os escravos Barnabé, crioulo, de 24 anos, cabra, bem-feito de corpo, fala manso, e nem que não esteja conversando está só mostrando os dentes, e Marcolina, casada com Barnabé; é mulata, baixa, corpo meio grosso, bochechuda e tem 20 anos mais ou menos, parece não ser bem ladina e levou dois ingênuos, Antônio, de 7 anos, bem mulato e Celestina, de 1 ano mais ou menos. Este casal de escravos fugiu há 3 meses mais ou menos e foi visto em S. João de Atibaia, e depois teve notícias que estavam em Santo Antônio da Cachoeira; supõe que estejam no bairro do Selado de Santo Antônio, aonde os referidos escravos têm parentes: advirto que ambos fugidos não têm sinal algum de castigo.²⁴⁸

A decisão do casal de evadir-se do domínio de Francisco de Paula Silveira revelase um tanto quanto audaciosa visto que a presença de crianças tornava a fuga mais arriscada e difícil, além de exigir atenção redobrada com os olhares vigilantes dos capturadores. Pode-se dizer que muitas experiências de fuga eram profundamente atravessadas pelas relações familiares, as quais tanto podiam dificultar quanto impulsionar a evasão. Para algumas mulheres, a recusa em deixar os filhos para trás constituía um obstáculo quase intransponível, capaz de inviabilizar a fuga²⁴⁹. Ao mesmo tempo, essa mesma recusa tornava-se um poderoso estímulo: fugir com os filhos significava não apenas libertar-se do cativeiro, mas também preservar a unidade familiar. No entanto, a presença de bebês e crianças tornava a evasão sobremaneira difícil: o ritmo mais lento da caminhada, os sons e choros incontrolláveis, bem como as exigências próprias do cuidado infantil, impunham obstáculos que frequentemente levavam as mães a desistirem da empreitada. Washington Santos Nascimento²⁵⁰ observa que muitos senhores, atentos a esse contexto, incentivavam a formação de famílias escravas justamente como estratégia de controle, transformando homens, mulheres e crianças em reféns simultâneos da ordem senhorial e dos próprios vínculos familiares e afetivos que os mantinham unidos.

Dessa forma, o itinerário escolhido por Barnabé e Marcolina chama atenção pela distância percorrida e pelo destino pretendido. Os rastros deixados para trás, revelam que o refúgio escolhido não era aleatório, ele se articulava com uma rede de pertencimento, com laços de sangue e afeto. O casal, acompanhado de dois filhos, portanto, repetia um gesto comum a tantos outros escravizados: empreendiam uma fuga em família, ao encontro de familiares como cúmplices e protetores²⁵¹.

²⁴⁸ Itatiba 150\$000. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 07 nov. 1883, p. 3.

²⁴⁹ SANTOS, Maria Emília V. *op. cit.*, p. 30.

²⁵⁰ NASCIMENTO, Washington Santos. *op. cit.*, p. 151.

²⁵¹ REIS, Isabel. *op. cit.*, p. 46.

A advertência final – “ambos fugidos não têm sinal algum de castigo” – funcionava como uma justificativa defensiva por parte do proprietário, que antecipava uma possível acusação pública de maus-tratos. Ao destacar a ausência de marcas físicas, ele tentava reafirmar sua imagem bom senhor e neutralizar interpretações que vinculassem a fuga a episódios de violência explícita. No entanto, o próprio gesto de fugir com filhos pequenos já revelava o grau de insatisfação e de ruptura profunda com as condições de cativeiro, ainda que sem marcas físicas. Representava a recusa de aceitar um futuro de sevícias indevidas, trabalhos exaustivos e violências gratuitas para os seus filhos.

O mesmo se deu com Francisco, de 35 anos, e Rita, de 25, que fugiram do senhor Antônio d’Almeida Sampaio em julho de 1883, levando consigo “três filhos ingênuos”.

Mesmo passados quatorze anos da promulgação da Lei nº 1.689 e doze da chamada Lei Ventre Livre, os pais de Antônio e Celestina sabiam que não podiam depositar fé cega nas promessas legais. O cotidiano revelava que, com frequência, a letra da lei se esvaziava na prática, tornando os direitos de liberdade e cidadania daquelas crianças ingênuas tão voláteis quanto o arbítrio senhorial que ainda moldava a ordem vigente. Em muitas circunstâncias, viver à margem da legalidade oferecia mais garantias de sobrevivência e dignidade do que confiar nos destinos traçados pelas legislações que, embora emancipatórias no papel, pouco alteravam as estruturas de dominação no cotidiano das senzalas e das ruas.

Não foi por acaso que outras mulheres seguiram o mesmo caminho. Gregória, com apenas 20 anos, abandonou sua senhora, d. Maria Thereza de Jesus Lopes, no Largo da Sé, n. 2, para tentar a sorte com sua filha ingênua de apenas três anos²⁵². Victoria, fula, “de 24 para 25 anos”, deixou o interior com sua filha recém-nascida, de apenas vinte dias, movida pelo desejo de viver livre na capital da província. Ainda que pouco conhecesse a cidade, ela era considerada boa de prosa e “bastante prendada”, atributos que, aos olhos da época, poderiam facilitar sua inserção no mundo urbano como trabalhadora livre. Seu senhor suspeitava que ela estivesse escondida nas imediações da região do Chá, espaço então marcado por circulação intensa de gente livre e oportunidade para quem buscava um refúgio possível para uma liberdade improvisada. Se ele estivesse certo, Victoria e

²⁵² Escrava fugida. **A Província de São Paulo**, São Paulo 05 mar. 1884, p. 3 e 30 mar. 1884, p. 3.

sua bebê teriam enfrentado uma longa caminhada, visto que a propriedade do seu senhor estava localizada na Rua São João, próxima à Praça da Sé²⁵³.

Rita, mulata de aproximadamente 32 anos, fugiu acompanhada da filha de tez clara, Benedicta, provavelmente uma mocinha, visto que era “mais alta e com mais corpo”²⁵⁴ que a mãe. Meses depois, seria a vez de Vicência lançar-se na estrada com sua filhinha de cinco anos, Carvina, para fugir do domínio de Francisca de Paula Magalhães²⁵⁵. E, desafiando todas as expectativas, deparamo-nos com Maria, uma jovem de apenas 18 anos, que, meses após o parto, empreendeu sua fuga, deixando para trás seu bebê que ainda amamentava.

Sem vestígios sobre os destinos de Joanna, Gregória, Rita e Maria, resta-nos apenas a esperança de que tenham encontrado amparo na solidariedade silenciosa dos inúmeros cúmplices da causa da liberdade. Que ferroviários e carroceiros lhes tenham aberto passagem; que comerciantes, em troca de um jornal, lhes tenham oferecido abrigo em seus estabelecimentos; que quitandeiras, com seus saberes de rua e faro de mundo, lhes tenham apontado os caminhos rumo ao desconhecido tão desejado. Que bacharéis tenham empunhado a pena a seu favor, instaurando litígios em seus nomes, ou, quem sabe, que tenham encontrado refúgio na Chácara da Tia Rosa Mina, no Brás²⁵⁶.

Cenas da Escravidão: o suicídio como um ato extremo de liberdade

Falar de morte é, sobretudo, refletir sobre a vida. Elemento constituinte da experiência escravista, a morte, em especial o suicídio de mulheres e homens escravizados, era uma constante, e não uma exceção. Apesar da sua recorrência, o ato de pôr fim à própria vida não se apresenta como um fenômeno simples ou de fácil interpretação, tampouco é autoexplicativo. Ainda assim, parte da produção historiográfica recente tem se empenhado em lançar um olhar mais atento e aprofundado sobre essas práticas, ultrapassando as abordagens quantitativas para problematizar seus significados simbólicos, subjetivos e políticos. Alguns estudos têm insistido em abordar esses gestos

²⁵³ O VIADUTO do Chá e o Legislativo paulista. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 dez. 2003. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=309976>. Acesso em: 13 fev. 2025.

²⁵⁴ Escravas fugidas. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 20 jun. 1882, p. 3.

²⁵⁵ 100\$000. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 03 nov. 1882, p. 4.

²⁵⁶ TELLES, L. F. da S. *Libertas entre sobrados*, p. 23; SILVA, Eduardo, *op. cit.*, p. 72-74.

como expressões complexas de resistência e subjetividade, escapando da “secura cruel”²⁵⁷ dos relatos policiais e das notícias tendenciosas da imprensa²⁵⁸.

Ainda que pareça paradoxal, tratar de casos de suicídios e filicídios cometido por mulheres escravizadas é, antes de tudo, lançar luz sobre motivações frequentemente não reveladas nas fontes documentais. Assim como as fugas, não conseguimos mensurar com exatidão a totalidade dos casos de “morte de si”. As fragilidades das fontes sobre o tema impõem desafios analíticos importantes, ainda que não insuperáveis. Dentre os obstáculos apontados por historiadores, destacam-se: a) a precariedade dos registros policiais da época, marcados pela ausência de infraestrutura institucional (como o funcionamento dos correios e falta de juízes), e por uma cultura de ocultamento de suicídios e tentativas²⁵⁹; b) manipulação de cenas de crimes por senhores, que buscavam encobrir suas violências sob a aparência de suicídio²⁶⁰; e c) a difícil diferenciação de suicídio e afogamentos, que sem uma testemunha, eram tratados em sua maioria como morte por afogamento²⁶¹. Tudo isso dificulta uma análise quantitativa segura sobre esses episódios. Contudo, Jackson André da Silva Oliveira, Saulo Veiga Oliveira, Ana Maria Galdini R. Oda e Mary Karasch conseguiram, a partir de relatos de viajantes, processos crimes e notícias na imprensa, construir quadros importantes sobre as experiências de homens e mulheres nos oitocentos que, de certa forma, conversam entre si e revelam o quadro uniforme quanto às motivações, métodos e usos dos suicídios por escravizados, libertos e livres.

Rejeitando explicações simplistas, Ferreira aborda o fenômeno do suicídio entre pessoas escravizadas na província da Bahia na segunda metade do século XIX como uma forma de “resistência e negociação utilizado por muitos escravos para obter sua liberdade ou alguma autonomia”²⁶². Com base nessa perspectiva, propomos analisar casos de mães escravizadas que decidiram pôr termo à própria vida e à de seus filhos. Diante da

²⁵⁷ Pegamos emprestado o termo de Mattoso, contudo, ela o utiliza para se referir aos arquivos policiais, mas não para criticar as análises historiográficas sobre eles. MATTOSO, Kátia M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 155.

²⁵⁸ FERREIRA, Jackson. “Por Hoje se Acaba a Lida”: Suicídio Escravo na Bahia (1850-1888). **Afro-Ásia**, 31, pp. 197-234, 2004. OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008.

²⁵⁹ FERREIRA, Jackson. *op. cit.*, p. 200.

²⁶⁰ MATTOSO, Kátia M. de Q. *op. cit.*, p. 155. “Pode acontecer ainda que esses dados sejam bastante inexatos: a morte violenta infligida a um escravo pelo senhor irritado pode ter sido camuflada de suicídio, e certos suicídios de homens ou de mulheres livres, podem ter sido declarados morte natural a fim de assegurar ao defunto o enterro na igreja.”

²⁶¹ KARASCH, M. C. *op. cit.*, p. 416.

²⁶² FERREIRA, Jackson. *op. cit.*, p. 198.

impossibilidade de uma abordagem quantitativa consistente, nosso foco será a problematização dos aspectos políticos e sociais das notícias n’*A Província de São Paulo*, entre 1880 e 1888 a partir da lógica de gênero.

Nesse sentido, o suicídio de cativas pode ser visto como forma de protesto e/ou fuga das condições desumanas do cativeiro, mas jamais deve ser reduzido a isso. Tal leitura requer que se reconsidere a complexidade dessas experiências como uma manifestação humana extrema que exige abordagens plurais, devendo ser compreendida à luz dos contextos históricos específicos em que ocorreram²⁶³. Assim como Roberto Radunz e Renata Siuda-Ambroziak, acreditamos que o “binômio suicídio e infanticídio” vai além das variáveis individuais trazendo à tona algo sobre a sociedade em que ele acontece²⁶⁴.

Para Fukumitsu e Kovács (2016), o suicídio, ou a sua tentativa, desafia a integridade e a potência das instituições sociais. Por isso, além das variáveis individuais, por exemplo, ‘as psicodinâmicas (como a personalidade), as questões culturais e sociais podem torná-lo mais complexo do que uma decisão desesperada de um indivíduo doente ou deprimido – toda morte traz à tona algo sobre a sociedade em que ela acontece’ (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 17). Isso significa que o comportamento infanticida ou suicida, enquanto manifestação humana, responde não só às complexidades de espectro individual (ou familiar), mas também às complexidades do espectro social, cultural e histórico de cada época/espço.²⁶⁵

No trato com as fontes sobre a escravidão, sobretudo quando nos debruçamos sobre trajetórias plurais e experiências marcadas por violências de múltiplas ordens, é comum que, pelo próprio ofício historiográfico, acabemos por atenuar, ou mesmo perder de vista, a dimensão humana e subjetiva do que significou, para tantos, simplesmente continuar vivos. Com frequência, na tentativa de reconstruir tais percursos, incorremos no risco de estabelecer comparações indevidas entre sofrimentos, como se fosse possível hierarquizar traumas ou estabelecer uma métrica objetiva para a dor.

Em análise sensível, Sasha Turner, em *The nameless and the forgotten: maternal grief, sacred protection, and the archive of slavery*²⁶⁶, argumenta que o predomínio das narrativas de resistência e resiliência na historiografia tem ofuscado o sofrimento emocional e a vulnerabilidade das mães escravizadas. Para a autora, o luto materno

²⁶³ OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *op. cit.*, p. 386. MOTT, Maria Lúcia de B. Ser mãe..., p. 92.

²⁶⁴ RADÜNZ, Roberto e SIUDA-AMBROZIAK, Renato. Infanticídio e tentativa de “morte de si mesmo”: atos extremos no universo escravista. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 28, e2021014, 2021. p. 4.

²⁶⁵ *Idem*.

²⁶⁶ TURNER, Sasha. The Nameless and the Forgotten: Maternal Grief, Sacred Protection, and the Archive of Slavery, *Slavery & Abolition*, v. 38, n. 2 (2017), pp. 232-250

constitui uma das cicatrizes invisível da escravidão, marcada por traumas profundos e difíceis de serem apreendidos nos registros tradicionais. Sua obra, ao dar “nome aos sem nome”, desloca o foco da mera exaltação de experiências heroicas para a afirmação da dor e da perda como dimensões legítimas da vivência escravista feminina. Nesse movimento, propõe uma metodologia que nos convoca a olhar além do que os documentos explicitam, reconhecendo que a ausência de registros sobre emoções não significa a sua inexistência. Tal perspectiva permite resgatar a complexidade da vida interior das escravizadas, reafirmando sua humanidade para além da condição de mercadoria.

Na esteira dessa proposta, destaca-se a advertência da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto em *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*²⁶⁷. Segundo a autora, o sofrimento humano, assim como o “estrango emocional e existencial” causados pela privação de liberdade, “não pode ser medido pela contagem de dias ou anos”. Portanto, ao analisarmos trajetórias de mulheres que recorreram a atos-limites, buscaremos compreender tais escolhas não como expressões de passividade ou desespero absoluto, mas como manifestações radicais de agência e sofrimento frente a um mundo que lhes negava humanidade. Em meio à brutalidade cotidiana do cativeiro, esses gestos extremos revelam camadas profundas de sentido, como insubmissão, recusa e denúncia, que desafiavam a lógica colonizadora e nos impõem o dever de escutá-las com atenção ética e sensibilidade histórica.

Os relógios marcavam meio-dia no dia 9 de maio de 1880, quando Francisca, cativa do capitão-tenente Manoel Marques Mancebo, acompanhada de Maria, sua filhinha menor de cinco anos, “pôs termo à sua existência e à da infeliz criança, precipitando-se ao mar na praia do Flamengo”²⁶⁸, na Corte. Dias depois, em Pirassununga, uma trágica coincidência:

[...] a 30 do passado pela manhã, uma escrava de nome Francisca, de 30 anos, mais ou menos, pertencente ao sr. José Antônio de Arruda, morador naquela cidade, lançou em uma cisterna, que existe no fundo do quintal, duas filhinhas, sendo uma de idade de 7 anos, e de nome Etelvina, e de outra, de nome Januaria, de 4 anos. Em seguida, atirou-se igualmente à mesma cisterna; morrendo todas asfixiadas e deixando ainda um outro filho de 20 dias de idade.²⁶⁹

²⁶⁷ PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018. p. 225.

²⁶⁸ Cenas da escravidão. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 12 maio 1880, p. 2.

²⁶⁹ Cenas da escravidão. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1880, p. 2.

As coincidências vão além do nome das envolvidas. Longe de configurarem episódios isolados ou desvios patológicos, essas histórias corroboram os dados encontrados por Karasch, Ferreira, Oliveira e Oda a respeito dos métodos mais recorrentes de suicídio entre a população escravizada. Segundo essas pesquisas, o afogamento figurava como o segundo método mais empregado pelos escravizados na hora de pôr termo à vida. Com uma amostra de 69 casos ocorridos na Corte, Karasch²⁷⁰ identificou o afogamento, o enforcamento e o uso de armas brancas ou de fogo como os métodos comumente escolhidos. Já Ferreira²⁷¹, ao analisar 524 registros, constatou que, entre as mulheres escravizadas na Bahia, predominavam o envenenamento, seguido pelo afogamento e enforcamento.

Mãe desnaturada – Em Santa Rita de Sapucaí uma escrava do sr. Plácido Nogueira, de nome Beatriz, assassinou seu filho pardinho de 4 para 5 anos de idade, com um machado, dando-lhe três medonhas machadadas, que esmigalharam a cabeça da inocente vítima! Em seguida Beatriz correu para o lado do rio Sapucaí, a cujas águas lançou-se, não se tendo afogado por ter o sr. Justino de Lorena se atirado ao rio para socorrê-la.²⁷²

Karasch e Bastide apontam a relevância da religião na definição dos métodos utilizados para pôr fim à vida²⁷³. Escravizados boçais, por exemplo, demonstravam uma tendência a optar pelo afogamento ou enforcamento, motivados por sentimentos de nostalgia e pela crença segundo a qual tais meios possibilitariam o retorno à terra natal e o reencontro com os ancestrais por meio da reencarnação²⁷⁴. Karasch observa que os “que se afogavam talvez acreditassem que a água era a barreira (Calunga) que tinha, de cruzar para chegar à África e reunir-se aos ancestrais”²⁷⁵.

Mas, se tratando dos casos aqui analisados, nas últimas décadas de 1880, no qual havia mais crioulas que africanas escravizadas, até que ponto a dimensão religiosa pode ser considerada determinante na escolha dos métodos de morte? Se o afogamento constituísse, de fato, uma decisão premeditada orientada por um desejo de reencontro espiritual com os familiares ou de retorno simbólico à ancestralidade africana, como

²⁷⁰ KARASCH, M. C. *op. cit.*, p. 416.

²⁷¹ FERREIRA, Jackson. *op. cit.*, p. 231.

²⁷² Mãe desnaturada. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 1886, p. 2.

²⁷³ Sobre a cosmogonia dos afro-jamaicanos no século XVIII, Sasha Turner afirma: “Embracing death as a return home where the dead reunited with lost friends and family led many enslaved people to hasten their journey and reunion by committing suicide. Another observer reported that enslaved Africans imagined ‘they shall change their condition [in death], from servile to free, and so for this reason often cut their own throats’.” TURNER, S. *op. cit.*, p. 237.

²⁷⁴ BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros: 2. série**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951. (Boletim CXXI, Sociologia, n. 2). p. 2.

²⁷⁵ KARASCH, M. C. *op. cit.*, p. 418.

explicar o gesto de Beatriz, que, antes de se lançar à água, desferiu machadadas no próprio filho? Ela, como provável mãe crioula, podia recorrer à crença de retorno espiritual à África?

No contexto paulista das últimas décadas do século XIX, Oliveira e Oda²⁷⁶ observam não haver indícios claros de que os meios escolhidos para o suicídio estivessem diretamente vinculados a práticas ou crenças religiosas específicas. Seus dados, assim como os nossos, não oferecem subsídios suficientes para identificar a origem dos indivíduos que atentaram contra a própria vida. Sabe-se que, em 1886, os africanos representavam apenas 0,49%²⁷⁷ do total da população da província de São Paulo.

Fosse Beatriz, ou as duas Franciscas, de origem africana ou nascidas no território brasileiro, é fundamental considerar que a estrutura familiar escrava, ainda que sujeita a constantes rupturas, desempenhou papel central na articulação e na permanência de valores culturais centro-africanos, que não apenas sobreviveram, mas foram continuamente ressignificados ao longo do tempo²⁷⁸. Turner ressalta que o cristianismo, por exemplo, introduziu uma nova forma de interpretar a morte através da noção de justiça divina:

Divine justice would be doled out in the hereafter when those who ‘have tormented them here, will most surely be tormented in their turn hereafter.’ Enslaved people considered themselves heirs of the divine being who cared for them, protected them, and guaranteed them justice in the next life. The emergent belief in death as a purveyor of justice and rest assured the living that the dead were at peace.²⁷⁹

Desta forma, podemos supor que os valores religiosos e culturais ancestrais africanos se faziam presente no cotidiano da população negra de 1880, porém, não conseguimos dimensionar o peso e o impacto das crenças africanas e ocidentais frente às escolhas e decisões de ações como o suicídio e o infanticídio.

A Província de São Paulo costumava registrar episódios envolvendo pessoas escravizadas na segunda página, frequentemente sob rótulos espetaculares, como no caso de Beatriz, apresentada como “Mãe desnaturada”, ou em seções de caráter mais genéricos,

²⁷⁶ OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *op. cit.*, p. 383.

²⁷⁷ **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística.** São Paulo: Typografia King, 1886, p. 24.

²⁷⁸ SLENES, R. W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *op. cit.* p. 172. ROBERSTON, Claire. Africa into the Americas? Slavery and women, the Family, and the gender Division of labor. In: GASPAR, David; HINE, Darlene (eds.). **More than chattel: black women and slavery in the Americas.** Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

²⁷⁹ TURNER, S. *op. cit.*, p. 241.

a exemplo de “Cenas da Escravidão”. Tais histórias surgiam em espaços marginais, intercaladas entre colunas que se distribuíam, de maneira dinâmica, entre as seções: “Comércio e Agricultura”, “Noticiário” e “Seção Livre”. Como os próprios nomes indicam, perfilavam entre si notícias sobre o desenvolvimento econômico agrícola, como a renovação do trabalho no campo e as inovações agrícolas; e notícias cotidianas sobre a vida na capital e em outras províncias. É nesse entremeio de registros que, ocasionalmente, surgiam relatos trágicos envolvendo mulheres escravizadas, inseridos ora na “Seção Livre”, ora em “Noticiário”. A coluna “Cenas da Escravidão”, por exemplo, era dedicada à divulgação de episódios com apelo emocional, como os suicídios, filicídios, atos de insubmissão, contendas entre senhores e cativos, além de denúncias de maus-tratos. Sua aparição esporádica sugere um critério editorial pautado menos pela regularidade e mais pela intensidade do impacto que tais histórias poderiam exercer sobre os leitores.

Em 22 de setembro de 1885, os leitores da seção “Noticiário”, se depararam com o caso de uma mãe em “um verdadeiro acesso de loucura transitória”. A tragédia teria ocorrido no dia 7 do corrente, quando foram encontrados os corpos de duas meninas ingênuas submersos em um tanque da fazenda do sr. Joaquim Damião Pestana. A mais velha tinha dois anos e meio; a mais nova, aproximadamente quatro meses de idade. A mãe das crianças, que havia fugido do local, foi localizada cinco dias após o ocorrido e recolhida imediatamente à cadeia. Na ausência de testemunhas oculares, a mulher negou qualquer responsabilidade pelo crime até quando pode. Mas, caindo em contradições e, possivelmente, submetidas a pressão de ordem psicológica ou mesmo de violência física, acabou confessando que:

[...] tendo sido castigada por seu senhor, por causa de um pequeno furto, perdera a cabeça, e agarrando nas duas filhinhas, atirara-se no pequeno tanque com elas; mas, depois de ter bebido grande quantidade de água, sentiu-se bastante incomodada, e procurou retirar-se, deixando as duas crianças porque já estavam mortas.²⁸⁰

Malograda na empreitada e tomada pelo medo das punições de seu senhor ao saber a verdade, a mulher optou pela fuga. Em um momento de profunda vulnerabilidade, confrontada com uma realidade insuportável e um futuro incerto, essa mãe escolheu confrontar de maneira radical a lógica escravocrata. Preferiu a morte às contínuas sevícias infligidas por seu senhor. Sob o título “Desgraça”, a notícia encerra com um apelo

²⁸⁰ Desgraça. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 22 set. 1885, p. 2.

às autoridades para que aprofundassem as investigações, a fim de determinar se os eventos relatados configurariam um crime propriamente dito ou se se tratava de um caso de “verdadeiro acesso de loucura transitória”. Cumpre observar que, em nenhum momento, a matéria questiona a conduta do proprietário da moça escravizada, nem cogita o infanticídio ter sido motivado por castigos empreendidos por terceiros. Pelo contrário, enquadra a mãe como louca ou criminosa, determinando seu gesto como resultado da sua inferioridade mental e consequente irracionalidade.

Essa perspectiva, longe de ser pontual, aparecia contumazmente nas páginas nada isentas dos diários da *Província de São Paulo* na virada do século. Neles, era recorrente a associação entre o suicídio, sobretudo quando cometido por pessoas empobrecidas e negras, e a inferioridade moral. Entendido como um sintoma da degeneração mental e moral das mulheres negras, era por essas e outras que o pacto eugênico era produzido, criando um consenso social em parte dos grupos dominantes e camadas médias urbanas a respeito das mulheres negras. Em 1884, um tal de “observador vigilante”, atribuía a frequência desses atos entre os despossuídos à sua alegada inclinação ao vício, afirmando que esses atos deturpavam a moral pública e produziam “cenas desoladoras, que nos compungem os corações, envergonhando-nos aos olhos dos estrangeiros”²⁸¹. Era normal, nesse contexto, a associação entre o suicídio e a loucura, reforçada pelo uso do adjetivo “louco” antes ou depois do termo “suicida”. Da mesma forma, era frequente o vínculo atribuído entre suicídio e alcoolismo, e este aos populares, criando, assim, um círculo explicativo no qual a pobreza seria origem e a prova da degenerescência moral dos indivíduos²⁸².

Esse tipo de construção discursiva revela como o suicídio, mais do que um fenômeno individual ou psicológico, era mobilizado como um diagnóstico social profundamente atravessado por marcadores de classe e raça. Contudo, uma década após a abolição, instaurou-se um intenso debate em torno da tentativa de censura da imprensa quanto à publicação de notícias sobre suicídios. Em 1898, o autor O. B. criticou a tentativa da imprensa de silenciar os casos de suicídio, destacando que, mesmo após dez dias de ausência nas manchetes, os suicídios continuaram a ocorrer e, paradoxalmente, passaram a ser ainda mais comentados. Para ele,

²⁸¹ VIGILANTE, O observador. Santa Casa de Caridade em Jundiaí. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 2 jul. 1884, p. 1.

²⁸² SEABRA, Alberto. O Alcoolismo: I. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 ago. 1902, p. 1.

Isso prova[va], ainda mais uma vez, que a Imprensa, com uma vaidade notável, exagera a sua própria importância, quando pensa que o público, para estar informado do que se passa, não pode dispensar os seus bons officios. Uma notícia, para ir em cinco minutos do cais Pharoux à floresta da Tijuca, dispensa Marinonis e repórteres: vai por si mesma, com uma velocidade de telegrama, por esse télégrafo sem fios que é o zum-zum do populacho.²⁸³

O.B. ironizava a influência da imprensa, afirmando que ela superestimava seu papel como mediadora da informação, uma vez que os boatos populares, transmitidos de boca em boca, eram mais rápidos e eficazes do que qualquer repórter ou jornal. Mas tratava-se de crítica ambígua. Primeiro, porque foi publicada em um jornal. Segundo, porque sugere que o “zum-zum do populacho” existia independentemente dos jornais. Este conceito, de “zum-zum”, é curioso. Pois parece ser um alerta nada velado aos periódicos de que era preferível controlar a circulação de notícias, como o suicídio, do que deixar solto, por conta do “télégrafo sem fio” do “populacho”, ou seja, de gente muitas vezes iletrada e ignorantes, no modo de entender de pessoas como O. B.

Na sequência, Fernando X, no artigo “O suicídio e o meio social”²⁸⁴, também questionava a eficácia das tentativas de censurar ou suavizar, por meio de eufemismos, a abordagem dos casos de suicídio na imprensa, pois, para ele, essas medidas revelavam-se inúteis diante da complexidade do fenômeno. Sua crítica se apoiava em argumentos científicos extraídos da então recém-publicada obra de Émile Durkheim, *O Suicídio: um estudo de Sociologia* (1897), na qual o sociólogo francês sustenta que os fatores extra sociais, como hereditariedade, clima, loucura, alcoolismo ou imitação, possuem pouca relevância na explicação do suicídio. Em contraste com leituras anteriores, marcadas por reducionismos, começava-se a interpretar o suicídio a partir de perspectivas mais amplas, que envolviam dimensões como a interação social, a religiosidade, as questões de gênero e os contextos políticos. O suicídio, nesse novo enquadramento, era compreendido como um “fenômeno social”, cujas causas e implicações ultrapassavam o indivíduo e atravessavam os domínios estruturantes da vida coletiva.

Mas por que estamos trazendo tudo isso à tona? Porque esse tipo de análise, ainda que incipiente, já existia na década de 1880, mas só passou a ganhar visibilidade nas folhas da imprensa e na esfera pública após a abolição, quando a liberdade formal tornara-se, ao menos juridicamente, um bem comum. Nesse novo contexto, tais interpretações tornavam-se mais palatáveis, pois já não representavam uma ameaça direta à ordem

²⁸³ O.B. Diário do Rio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 jun. 1898, p. 1.

²⁸⁴ X, Fernando. O suicídio e o meio social. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1898, p. 2.

escravocrata nem impunham obstáculos à consolidação de estereótipos sociais. Sem uma problematização maior e um olhar social mais complexo, tornava-se conveniente e, de certa forma, mais palatável, classificar Beatriz como uma “mãe desnaturada” ou taxar de louca tantas outras mulheres negras que ousavam falhar diante dos ideais moralizantes (e paralisantes) de maternidade e feminilidade.

Vejamos, por exemplo, a história de Antônia Maria da Conceição, “mulher honesta e boa mãe de família”, moradora da região Macacos, na Paraíba, e casada com Antônio Manoel Ramos, que, no dia 25 de abril de 1893, num acesso de “alucinações e furor inconsciente degolou uma filhinha de menos de dois anos de idade”. Ex-interna do hospital de Espírito Santo, há seis anos Antônia já havia matado seus outros dois filhos, mas após tratamento voltou “a seu estado normal de sanidade”. O texto reproduzido pelo *O Estado de São Paulo* cede condolências à ré e diz compreender que ela sofria das “faculdades” e precisava de “manicômio”.

Se desde a primeira vez a infeliz mãe tivesse permanecido no hospital, conhecida a sua mania sanguinária ter-se-ia evitado mais este triste infanticídio. Estamos de acordo com Lombroso, pedindo para os criminosos desta ordem, não a cadeia, mas o manicômio. Todo o criminoso não é louco segundo a teoria do celebre antropologista, mas muitos loucos podem ser criminosos como essa infeliz mulher. A estes, hospital...²⁸⁵

Mulheres como Antônia, quando “bem” aceitas pela sociedade, tinham seus destinos interditados pela ciência e pela caridade. Apesar de “boa mãe”, ela deveria ter “permanecido no hospital” para o bem da sociedade. A antropologia criminal de Lombroso referenciada no texto sugere, em certa medida, os caminhos já bem entendidos de uma classe letrada que incorporava teses científicas e racialistas. Idealizador da criminologia italiana positivista, Edjane Silva, afirma que Lombroso associava sexo e criminalidade ao passo que “rejeitava a definição meramente legal e enfatizava o determinismo ao invés da responsabilidade individual”²⁸⁶, pregando, assim, um tratamento para o criminoso com vistas à proteção da sociedade. Desta forma, o redator da notícia deixa entrever que mulheres como Antônia não deveriam ter seus direitos reprodutivos assegurados, uma vez que precisam estar sob controle e vigia constantes.

²⁸⁵ FATO MONSTRUOSO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 de abril de 1893, p. 1.

²⁸⁶ SILVA, Edjane E. D. da. A (des)construção da identidade social de mulher criminosa: estigmas, negociações e diferenças. 2012, 30f. Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=0d6d4579fd82b210>. Acesso em março de 2023. p. 5

Por isso, encerrava pedindo às autoridades que recolhessem “a infeliz mulher ao hospital e não a cadeia”.

Apesar do exposto, resta-nos um incômodo: Antônio Maria era branca ou negra? Seu nome, assim como o de seu marido, sugerem léxicos portugueses. Será que a comiseração do noticiário se dava devido à cor e etnia de Antônio? Caso fosse uma liberta ou mulher de cor, teria ela o mesmo tratamento das folhas? O sensacionalismo dos noticiários dos crimes femininos evidencia o modelo de mãe e mulher que, em alguma medida, contradizia com os delitos cometidos e com os perfis normativos permissíveis. Títulos como “Crime Revoltante: mãe que mata sua filha”; “Medida Moralizadora”; “A indústria necromântica”; “Louca”; “A arte de seduzir os homens”; “Bárbaro crime”; “Mãe bárbara”; “Desgraça”; “Mãe desnaturada”; se contrastavam com os indiferentes títulos das notícias de infanticídio e estupro cometidos por pais: “Triste brutalidade”; “Incesto”; “Que pai!”; “Prisão importante”; “Crime horroroso”. Igualmente, o jornal fazia questão de chamar a atenção para o episódio excepcional em que, por um dia, o número de mulheres presas superou o de homens:

Senhoras no xadrez – Decididamente o mundo anda às avessas; na polícia ontem era maior o número de desordeiras que o de desordeiros; ao passo que não recolheram um só cidadão, prenderam, entretanto, d. Deolinda Maria Madruga e d. Maria das Dores por provocarem os transeuntes que passavam pelo beco dos Mosquitos. Calúnias...²⁸⁷

Ora, por que duas mulheres presas em um único dia seriam tratadas como um caso excepcional? O que os editores buscavam ao conferir destaque a esse episódio? Ao que tudo indica, a intenção era reforçar padrões de recato e moralidade atribuídos à conduta feminina, convertendo o desvio em espetáculo e reiterando os limites sociais impostos às mulheres. Ao analisar processos judiciais envolvendo infanticídios e tentativas de suicídio, os historiadores Radünz e Siuda-Ambroziak destacam a virulência tanto das narrativas quanto dos silêncios jurídicos que atravessam os atos-limites. Segundo os autores, as violências inerentes ao sistema escravista emergem com particular nitidez quando as justificativas oferecidas para o crime de infanticídio evocam categorias como loucura, possessão demoníaca, ao desvio de conduta²⁸⁸. Da mesma forma, em nenhum momento, se considera a hipótese de tais crimes resultarem de excesso de castigos

²⁸⁷ Senhoras no xadrez. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, 4 mai. 1884, p. 2.

²⁸⁸ RADÜNZ, Roberto e SIUDA-AMBROZIAK, Renato. *op. cit.*, p. 2.

impostos às mulheres envolvidas²⁸⁹ (como no caso de anterior), assim como não se reflete sobre o luto materno possivelmente vivenciado por elas.

Mais adiante, retomaremos a análise dos perfis e estereótipos construídos em torno das mulheres que não performavam a maternidade segundo os parâmetros normativos hegemônicos. Por ora, cabe destacar que a veiculação de histórias como essas não era nem gratuita, tampouco meramente passional. Os títulos, a linguagem utilizada e até mesmo a pontuação gramatical obedeciam a uma lógica discursiva precisa, voltada à produção de lógicas de exclusão que articulava, de maneira intencional, gênero e raça como categorias de subjugação e controle.

Em 19 de março de 1881, no distrito da Vila do Arroio Grande, São Pedro do Sul, corriam boatos de que Tulia Gonçalves da Cunha, de vinte anos e filha do senhor Gonçalves da Cunha, havia cometido suicídio. Seu corpo foi encontrado no interior de um poço, apresentando “ligeiros ferimentos no rosto”²⁹⁰. No entanto, após averiguação preliminar, o delegado de polícia concluiu tratar-se de homicídio. Submetida a interrogatório, a “escrava da casa”, Serafina, de 22 anos, assumiu a autoria do crime. Segundo seu depoimento, ela teria conduzido Tulia para junto do poço sob o “pretexto de matarem uma cobra; que quando Tulia procurava a cobra agarrou-a pelas costas e a submergiu no mesmo de cabeça para baixo”. A notícia afirma que a ré não estava arrependida “porque Tulia era muito má para ela e para seus filhos, pois que os castigava todos os dias com rigor”²⁹¹.

À época do crime, Serafina encontrava-se grávida e, um mês depois, havia dado à luz na prisão. O assassinato por ela cometido, ainda que motivado por uma trajetória de violência e opressão, não foi interpretado pela redação como uma expressão de desespero ou de autodefesa, ao contrário, foi simplesmente silenciado. Assim, o gesto de Serafina, praticado em nome de si mesma e de seus quatro filhos, foi rapidamente reduzido, no discurso público, a mais um episódio de desordem. Histórias como essas, protagonizados por mulheres escravizadas, desafiam os discursos hegemônicos de passividade e docilidade feminina, revelando, paradoxalmente, gestos de agência, recusa e ruptura. São

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 15.

²⁹⁰ Cenas da escravidão. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 07 mai. 1881, p. 2.

²⁹¹ *Idem*.

mulheres que, conscientes de sua condição de “coisa” e “carne”²⁹², sob os desígnios de uma instituição secular e patriarcal, optaram por matar e morrer, recusando-se a perpetuar a lógica da servidão em seus corpos e nos de seus rebentos. Não se trata de atos motivados por alguma forma de histeria materna, de desvio moral ou de um suposto “poder místico”²⁹³ atribuído à maternidade. Ao escolherem matar as próprias crias, essas mulheres se recusam em testemunhar a transição de suas crianças para a idade adulta sob as mesmas condições brutais que as moldaram²⁹⁴. Esse gesto, por mais doloroso que fosse, interrompia a genealogia do cativo, inscrevendo no corpo da história um ato de resistência visceral.

Portanto, não nos parece mera coincidência que a maioria dos registros de fugas envolvendo mulheres esteja associada à presença de suas filhas, assim como não nos é irrelevante que três, das quatro histórias de suicídio aqui apresentadas, tenham como protagonistas precisamente mães e filhas. O caso de Francisca, em Pirassununga, é exemplar: ao lançar-se no tanque, ela levou consigo as duas filhas, poupando apenas o filho bebê. Como tantas outras, Francisca parece compreender profundamente as estruturas que moldavam o destino de meninas negras. Sabia, por experiência e observação, que a legislação oferecia pouca ou nenhuma proteção àqueles marcados pela cor e pela condição social, e que, naquela sociedade, as possibilidades de sobrevivência e mobilidade eram, ainda que limitadas, mais acessíveis aos homens. Nesse contexto, o filicídio de meninas não deve ser interpretado como negação do amor materno ou mera fuga da realidade, mas como um gesto extremo de proteção, uma tentativa desesperada de subtrair essas meninas de um futuro inescapável de opressão, exploração sexual e sofrimento. Ao mesmo tempo, constituía também uma forma de manobra, por meio da qual as mães atingiam diretamente o direito de propriedade dos senhores, interrompendo tanto a capacidade produtiva quanto a reprodutiva dessas crianças²⁹⁵.

²⁹² SPILLERS, Hortense J. *Mama's Baby, Papa's Maybe: An American Grammar Book*. **Diacritics**, Baltimore, v. 17, n. 2, p. 64-81, 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/464747>. Acesso em: 02 jul. 2023.

²⁹³ DAVIS, Angela. *op. cit.*, p. 41.

²⁹⁴ Importa ressaltar que, se por um lado os filhos podiam constituir um elemento catalisador do desespero que levava ao suicídio, por outro, também podiam representar um poderoso vínculo com a vida, funcionando como motivo para resistir e permanecer.

²⁹⁵ KING, Wilma. “Suffer with them till death: slave women and their children in nineteenth-century America. In: GASPAR, David; HINE, Darlene (eds.). **More than chattel: black women and slavery in the Americas**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996. p. 150; ROTH, Cassia. **Justiça abortada: a vida reprodutiva das mulheres e a lei no Brasil, início do século XX**. Trad. Luiza T. Costa. São Paulo: Ed. Hucitec, 2020.

Mesmo em contextos marcados por supostos avanços legais, como a Lei do Ventre Livre, muitas mulheres continuaram a optar por aquilo que, para elas, se apresentava como a única liberdade possível para si e para os seus: a morte. Motivadas pelas crenças espirituais ou não, nos parece que o suicídio e o infanticídio devem também ser compreendidos como resposta à imprevisibilidade do destino político e social de seus filhos e filhas, ao medo da reescravização, e à ausência de qualquer garantia estatal de proteção.

Oliveira e Oda sugerem que a divulgação de casos de suicídio de pessoas escravizadas na imprensa “pudesse ser influenciada por questões políticas, por ter apelo na divulgação da causa abolicionista, já que a denúncia dos horrores da escravidão constituiu importante argumento dos antiescravistas”²⁹⁶. Essa hipótese pode ser pertinente no caso de periódicos negros, no entanto, não acreditamos que aqueles ditos republicanos, como a *APSP*²⁹⁷, tenham se valido da mesma estratégia. Pelo contrário, os indícios reunidos ao longo desta pesquisa apontam que *A Província de São Paulo* utilizava tais notícias com o objetivo de construir e reforçar uma ideia comum de que homens e mulheres escravizados tinham caráter questionável e índole duvidosa. Este argumento se intensificará, como veremos nos capítulos seguintes, com a conquista formal da liberdade, momento em que o periódico passará a mobilizar com maior recorrência categorias como, degeneração, civilização, criminalidade, liberdade, e hereditariedade para justificar a exclusão social das mulheres negras e reafirmar sua suposta degenerescência.

Mulheres malvadas

No topo da página dois da edição de 31 de agosto de 1884, na segunda coluna da direita para esquerda, destacava-se uma notícia-anúncio sob o título “Ingratidão de mulheres malvadas”²⁹⁸. Com um tom moralista e acusatório, o texto contava a história de Maria das Dores, uma mulata alforriada por seu benfeitor português que, não apenas havia lhe concedido a liberdade em “tempos dos escravos caros”, mas também a acolhido como

²⁹⁶ OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. *op. cit.*, p. 379.

²⁹⁷ Para facilitar a leitura e garantir maior fluidez à escrita, optamos por utilizar as siglas APSP (*A Província de São Paulo*) e OESP (*O Estado de São Paulo*) ao longo do texto.

²⁹⁸ A classificação de “notícia-anúncio” deve-se tanto ao tom declaradamente denunciatório quanto à presença, ao final do texto, da marcação “2-1”. Esse indicativo numérico era uma prática comum na imprensa do século XIX, utilizada para sinalizar ao público que o conteúdo em questão havia sido pago pelo anunciante e que seria republicado em edição futura, conforme o número de inserções assinaladas. Cf.: Ingratidão de mulheres malvadas. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1884, p. 2.

companheira. Segundo a nota, o casal vivera junto por cerca de quatorze anos e tivera quatro filhos. Tudo corria bem até que Maria teria deixado se seduzir por um parente do ex-senhor trazido da Europa. A história, então, culminava na fuga dos amantes e no abandono de tudo e todos.

Provavelmente escrita pelo preterido português, a nota carrega consigo múltiplos sentidos simbólicos e políticos. A começar pelo título, o qual ecoava um repertório discursivo muito comum entre as classes senhoriais: a retórica da ingratidão, frequentemente empregada para desqualificar qualquer gesto de autonomia das escravizadas e libertas. A figura do homem branco benevolente capaz de comprar a liberdade de uma cativa “no tempo dos escravos caros”, e fazê-la de sua companheira, levando-a para Europa sem recuar “ante a *vergonha* que passou junto à sua família e todos que o conheciam”²⁹⁹, reforça a ideologia do favor eterno e as hierarquias raciais de então. Ao romper com esse pacto de subordinação, fica evidente que Maria das Dores não é tratada como uma mulher livre no sentido pleno da palavra. O seu estatuto jurídico de liberta é acionado logo nas primeiras linhas como forma de estabelecer um dispositivo de subordinação que se desmembra ao longo do texto em três grandes pilares: ser liberta, mulher e mãe. Nesta ordem, a notícia constrói um argumento segundo o qual a condição materna deveria se sobrepor às demais. Num primeiro momento, esperava-se que a mulher forra mantivesse os laços de dependência, deferência e lealdade com seus antigos (e eternos) senhores³⁰⁰. Caso isso não ocorresse, acreditava-se que os laços maternos e a condição nata da maternidade, seriam colocados à frente dos desejos carnis e levianos. Maria das Dores rompeu com todas essas expectativas. Deixou para trás filhos e companheiro, sendo, portanto, descrita como malvada e ingrata. Assim, o ponto central da denúncia é deslocado da infidelidade matrimonial e senhorial para o abandono dos filhos.

[...] teve coragem de abandonar os quatro filhos, sendo uma menina ainda de peito! Que coração de mulher malvada. Causa pena ver a menina durante toda a noite chorar e chamando pela mãe. Que injustiça! que crueldade! Vejam os que a conhecem como não estará o coração do pai dos quatro inocentes. Ele não seria capaz de fazer isso. E a malvada morando no Largo Municipal bem sossegada com o seu sedutor.³⁰¹

²⁹⁹ Grifo nosso. Ingratidão de mulheres malvadas. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1884, p. 2.

³⁰⁰ MACHADO, M. H. P. T. Corpo, gênero e identidade, p. 160-161.

³⁰¹ Ingratidão de mulheres malvadas. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1884, p. 2.

Maria das Dores é descrita como cruel por ter abandonado os filhos e, simultaneamente, tem sua capacidade de agência questionada pela forma como a notícia se refere ao amante, como “seu sedutor”, insinuando que ela não teria capacidade de tomar tal decisão sozinha. A notícia pune a mulher duplamente: primeiro, por romper com os vínculos maternos e, depois, por transgredir os limites do comportamento feminino idealizado. De volta ao título – “A ingratidão de mulheres malvadas” –, percebe-se que o uso do plural adquire força simbólica, projetando sobre a protagonista a imagem de uma figura-tipo, sugerindo que havia outras Marias como a das Dores, libertas e dissidentes.

Não é necessário grande esforço para supor que o casamento com o benfeitor português possa ter sido uma das estratégias de Maria para escapar da escravidão e, em alguma medida, assegurar a proteção dos seus rebentos. Por mais que a notícia produzisse um relato que inspirava certa comiseração nos leitores, não podemos perder de vista que “difícilmente havia uma base para ‘prazer, afeto e amor’ quando os homens brancos, por sua posição econômica, tinham acesso ilimitado ao corpo das mulheres negras”³⁰². Diante desse quadro, não é difícil compreender que a convivência com um ex-escravista pudesse despertar memórias traumáticas do cativo, as quais ela desejasse apagar. Sua fuga, portanto, poderia representar mais do que um rompimento de alianças, poderia ser a recusa legítima de continuar prisioneira de um passado que insistia em se fazer presente.

Já em 27 de abril de 1889, a cidade de Ponta Grossa, então situada na província do Paraná, foi palco “de um drama sanguinolento que encheu de pesar e de indignação a toda a população”³⁰³. D. Corina, única filha do “distinto” e “ilustre médico dr. Portugal”³⁰⁴, foi brutalmente assassinada com trinta e duas facadas pelo próprio marido, o farmacêutico Alfredo Marques. As notícias veiculadas na imprensa apontavam como motivação do crime a descoberta de um caso extraconjugal: Corina teria sido surpreendida em flagrante com João Menezes Doria, médico e político influente na cidade, o que teria provocado em Alfredo um impulso violento de vingança. A atrocidade do homicídio, bem como as distintas versões das pessoas envolvidas, causou tamanha comoção social que ultrapassou os limites provinciais, alcançando as páginas da *A Província de São Paulo*, em 4 de maio³⁰⁵.

³⁰² DAVIS, Angela. *op. cit.*, p. 39.

³⁰³ Adultério e assassinato. **Gazeta Paranaense: Orgam do Partido Conservador**. 11 mai. 1889, p. 2.

³⁰⁴ Doria, Menezes. O Dr. Menezes Doria ao público. **Jornal Dezenove de Dezembro: Órgão do Partido Liberal**, 8 mai. 1889, ano XXXVII, n. 34., p. 2-3.

³⁰⁵ Rio de Janeiro. **A Província de S. Paulo**, São Paulo: 04 mai. 1889, p. 1.

Segundo as notícias às quais tivemos acesso, o réu insistia em afirmar ter visto o médico Menezes Doria saindo dos aposentos de sua esposa, sustentando essa cena como prova cabal do adultério. No entanto, o depoimento de defesa de Doria seguia em direção oposta. O médico alegava que Alfredo Marques, até então seu amigo, já sabia da infidelidade da esposa havia meses, e que, em conversa confidencial, havia admitido essa suspeita. Acrescentou ainda que o próprio Alfredo era “conhecido íntimo e constante das meretrizes”³⁰⁶ da cidade.

Pouco preocupado em relatar os detalhes do crime em si, o anônimo articulista paulista demonstrava estar mais comprometido em elaborar um argumento a respeito dos envolvidos no episódio e, sobretudo, em sugerir reformas legislativas concernentes ao casamento civil e aos crimes de adultério, pois acreditava que

Uma das muitas reformas de que carece a nossa legislação, é a da parte relativa aos crimes de adultério, porque vemos em todos os processos escapar sempre o sedutor à ação da justiça. No caso presente, por exemplo, por pior que seja o caráter do marido assassino – que alias não conhecemos – parece-nos que a ação corretiva da lei deveria recair principalmente sobre o sedutor, causa imediata do crime.³⁰⁷

Em vez de se deter na brutalidade do assassinato, o autor deslocava o foco para uma reflexão moral sobre a causa do adultério feminino, construindo um argumento que isentava o marido de responsabilidade direta, ao mesmo tempo em que deslocava a culpa para o comportamento do “sedutor da pobre vítima”³⁰⁸. Dessa forma, pouco falava sobre D. Corina, a quem reservava a imagem de mulher seduzida, desprovida de vontade própria, cuja agência e livre-arbítrio eram inteiramente anulados. Enquanto isso, o passado do “D. Juan diplomado” é mobilizado como reforço retórico para sustentar o argumento do articulista, que recupera um episódio de violência sexual cometido por Menezes Doria cerca de seis anos antes, contra uma menina na Corte³⁰⁹. Segundo a notícia, à época, as consequências sofridas por Doria restringiram-se à perda do cargo de delegado de higiene e à sua retirada da capital. Com o respaldo de um influente senador do Império, ele teria se transferido para a província do Paraná, onde, mais tarde, viria a ser eleito deputado provincial. Ao rememorar o caso, o articulista reforçava a imagem do

³⁰⁶ Doria, Menezes. O Dr. Menezes Doria ao público. **Jornal Dezenove de Dezembro: Órgão do Partido Liberal**, 8 mai. 1889, ano XXXVII, n. 34, p. 2-3.

³⁰⁷ Rio de Janeiro. **A Província de S. Paulo**, São Paulo: 04 mai. 1889, p. 1.

³⁰⁸ *Idem*.

³⁰⁹ Embora apenas esse episódio seja efetivamente explicitado, o autor da notícia insinua que este seria apenas um entre outros infortúnios causados por Doria – “esta é a terceira ou quarta desgraça que ele motiva, sem que nada lhe aconteça”.

médico como um sedutor contumaz, e insinuava uma continuidade entre seus atos privados e sua atuação pública. Dessa forma, declarava que, “por pior que seja o caráter do marido assassino”, qualquer homem que verdadeiramente amasse sua esposa estaria sujeito a cometer ato semelhante. Com isso, sustentava uma lógica que naturalizava a violência como expressão legítima da honra masculina ferida, ao mesmo tempo em que construía uma interpretação peculiar, e profundamente enviesada, das punições relacionadas ao adultério.

De acordo com o seu raciocínio, se o crime era uma patologia, conforme defendiam os “legalistas modernos”, era necessário então combater o “micróbio” responsável por desencadeá-lo – o sedutor –, pois, sem sua ação corruptora, a “doença” – o adultério – sequer se manifestaria e, tampouco, teria incitado o crime. A prisão tanto do homicida quanto do suposto amante seria, assim, apresentada como “um trabalho de higiene social”, capaz de gerar “bons frutos na prática”. Caberia, portanto, ao Estado a tarefa de extirpar os “elementos perturbadores da ordem social e da paz privada”. É importante lembrar que, à época, ainda vigorava o Código Criminal de 1830, o qual estabelecia uma forte vinculação entre o Estado e a Igreja na definição dos crimes contra a família, especialmente no que dizia respeito à moralidade e à ordem conjugal³¹⁰. Esse contexto permite compreender a análise provocativa do redator que articulava os preceitos da higiene social para racionalizar as punições associadas aos crimes de adultério. Ao fazê-lo, inscrevia o matrimônio no horizonte da racionalidade cientificista emergente, convertendo as uniões conjugais em instrumentos de regulação social e intervenção sobre os costumes. Esse movimento apontava para a secularização das relações matrimoniais, deslocando-as do domínio exclusivo da Igreja para o campo dos saberes médico-jurídicos.

Lado a lado às histórias de crimes hediondos cometidos contra mulheres, surgiam matérias que insistiam em reafirmar a suposta inferioridade biológica do sexo feminino. Amparadas tanto por estudos antropométricos e discursos científicos quanto por anedotas carregadas de sarcasmo e misoginia, essas teses definiam as mulheres como criaturas de uma natureza afetiva exacerbada, dotadas de cérebros moldados para a emoção, e não

³¹⁰ Para compreender o contexto sociopolítico das uniões matrimoniais na passagem do século XIX para o XX, conferir: BRITO, Maria Luzia Alves. **Casamentos tumultuários**: família, imigração e o crime de poligamia entre Império e República (Rio de Janeiro: 1870-1910). 2025. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2025. p. 24.

para a razão³¹¹. Nessa lógica, elas eram descritas como sujeitos instáveis, incapazes de abstração ou pensamento crítico, isto é, eram verdadeiros simulacros sentimentais na sociedade. Foi precisamente esse tipo de argumento que o jornalista Argemiro Galvão extraiu, com entusiasmo seletivo, das obras de Schopenhauer. De acordo com o filósofo alemão:

Basta o aspecto da mulher, diz ele, para que se veja que ela não é destinada nem para os grandes trabalhos da inteligência, nem para os grandes trabalhos materiais. Não vem ao mundo para a ação; mas para sofrer; deve obedecer ao homem, ser uma companheira paciente que o sirva.

[...] O que torna as mulheres particularmente aptas para cuidar das crianças é que são sempre pueris, fúteis e tímidas; são todas a vida *grandes* crianças, uma espécie de intermediário entre a criança e o homem.³¹²

Uma vez desfeita a aparência de inocência pueril, “a natureza só deu à mulher, para defender-se e proteger-se a dissimulação”. Para Schopenhauer, a dissimulação era uma característica inata e indelével, presente em toda e qualquer mulher, independentemente de seu nível de instrução. A inclinação natural à falsidade, dizia o alemão, justificava a necessidade de que as mulheres estivessem sempre sob a autoridade de um senhor capaz de regulá-las e contê-las.

Já Guilherme de Magalhães, no texto “A mulher e o tabaco”, constrói uma sátira de costumes fundamentada na comparação direta e extensa entre a figura feminina e o tabaco, rompendo deliberadamente com as metáforas românticas tradicionais (de flores e anjos) para adotar uma analogia cínica. O resultado é uma analogia que reduz a mulher a condição de objeto de consumo, descartável conforme o gosto e o capricho do usuário. A partir daí, o autor desenvolve a tese de que o tabaco é o “termo de comparação mais exato” para a mulher, estruturando sua argumentação em uma série de paralelos que evidenciam uma concepção profundamente objetificadora e utilitarista das relações de gênero vigentes à época.

Quanto a mim, o que mais analogia tem com a mulher é o tabaco. [...] A mulher, como o charuto, pode ter um exterior lindo e tentador e um interior pessimamente depravado. [...] É tão detestável um charuto podre, como uma mulher depravada.³¹³

Magalhães constrói uma sátira mordaz ao equiparar mulheres a diferentes tipos de charutos, sugerindo que, assim como um charuto pode ter uma capa bonita e um interior ruim, a mulher também pode ocultar “depravação” e “ruindade” sob uma

³¹¹ Homens e mulheres. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 1883, p. 1

³¹² GALVÃO, Argemiro. As mulheres: juízo de um pessimista. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 5 jun. 1884, p. 1

³¹³ MAGALHÃES, Guilherme. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 1884, p. 1.

aparência sedutora. Assim, ele elabora uma tipologia feminina em que a mulher rica é comparada a um charuto de “ponta dourada”; a feia, a “um tosco charuto cortado”; a magra vira um “suspiro”; a gorda, um “trabuco”; e a viúva é pejorativamente imaginada como uma “ponta de charuto” ou um “charuto encetado”, aceso e descartado. A mulher casada seria o “charuto que encontrou comprador”, ao passo que os colégios de meninas são descritos como “caixas de charutos verdes”. Em tom leviano, algumas mulheres são tratadas como artigos de luxo – raras e caras como os charutos de Havana –, outras ocupam o lugar de objetos triviais ou descartáveis, conforme o status e o gosto do consumidor. O ponto mais crítico da descrição reside na naturalização da descartabilidade feminina, ao comparar o fim do amor ao apagar de um charuto – pois, se já não serve, “lançamo-lo fora”. O texto se encerra com a imagem brutal: a de uma mulher abandonada com a mesma indiferença com que se atira uma ponta de charuto à rua, deixada ao acaso para ser aproveitada por algum “explorador de pontas”.

Não deixa de ser irônico observar que, por detrás de textos tão abjetos, existiam mulheres potentes, inconformadas com os papéis a elas atribuídos por homens como esse tal Guilherme Magalhães. Como veremos no restante da tese, do cabedal de absurdos machistas e racistas sobre mulheres de cores e condições sociais diversas, emergiam mulheres ativas, movidas por valores e projetos próprios. Da mesma maneira que homens e mulheres escravizadas resistiam de formas variadas ao que entendiam ser injusto de acordo com suas próprias concepções e projetos de vida, mulheres livres operavam algo semelhantes. Justamente por não serem charutos, sobre elas recai esse tipo de descrição, evidência robusta tanto das manhas e artimanhas masculinas, como das tantas agências femininas. Na contramão da construção de estereótipos que as rotulavam como perigosas, dissimuladas, descartáveis ou, em oposição, ingênuas e pueris, começavam a emergir vozes dissonantes no campo do saber médico e científico. Em meio a um cenário dominado por discursos evolucionistas que sustentavam a inferioridade feminina com base em medições cranianas e argumentos biologizantes, estudos passavam a questionar essa lógica reducionista.

Sendo, entre as massas que não seguem de perto o movimento científico ideia generalizada que a cabeça do homem sendo maior do que a da mulher, que a massa encefálica deste sendo mais pesada do que a de sua companheira, o primeiro deve ipso facto ser mais inteligente do que sua irmã, achei, em vista

deste preconceito, que seria de proveito expor a leitura das opiniões de diversas capacidades neste assunto.³¹⁴

Assim começava o artigo “Peso do encéfalo e intelectualidade”, assinado pela médica Maria Rennotte³¹⁵. De origem belga e atuante em São Paulo, Rennotte propunha-se a desconstruir a ainda persistente crença de que um cérebro maior ou mais pesado seria, por si só, indicativo de superioridade intelectual. Para expor o absurdo dessa lógica, ela recorre a uma analogia atribuída a Buchner, segundo a qual, se a inteligência dependesse do peso absoluto do cérebro, as baleias e os elefantes ocupariam o panteão dos gênios da humanidade, superando filósofos e cientistas, enquanto os homens estariam relegados à mesma inferioridade que historicamente imputam às mulheres. A partir dessa provocação, Rennotte desenvolve seu argumento com respaldo em pesquisas de outros especialistas, como o professor M. Nikiforoff e o dr. Joseph Simons, apresentando uma lista de pesos de cérebros de personalidades eminentes, como Napoleão Bonaparte e Paul Broca, para demonstrar que não havia nenhuma explicação plausível que conectasse massa cerebral com inteligência. Como explicação alternativa, sugere uma correlação com o clima, afirmando que os indivíduos nascidos em climas frios tendiam a ter cérebros mais pesados, enquanto aqueles oriundos de climas meridionais ou mais quentes apresentavam médias menores. Distanciando-se das abordagens craniológicas que predominavam na época, Rennotte recorre à estatística, à anatomia comparada e à geografia como ferramentas para contestar o determinismo biológico que sustentava o discurso médico-científico da virada do século XX.

Matérias anteriores já vinham tensionando esse novo ideal científico, mas não sem se desgrudar de antigos preconceitos raciais. Bom exemplo é uma matéria publicada em 1899, que reproduzia dados de um artigo da *Popular Science Monthly* assinado por M. José Simms, no qual concluía que não havia correlação direta entre massa encefálica e

³¹⁴ RENNOTTE, Maria. Peso do encéfalo e intelectualidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jun. 1901, p. 1-2.

³¹⁵ Jeanne-Françoise-Joséphine-Marie Rennotte (1852-foi uma importante pedagoga, médica e feminista belgo-brasileira que teve atuação em São Paulo na virada do século XIX para o XX. Foi diretora e médica interna da Maternidade de São Paulo entre 1895 e 1899. Organizou a filial paulista da Cruz Vermelha Brasileira em 1908, e foi a primeira mulher admitida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1901. MOTT, Maria Lucia. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho de 2005, pp.41-67. RABAHIE, Júlia de Macedo. **O parto no pós-abolição em São Paulo (1894-1925): ser mãe em disputa - Experiências e representações sobre o parto na capital paulista da virada do século.** 2023. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023, p. 42. LUCA, Leonora de., LUCA, João Bosco A. de. Marie Rennotte, pedagoga e médica: subsídios para um estudo histórico-biográfico e médico-social. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 10(2):703-25, maio-ago. 2003.

capacidade intelectual. O texto afirmava que esse tipo de teoria estava “perdendo terreno de ano para ano”, sinalizando um deslocamento gradual da antropometria. No entanto, a explicação não se libertava inteiramente dos determinismos, sustentando que o grau de inteligência dependeria de uma série de fatores e circunstâncias, como o meio e a educação.

O meio e a educação são também fatores importantes. Um indivíduo, naturalmente dotado de grande inteligência, mas nascido e vivendo no sertão, entre selvagens, não atinge um grau intelectual tão grande como outro da mesma capacidade educado em um grande centro de civilização.³¹⁶

Embora esses estudos procurassem libertar as mulheres das leituras estritamente biologizantes que as definiam como intelectualmente inferiores, eles continuavam a reproduzir hierarquias raciais. Esse tipo de teoria forneceu o arcabouço conceitual para narrativas literárias e científicas que ganharam força ao longo da década de 1920. Um exemplo emblemático é a figura de Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato, cuja construção está profundamente ancorada em argumentos biologizantes. Inicialmente representado como símbolo da degenerescência do caboclo brasileiro, o personagem é posteriormente ressignificado como emblema nacional, sendo associado à promessa de regeneração por meio do trinômio ciência, saúde e progresso³¹⁷.

Quando observado que as histórias de mulheres negras estavam quase sempre confinadas aos moldes da tragédia, da degenerescência ou da ameaça iminente, torna-se evidente que as reivindicações por igualdade no campo científico destinavam-se prioritariamente às mulheres brancas. Às negras, restava apenas o silêncio, o estigma e a criminalização. *A Província de São Paulo*, nesse contexto, operava como um potente espaço de produção de saberes raciais e de gênero, um verdadeiro laboratório social de uma eugenia difusa que não se limitava às normativas legais, mas se manifestava cotidianamente por meio da construção de sentidos, da fixação de estereótipos e da consolidação de hierarquias morais. Era um agente em movimento do pacto eugenista. Cientes do novo reordenamento social que se anunciava com o fim da escravidão, as mulheres negras foram compelidas a reinventar suas formas de existir e resistir em uma nação que se pretendia moderna, mas permanecia incrustada nas estruturas do passado.

³¹⁶ A inteligência e o peso do cérebro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 1899, p. 2.

³¹⁷ FERREIRA, Bruna Santana de Sá. Do Jeca ao Presidente Negro: sanitário, eugenia e literatura em Monteiro Lobato. **Anais do 1º Colóquio de História da Saúde e das Doenças do Sudoeste Goiano**. Universidade Federal de Jataí, UFJ, 09-11 mar. 2022, p. 41-62. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/247/o/1CHSDSG-Anais.pdf> Acesso jul. 2025.

No Brasil que marchava rumo à República, aqueles que ontem foram escravizados continuavam mendigando por humanidade.

TRAMAS DO NASCER: PARTEIRAS E AMAS DE LEITE ENTRE A TRADIÇÃO E A EUGENIA

CAPÍTULO 2 – ELISABETH PELISSIER: UMA PARTEIRA CRIMINOSA?

Por volta das oito horas da noite, do dia 30 de janeiro de 1882, Etienne Pelissier³¹⁸, francês de quarenta e quatro anos, adentrou a pensão da Madame Daure, situada na travessa da Barreira, n. 1, no coração da Corte. Mais uma vez, aparecia na esperança de convencer sua esposa, Elisabeth Pelissier³¹⁹, a retomar os laços conjugais e regressar com ele para Buenos Aires. Fazia mais de um mês que Elisabeth havia deixado o lar em São Paulo para refugiar-se no Rio de Janeiro em busca de uma vida mais tranquila, distante das bebedeiras e dos maus-tratos do marido. Ressentido e consternado com a separação, Etienne deslocou-se para o Rio de Janeiro determinado a reverter a situação. Assim, empregou-se na casa do dr. Carneiro Leão e, por mais de uma semana, passou a visitar a esposa “portando-se sempre inconvenientemente, sempre desejoso de obrigá-la a abandonar a casa e ir para a companhia dele”³²⁰.

Convicta em sua decisão, Elisabeth negou-se desde o início a reatar os laços conjugais, chegando a propor que Etienne retornasse sozinho à capital argentina, comprometendo-se a ajudá-lo financeiramente até que conseguisse uma fonte de sustento. Desacreditado com a postura da esposa, naquela noite, Etienne passou a insultá-la “usando de termos violentos e ameaçando-a” levar embora à força, custasse o que custasse. Adrien Bernard Brocar, amásio de Madame Daure, encontrava-se na residência no momento do conflito e saiu em defesa da moça, acirrando ainda mais os ânimos e as tensões entre os presentes. Temendo que a situação se agravasse, Elisabeth saiu em busca de Madame Daure, para pedir que intervisse e a ajudasse a afastar o marido da casa. No entanto, ainda no caminho, ouviu o estrondo de um disparo. Etienne, tomado pela fúria,

³¹⁸ Os periódicos consultados ora identificam Pelissier como Estevam, ora como Etienne, em virtude das variações decorrentes das traduções de seu nome entre o francês e o português. Tendo em vista que não há uma padronização em nenhuma das fontes jornalísticas analisadas, optamos por manter a grafia original em francês, por esta corresponder à forma vernacular do nome de Pelissier.

³¹⁹ Elisabeth figura nas notícias da época sob diversas grafias e variações nominais: Isabel, Izabel, Elisa, Elisabeth Pelissier e Elizabeth Pellissier. Optou-se aqui pela forma de Elisabeth Pelissier, por ser aquela adotada com maior frequência pela própria parteira nos anúncios pagos publicados na imprensa.

³²⁰ O caso Pelissier. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 04 fev. 1882, p. 1.

sacou um revólver e atirou contra Adrien. O estampido do tiro fez Elisabeth retornar à sala e, mal transpôs a porta, receber dois tiros na região torácica.

Após a tentativa do duplo homicídio, Etienne Pelissier tentou fugir desvencilhando-se da arma, mas logo foi detido “pelo guarda urbano que rondava o distrito, e mais praças que ali se achavam”³²¹. Elisabeth e Adrien, gravemente feridos, foram socorridos e conduzidos à Santa Casa de Misericórdia, onde receberam atendimento médico e sobreviveram³²². Em depoimento prestado ao dr. Alberto Fialho, 2º delegado de polícia, Etienne multiplicou-se em contradições tentando justificar sua conduta, alegando ter agido em defesa de sua honra. Sustentou que sua ação fora motivada pela convivência entre Adrien e Elisabeth, que, segundo ele, assumira contornos de intimidade moralmente condenáveis. A percepção dessa proximidade, somada às demonstrações mútuas de afeto entre os dois e à atitude protetora de Adrien em relação à Elisabeth, constituía, em sua interpretação, provas fatais de um envolvimento amoroso ilícito; motivo que o teria levado a disparar o revólver³²³.

A imprensa³²⁴, sempre ávida por crimes passionais envolvendo figuras de grande monta, não perdeu tempo e passou a noticiar o episódio nas primeiras páginas. Transformou-o em um verdadeiro “romance”³²⁵ público, acrescentando aqui e ali elementos e cenários que em nada correspondiam às versões dos depoimentos colhidos nos interrogatórios oficiais³²⁶. Porém, mais do que um mero drama conjugal, este caso

³²¹ Cena de sangue. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 jan. 1882, n. 31, ano VIII, p. 2.

³²² Thomaz Coelho procedeu ao exame de corpo de delito nas vítimas e constatou que Adrien apresentava ferimentos na região epigástrica, enquanto Elisabeth “apresenta sobre a face posterior do tórax” dois ferimentos por arma de fogo. Ver: Tiros de revolver. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 01 fev. 1882, n. 32, ano 61, p. 1.

³²³ O caso Pelissier. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 04 fev. 1882, p. 1.

³²⁴ Além da cobertura d’*A Província de São Paulo*, o caso foi noticiado nos seguintes periódicos cariocas: *A Folha Nova*; *Gazeta de Notícias*; *Gazeta da Tarde*; *Jornal do Commercio*; *O Globo*; *Revista Ilustrada*; *The Rio News*; e *Gazetinha*.

³²⁵ Em novembro de 1880 veio a público o caso de estelionato da parteira Héloise Dunugon contra uma importante família carioca. As especulações tomaram conta da imprensa carioca que, entre chistes e denúncias, se colocava a questionar não somente o caso em si, como, principalmente, a veracidade do fato contra a capacidade imaginativa dos jornalistas em criar *romances* com casos fantasiosos a fim de atrair o público: “Sim, há uma parte romântica. Uma vez que todo o mundo está com medo do negócio, busca-se um meio: o do romance. Há de se ser feito tanto romance que afinal de contas há de ficar provado que nunca existiu a parturiente, nem criança, nem o próprio Dr. Costa Ferraz. Ora já estamos rindo da figura do velho e sisudo *Jornal do Commercio*, quando vier a público e declarar: ‘Tudo isto foi um *Primeiro de Abril*, foi um *peixe*, um *carapêlo*. Depois de velhos demos nisso: enganar o público.’ Conferir: O negócio da parteira. **Gazeta da Tarde**, 29 nov. 1880, ano I, n. 122, p. 2.

³²⁶ Pelos depoimentos publicados, nada indicava que Adrien possuía qualquer tipo de relação íntima com Elisabeth, tanto que a especulação em torno da traição ganhou destaque somente nas primeiras notícias veiculadas sobre o caso. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, no dia seguinte ao incidente, descreveu Adrien como amante de Elisabeth e deu contorno dramáticos à cena dos disparos: “Então, desesperado e cego de cólera, sacou o revólver que trazia no bolso, e disparou sucessivamente todos os tiros contra ambos, que

nos interessa por um aspecto central: o depoimento de Etienne Pelissier e seus desdobramentos. Além de invocar as relações criminosas de sua esposa com outro homem – o que poderia lhe conferir clemência social e jurídica³²⁷ –, o francês fez graves acusações acerca do ofício exercido por sua esposa, parteira diplomada pela escola de medicina de Paris e aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ). Segundo ele:

[...] sua mulher tinha sobre ele poder indescritível, forçando-o até a auxiliá-lo em trabalhos da profissão dela; que por tal motivo assistiu a perpetração de crimes monstruosos, praticados por sua mulher mediante retribuição; que sua mulher provoca abortos em mulheres que se recolhiam à sua casa. Que viu sua mulher asfixiar uma criança depois de recebê-la da parturiente e que nessa ocasião ela procurou afastá-lo, mandando-o buscar água quente; que as crianças por ela mortas eram sepultadas em terrenos das parturientes ou em jardins particulares; que por vezes ele protestou contra o procedimento de uma mulher, o que motivou descontentamento dela; que por fim o abandonou seguindo de S. Paulo para esta Corte.³²⁸

As inquietantes declarações de Etienne espalharam-se como fagulha em rastilho de pólvora, dominando rapidamente os noticiários cariocas e paulistas. Os detalhes das informações do marido abandonado ressoavam em debates sensíveis à Igreja e à opinião pública: abortos clandestinos, assassinato de recém-nascidos e o abandono de bebês na Roda dos Expostos. O escândalo trazia à tona práticas que, embora veladas, eram

fugiam abraçados para um quarto próximo”. Cena de sangue. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro. 31 jan. 1882, n. 31, ano VIII, p. 2. *O Globo*, uma semana depois, declarava que, conforme os autos, Adrien residia com Mme. Daure e atuava como cobrador da pensão – indícios que, segundo a folha, confirmava que viviam amasiados. O crime na rua do Club Ginástico. **O Globo**. 07 mar. 1882, n. 132, ano I, 1882, p. 3

³²⁷ Etienne Pelissier foi submetido a dois julgamentos. O primeiro, realizado em outubro de 1882, resultou na condenação unânime do réu à pena de 20 anos de galés, conforme os artigos 193 e 205 do Código Criminal do Império para crimes qualificados como tentativa de homicídio, ferimentos e ofensas físicas. No entanto, a sentença foi anulada por acórdão, determinando a realização de um novo julgamento. No segundo júri, presidido em agosto de 1883, a defesa, conduzida pelo dr. Alberto de Carvalho, apresentou documentos e argumentos no sentido de que, “se o réu não era inocente, pelo menos o crime era justificado”, invocando o artigo 18 § 4º, que à época era frequentemente reconhecido como “crime de honra”. O júri, em menos de duas horas, reconheceu o delito, mas entendeu “que dos ferimentos não resultou grande incômodo de saúde” às vítimas, não havendo, portanto, “agravante nem atenuante, e apenas justificativos, por ter ele cometido o crime em defesa do seu direito, e por haverem os feridos dado motivo ao fato”. Assim, o júri não reconheceu o fato como criminoso, convertendo a tipificação penal, o que resultou na drástica redução da pena para um ano e um mês de prisão simples. Este caso ilustra, de forma exemplar, a forma como o direito penal brasileiro do século XIX tendia a interpretar e atenuar delitos enquadrados sob o rótulo da defesa da honra masculina. Ainda que as evidências colhidas nos autos não apontassem qualquer vínculo amoroso entre Elisabeth e Adrien, a alegação de um suposto adultério foi estrategicamente mobilizada por Etienne e sua defesa como instrumento de desresponsabilização penal e de restauração simbólica da honra ferida, refletindo tanto a jurisprudência quanto as expectativas sociais e de gênero que permeavam o sistema judiciário da época. BRASIL, Código Criminal do Império do Brasil. Decreto de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 8 nov. 2025. Para as notícias dos juris, ver: 1) Juri. **A Folha Nova**, Rio de Janeiro. 12 ago. 1883, n. 262, ano II, p. 1; 2) **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 out. 1882.

³²⁸ O caso Pelissier. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 04 fev. 1882, p. 1.

amplamente conhecidas nos bastidores da assistência ao parto, sobretudo em uma conjuntura marcada pela vigência da Lei do Ventre Livre (1871) e pela crescente profissionalização das parteiras e medicalização dos partos.

Embora a lei de 1871 assegurasse juridicamente a liberdade às crianças nascidas de ventres escravizados, ela não dissolveu de imediato a estrutura escravista, ao contrário, produziu novas tensões sobre a propriedade e controle de pessoas negras. Nesse cenário, parteiras estrangeiras atuaram como agentes intermediárias fundamentais entre os interesses senhoriais e a economia urbana. A historiografia aponta que as parteiras estrangeiras, muitas das quais proprietárias de Casas de Maternidade ou que recebiam pensionistas em seus domicílios, lucravam com a mercantilização da maternidade escrava. Com a Lei de 1871, os filhos das mulheres escravizadas nasciam livres, mas permaneciam sob a tutela do senhor da mãe até certa idade. No entanto, no contexto urbano paulista, sobretudo entre proprietários remediados e com reduzido número de cativos, o lucro imediato não vinha da manutenção direta dessas crianças, mas do aluguel das mulheres escravizadas como amas de leite para famílias abastadas – prática conhecida como aleitamento mercenário³²⁹. Nessa lógica, o filho biológico da nutriz representava um obstáculo econômico: competia pelo mesmo leite destinado ao bebê da família contratante, além de exigir do senhor locador a responsabilidade pelo seu cuidado. Assim, o recém-nascido era frequentemente afastado da mãe para viabilizar sua exploração como ama de leite. Nesse arranjo, as parteiras estrangeiras desempenhavam um papel logístico central na resolução desse “impasse”. Responsáveis por acolher a gestante escravizada, conduzir o parto e administrar o destino da criança, essas mulheres operavam como intermediárias entre os interesses senhoriais e a estrutura urbana de assistência. Muitas vezes, eram elas que encaminhavam os recém-nascidos à Roda dos Expostos, na Santa Casa de Misericórdia, ou, em casos mais extremos, recorriam ao abandono em praças, escadarias e igrejas, alegavam falsamente o falecimento do bebê ou mesmo praticavam o infanticídio³³⁰.

³²⁹ BARBOSA, Gisele B., PIMENTA, Tânia S. O ofício de parteira no Rio de Janeiro imperial. **Revista de História Regional**, 21(2): 485-510, 2016, p. 494. BARBOSA, Giselle Machado. **As madames do parto: parteiras através dos periódicos no Rio de Janeiro (1822-1889)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016. p. 87.

³³⁰ TELLES, Lorena Féres da S. Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888). Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação, São Paulo: Editora da Unesp, ed. 1, v. 1, pp. 41-61, 2021. p. 50.

Thamiris L. Silva aponta que, no período posterior à Lei do Ventre Livre, houve denúncias de parteiras que retiravam as crianças de suas mães logo após o nascimento. Um caso emblemático citado pela historiadora é o da liberta Esperança Maria da Conceição, em 1881, cujo filho foi retirado por uma parteira no Rio de Janeiro. Quando confrontada, a profissional forneceu versões contraditórias sobre o paradeiro do bebê – ora dizia que morreu, ora que foi para a Roda dos Expostos –, evidenciando a cumplicidade das parteiras com a lógica de lucro senhorial em detrimento dos laços maternos das mulheres negras, cujas experiências de maternidade eram sistematicamente negadas ou dilaceradas em nome do lucro e da ordem racializada³³¹.

No caso dos Pelissier, o que, a princípio, parecia ser apenas mais um crime passionai publicado na imprensa, revelou-se, uma janela privilegiada para compreendermos as complexas dinâmicas profissionais, morais e sociais que envolviam o cotidiano das parteiras estrangeiras na São Paulo do final do século XIX. Elas integravam um intrincado meio que pode ser denominado de mercado de nascimentos. Para entender melhor esse peculiar mercado, algumas perguntas se impõem: afinal, o que, de fato, se sustentava nos testemunhos de Etienne? Que “verdades” emergiam de suas palavras? Até que ponto a reação da imprensa refletia ou distorcia o cotidiano das parteiras? Teria sido Elisabeth, como sugerem algumas versões, mera vítima dos arroubos violentos de um marido ressentido, ou estaríamos diante de uma mulher cuja conduta, marcada por agência e transgressão, tensionava os limites sociais e profissionais impostos à sua condição? Em que medida as acusações de um homem supostamente traído recaíam sobre sua esposa, deslocando-a do lugar de vítima para o de suspeita, de parteira para o de farsante?

A trajetória de Elisabeth Pelissier cruza o Atlântico e se inscreve entre Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo. Longe de figurar como um caso isolado, sua história ilumina tensões e contradições que perpassavam o universo do mercado de parturição no final do século XIX, da mesma forma que se insere em uma engrenagem social complexa e multifacetada, atravessada por conexões com o mercado de amas de leite, pelas permanências instáveis do sistema escravocrata, pela consolidação de um saber médico-científico hegemonicamente masculino e pela reconfiguração do materno sob os

³³¹ SILVA, Thamiris L. **Dona Durocher também partejava ideias: a atuação da parteira na vida pública do país no século XIX (1871-1885)**. 2023. 90p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. p. 32.

preceitos da eugenia e da moral burguesa. A análise desse percurso, tal como registrado nos periódicos da época, possibilita uma leitura capaz de desvendar tanto o sentido conferido ao tema nos textos de jornais como os usos estratégicos que as próprias parteiras fizeram desse espaço. Essa dupla movimentação é reveladora de como a trajetória de mulheres brancas e estrangeiras se entrelaçaram à construção de um ideário nacional eugenista.

Nesse sentido, nossa análise se alinha e se expande a partir dos trabalhos pioneiros da historiadora Maria Lúcia Mott, especialmente ao destacar o papel das parteiras na emergência de uma lógica de mercado capitalista. Ao refletir sobre as origens da profissionalização feminina no Brasil, a autora destaca que as parteiras constituíram, senão o primeiro, certamente um dos primeiros grupos de mulheres a se inserir no mercado de trabalho sob a égide da racionalidade capitalista³³². Mesmo antes da consolidação de outras ocupações femininas socialmente reconhecidas, como as de enfermeiras ou profissionais liberais, a exemplo de médicas, advogadas, dentistas e farmacêuticas, as parteiras já enfrentavam as exigências da regulamentação estatal, a concorrência e a legitimação social de suas práticas³³³. Tal constatação ressalta a relevância de investigar as estratégias mobilizadas por essas mulheres para garantir sua presença nos circuitos profissionais e as múltiplas barreiras enfrentadas em um contexto de crescente masculinização da área, bem como seu rebaixamento social e político.

As reflexões de Stephanie Jones-Rogers, especialmente em seu artigo *‘[S]he could... spare onde ample breast for the profit of her owner’: white mothers and enslaved wet nurses’ invisible in American slave markets*³³⁴, foram de grande importância para a construção do argumento aqui desenvolvido. Ao investigar o papel das mulheres brancas no Sul dos Estados Unidos na mercantilização dos corpos reprodutivos das mulheres escravizadas, Jones-Rogers desafia a interpretações tradicional que atribuem exclusivamente aos homens brancos a responsabilização pela commodificação do leite

³³² MOTT, Maria Lúcia. Parteiras: o outro lado da profissão. **Niterói**, v. 6, n. 1, p. 717-140, 2. sem. 2005. p. 117. MOTT, M. L. et al. As parteiras eram “tutte quante” italianas (São Paulo, 1870-1920). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 47, p. 65-94, 2007. p. 84.

³³³ Sobre as políticas e regulamentações do ofício de parteira em São Paulo, ver: MOTT, Maria Lúcia. Fiscalização e formação das parteiras em São Paulo (1880-1920). **Rev. Esc. Enf. USP**, São Paulo, v.35, n. 1, mar. 2001, p. 46-53.

³³⁴ JONES-ROGERS, Stephanie. *‘[S]he could... spare onde ample breast for the profit of her owner’: White mothers and enslaved wet nurses’ invisble in American slave markets*. In: COWLING, C., MACHADO, M. H. P. T., PATON, D., WEST, E. (ed.). **Motherhood Childlessness and the Care of Children in Atlantic Slaves Societies**. Routledge: New York, 2020. pp. 153-175.

materno. Em sentido oposto, a autora demonstra que as mães brancas atuaram como agentes centrais nesse processo, exercendo controle direto sobre a contratação, gestão e exploração das amas de leite negras, reiterando, assim, sua cumplicidade ativa na engrenagem escravista e na economia do cuidado.

And, just like many of those sales and purchases, this transaction did not start in the brick and mortar slave market. It began in a southern household, moved into the street, was finalized on paper, and ended with an enslaved woman going home with a slaveholder who set her to work breastfeeding a white child.³³⁵

A partir das contribuições de Jones-Rogers, passamos a reconhecer a centralidade das parteiras estrangeiras e das mulheres da elite paulista na articulação do que aqui denominamos de pacto eugenista. Sustentamos que as conexões e redes de sociabilidade estabelecidas entre mulheres de diferentes estratos sociais na capital paulista contribuíram de forma significativa, em um primeiro momento, para a mercantilização das amas de leites, e, posteriormente, para sua desqualificação e desmoralização pública.

A presença ostensiva de parteiras³³⁶ e amas de leite nas páginas da imprensa diária deve ser compreendida a partir da lógica senhorial urbana que moldava a estrutura social brasileira, mesmo diante da crise do regime escravista. Ao ocuparem posições estratégicas no cuidado com a gestação, o parto e a infância, essas mulheres se tornaram agentes centrais na engrenagem que articulava interesses médicos, filantrópicos e políticos em torno da formulação e implementação de políticas materno-infantis. Nesse contexto, o engajamento das parteiras estrangeiras no mercado do nascimento não pode ser dissociado de sua atuação na consolidação do pacto eugenista – seja pela adesão a discursos médicos racistas, seja pela colaboração com práticas que reforçavam a exclusão sistemática de mulheres negras e pobres dos modelos idealizados de maternidade. Essa imbricação contribuiu decisivamente para a construção de um ideário higienista e eugenista em torno do materno e da infância, favorecendo o florescimento de iniciativas filantrópicas como as maternidades públicas e os projetos de distribuição de leite artificial, a exemplo do Gota de Leite, promovidos e legitimados por associações femininas ligadas à elite paulistana.

³³⁵ *Ibidem*, p. 154.

³³⁶ Para reforçar a expressiva presença das parteiras na imprensa da época, Mott, Muniz, Alves, Santos, Maestrini e Santos observam que “Não foi preciso procurar as parteiras diplomadas como ‘agulha no palheiro’”. MOTT, M. L. et al. *op. cit.* p. 93.

Nesse sentido, passamos a questionar de que maneira os novos sentidos de liberdade, aliados às teses de higienização do cuidado e do materno, acionaram novas formas de organização social e de subjetividades femininas. Podemos entender a regulamentação das práticas de parteiras e amas de leite como um dos elementos do processo de higienização da população? Até que ponto a normatização dos agentes sociais competentes no processo de nascer e nutrir representou uma prática eugênica de reconfiguração das famílias a partir de padrões raciais, morais e científicos? E, finalmente, em que medida a imprensa colaborou para difundir, legitimar ou tensionar essas transformações?

Elisabeth Pelissier e Madame Daure são aqui tomadas como figuras representativas das alianças e embates que envolviam parteiras estrangeiras, senhores de escravizados, mulheres escravizadas, libertas e crianças ingênuas. Ao examinar as estratégias dessas profissionais para se projetarem no espaço urbano e conquistarem legitimidade num campo em constante transformação, o capítulo busca compreender como as novas demandas sociais, associadas às pressões da lógica médica e escravocrata, exigiam performances ajustadas ao cenário político de então, que buscava cada vez mais controlar o processo de parturição e a saúde materno-infantil sob a ótica eugênica de limpeza racial e disciplinarização dos corpos.

Por fim, procuramos demonstrar como as práticas e representações em torno das parteiras, tal como veiculadas pela imprensa e por registros institucionais no século XIX, revelam os mecanismos explícitos e sutis de um pacto eugênica que configurou o universo do trabalho feminino urbano, delimitando os espaços de atuação e mobilidade dessas mulheres nas dinâmicas de uma cidade em processo de transformação.

As múltiplas faces das parteiras estrangeiras na segunda metade do século XIX

No dia 1º de fevereiro de 1882, deram-se continuidade aos interrogatórios do caso Pelissier. Na ocasião, além de Etienne, apresentou-se também Madame Daure³³⁷. Segundo seu depoimento, há cerca de três meses, ela recebera uma carta de São Paulo assinada apenas pelas iniciais E. P. Na missiva, uma mulher desconhecida identificava-se como parteira de profissão e solicitava acolhimento no seu estabelecimento, alegando

³³⁷ Tragédia doméstica: novos pormenores. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 fev. 1882, n. 124, ano I, 1882, p. 4.

conhecê-la “de ouvir falar”. A remetente pedia, ainda, que a resposta lhe fosse enviada à *posta restante*³³⁸. Sem informações da anônima, Madame Daure respondeu que, naquele momento, não podia assumir compromisso, mas que, caso um dia a moça viesse à Corte, a procurasse para conversar. Desta feita, em 29 de dezembro de 1881, eis que se apresentava em sua porta uma mulher cuja identidade correspondia às iniciais mencionadas na correspondência de outrora. Para além da coincidência nominal, Elisabeth Pelissier, trazia em mãos uma carta de recomendação assinada por ninguém menos que Madame Durocher.

Maria Josefina Matildes Durocher (1809-1893), parteira francesa naturalizada brasileira, era reconhecida por ser a primeira mulher diplomada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ao longo de uma carreira notável, realizou mais de 5.500 partos, assistindo mulheres de todos os estratos sociais, incluindo desde mulheres escravizadas até a imperatriz Tereza Cristina no parto da princesa Leopoldina³³⁹. Para além da atuação nos partos, Madame Durocher esteve presente em operações obstétricas, perícias médico-legais e exames de amas de leite. Publicou diversos textos de cunho técnico na imprensa e em anais médicos e, em 1871, foi reconhecida como membro da Academia Imperial de Medicina³⁴⁰. Presença constante nas folhas cariocas, não era muito difícil encontrar seu nome estampado nas seções de anúncios, de medicina e até mesmo de crimes. Muito provável que essa visibilidade tenha levado Elisabeth Pelissier, então recém-chegada no país, a reconhecer sua influência na cidade e ir ao seu encontro no início de 1880.

³³⁸ *Posta restante* era um serviço postal que permitia ao destinatário retirar correspondências diretamente na agência dos correios, sem necessidade de um endereço fixo. Bastante utilizado entre os séculos XIX e XX, atendia especialmente a indivíduos em trânsito ou em situações de instabilidade residencial. No caso de Elisabeth, contudo, o recurso à *posta restante* parece indicar menos uma ausência de domicílio e mais uma estratégia deliberada de confidencialidade. Considerando o contexto de tensão conjugal com Etienne Pelissier, é plausível supor que essa escolha visasse resguardar sua comunicação e preservar certa autonomia em relação ao controle do marido.

³³⁹ MOTT, Maria Lúcia. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? **Revista Estudos Feministas**, v. 7, n. 1, p. 25-36, 1999. p. 32. De acordo com as pesquisas de Telles, em 1870, um médico criou um quadro com base nos partos assistidos por Mme Durocher, revelando que, “do total de 4258 partos por ela assistidos entre 1833 e 1868, 3999 foram considerados naturais e 300 deles difíceis, resultando no falecimento de 414 bebês e 53 mulheres”. A autora ressalta que, embora não haja um campo discricionário sociorracial das parturientes nos registros da parteira, sabe-se que a maior parte de sua clientela era composta por mulheres brancas pertencentes às classes médias e das elites, que a convocavam, em último caso, aos partos complicados de mulheres escravizadas. TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 345, 2018. p. 186.

³⁴⁰ MOTT, Maria Lúcia. *Op. Cit.*, p. 32. BRENES, Anayansi C. História da, Século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, RJ, 7 (2): 135-149, abr/jun., 1991, p. 139.

Chamada a depor³⁴¹, Madame Durocher relatou que, na ocasião, a francesa Pelissier a procurara com o intuito de estabelecer-se na Corte exercendo a profissão de parteira. Embora já possuísse diploma³⁴², Elisabeth dizia reconhecer o valor da proteção e da experiência de Durocher, a quem solicitou orientação e apoio³⁴³. A experiente parteira declarou ter se agradado dos “modos modestos com que se apresentou” Elisabeth e prometeu ajudá-la. Após uma breve avaliação, concluiu que a jovem “necessitava de maiores conhecimentos” para sujeitar-se ao exame oficial e, por isso, passou a ministrarlhe lições práticas de partos, além de ensiná-la a língua portuguesa. Com o tempo, Elisabeth apresentou-se à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e foi aprovada. Apesar do êxito, seu marido mostrava-se resistente quanto à atuação profissional da esposa.

Certa vez, tendo em sua clínica um caso de relevância, Durocher convidou Elisabeth para acompanhá-la. A jovem parteira, contudo, respondeu que não poderia sair sem previamente avisar ao marido. Diante da demora, Durocher dirigiu-se à residência dos Pelissier, onde deparou-se com uma grande altercação entre o casal. Etienne, visivelmente contrário à atuação profissional da esposa, opunha-se às suas saídas imprevistas, impondo-lhe restrições severas. Em outra ocasião, Elisabeth comentou que o marido, além das bebedeiras e resistência, insistia para que mudassem para São Paulo. Durocher, compreendendo a delicada situação, manifestou apoio à decisão e chegou a considerá-la uma oportunidade promissora para a colega, dispondo-se a entregar-lhe algumas cartas de recomendação endereçadas a conhecidos seus na capital paulista. Após a partida do casal, Durocher afirmou não ter mais notícia de Elisabeth, até que, poucos mais de um mês antes do depoimento, Mme Pelissier reapareceu afirmando estar “cansada de sofrer maus tratos que lhe dava seu marido”, motivo pelo qual decidira deixá-lo e retornar à Corte com o objetivo de empregar-se na maternidade de Mme Daure³⁴⁴.

³⁴¹ O depoimento foi prestado no dia 10 de fevereiro de 1882, na presença do delegado Alberto Fialho e do escrivão Numa Viera. Tragédia doméstica: novos pormenores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev. 1882, n. 124, ano I, 1882, p. 4.

³⁴² De acordo com a notícia de *O Globo*, o diploma de Elisabeth teria sido obtido na Suíça. No entanto, todos os demais depoimentos e anúncios localizados indicam que sua formação se deu na Faculdade de Medicina de Paris.

³⁴³ Tragédia doméstica: novos pormenores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev. 1882, n. 124, ano I, 1882, p. 4.

³⁴⁴ A historiadora Giselle M. Barbosa realizou um levantamento das parteiras com maior tempo de atuação da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1822 e 1889. Conforme os anúncios publicados na imprensa, em 1889, Mme Durocher somava impressionantes 53 anos de carreira publicamente registrada. No entanto, é plausível supor que a escolha de Elisabeth em associar-se à Mme Daure se deu por razões estratégicas. Esta, além de mais jovem, também havia conquistado uma clientela numerosa e prestígio considerável no

Comovida com a situação da colega, Durocher redigiu uma carta em que atestava sua honestidade, probidade e inteligência.

Assim, munida de uma assinatura de notável prestígio, Elisabeth foi prontamente recebida por Madame Daure, que não titubeou em acolher a jovem parteira que inesperadamente surgira em sua porta. Ainda assim, declarou não poder “entrar com ela em ajuste, mas que ofereceria-lhe sua casa por 2 ou 3 meses”³⁴⁵. Findo esse período, e caso “sua conduta e habilitações lhe agradassem”, consideraria então a possibilidade de estabelecer um acordo definitivo de trabalho. Segundo relatou Daure, já naquele primeiro contato, Elisabeth confidenciou-lhe ter deixado o marido “em vista dos contínuos insultos” dirigidos a ela, e também a pessoas de seu convívio, chegando este, certa vez, a ameaçar com um revólver uma pensionista sua. Quanto ao relacionamento com Etienne, a parteira corroborou os demais depoimentos, dizendo que teria se iniciado de maneira trivial, no convívio cotidiano dos últimos dias em que Elisabeth permaneceu em sua pensão, período em que o acusado passou a frequentar o local para visitá-la.

Determinada em comprovar sua versão dos fatos e resguardar sua reputação, Mme Daure entregou ao delegado dr. Fialho, a carta de recomendação redigida por Mme Durocher, “três escritas pelo acusado a sua mulher”³⁴⁶, e uma de Mme Delorme, parteira e amiga de Elisabeth em São Paulo³⁴⁷. Além disso, ela veio a público por meio do *Jornal do Commercio* prestar esclarecimentos à sua clientela:

Mme. Daure ao público, às suas clientes e amigas
À vista do que foi publicado, entendo dever dar uma satisfação ao público, às minhas clientes e amigas.
Assim que, tendo Mme. Pelissier, parteira em S. Paulo, me enviado uma carta em que dizia desejava ser empregada, como ajudante, em minha maternidade, lhe respondi que nenhum partido mais ou menos vantajoso lhe podia prometer; porém que, se ela quisesse experimentar um ou dois meses, podia vir, não tomando eu compromisso algum. [...]

cenário do parto da cidade. Àquela altura, Durocher contava com 72 anos de idade, o que possivelmente limitava seu deslocamento e reduzia sua procura para os atendimentos presenciais a partos. BARBOSA, Giselle M. *op. cit.*, p. 67.

³⁴⁵ Tragédia doméstica: novos pormenores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev. 1882, n. 124, ano I, 1882, p. 4.

³⁴⁶ *Idem*. *O Globo* noticiou em 07 de março o conteúdo de algumas das cartas entregue por Mme Daure. De acordo com o texto, em 30 de dezembro 1881 e 1º de janeiro 1882, Etienne enviou duas cartas a Elisabeth, nas quais expressava intensos protestos de amor eterno. Os trechos revelam um tom confessional e emocionalmente exaltado, no qual ele reafirma seus sentimentos e implora por reconciliação. Além das juras de afeto, as cartas também expõem aspectos de sua conduta: Etienne admite seus excessos com a bebida e reconhece os erros cometidos, colocando-se em posição de arrependimento diante da esposa. Ver: O crime na rua do Club Ginástico. **O Globo**. Rio de Janeiro. 07 mar. 1882, n. 132, ano I, 1882, p. 3

³⁴⁷ *Idem*. Segundo a notícia de 07 de março, em missiva, Madame Delorme expressava receio de que a amiga pudesse tornar-se vítima de um possível atentado por parte do marido, recomendando-lhe, por isso, extrema cautela.

Tinha dela as melhores informações a respeito de sua honestidade e probidade [...] ³⁴⁸.

Mme Daure prossegue relatando os acontecimentos que culminaram no momento crítico do crime. Em seu entendimento, os disparos contra Adrien e Elisabeth não foram produto de um impulso incontrolável, mas sim parte de uma encenação deliberada de um crime passional, cuidadosamente articulada para produzir um efeito jurídico atenuante, sob a alegação de um súbito acesso de ciúmes. Ainda que não apresentasse elementos substancialmente novos aos leitores, a “satisfação” de Daure estava longe de ser aleatória. Como parteira de notório prestígio na Corte e com uma clientela composta por figuras ilustres da elite fluminense, envolver-se em um escândalo daquela natureza representava uma ameaça concreta à reputação construída ao longo de anos. Além disso, trazia à tona aspectos de sua trajetória considerados pouco dignos de celebração. Conforme aponta Barbosa, Mme Daure figurava entre as parteiras mais antigas em atividade na cidade. Em suas pesquisas, a historiadora identificou que, entre os anos de 1866 e 1883, a francesa anunciou seus serviços de forma contínua, totalizando dezoito anos de presença nas páginas impressas cariocas ³⁴⁹. Como de praxe, sua atuação ultrapassava a arte de partejar, estendendo-se à prestação de consultas, ao suporte a médicos especializados em partos, ao aluguel de amas de leite, ao acolhimento de pensionistas ³⁵⁰ e de parteiras iniciantes, como Elisabeth Pelissier.

Importante sublinhar que Mme Daure se dirigia à sua clientela como “amigas”. O uso deste termo constituía, segundo Mott, uma estratégia discursiva comum entre parteiras estrangeiras que buscavam consolidar sua presença no competitivo mercado da parturição ³⁵¹. Em um universo no qual as relações afetivas, a confiança mútua e o vínculo entre mulheres desempenhavam papel central na escolha da assistente de parto, a invocação da amizade operava como um marcador de autoridade social e sensibilidade profissional. Essa linguagem constituiu, portanto, uma brecha encontrada pelas parteiras

³⁴⁸ Mme. Daure ao público, às suas clientes e amigas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro. 03 fev. 1882, n. 34, ano 61, p. 4

³⁴⁹ BARBOSA, Giselle Machado. *Op. Cit.* p. 63-65 e 93. Nos dias 11 e 12 de abril de 1882, Mme Daure pronunciou-se na *Província* afirmando exercer sua profissão “no Rio de Janeiro, por espaço de vinte e três anos”. Ver: A parteira Mme. Daure ao público. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 1882, p. 1.

³⁵⁰ BARBOSA, Giselle Machado; Pimenta, Tânia Salgado. *op. cit.*, p. 503. SILVA, Thamiris L. *op. cit.*, p. 25. MOTT, Maria Lúcia. Parteira: o outro lado da profissão, p. 131. No dia em que ocorreu o crime em sua casa, Mme Daure relatou ter atendido um vizinho que não parecia estar bem, além de realizar a perfuração da orelha de uma criança – duas atividades que extrapolavam os limites do ofício de parteiras, revelando a diversidade de saberes e procedimentos mobilizados por elas em seu exercício cotidiano. Cf.: Tragédia doméstica: novos pormenores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev. 1882, n. 124, ano I, 1882, p. 4.

³⁵¹ MOTT, Maria Lúcia. Parteiras, o outro lado da profissão, p. 126.

estrangeiras para adentrar as casas das parturientes e, sobretudo, disputar clientela com as parteiras tradicionais locais. Ao recorrerem à amizade, essas parteiras acionavam indiretamente atributos como a dedicação desinteressada, a prática cotidiana e a familiaridade com os cuidados do parto – qualidades que, não raramente, se sobrepunham aos diplomas e formação acadêmica³⁵².

Contudo, essa construção de vínculos e estratégias de inserção profissional, deve ser analisada à luz da diversidade de trajetórias e contextos sociais vividos por essas parteiras. É importante reconhecer que não existia uma realidade uniforme ou homogênea no que tange à atuação dessas mulheres no exercício da arte de partejar, o que torna impossível qualquer leitura linear ou simplificada da história da parturição³⁵³. Tradicionalmente, os cuidados relacionados à gestação, ao parto, ao puerpério e aos recém-nascidos eram confiados a mulheres popularmente conhecidas como *aparaideiras*, curiosas, comadres ou parteiras leigas³⁵⁴. Segundo Maria Renilda N. Barreto, elas

[...] cortava[m] o cordão umbilical, banhava[m] e vestia[m] o recém-nascido, orientava[m] a dieta alimentar da mãe e do filho e prescrevia[m] remédios à base de ervas para as complicações puerperais. As parteiras também cuidavam das doenças femininas, especialmente aquelas relacionadas à sexualidade e à genitália. Quando se tratava de ciclos menstruais irregulares, amamentação, esterilidade, estupro, contracepção, abortos, corrimentos e doenças venéreas, as mulheres procuravam a orientação da parteira. Em muitas ocasiões – nas épocas de peste ou quando a comunidade não dispunha de outro curador –, a comadre prestava atendimento a todos que a procuravam com aflições do corpo ou do espírito, independentemente do sexo. Ainda fazia parte do rol de suas funções praticar a cesariana *post-mortem* e ministrar o batismo no natimorto.³⁵⁵

³⁵² *Idem*. A alemã Sophia Schoeler, em 1886, anunciava que recebia senhoras em sua casa “garantindo um tratamento amoroso e conforme todas as regras da ciência”. Em 1899, a francesa Viúva de Barros de referia às clientes como amigas. Cf.: Parteira. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1886, p. 3

³⁵³ BARBOSA, G. M., PIMENTA, T. S. *op. cit.* p. 486. Barreto destaca a relevância de se investigar a história do partejamento considerando a complexidade das articulações entre os segmentos sociais, profissionais, religiosos e científicos que conformaram esse campo. BARRETO, Maria Renilda Nery. Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, p. 902.

³⁵⁴ BRENES, A. C B. *op. cit.* p. 135, BARBOSA, G. M. *op. cit.* p.22, BARRETO, M. R. N. *op. cit.*, p. 903. Lorena F. da S. Telles analisou minuciosamente os diferentes usos atribuídos aos termos empregados para nomear as mulheres que atuavam na assistência do parto, demonstrando como essas designações circulavam no dia a dia, na literatura, na imprensa e nas teses médicas. Segundo ela, o termo *aparaideira* foi empregado, em 1859, para se referir às “parteiras ocasionais, que eram diferenciadas das parteiras de ofício”. Já as *comadres* apareciam como figuras distintas das *parteiras profissionais* em uma ocorrência policial de 1855, na qual as primeiras eram requisitadas nos partos de cativas de famílias empobrecidas: “*Uma escrava de uma família pobre teve de dar à luz um filho. Como é de uso, chamou-se a comadre, e não a parteira de profissão*”. Para uma análise aprofundada das parteiras e parturientes negras no Brasil, ver: TELLES, L. F. da S. *op. cit.*, p. 128-129; TELLES, L. F., PIMENTA, T. S. Mulheres negras, parteiras e parturientes (Rio de Janeiro, 1810-1850). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 32(1): e98149.

³⁵⁵ Barreto, M. R. N. *Op. Cit.*, p. 904.

A maioria dessas mulheres eram escravizadas, libertas, livres ou brancas portuguesas, em sua maioria oriundas de estratos sociais populares³⁵⁶. Detentoras de um saber tradicional empírico-sensorial, consolidado pela experiência prática e oralidade, elas gozavam de certo prestígio tanto entre as camadas populares como nas abastadas³⁵⁷. Era nesse contexto que a relação entre as mulheres que assistiam e aquelas que eram assistidas assumia contornos de intimidade e confiança. A própria designação de comadre (com a mãe³⁵⁸), amplamente utilizada como sinônimo de parteiras, carregava significados de respeito, proximidade e confiança³⁵⁹, remetendo à definição de Telles de “parentesco ritual celebrado no sacramento do batismo e a formas de sociabilidades feminina”³⁶⁰.

No que se refere à formação, Maria Lúcia Mott classificou as parteiras em dois tipos: as “ocasionais” e as de “ofícios”³⁶¹. As primeiras realizavam partos de forma esporádica ao longo da vida, sem exercer essa atividade como ocupação principal; já as segundas, embora leigas, acumulavam ampla experiência prática e demonstravam habilidade para conduzir partos mais complexos. Esse cenário, contudo, começou a se transformar com a chegada da Família Real em 1808, quando profundas mudanças político-administrativas impulsionaram a reorganização das práticas de cura no Brasil. Nesse mesmo ano, foi criada no Rio de Janeiro a Fisicatura-mor, instância responsável por regular e fiscalizar todas as atividades relacionadas à saúde pública³⁶². A partir de então, tornava-se obrigatória a obtenção de autorização oficial para o exercício de ofícios como os de parteira, cirurgião, dentista e sangrador³⁶³. Subordinados agora à autoridade do cirurgião-mor, esses profissionais passaram a integrar um sistema de controle, o que

³⁵⁶ Mott chama atenção para casos em que fazendeiras de café, na segunda metade do século XIX, atuavam como parteiras junto às suas escravizadas, bem como às mulheres da sua vizinhança. A autora problematiza a falta de relatos de época que mencionem essas mulheres na cena do parto, interpretando esse silêncio como parte de uma estratégia de consolidação da obstetrícia como campo de saber masculino, articulado à subjugação e deslegitimação das práticas e saberes femininos. Desta forma, buscava-se preservar um ideal de feminilidade branca e elitista ao passo que se transferia às mulheres negras e pobres a responsabilidade pelas práticas vistas como supersticiosas e retrógradas. MOTT, M. L. A parteira ignorante... p. 10.

³⁵⁷ TELLES, L. F. da S., PIMENTA, T. S. *Op. Cit.*, p. 3, KARASH, M. C. *op. Cit.*, p. 280.

³⁵⁸ BARRETO, M. R. N. *op. cit.*, p. 903.

³⁵⁹ MOTT, M. L. Parteiras: o outro lado da profissão, p. 119.

³⁶⁰ TELLES, L. F. da S. **Teresa Benguela**, p. 127; TELLES, L. F. da S., PIMENTA, T. S., *op. cit.*, p. 3

³⁶¹ MOTT, M. L. *op. cit.*, p. 118.

³⁶² A transferência da Corte portuguesa para o país provocou um expressivo crescimento demográfico na cidade do Rio de Janeiro, intensificando a circulação de doenças e, por conseguinte, gerando uma acentuada demanda por cuidados terapêuticos e assistência à saúde. PIMENTA, T. S. Curandeiro, parteira e sangrador: ofícios de cura no início do oitocentos na corte imperial. **Khronos, Revista de História da Ciência**, nº 6, dezembro 2018, p. 61

³⁶³ PIMENTA, T. S. Midwifery and childbirth among enslaved and freed women in Rio de Janeiro in the first half of the nineteenth century. **Women's History Review**, ed. online, vol. 27, issue 6, 2017, p. 2. MOTT, M. L. Parteiras: o outro lado da profissão, p. 119.

representou um marco decisivo no processo de institucionalização da medicina no país e no progressivo deslocamento dos saberes tradicionais³⁶⁴.

Com a fundação das Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador, e a reforma do ensino médico, em 1832, oficializaram-se os cursos de medicina, farmácia e obstetrícia, conferindo a essas instituições o monopólio da outorga de títulos profissionais, bem como a autoridade para o reconhecimento de diplomas estrangeiros³⁶⁵. No caso específico das parteiras, a medida visava restringir o exercício da profissão a mulheres brancas, alfabetizadas e com formação acadêmica³⁶⁶. Diante deste cenário, parteiras estrangeiras, sobretudo as de origem francesa, passaram a adotar estratégias para demarcar sua distinção em relação às comadres. Uma dessas estratégias foi a incorporação do título de *Madame* (ou a variação *Veuve*, viúva) nos anúncios publicados na imprensa. Esse recurso se consolidou como um marcador distintivo das parteiras diplomadas e estrangeiras, em especial das francesas, ao ponto de *Madame* e sua abreviação *Mme.* se tornarem sinônimos de parteira em diversas regiões. Assim, o uso desse título passou a funcionar como uma espécie reconhecimento profissional e prestígio social dessas mulheres³⁶⁷.

Apesar dessas tentativas de regulação e exclusão dos saberes populares, Telles e Pimenta afirmam que, ao longo da segunda metade do século XIX, continuava a ser comum que senhores e senhoras de escravizados no Rio de Janeiro, tanto das elites quanto dos setores médios, recorressem a assistência de médicos em seus domicílios ou em clínicas privadas apenas em último caso, quando complicações no parto pareciam exigir intervenção especializada³⁶⁸.

Em São Paulo, a situação não era diferente. Diante da ausência de uma instituição local responsável pela emissão de diplomas e pela realização de exames de formação, as parteiras eram obrigadas a se deslocar até o Rio de Janeiro ou Salvador para obter a

³⁶⁴ Tânia S. Pimenta detalha que, até a extinção da Fisicatura-mor, em 1828, o número de solicitações de licenças para o exercício de atividade médica permaneceu significativamente inferior ao de praticantes em atuação, denotando um descompasso entre os mecanismos de institucionalização e as práticas cotidianas de cura. Ao longo dos seus vinte anos de funcionamento, a instituição recebeu 1317 pedidos de licenciamento, dos quais 76% referiam-se ao exercício da medicina, cirurgia e farmácia. O restante correspondia a licenças para atuar como sangradores, curandeiros e parteiras. PIMENTA, T. S. Midwifery and childbirth, p. 2; PIMENTA, T. S. Curandeiro, parteira e sangrador, p. 61.

³⁶⁵ TELLES, L. F. da S., PIMENTA, T. S. *op. cit.*, p. 3; Pimenta, T. S. Curandeiro, parteira e sangrador... p. 6.

³⁶⁶ TELLES, L. F. **Teresa Benguela.**, p. 56; PIMENTA, T. S. Midwifery and childbirth, p. 3.

³⁶⁷ MOTT, M. L. Parteiras: o outro lado da profissão; BARBOSA, G. M. As madames do parto, p. 16.

³⁶⁸ TELLES, L. F. da S., PIMENTA, T. S. *op. cit.*, p. 3.

certificação exigida. Esse processo burocrático impunha obstáculos significativos, sobretudo às parteiras leigas e de origem popular, que enfrentavam exigências de letramento e altos custos financeiros para obter a certificação³⁶⁹. Em contraste, as estrangeiras eram favorecidas, já que muitas chegavam ao Brasil portando diplomas europeus, necessitando apenas de sua validação formal.

Contudo, o acesso à licença profissional seguia sendo privilégio de poucas. Em maio de 1886, um articulista anônimo manifestou seu descontentamento na coluna principal do jornal – *A Província de São Paulo*³⁷⁰ – criticando o rigor aplicado às “parteiras que não são formadas pelas Faculdades de Medicina do Império ou que, habilitadas pelas Academias e Escolas estrangeiras, não passam por exames de suficiência em nossas Faculdades”³⁷¹. Segundo ele, o regulamento estabelecido pelo Decreto 9.554³⁷², de 3 de fevereiro daquele ano, impunha entraves desnecessários a um serviço de evidente interesse público. Argumentava que a intervenção do Estado não correspondia na prática à realidade das necessidades sociais, e revelava o caráter excessivamente restritivo da norma. Diante do número extremamente limitado de parteiras tituladas, tornava-se materialmente inviável atender à demanda por assistência ao parto, tanto na capital quanto no interior da província. Nesse cenário, o articulista lamentava que, ao restringir severamente o exercício da profissão, o Estado acabava por privar a população dos cuidados prestados por mulheres experientes e prudentes, que atuavam há anos como parteiras sem representar riscos relevantes à ordem pública.

A crítica dirigia-se especificamente ao artigo 46, que restringia o exercício das parteiras unicamente aos cuidados de parturientes e recém-nascidos em partos naturais, proibindo-lhes a realização de tratamentos médicos ou cirúrgicos relacionados às moléstias de mulheres e crianças, bem como a divulgação de consultas e emissão de

³⁶⁹ Mott argumenta que a criação dos cursos oficiais e suas subsequentes reformas que impuseram exigências crescentes de taxas, alfabetização, moralidade e conhecimentos (como francês, álgebra e química), funcionaram, na prática, como mecanismos de exclusão e de controle da concorrência profissional com os médicos. MOTT, M. L. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? **Cadernos de Pesquisa**, nº 108, novembro/1999. p. 157

³⁷⁰ A primeira coluna da página 01 possuía o nome do jornal – “A Província de São Paulo” – e funcionava como uma espécie de editorial ou espaço de opinião, reservado a comentários e posicionamentos sobre temas candentes do momento, de interesse público e alinhados à linha editorial da própria folha.

³⁷¹ O regulamento de Higiene e as parteiras. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 20 mai. 1886, p. 1.

³⁷² O decreto, além de determinar aos delegados de higiene o exame e atestado físico das amas de leite, recrudescia a norma de que os médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras e dentistas deveriam matricular-se, apresentando seus títulos ou licenças na Inspetoria Geral de higiene na Corte e nas inspetorias provinciais nas Províncias. DECRETO Nº 9.554, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1886. Reorganiza o serviço sanitario do Imperio. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html> Acesso em mar. 2024.

receita – salvo em casos excepcionais vinculados ao parto. Para o articulista, todas essas proibições atingiam diretamente o ofício “das nossas populares *comadres*”³⁷³ e limitavam o acesso à assistência ao parto às camadas mais abastadas da população, afinal: “Como há de um pobre operário que dificilmente ganha o preciso para comer e vestir, pagar a uma parteira titulada 50\$000 ou 30\$000?”³⁷⁴.

No dia seguinte, o articulista retomou sua crítica, manifestando novamente seu descontentamento diante dos limites impostos pela legislação e questionando a viabilidade prática das exigências recém-estabelecidas:

Como preparar de pronto parteiras habilitadas perante as Faculdades e em número capaz de corresponder a tais necessidades? Em um país vasto, distanciadas as vilas e cidades das sedes das Faculdades de Medicina, há possibilidade do preparo de mulheres com a capacidade profissional confirmada por essas instituições de ensino científico oficial?³⁷⁵

Para ele, a solução não passava apenas pela fiscalização, mas exigia uma reforma estrutural no regulamento vigente e a criação de institutos provinciais voltados à formação técnica de parteiras, medida que permitiria ampliar o acesso à profissionalização sem comprometer o atendimento às populações mais vulneráveis. Seu posicionamento revelava um debate em curso que, anos mais tarde, se materializaria, ao menos em parte, como resultado dos intensos embates travados ao longo da década de 1890, quando a classe médica paulista passou a defender com maior veemência a regulamentação das profissões de farmacêuticos, dentistas e parteiras, além da necessidade de organizar o Serviço Sanitário e garantir a fiscalização efetiva das práticas de saúde no espaço urbano. De acordo com Mott,

No final de 1891, a Inspetoria de Higiene de São Paulo foi desligada da administração federal (BRASIL, 1891), em 1892 (SÃO PAULO, 1892), foi organizado o Serviço Sanitário, e, em 1893 (SÃO PAULO, 1893), foi reorganizado, sendo aprovado o regulamento, em 1896. Esse regulamento seguia de perto legislação federal no que se refere ao exercício das parteiras, ou seja só poderiam exercer ‘as pessoas que se mostrassem habilitadas por título conferido ou reconhecido por qualquer das Faculdades de Medicina da República dos Estados Unidos do Brasil, e tiverem seus títulos registrados na diretoria do Serviço Sanitário (SAO PAULO, 1896).’³⁷⁶

³⁷³ Grifo do autor.

³⁷⁴ Rodolpho Telarolli Júnior observa que, no contexto da assistência ao parto entre imigrantes, o valor cobrado pelos serviços de uma parteira era equivalente ao de um médico – aproximadamente 25 mil réis. Essa equivalência fazia com que fosse recorrente a realização de partos por vizinhas ou pelos próprios maridos das gestantes. TELAROLLI JÚNIOR, R. Imigração e epidemias no estado de São Paulo. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 265-283, 1996. p. 274.

³⁷⁵ O regulamento de Higiene e as parteiras. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 20 mai. 1886, p. 1.

³⁷⁶ MOTT, M. L. Fiscalização e formação das parteiras em São Paulo, p. 47.

O regulamento de 1896 em questão é o Decreto nº 394³⁷⁷, que além de atribuir à secretaria da Diretoria do Serviço Sanitário a responsabilidade pelo registro dos títulos de farmacêuticos, médicos, parteiras e dentistas, reafirmava os princípios estabelecidos anteriormente pelo Decreto nº 9.554, promulgado dez anos antes. No entanto, antes mesmo da oficialização da nova norma, o Serviço Sanitário já havia convocado publicamente 25 parteiras a apresentarem seus diplomas. Assim, em 24 de abril de 1896, seus nomes, sobrenomes e endereços foram publicados na primeira página de *OESP*, em uma intimação formal que evidenciava o caráter público e fiscalizador da medida.

Tabela 2: Parteiras intimadas pela Diretoria do Serviço Sanitário, em 1896³⁷⁸

Nome	Endereço
Assunta Nina	Largo de Paisandu, 34
Cappini Lucia	Rua Conselheiro Crispiano, 50
Geanchristoforo	Largo da Memória, 3
Viúva de Barros	Rua José Bonifácio, 33
Clorinda Fianno	Rua Bocayuva, 20A
Ursula Endrizzi	Rua Boa Vista, 74
Oswald	Ladeira Porto Geral, 7
Luiza Lombardi	Rua Glycerio, 41A
Roza Capelli	Rua Piratininga, 89
Adele Belloni	Rua Nothmann
Maria da Silva	Rua da Victoria, 52
Luiza Anot	Rua Helvetia, 36
Maria Ferreira da Silva	Rua S. João, 157
Bettina	Rua Ipiranga, [ilegível]
Raphaela	Rua Major Diogo, [ilegível]
Peppina	Rua Marinho Prado, 20
Palmyra Cappuzzi	Rua Santa Ephigenia, 182
Philomena Fi[ilegível]	Rua do Gazometro, 15
Angela Silveri	Rua do Gazometro, 75

³⁷⁷ O artigo 97 estabelecia que a parteira que exercesse a profissão sem título legal seria multada em cem mil réis, ou suspensa do exercício profissional por um a três meses, a depender da gravidade do caso. DECRETO N. 394, DE 7 DE OUTUBRO DE 1896. Aprova o regulamento do Serviço Sanitário. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1896/decreto-394-07.10.1896.html>

³⁷⁸ Parteiras. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 abri. 1896, p. 1

Joaquina Alves da Cruz	Rua 25 de Março, 189
Avenia Donnichér	Rua dos Imigrantes, 114
Maria	Largo dos Guayanazes, 91
Maria Antonia	Rua Mooca, 69
Eugenia Hespanhola	Rua Glycerio, 55
Maria	Rua dos Carmelitas, 29

Não há nenhuma informação sobre a nacionalidade das intimadas, tampouco é possível determinar com precisão os meios pelos quais o Serviço Sanitário teve acesso aos seus nomes. Contudo, chama a atenção o fato de que, no dia 9 de junho, a mesma lista de nomes tenha sido publicada no jornal italiano *Fanfulha*³⁷⁹. Essa coincidência reafirma a predominância de mulheres italianas entre as parteiras atuantes em SP, tanto nos circuitos formais quanto nas práticas informais de assistência ao parto³⁸⁰.

Das 25 parteiras listadas na convocação, apenas quatro foram localizadas em anúncios publicados entre 1880 e 1910, o que sugere que muitas dessas profissionais atuavam no mercado informal e só passaram a figurar nos jornais após a regularização de sua situação. Ainda assim, a ausência de diploma emitido pela FMRJ não representava, necessariamente, um obstáculo à inserção no mercado nem à publicidade de seus serviços. O caso da italiana Úrsula (ou Órsula) Endrizzi é exemplar nesse sentido. Estabelecida na capital ao final da década de 1870, mesmo sem o diploma da FMRJ, passou a oferecer seus serviços com notável regularidade nas páginas d'*APSP* nos anos de 1882, 1883, 1884, 1885 e 1892³⁸¹. Em seus anúncios, enfatizava sua formação pela Faculdade Médica

³⁷⁹ MOTT, M. L. et al. As parteiras eram 'tutte... p. 79.

³⁸⁰ Entre 1885 e 1889, aproximadamente 140 mil imigrantes italianos desembarcaram no Brasil, dos quais uma parcela expressiva estabeleceu-se no estado de São Paulo, impactando significativamente o campo da assistência ao parto. Em levantamento quantitativo, Mott, Muniz, Alvez, Santos, Maestrini e Santos, mapearam o universo da parturição na capital paulista, evidenciando a presença marcante de mulheres italianas nesse cenário. Segundo os pesquisadores, entre 1890 e 1891, observa-se um crescimento no número de anúncios de parteiras no *Almanaque Seckler* da cidade de São Paulo, que passa de quatro para catorze. Em 1896, das dezesseis parteiras que divulgaram seus serviços nesse periódico, metade possuíam sobrenomes italianos. Com base nesses dados, os autores concluem que: "A se julgar o número de imigrantes italianos vivendo no estado de São Paulo, de parteiras formadas e habilitadas na Itália, bem como o número de alunas italianas formadas pela Escola de Parteiras de São Paulo, pode-se dizer que o estado era considerado como um mercado de trabalho propício para o exercício profissional." *Idem*, p. 69. Importa ressaltar, contudo, que os dados analisados dizem respeito exclusivamente às parteiras diplomadas ou àquelas que recorreram à imprensa como meio de divulgação de seus serviços, não abrangendo o número possivelmente mais expressivo de mulheres que atuavam de forma ocasional, informal e, muitas vezes, invisibilizada nos registros oficiais.

³⁸¹ Conferir tabela 4.

da Universidade de Innsbruck, bem como sua experiência prática adquirida no Instituto de Parturientes da mesma região³⁸². Ao longo de sua trajetória profissional, colaborou com alguns dos mais renomados médicos paulistanos da época, entre eles Jaime Serva, Antônio Pereira Barreto, Guilherme Ellis, Caetano de Campos e Carlos Botelho³⁸³.

Clorinda Fianno, também italiana, só passa a figurar nos jornais em 1897, quando se apresenta como “parteira de 1ª classe”, com formação em Nápoles e na própria FMRJ³⁸⁴. Já a Viúva de Barros escolheu destacar em seus anúncios de 1895 e 1899 sua formação na Faculdade de Medicina de Paris. Apresentava-se como ex-interna de hospitais e da Maternidade de São Paulo, destacando ainda ter sido agraciada com medalha de mérito e contar com uma sólida experiência de vinte anos de prática³⁸⁵. A francesa Oswald anunciava, entre 1900, 1901 e 1903, seus serviços destacando-se como ex-professora da Faculdade de Rennes, oferecendo aulas para parteiras e vacinas gratuitas³⁸⁶. A partir de 1904, seus anúncios passam a incluir a informação de que havia sido aprovada pela Escola de Farmácia de São Paulo, o que sugere que tenha integrado uma das primeiras turmas do curso, inaugurado em 1902 com duração de dois anos³⁸⁷.

Como já denunciava o articulista anônimo em 1886, o regulamento de fiscalização das parteiras revelava-se inoperante diante de uma realidade marcada pelo descompasso entre a escassa oferta de profissionais habilitadas e a elevada demanda por atendimentos obstétricos³⁸⁸. Não por acaso, apesar da existência de normas e sanções, muitas parteiras optavam por atuar à margem da regulamentação, assumindo do risco de serem multadas. Soma-se a isso a evidente limitação (ou seria vista grossa?) do Serviço Sanitário em

³⁸² Parteira. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1882, p. 3.

³⁸³ MOTT, M. L. et. al. As parteiras eram tutte... p. 80; MOTT, M. L. Parteiras: o outro lado da profissão... p. 133.

³⁸⁴ Madame Clorinda, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 fev. 1897, p. 3

³⁸⁵ Parteira francesa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1895, p. 3.

³⁸⁶ Parteira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 jul. 1900, p. 3

³⁸⁷ A Escola Livre de Farmácia foi a primeira instituição dedicada à formação de parteiras em São Paulo, fundada em 1902. Segundo Mott, o curso, com duração de dois anos, oferecia, no primeiro ano, disciplinas como Anatomia Descritiva e Médico-Cirúrgica da bacia e dos órgãos genito-urinários femininos, além de noções de Embriologia e Obstetrícia. No segundo ano, as alunas cursavam Clínica Obstétrica, noções de Ginecologia e Terapêutica Obstétrica. Ao longo de seus dez anos de funcionamento, a escola conferiu apenas 17 diplomas de parteiras. Embora tenha sido oficialmente extinta em 1911, ainda formou uma última turma em 1912, composta por nove alunas. MOTT, M. L. Fiscalização e formação das parteiras..., p. 50.

³⁸⁸ Segundo dados do censo realizado pela Diretoria Geral *Synopse do Recenseamento* de 1900, a cidade de São Paulo contava, à época, com uma população aproximada de 240 mil habitantes, sendo que 97.102 nascimentos foram registrados no *Anuario Estatístico de São Paulo* de 1902. Cf.: *Anuario Estatístico de São Paulo* de 1902. SEADE 001, Arquivo do Estado de SP, p. 281. DE ESTATÍSTICA, Diretoria Geral. *Synopse de Recenseamento*, 1900, p. 101.

fiscalizar de forma efetiva o vasto mercado informal de partos. Nesse contexto, não era incomum observar disputas entre parteiras que denunciavam suas colegas que atuavam sem diploma.

Ao sr. inspetor de saúde pública
V. s. nos poderá informar se uma parteira, que não tem exame de suficiência, poderá exercer a sua profissão entre nós? Como é que ela a princípio anunciava ser formada pela academia de Bordeaux, e agora se diz parteira pela academia de Paris? Não faz suspeitar que nem por uma nem por outra a *so disante*, parteira seja formada?³⁸⁹

A nota, publicada em 1881 sob o pseudônimo *A gorgulho*, apresentava-se como uma denúncia anônima. No entanto, considerando o número reduzido de parteiras que anunciavam seus serviços na imprensa à época, não era difícil para o público leitor identificar a destinatária da acusação. As pistas eram suficientemente evidentes para que Adele Gurgues (ou Gourgues) se reconhecesse como alvo da crítica e, já no dia seguinte, viesse a público com uma resposta. Em sua réplica, publicada no mesmo periódico e na *Gazeta de São Paulo*, afirmou considerar um dever esclarecer os fatos diante de seus clientes e da opinião pública. Reivindicava sua legitimidade profissional ao declarar que exercia o ofício de parteira há quatro anos e meio na capital, buscando assim preservar sua reputação diante da ofensa.

[...] responderei simplesmente que poderão julgar minha capacidade pelos meus trabalhos que fizeram fê em toda a ocasião; que tendo feito meus estudos na maternidade de Bordeaux, obtive diploma pelas academias de Paris e Montpellier; que principei [sic] os meus anúncios somente depois de ter apresentado os meus documentos às autoridades competentes e que pronta estou para mostrá-los a quem conservar a menor dúvida.³⁹⁰

É fato que, segundo os anúncios identificados em nosso levantamento, Adele Gourgues aparece pela primeira vez nas páginas da *APSP* em 1880 e 1881. Após esse período inicial, observa-se um hiato de três anos de sua presença no periódico, reaparecendo apenas em 1884, quando sua licença foi “aprovada plenamente pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro”³⁹¹. Não é possível afirmar com certeza se sua ausência temporária esteve diretamente relacionada às denúncias publicadas por *A gorgulho*, mas os indícios sugerem que a autora anônima estava decididamente empenhada em desmoralizar sua colega. Essa hipótese se reforça quando, no dia seguinte à resposta pública de Adele, a denunciante retorna às páginas do jornal para interpelar o

³⁸⁹ A gorgulho. Ao sr. inspetor de saúde pública. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, 27 jan. 1881, p. 2. O termo *so disante* deriva da expressão francesa *soi-disant*, que pode ser traduzida como “aquele que se diz”.

³⁹⁰ GURGUES, A. Às exmas. famílias de São Paulo. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, 28 jan. 1881, p. 2.

³⁹¹ Parteira francesa. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, 30 jan. 1884, p. 3.

inspetor de saúde, alegando que o exame de suficiência era “condição essencial para que ela [Adele] *livre e legalmente* possa exercer sua profissão entre nós”³⁹². Em tom acusatório, afirmava que em “outro país onde as leis fossem observadas”, Adele jamais ousaria vir a público fazer tais declarações. E concluía com uma provocação direta às autoridades sanitárias: “poderá exercer, em face da lei que nos rege, a profissão de parteira, quem não tem exame de suficiência?”.

Ora, não é difícil compreender a indignação da parteira diplomada. A obtenção do título e a validação do diploma representavam um investimento considerável. Na ausência de uma instituição oficial na província, as parteiras de São Paulo precisavam dispendir recursos para os custos de deslocamento e estadia por dois anos na Corte, além de pagar 20 mil réis pela matrícula³⁹³. Adele assumiu esse investimento e, justamente por isso, passou a cobrar do Estado uma fiscalização mais rigorosa sobre aquelas que exerciam o ofício sem a devida certificação. Assim, ironicamente, em março de 1884, a parteira surge denunciando duas colegas que exerciam o ofício sem diploma. A queixa, publicada na primeira página da *APSP* sob o título *Ao exm. sr. dr. chefe de polícia e sr. delegado de saúde*, trazia a seguinte denúncia:

Depois da publicação do regulamento e da bem clara disposição de seus artigos que proíbem de trabalhar qualquer mulher que não seja formada e diplomada pela academia do Rio de Janeiro, não sei como qualificar o que acabo de ler na *Gazeta do Povo*, de domingo, em que uma senhora viúva Marfour da rua de São José, n. 1, contesta como parteira e auxiliada por um médico que uma criança não morrera por causa dela, mas devido o tétano dos recém-nascidos. Esta contestação e a luva lançada aos brios da polícia e da junta de higiene, porque a lei lhes proíbe de trabalhar, e elas não só trabalham como dão ainda disso prova pelas colunas da imprensa³⁹⁴.

O texto chega a surpreender pelo tom e repetição das acusações que outrora haviam sido dirigidas à própria Adele. Seu incômodo estendia-se, ainda, ao caso de Úrsula

³⁹² A gorgulho. Ainda ao sr. inspetor de saúde pública. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 29 jan. 1881, p. 2.

³⁹³ Para que se tenha uma noção comparativa dos custos envolvidos, em 1912, a Escola de Parteiras da Maternidade de São Paulo (EPSP) cobrava valores considerados elevados. O exame de habilitação custava 500\$000, uma quantia expressiva à época, sendo equivalente à multa aplicada a quem exercia a profissão ilegalmente, e cinco vezes superior ao valor da gratificação mensal do secretário da instituição. Para o curso de formação, a Escola exigia diversas taxas: 1) taxa de exame de admissão: 10\$000; 2) taxa de exame por série: 50\$000; 3) mensalidade por cadeira: 10\$000; 3) taxa do diploma de parteira: 200\$000. Somadas, as despesas ao longo dos dois anos de formação chegavam a aproximadamente 1.000\$000. Para fins comparativos, o salário mensal de uma parteira-chefe da Maternidade de São Paulo, em 1913, era de apenas 150\$000. MOTT, M. L. Fiscalização e formação de parteiras..., p. 51; MOTT, M. L. O curso de partos..., p. 136.

³⁹⁴ GOURGUES, Adele. Ao exm. sr. dr. chefe de polícia e sr. delegado de saúde. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 11 mar. 1884, p. 1

Endrizzi, que, mesmo sem diploma da FMRJ, continuava a exercer a atividade com liberdade, sendo apenas advertida a suprimir a palavra “parteira” da tabuleta afixada em sua residência, mantendo apenas o seu nome³⁹⁵. É perceptível que o mal-estar ia além do simples exercício ilegal da profissão. O que agravava a situação, aos olhos de Adele, era o tipo de respaldo de que as parteiras denunciadas desfrutavam. Marfour atuava em associação direta com um médico, enquanto Úrsula aparentava manter relações próximas com figuras ligadas às instituições responsáveis pela fiscalização. Mais do que tudo, era esse amparo institucional e político que lhes garantia não apenas liberdade de atuação, mas também legitimidade perante a sociedade e relativa imunidade diante dos regulamentos vigentes.

Apesar das disputas entre parteiras diplomadas, de modo geral, até o final do século XIX, os nascimentos permaneceram inseridos no ambiente doméstico, sob os cuidados de parteiras tradicionais leigas, sendo rara a presença de parteiras diplomadas. Conforme aponta Maria Lúcia Mott, em *Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960)*, “dar à luz fora de casa era uma situação anormal, considerada apavorante e procurada apenas em casos extremos, sobretudo por pessoas tidas como desclassificadas socialmente”³⁹⁶. Nesse contexto, as instituições hospitalares, como as Santas Casas, sustentadas por caridade religiosa e iniciativas filantrópicas, eram procuradas quase exclusivamente por mulheres pobres, indigentes, mães solteiras ou prostitutas. Com a intensificação da imigração no século XIX, algumas parteiras estrangeiras passaram não apenas a realizar atendimentos domiciliares, como também a receber gestantes em suas próprias residências como pensionistas. Com o tempo, essa prática se expandiu, demandando espaços maiores e consolidando-se como uma atividade comercial rentável. Os estabelecimentos voltados a esse tipo de atendimento passaram, então, a ser conhecidos como casas de maternidade³⁹⁷, as quais recebiam, sobretudo, cativas e

³⁹⁵ Era prática comum entre as parteiras tradicionais sinalizar sua profissão por meio uma cruz branca na porta de suas casas. Algumas optavam por placas com o nome e a indicação do ofício, gravadas em metal ou outros materiais. Outra maneira de divulgar os serviços era colocar na porta de casa uma placa com o nome e a profissão, gravados em metal ou outro tipo de material. No final do século XIX, tornou-se habitual o uso de tabuletas ornamentadas com imagens alegóricas ao ofício: algumas retratavam mulheres segurando crianças; outras, figuras de recém-nascidos nus. Em 1902, na cidade de São Paulo, um vereador encaminhou ao prefeito uma solicitação para que tais tabuletas fossem proibidas, por considerá-las ofensivas à moral pública, recomendando sua substituição por placas mais sóbrias, contendo apenas nome e profissão. Na ocasião, foi realizado um levantamento que identificou 14 tabuletas desse tipo espalhadas pela cidade. MOTT, M. L. Parteiras: o outro lado da profissão; MOTT, M. L. Fiscalização e formação de parteiras, p. 49.

³⁹⁶ MOTT, M. L. *Assistência ao parto*, p. 198.

³⁹⁷ *Idem*, p. 199. BARBOSA, G. M. *op. cit.*, p. 97, 98.

mulheres que, por diferentes razões, encontravam-se impossibilitadas de dar à luz em suas casas – como mães solteiras, viúvas, prostitutas ou mulheres vindas do que interior. Apesar da relevância desses serviços de acolhimento e socorro, muitos médicos da época desqualificavam tais estabelecimentos, considerando-os suspeitos. Acusava-se, com frequência, que ali se reunia uma clientela de má reputação e que se realizavam práticas ilegais, como o aborto³⁹⁸.

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, a lógica que orientava a gestão da reprodução no cativeiro passou por uma inflexão significativa. Os senhores e senhoras de escravizadas, que até então detinham o direito de propriedade absoluta sobre os filhos de suas cativas – e, por isso, zelavam por sua sobrevivência como extensão de seu patrimônio –, viram-se diante de uma nova realidade. A dita liberdade dos ingênuos não despertava sentimentos de comiseração entre a maioria dos pequenos proprietários urbanos, que agora os enxergavam mais como encargos indesejados, desprovidos de valor econômico imediato. Diante disso, muitos senhores e senhoras passaram a exercer um controle ainda mais rígido sobre os partos de suas cativas, visando decidir, de forma estratégica e calculada, o destino dos recém-nascidos.

Nesse processo, a aliança com parteiras europeias nos centros urbanos de São Paulo adquiriu centralidade. Essas profissionais tornaram-se figuras-chave na operacionalização das escolhas senhoriais: fosse para garantir partos que permitissem o aluguel das lactantes como amas de leite, fosse para viabilizar o abandono dos bebês ingênuos nas ruas, praças, escadarias de igrejas ou na Roda dos Expostos³⁹⁹. Nesse cenário, as casas de maternidade passaram a operar dentro da lógica mercantil senhorial urbana, na qual as parteiras “lucravam com as diárias de internação, com a assistência aos partos das mulheres cativas, como intermediárias no aluguel e com a tarefa de sumir com os bebês”⁴⁰⁰.

Não por acaso, a *Revista Illustrada* repercutiu, em tom de chacota, a atuação das parteiras Elisabeth e Mme Daure, contribuindo para ampliar o burburinho em torno do chamado “caso Pelissier”:

Uma semana terrível, a primeiro do mês menor do ano!
Fevereiro começa mal.

³⁹⁸ Essa visão estigmatizante culminou na proibição legal dessas casas nas primeiras décadas do século XX. MOTT, M. L. Assistência ao parto, p. 199.

³⁹⁹ TELLES, L. F. da S. Mães e amas de leite, p. 48.

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 50.

Um crime cheio de mistério, um adultério, uma parteira criminosa, a continuação do ministério-Martinho.

É horrível! [...]

E esse crime na rua da Barreira...

Um adultério flagrante! O código permite matar; Alexandre Dumas vai mesmo além do código e ordena: Mata-a!

O marido de Elisabeth Pelissier tem portanto bons advogados. A própria medicina indulta-o por meio da loucura pelo ciúme.

Mas seria ele ciumento? Correm tristes boatos sobre a sua conduta. Há mesmo quem diga que o desgraçado vivia de ser enganado pela mulher!

Etienne Pelissier tem graves revelações a fazer sobre o ofício da mulher. Parece que são do mais escandaloso interesse estas revelações. *As memórias d'uma parteira*, ninguém escreveu ainda este livro.

Vamos lê-lo agora talvez.

O que parece, vai esclarecer-se de tudo isso é que certas parteiras, contrariamente a sua profissão, concorrem muito mais para os óbitos do que para os nascimentos.

Pela sua profissão entretanto, elas deviam fazer mais do que Jesus-Cristo dizia: deixai vir a mim as crianças – *Senite ad me venire parvulos* – elas, as parteiras que deviam ir ao deante [sic] dos parvulos mantam-nas, parece.⁴⁰¹

Segundo Marcelo Balaban, a *Revista Illustrada* era um periódico carioca que tinha como objetivo agitar “pela crítica livre e sem reservas, as questões mais importantes da vida dos habitantes da cidade”⁴⁰². Dentro dessa proposta editorial, o trecho em questão segue a linha espetacular e satírica da revista atacando diretamente Elisabeth Pelissier. Ao entrelaçar crime, adultério e ofício, o texto mobiliza o imaginário social da parteira como figura ambígua, situada entre o cuidado e a transgressão. A conclusão é especialmente significativa: ao inverter simbolicamente a função da parteira (de mediadora da vida para agente da morte), o texto lança uma acusação implícita, porém incisiva, contra as parteiras estrangeiras, as práticas abortivas e aos infanticídios.

A *Gazetinha*, também conhecida por seu tom satírico, retratava Elisabeth à luz dos depoimentos de seu marido, descrevendo-a como uma “mulher repugnante, horrível”, “não se compreende que houvesse um homem que a amasse, conhecendo-a; ou que a conhecesse, sem denunciá-la à polícia”⁴⁰³. Tomando como verdadeira a acusação de adultério e posicionando-se em defesa do agressor, o periódico reforçava estigmas de gênero enquanto alimentava o público com mais suspeitas sobre a moralidade e a legalidade não apenas das casas de maternidade, mas também das mulheres que as frequentavam.

Ontem dizia-se em todas as rodas:

– Mme. Daure! Chi! Bonita escola! Com quem estava metida Izabel Pelissier!

⁴⁰¹ Ego. Pequena Crônica. **Revista Illustrada**, Rio de Janeiro. Ano 7, nº 285, 1882, pág. 7.

⁴⁰² BALABAN, Marcelo. “Transição de cor”: Raça e abolição nas estampas de negros de Ângelo Agostini na *Revista Illustrada*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 418-441, jul./dez. 2015. p. 419.

⁴⁰³ **Gazetinha**. Rio de Janeiro. 01 de fevereiro de 1882, ano I, n. 26, pág. 1.

É voz pública que a parteira Daure é responsável por muitos crimes da ordem dos que foram imputados à parteira Izabel Pelissier por seu marido. Chame-a a contas a polícia, e trate de sindicá-los esses fatos, que tanto escandalizam a sociedade.⁴⁰⁴

É interessante notar como a notícia repercutiu na imprensa carioca, enquanto teve impacto limitado na *Província de São Paulo*. Acreditamos que esse desequilíbrio de atenção esteja diretamente relacionado à fama das parteiras envolvidas no caso na Corte – Mme Daure e Mme Durocher. No entanto, não se pode descartar a hipótese de que a imprensa paulista tenha optado por silenciar ou minimizar o episódio para evitar conflitos ou preservar determinados vínculos. Independentemente disso, é importante destacar que, naquele contexto, a imprensa frequentemente se alimentava de fontes produzidas nas delegacias de polícia ao mesmo tempo em que recorria ao boca a boca, aos rumores e relatos coletados no vai e vem cotidiano das ruas. Daniela M. da Silveira reforça que a importância de ler os noticiários da imprensa como evidências relevantes para o fazer histórico, reside no fato de que, naquele tempo, ser por meio das colunas jornalísticas que grande parte da população tomava conhecimento das principais discussões em curso. Assim, “ao preparar a notícia para a publicação, os redatores recorriam a estratégias muito parecidas com as usadas por literatos: apresentar o início da história com um título chamativo e retomar o desenrolar da questão nos dias seguintes”⁴⁰⁵. A coleta de depoimentos de todos os envolvidos, bem como a inclusão de notas das testemunhas, servia não apenas para conferir verossimilhança à narrativa, mas também para prolongá-la, mantendo o interesse do público e estimulando a concorrência e cobertura do caso por diversos outros periódicos.

Atentos à comoção provocada pelo caso, tanto na imprensa quanto possivelmente entre a população nas ruas, Etienne Pelissier e sua defesa empenharam-se em desviar a atenção dos agravantes do crime buscando transferir o foco para a suposta conduta moral de Elisabeth. Entre as acusações de adultério, destacava-se a alegação de que ela teria “provocado propositalmente vários abortos quando em S. Paulo exerceu sua profissão”⁴⁰⁶. No entanto, o delegado Alberto Fialho encerrou seu relatório com a seguinte ressalva:

⁴⁰⁴ *Ibidem*.

⁴⁰⁵ SILVEIRA, Daniela M. da. “Restos da escravidão” e violência cotidiana: conflitos femininos expostos na primeira página da *Gazeta de Notícias* (1890). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 84-99, jan.-jun. 2021, p. 92.

⁴⁰⁶ O crime na rua do Club Ginástico. *O Globo*. 07 mar. 1882, n. 132, ano I, 1882, p. 3.

“Sem querer prevenir a respeito, nada direi sobre tais acusações, visto que o ponto, cuja investigação é mais demorada e pertence a outro inquérito”⁴⁰⁷.

Percebe-se que o delegado optou por não aprofundar a investigação acerca das acusações paralelas feitas pelo réu, cuja principal imputação era a de tentativa de homicídio e adultério. Talvez, conhecedor dos costumes sociais de sua época, Alberto Fialho reconhecesse que esse não era um terreno propício à apuração formal, sobretudo por se tratar de práticas que coexistiam com o sistema escravocrata e com as redes femininas de solidariedade que operavam à margem da legalidade, mas com ampla aceitação social.

Apesar das especulações, o fato é que, se Elisabeth não inspirava sentimentos públicos de consternação, Madame Duare sim. Atuando como parteira no coração da Corte, em 1873, Mme Daure foi a primeira a divulgar no *Almanaque Laemmert* a abertura de sua própria maternidade, destinada ao acolhimento de pensionistas “por preços muito moderados”⁴⁰⁸. Já nos anos 1875 e 1876, anunciou sua maternidade com outro nome, São Vicente de Paula. A instituição funcionava na “antiga casa do juízo de órfãos” e oferecia serviços obstétricos prestados pelos “primeiros médicos especialistas em partos”⁴⁰⁹, entre os quais se destacavam Belmonte de Andrade e José Maurício Nunes Garcia (lente da FMRJ)⁴¹⁰.

Como é possível observar nas imagens 2 e 3, há um evidente esmero na composição dos anúncios, tanto na escolha tipográfica quanto nos detalhes ornamentais que os estruturam. Esses elementos deixam entrever uma anunciante atenta aos códigos visuais e simbólicos de seu tempo, distinguindo-se, assim, das demais parteiras que anunciavam seus serviços à época. Ocupando metade da página do *Almanaque Laemmert*, os anúncios evocam a estética da tipografia vitoriana clássica, marcada por molduras minuciosamente elaboradas, arabescos, florões e demais adornos decorativos. Essa

⁴⁰⁷ O crime na rua do Club Ginástico. *O Globo*. 07 mar. 1882, n. 132, ano I, 1882, p. 3.

⁴⁰⁸ **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Côrte e da Capital da Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1873**. Coadjuvado por Eduardo Landim de Miranda. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1873. p. 534. BARBOSA, G. M. As madames do parto, p. 93.

⁴⁰⁹ **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1875**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1875. p. 644.

⁴¹⁰ MEDEIROS, Helber Renato Feydit de; CARVALHO, Diana Maul de; TURA, Luiz Fernando Rangel. A concorrência na arte de partejar na cidade do Rio de Janeiro entre 1835 e 1900. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.4, out.-dez. 2018, p.999-1018, p. 1008.

construção gráfica buscava atrair o olhar e transmitir credibilidade e elegância – atributos associados ao gosto de uma nova elite europeizada.

Figura 1: Anúncio da Maternidade de Mme Daure, 1873⁴¹¹



Figura 2: Anúncio da Maternidade São Vicente de Paula, 1875⁴¹²



⁴¹¹ Optou-se por reproduzir a imagem do anúncio disponível na dissertação de Barbosa visto a qualidade e legibilidade da fonte disponível na Hemeroteca Digital não apresentar boa resolução. BARBOSA, G. M. As madames do parto... p. 99.

⁴¹² *Ibidem*. Conferir original em: Almanaque Laemmert, 1875, p. 644.

É importante sublinhar que a inauguração da maternidade de Mme Daure ocorreu apenas dois anos após a Lei de 1871. A abertura do estabelecimento pode estar intimamente associada à crescente demanda, por parte dos setores senhoriais abastados e remediados por espaço capazes de não apenas assistir o parto, mas, sobretudo, intermediar o destino das puérperas e de seus recém-nascidos. Nesse circuito, as maternidades ou pensões (como eram popularmente conhecidas) funcionavam como um ponto estratégico de agenciamento no mercado de amas de leite, permitindo a extração de lucro sobre os corpos das mulheres cativas, mediante pagamentos pela cessão temporária de seus serviços.

Não causa surpresa os inúmeros casos de mulheres escravizadas que, às vésperas de dar à luz, buscavam escapar do controle de seus senhores e senhoras. Lorena F. da S. Telles descreveu episódios de fugas protagonizadas por escravizadas pejudadas, no século XIX, no Rio de Janeiro, que levavam consigo “um cestinho de roupa de criança”, o que sugere não apenas a consciência das “necessidades materiais das mães africanas em prover roupa para seus bebês”⁴¹³, mas também o desejo de encontrar um espaço seguro e digno para parir, distante dos olhares, rituais e violências impostas tanto pelos senhores quanto pelos médicos e parteiras estrangeiras.

Um caso que chamou nossa atenção foi o da escravizada de Bernardino que, em 1881, recusou-se a retornar à casa de seu senhor após passar alguns dias na pensão da parteira Jeanne Granjeut, onde fora deixada para “curar-se”⁴¹⁴. Próxima do momento do parto, a cativa resistiu em partir alegando temer pela vida de seu filho. Segundo ela, há meses o bebê de sua companheira de cativeiro fora enterrado no quintal da casa senhorial. A notícia não deixa claro, mas tudo indica que não se tratava de um natimorto, mas de um infanticídio. Diante da gravidade da acusação e comovida pela situação, Jeanne acolheu a gestante, oferecendo-lhe abrigo e cuidados até o nascimento da criança. A notícia veio a público porque a parteira, após prestar os cuidados, protestava por não ter recebido integralmente pelos serviços realizados. Segundo o texto, ela havia dispensado à escravizada hospedagem, atendimento e botica, recebendo em troca apenas 50\$000⁴¹⁵. Mesmo após registrar queixa junto à polícia e garantir o pagamento adicional de 10\$000,

⁴¹³ Telles, L. F. da S. **Teresa Benguela**, p. 156.

⁴¹⁴ Um crime. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 05 mar. 1881, ano II, n. 55, p. 1.

⁴¹⁵ *Ibidem*.

Jeanne Granjeut ainda se declarava lesada. Indignada, chegou a ameaçar Bernardino, dizendo que, caso não fosse devidamente ressarcida, revelaria às autoridades o crime.

A insatisfação de Jeanne torna-se compreensível quando comparada à média dos valores cobrados por partos no período, sobretudo considerando-se que não há registros precisos sobre o tempo em que a gestante permaneceu sob seus cuidados. Ainda assim, é plausível supor que, diante das circunstâncias, o montante recebido representasse unicamente à assistência prestada no parto, não contemplando os custos acumulados ao longo do período de internação da parturiente escravizada. Bernardino era pedreiro, o que em partes explica sua dificuldade em arcar integralmente com os custos da assistência prestada. Mas, para além das limitações econômicas, sua recusa também pode ser interpretada como resultado do fato de não ter previamente autorizado, tampouco negociado, qualquer forma de atendimento à sua cativa que extrapolasse o objetivo inicial de “curá-la”. Ainda assim, o episódio permanece envolto em lacunas: teria Bernardino sido, de fato, o responsável direto pela morte do bebê mencionado? Ou estaríamos diante de uma narrativa meticulosamente orquestrada pela escravizada, com o intuito de refugiar-se na pensão para usufruir de um breve intervalo longe das exigências do trabalho e assegurar um parto mais seguro e tranquilo sob os cuidados da parteira?

Embora possível, essa última hipótese se chocava com a dura realidade vivida por tantas cativas que, rotineiramente, se deparavam com o menosprezo para com os seus rebentos e à superexploração de seu leite materno, especialmente após a promulgação da Lei Ventre Livre. Talvez isso explique o desaparecimento de Joanna, escravizada grávida, identificada como “mulata, de 35 anos, cabelos compridos, baixa, corpo cheio, falta de dentes na frente, pés grandes e chatos”⁴¹⁶, que teria fugido da casa de Bernardino, em Santo Amaro. Para além das coincidências, esses episódios deixam transparecer a existências de um temor recorrente entre as mulheres escravizadas diante da possibilidade de parir sob o domínio senhorial. Temor este alimentado pelas circunstâncias sociais que as atravessavam, como a violência estrutural do cativeiro, a ausência de garantias sobre a sobrevivência de seus filhos, e o distanciamento de práticas culturais, rituais e cerimônias culturais populares e ancestrais desacreditadas ou mesmo abominadas pelos senhores, médicos e parteiras estrangeiras.

⁴¹⁶ Fugiu. **A Província de S. Paulo**, São Paulo. 23 dez. 1881, p. 3

Madame Durocher, por exemplo, dirigia críticas às parteiras populares, muitas delas mulheres pobres, escravizadas, libertas e portuguesas, acusando-as de recorrerem a práticas questionáveis como feitiços, infanticídios e abandono de crianças⁴¹⁷. De modo semelhante, o médico Jean-Baptiste A. Imbert, já na década de 1830, condenava as superstições nos partos de mulheres escravizadas, como a presença considerada excessiva de mulheres no ambiente, o uso de beberagens, a invocação a santos, ladainhas, manipulações corporais tidas como inadequadas e rituais aos quais atribuía nenhuma eficácia.

[...] a mulher com dores de parto, que tiver a desgraça de estar cercada por três ou quatro Parteiras, deve necessariamente resignar-se a suportar mil e diversas posições, a tomar toda a espécie de beberagens, e a fazer movimentos, contrações, e esforços mal calculados. Há demais a mais sujeitar-se a beijar as fingidas relíquias, e os sujos cordões deste ou daquele Santo; é obrigada a rezar ao Santo do seu nome; e a pôr ao peito e no pescoço rosários, donde lhe podem provir sarnas, ou outra qualquer moléstia; em fim é vítima de quantos prejuízos e superstições [...].⁴¹⁸

Marcadas por visões racializadas e hierarquizantes, as práticas culturais relativas ao parto, como rituais, rezas e saberes transmitidos entre comadres e mulheres escravizadas, foram sistematicamente desqualificadas por médicos e parteiras brancas, que viam nessas expressões formas de ignorância ou superstição a serem erradicadas. Portanto, não causa surpresa que muitas mulheres escravizadas, submetidas à autoridade de parteiras estrangeiras e doutores brancos, buscassem alternativas de fuga, tanto antes quanto depois do parto. Em muitos casos, tais fugas não se limitavam à busca pela liberdade formal, mas também representavam tentativas de escapar da lógica de exploração que as destinava ao aleitamento mercenário, separando-as de seus próprios filhos e reduzindo seus corpos à função de nutrizes alugadas a serviço das elites urbanas⁴¹⁹.

⁴¹⁷ TELLES, L. F da S. **Teresa Benguela**, p. 126. A historiadora destaca um trecho da parteira retirado dos *Annaes Brasilienses de Medicina* de 1871, no qual Durocher descreve as parteiras populares como: “eram completamente analfabéticas [sic], pertenciam à última classe da sociedade, pela maior parte ex-meretrizes [...] e levavam debaixo da mantilha, capote ou baeta, cartas, presentes, filtros, feitiçarias de simpatia ou repulsão, de ventura ou de desgraça: provocavam o aborto, cometiam infanticídios e abandonavam nas ruas ou estradas os recém-nascidos.” Conferir também: MUAZE, Mariana. Experiências maternas no cativeiro: gênero, família e trabalho nas grandes *plantations* cafeeiras do Vale do Paraíba (XIX). In: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília B. A. (org.) **Escravidão e maternidade no mundo atlântico: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX**. Niterói: Eduff, 2022, p. 277.

⁴¹⁸ IMBERT, Jean-Baptiste Alban. **Manual do Fazendeiro ou Tratado Domestico sobre as Enfermidades dos Negros, generalisado ás necessidades medicas de todas as classes**. Tomo II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. p. 249-250.

⁴¹⁹ Lorena F. da Silva Telles apresenta casos que evidenciam as estratégias mobilizadas por mulheres escravizadas para parir fora do domínio senhorial. Um exemplo é o da africana Rozária, de nação Cassange, que fugiu em 1830 levando consigo um “cestinho de roupa de criança”, gesto que revela um planejamento

Em agosto de 1872, por exemplo, fugiu da casa de Mme Daure a preta Maria, “de cor fula, desdentada, beijuda, pés grandes e chatos, sinais de queimadura nas mãos e muito prosa”⁴²⁰, levando consigo “uma capa roxa”. Suspeita-se que a parteira francesa fosse a autora do anúncio, uma vez que a responsabilidade pelo cuidado das escravizadas recaia sobre ela enquanto estivessem sob seu teto. No entanto, o anúncio nada informa sobre uma possível gestação ou sobre a presença de um recém-nascido, o que sugere que Maria já tivesse dado à luz. Teria seu bebê nascido com vida? Ou teria sido entregue à Roda dos Expostos? Maria teria fugido em busca de seu filho, ou tentava escapar de ser forçada a amamentar outra criança como ama de leite?

Embora não saibamos o destino de Maria, importa destacar que, no ano seguinte, a inauguração da Maternidade da Mme Daure contou com a entusiástica acolhida e recomendação de Madame Durocher. Em maio de 1873, Mme Durocher dirigiu-se aos leitores e leitoras do *Jornal do Commercio* chamando atenção para o fato de que:

Há muito que a necessidade de uma maternidade em regra com todas as condições higiênicas, se fazia sentir em uma cidade já tão povoada como a nossa, e onde nas construções das casas se limita os aposentos para as criadas; graças à inteligência e atividade da parteira Daure, temos hoje esta lacuna preenchida, pois nada deixa a desejar sua maternidade por ela dirigida, à rua do Espírito-Santo n. 20, que visitei no dia 13 do corrente, indo agradecer-lhe a boa ama de leite que tinha, a meu pedido, fornecido a uma cliente minha.⁴²¹

Se, por um lado, as parteiras disputavam publicamente seu espaço no mercado da parturição, por outro, também havia lugar para laços de fraternidade e solidariedade entre elas. Quando nos aproximamos de seus cotidianos, ainda que minimamente, é possível identificar uma ampla rede de apoio mútuo, na qual parteiras compartilhavam casas, maternidades e clientelas. Relações de aliança e concorrência também se manifestavam com os médicos. Muitas parteiras diplomadas estabeleceram parcerias estratégicas com eles, buscando conquistar legitimidade e visibilidade. Em contrapartida, contribuíam para a desqualificação dos saberes populares das comadres, com o objetivo de se consolidarem como figuras centrais no mercado da assistência ao parto.

material voltado a assegurar as condições básicas para o nascimento do filho. Em outro episódio, a crioula Vicência, grávida de oito meses, evadiu-se em 1881 e, segundo seu senhor, buscou abrigo na casa da mãe, no bairro das Laranjeiras. TELLES, L. F da S. **Teresa Benguela**, p. 157.

⁴²⁰ Escrava Maria. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 51, n. 233. 21 ago. 1872, p. 1. Os anúncios foram publicados nos dias 19, 20 e 21. CARNEIRO, Maria Elizabeth R. **Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. p. 255.

⁴²¹ Atenção. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 15 mai. 1873, ed. 134, p. 7.

A parteira diplomada Maria Mastena, em 1893, veio a público protestar contra Philomena, uma “parteira curiosa” residente na rua do Gasômetro, n. 1. Segundo ela, na semana anterior havia sido chamada para assistir a um parto na rua Carneiro Leão, n. 74. Ao constatar que “não era possível trabalhar sozinha”, solicitou a colaboração do dr. Leonídio Ribeiro, “operador distinto, cuja boa reputação está há muito firmada”. No entanto, seu pedido foi menosprezado pelo chefe da casa, que optou por dispensá-la e convocar outra parteira para o atendimento.

Mais tarde, isto é, um dia depois deste pequeno incidente, soube, com notável espanto, que a operação havia sido levada a efeito pela sra. d. Philomena, parteira curiosa, que reside à rua do Gasômetro n. 1. E agora, tenho a firme certeza de que ela foi mal sucedida para não dizer desastrosa, na aceção mais lata desta frase; essa sra preteriu todas as regras do dever e da boa higiene, que devem ser rigorosamente observadas de acordo com os bons princípios da ciência, *meteu os pés pelas mãos*, deixando a parturiente com a vagina arranhada, em terríveis acessos e, o que é mais ainda, com a saúde bastante comprometida. Tal procedimento, que revela, a luz meridiana do sol, o quanto essa curiosa é ignorante em matéria de partos, deve ser severamente punida, para que não se reproduzam ocorrências dessa natureza e, sobretudo, para que, amanhã, as lavadeiras não se arroguem o direito de abrir consultórios e casas de saúde.⁴²²

A denúncia de Maria Mastena evidencia não apenas os conflitos entre diferentes agentes que atuavam no campo da parturição, mas também lança luz sobre o processo de eugeniação e medicalização do parto em curso no período. Ao recorrer à autoridade de um médico reconhecido e deslegitimar a atuação de uma “parteira curiosa”, Mastena não só reafirma as hierarquias de saberes que marcava a cena obstétrica de então, como também contribui para o recrudescimento dos preconceitos em torno da assistência tradicional ao parto. Quando pede punição à “curiosa” para que “amanhã, as lavadeiras não se arroguem o direito de abrir consultórios e casas de saúde”, ela revela o perfil social das mulheres que, apesar dos obstáculos e da sistemática desqualificação, insistiam em compor as fileiras da assistência ao parto.

Essa tensão entre parteiras não era algo novo. Mme Durocher, em 1871, apresentou o trabalho “Deve ou não haver parteiras?”, no qual defendia a necessidade de um curso mais longo e exigente para a formação dessas profissionais. Segundo ela, exigir apenas que as candidatas soubessem ler e escrever em português e francês, além de dominar as quatro operações aritméticas, era insuficiente, pois resultava na admissão de alunas sem preparo e capacitação para acompanhar o curso. Nesse sentido, ela afirmava:

⁴²² Ao Exmo. Sr. Dr. Inspetor Geral de Higiene do Estado de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 nov. 1893, p. 2.

A mulher que acaba de largar a agulha, o ferro de engomar, a panela, a frigideira ou qualquer utensílio da vida doméstica, vai ouvir por espaço de dois anos o professor falar de partos, em termos para ela completamente desconhecidos, como cartilagens, tendões, sinóvia, membrana serosa, mucosa, parênquima, articulação úmero-cubital, fontanela bregmática, etc., etc., circulação útero-placentária, descrição de embriologia; não percebe nem pintada, mas que importa? O fim principal não é perceber, é decorar, e para isso basta ter a inteligência um grau acima da de um papagaio, para decorar mais ou menos bem o que ouviu por espaço de dois anos.⁴²³

Essa declaração explicita os mecanismos de exclusão que moldavam o campo obstétrico naquele período, atravessado por uma complexa rede de alianças, disputas e subordinações marcadas por relações de gênero, classe e raça. Portanto, entre diplomas, normas, regulamentos e progressivo embranquecimento da cena do parto, a figura da parteira profissional emerge não apenas como expressão de uma conquista do saber feminino, mas também como uma exigência do próprio corpo médico e da ciência moderna. Como observa Barreto, a presença de médicos à cabeceira da parturiente era rara até a primeira metade do século XIX, sendo a sua inserção resultado de um esforço deliberado de legitimação da medicina como profissão hegemônica, fundado na ruptura da autoridade tradicional das comadres⁴²⁴. Nesse contexto, os médicos passaram a competir com parteiras, curandeiros, espíritas, sangradores, farmacêuticos e ervateiros, construindo as figuras do charlatão e da parteira ignorante – majoritariamente africanas, indígenas e descendentes⁴²⁵. Como aponta Telles, essas construções simbólicas tinham como objetivo desqualificar e hostilizar os saberes populares, ao mesmo tempo em que serviam de contraponto para edificar “as identidades do médico, portador da ciência e da parteira branca e acadêmica”⁴²⁶. Nesse processo de medicalização da assistência ao parto, os médicos passaram a se afirmar como especialistas em partos complexos, delegando às parteiras diplomadas a condução de casos considerados simples ou de menor risco⁴²⁷.

⁴²³ DUROCHER, M. *apud* MOTT, M. L. O curso de parto... p. 137.

⁴²⁴ BARRETO, M. R. N. *op. cit.*, p. 902; Deirdre C. Owens observa que, ao substituírem as parteiras, os médicos brancos do sul dos EUA invadiram a intimidade das mulheres escravizadas, rompendo os laços profundamente pessoais que elas mantinham entre si, sustentados por vínculos ancestrais e culturais. OWENS, Deirdre C. **Medical Bondage: race, gender, and the origins of American Gynecology**. Athens: The University of Georgia Press, 2017. p. 45-46.

⁴²⁵ Gabriela dos Reis Sampaio saliente que os médicos recorriam a todos os instrumentos disponíveis para protestar e exigir providências das autoridades contra sua concorrência. “Por isso, foi necessário criar essa abrangente categoria, o *charlatão*, denominação que englobava as mais diferentes atividades. Em oposição a essa figura hostil, ia sendo construída a identidade do médico, portador da ciência. Assim, os médicos usavam o título de charlatão para assinalar em todos os seus ‘outros’ uma mesma visão negativa”. SAMPAIO, Gabriela dos R. **Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, Cecult, IFCH, 2005. p. 53. TELLES, L. F. da S. **Teresa Benguela**, p. 130; MOTT, M. L. A parteira ignorante. p. 9.

⁴²⁶ TELLES, L. F. da S. *op. cit.* p. 130. BARBOSA, G. M., PIMENTA, T. S. *op. cit.*, p. 487-488.

⁴²⁷ BRENES, A. *op. cit.*, p. 145. BARBOSA, G. M., PIMENTA, T. S. *op. cit.*, p. 487-488.

Enquanto as parteiras tradicionais permaneceram ativas ao longo de todo o século XIX, as parteiras formadas passaram, gradualmente, a conquistar a confiança das elites urbanas. A trajetória de Madame Daure é exemplar nesse processo. Atuante na cidade do Rio Janeiro, ela estabeleceu alianças com parteiras experientes e renomadas, bem como construiu relações estreitas com mulheres abastadas e médicos obstetras influentes. Ao longo dos anos, sua atuação contribuiu para que sua Maternidade passasse a ser utilizada por parte da comunidade médica não apenas como espaço de atendimento, mas também como local de formação profissional, estudo e investigação científica. Em 1877, a *Gazeta de Notícias* registrou que

um pequeno grupo de brasileiros inteligentes, saídos ainda há pouco dos bancos de nossa academia de medicina, instituem cursos livres onde iniciam os alunos das escolas médica e politécnica no progresso de certos e mais importantes ramos da ciência que professam. [...] O primeiro curso deste gênero a que assistimos, foi ao do Sr. Dr. Rodrigues dos Santos, professado na casa de maternidade de Mme. Daure. O jovem e inteligente operador tratou do estudo da embriogenia, explicando, com muito talento e conhecimento da matéria, todas as evoluções do óvulo, no seio materno, desde a mancha germinal até o feto se tornar viável.⁴²⁸

Varena encerrava a crônica do dia anunciando que o dr. Nuno de Andrade em breve abriria um novo curso livre na FMRJ. O curso, de caráter gratuito, teria como foco a patologia mental, dedicando-se ao estudo “da alienação mental em si e em suas relações com as afeições somáticas, explorando as respectivas questões de medicina legal e de deontologia médica”⁴²⁹. Sem mais notícias dos cursos livres e de seu funcionamento, sabemos apenas que a Maternidade encerrou suas atividades em 1881, registrando três endereços ao longo de sua existência: Rua do Espírito Santo, 20; Travessa da Barreira, 43 (1875); e Rua Do Espírito Santo, 27 (1877)⁴³⁰.

Ao analisarmos a lógica de funcionamento das casas de maternidades, pensões, casas de saúde e clínicas privadas e sua articulação com médicos e parteiras que, não raro, eram também proprietários de mulheres escravizadas, surgem algumas interrogações: quais eram os limites efetivos da atuação dos médicos em instituições como a Mme Daure? Esses espaços funcionavam apenas como centros de sociabilidade e discussão teórica, ou também como lugares de experimentação prática sobre os corpos das pacientes? Estaríamos diante de uma janela privilegiada da história para problematizar

⁴²⁸ Varena. Digressões Científicas. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 01 jun. 1877, Ano III, n. 150, p. 5.

⁴²⁹ *Ibidem*.

⁴³⁰ BARBOSA, G. M., PIMENTA, T. S. *op. cit.*, p. 503.

melhor a exploração sistemática dos corpos negros e femininos na primórdios da ciência moderna?

Há muito tempo os médicos vinham denunciando a carência de aulas práticas no curso de medicina, especialmente no que se refere à formação obstétrica⁴³¹. A ausência de espaços especializados, como clínicas de partos ou maternidades públicas acessíveis ao ensino, impunha sérias limitações à observação sistemática do corpo feminino pelos estudantes. Em um contexto no qual os partos ocorriam predominantemente em domicílios e permaneciam sob o controle quase exclusivo das parteiras, os alunos eram obrigados a adquirir experiência prática de forma informal⁴³². Foi apenas na década de 1880, no Rio de Janeiro, que se consolidaram os esforços para suprir a carência de formação prática em obstetrícia no ensino médico.

Resultado da lenta aparelhagem dos médicos no Estado e das reiteradas campanhas promovidas pelos professores da Faculdade de Medicina, surgiram então os primeiros estabelecimentos voltados à assistência obstétrica gratuita, com o propósito de oferecer aos estudantes uma prática clínica. Assim, em 1881 foi fundada a Maternidade Municipal, substituída dois anos depois pela enfermaria de partos da Santa Casa de Misericórdia. Segundo relatórios, a maternidade foi assiduamente frequentada pelos estudantes da Faculdade de Medicina, que ali encontravam oportunidade de treinamento prático. Importa destacar que, entre 1881 e 1882, foram atendidas 103 parturientes, das quais 68 eram mulheres escravizadas⁴³³. Seus corpos foram duplamente instrumentalizados: em trabalho de partos, serviam como objeto de ensino prático; enquanto lactantes, eram exploradas economicamente por meio do aluguel como amas de leite. Lorena Telles destaca que, assim sendo,

[...] entrevemos a quais interesses a maternidade veio servir, e por que alguns senhores submeteram escravas grávidas, certamente não sem resistência, à presença e atuação de médicos e estudantes nos seus partos. Dentre as condições de admissão inscritas no regulamento, consta que apenas mulheres no oitavo mês de gestação, sem distinção de cor e posição social, poderiam ser admitidas. Mulheres pobres poderiam ser gratuitamente recebidas, ao passo que *‘as escravas, ou as que apresentarem um interessado pagarão uma diária e 20\$000 no ato da saída pelo trabalho de parto’*, preço que os senhores poderiam dispendir numa casa de maternidade, de propriedade de parteiras francesas, ou em Casas de Saúde.⁴³⁴

⁴³¹ BRENES, A. *op. cit.*, p. 145; MOTT, M. L. O curso de partos, p. 146.

⁴³² TELLES, L. F. da S. *op. cit.*, p. 169.

⁴³³ *Ibidem*, p. 197.

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 197-198.

Em São Paulo, o processo de institucionalização da formação médica e da criação de espaços voltados ao estudo prático das mulheres na área da saúde ocorreu de forma mais tardia. Apenas em 1894 foi inaugurada a Maternidade de São Paulo, resultado de uma iniciativa filantrópica promovida por segmentos abastados da elite paulistana vinculados ao governo estadual⁴³⁵. A manutenção da instituição ficava a cargo da Associação Protetora das Desamparadas e, conforme estabelecido em estatuto, seu propósito era “(a) recolher as mulheres pobres em adiantado estado de gravidez, (b) ampara-las durante o parto, (c) prestar aos recém-nascidos todos os socorros de que careçam durante os primeiros dias”.⁴³⁶ Tratava-se, pois, da primeira instituição dessa natureza a operar no estado de São Paulo e da primeira fundada já sob os auspícios do regime republicano no país⁴³⁷.

Já a consolidação de um local destinado ao ensino obstétrico deu-se apenas em 1912, com a fundação da Escola de Parteiras da Maternidade de São Paulo (EPSP). Vinculada à Maternidade de São Paulo, a EPSP oferecia uma formação articulada entre teoria e prática nas áreas de clínica obstétrica e ginecológica, sendo frequentada tanto por mulheres interessadas em uma formação regular quanto por parteiras estrangeiras em busca da revalidação de seus diplomas⁴³⁸. Além disso, a instituição passou a suprir a necessidade de ensino prático exigido pela disciplina de clínica obstétrica da Faculdade de Medicina, criada apenas em 1913, contribuindo para a consolidação de um ensino técnico-científico voltado à saúde reprodutiva das mulheres.

Portanto, diante da ausência de espaços para a formação prática, é bastante provável que as casas de maternidade mantidas por parteiras estrangeiras tenham

⁴³⁵ Estiveram presentes na reunião de inauguração da Maternidade de S. Paulo os médicos idealizadores a instituição, Braulio Gomes e Rodrigues dos Santos, bem como as integrantes da Associação Protetora das Desamparadas: Francisca de Campos, Adelina Moreira da Motta, Maria da Glória de Araujo Guimarães, Anna Maria de Moraes Burchard, Irene de A. Brandão Penteado, Emilia Augusta da Silva, Lerbina Libero [conferir], Eulalia Candida de Almeida, Bernardina Motta, Julia de Oliveira Guimarães, Clara Candida da Motta, Maria Elisa Leal, Maria Cintra Ferreira, Claudina de Paiva Azevedo, Ambrosina Lucinda Guerra, Eliza Ramalho Brandão, Brazilia de Azambuja Brandão, P[ilegível] Maragliano Guimarães, Jozephina Eugenia Leitão Guimarães, Dina Guimarães Barros, Francisca Aysoza Galvão, Luiza de Andrade Alves, Clotilde da Cruz Bouchez, Julieta Tavares, Alice de Campos Araujo, Eugenia P. de Albuquerque, Maria Lydia de Souza Campos, Cymadacea Pereira Borges. (1ª Acta da Assembleia Geral: Fundação da Associação. Livro de Actas das Sessões da Associação Protectora das Desamparadas, Fundo Maternidade de São Paulo, Caixa Actas Maternidade de S. Paulo Arquivo Público do Estado de S. Paulo. Notação 134.4.3740.)

⁴³⁶ Estatutos da Associação Protectora das Desamparadas, Capítulo 1, art. 2. Livro de Actas das Sessões da Associação Protectora das Desamparadas, Fundo Maternidade de São Paulo, Caixa Actas Maternidade de S. Paulo Arquivo Público do Estado de S. Paulo. Notação 134.4.3740.

⁴³⁷ RABAHIE, Julia de M. Mulheres pobres e parteiras em São Paulo, p. 2.

⁴³⁸ MOTT, M. L. Fiscalização e formação das parteiras, p. 50.

funcionado como espaços informais de aprendizado médico, nos quais mulheres e fetos estavam “à disposição” para observação e intervenção. Sendo assim, cabe ainda indagar com mais atenção o papel desempenhado pelas parteiras nesse processo. Para além das estratégias de agenciamento de amas de leite, do exercício prático de seu ofício e de sua subordinação às estruturas médicas e patriarcais, é preciso considerar também sua participação, direta ou indireta, na manutenção das hierarquias raciais e consolidação da eugenia enquanto ciência. Embora as fontes sobre a atuação das parteiras sejam indiretas e majoritariamente construídas pelo olhar do médico, conseguimos encontrar nas brechas dos textos de Durocher, nos anúncios, nas denúncias e nos agradecimentos públicos que muitas parteiras estrangeiras comungavam da mesma fé racial dos médicos. Algumas dessas mulheres, especialmente as que buscavam prestígio e legitimação junto ao corpo médico, colaboraram com a lógica senhorial ao tratar mulheres negras e seus filhos como escórias e rebotalhos sociais. Deste modo, quando não envolvidas diretamente em partos, elas cediam seus espaços para grupos de estudos médicos, atuavam como auxiliares em cirurgias, procedimentos obstétricos e extrações fetais de alto risco, cujos corpos, mortos ou sobreviventes, poderiam alimentar acervos anatômicos ou servir a estudos científicos.

Corpos descartáveis

A historiografia já vem, há algum tempo, demonstrando a íntima relação entre escravidão, ginecologia e obstetrícia, evidenciando como o saber médico moderno se edificou sobre a dor, o controle e a objetificação dos corpos de mulheres negras⁴³⁹. Deirdre Cooper Owens⁴⁴⁰, por exemplo, analisou como mulheres escravizadas foram transformadas em sujeitos centrais para o desenvolvimento da ginecologia nos Estados Unidos, ao longo do século XIX. Articulado história da medicina, raça, gênero e escravidão, a historiadora revela como as experiências dessas mulheres constituíram um campo elástico e poroso, no qual se entrelaçavam práticas médicas formais e informais. Nesse processo, o valor atribuído à vida das mulheres negras oscilava conforme os

⁴³⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. O problema do osso ilíaco... p. 68; TELLES, L. F. da S. Bacias, fetos e pelvímetros: mulheres escravizadas e violência obstétrica na enfermaria de partos do Rio de Janeiro (década de 1880). In: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília B. A. (org.) **Escravidão e maternidade no mundo atlântico: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX**. Niterói: Eduff, 2022, p. 81-105. PATON, Diana. *op. cit.*; GOULD, Stephen Jay. A Vénus Hotentote. In: GOULD, Stephen Jay. **O sorriso do flamingo: reflexões sobre história natural**. Trad. Luís Carlos Borges. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁴⁴⁰ OWENS, Deirdre C. **Medical Bondage**, 2017.

interesses do mercado, submetido a uma lógica utilitarista. Foi a partir dessa escala móvel de valor que médicos brancos construíram suas reputações científicas e desenvolveram técnicas cirúrgicas, utilizando corpos de mulheres escravizadas sem qualquer consentimento e, muitas vezes, em condições brutais.

Por isso, não é demais questionar: teria Aureliana de Jesus, mulher preta de 50 anos, moradora de Cantagalo, morta em decorrência de um tumor canceroso, consentido em deixar seu corpo para os estudos do doutor Domingues Freire? E Maria Rita, também preta, natural de Minas Gerais, com apenas 24 anos, que não resistiu a uma hemorragia causada por ulcerações nos glúteos e reto, teria, em vida, concedido qualquer autorização para que seu corpo fosse vasculhado como objeto de ciência?⁴⁴¹ Quantas dessas mulheres, majoritariamente negras, submetidas à precariedade dos atendimentos, à curiosidade invasiva e à violência da assistência médica da época, puderam, de fato, exercer algum controle sobre seus próprios corpos, mesmo diante da morte?

Atualmente, pesquisas têm denunciado o caso de Jacinta, uma jovem mulher negra mumificada em 1901 pelo médico legista Amâncio de Carvalho e exposta durante três décadas na Faculdade de Direito de São Paulo⁴⁴². O corpo de Jacinta foi alvo de sucessivas violências e desrespeitos, recebendo nomes aleatórios como Raymunda, Benedicta ou simplesmente “a múmia”⁴⁴³. Estudantes e frequentadores da faculdade o utilizaram de forma degradante, servindo como cabide, castiçal e até objeto de trotes. Mariana de Berimbau relata que, em um dos episódios mais brutais, após cartas suicidas terem sido redigidas em nome de Jacinta, “o corpo foi desmembrado ao ser arremessado

⁴⁴¹ Os casos são relatados pelo próprio médico em artigo de primeira página em *OESP* e n’*O País*, em agosto de 1893. Freire, Domingues. Natureza e cura do cancro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 ago. 1893, p. 1.

⁴⁴² O médico assim descrevia Jacinta: “J... preta, de cerca de trinta anos, hóspede habitual da polícia por sua desmedida intemperança, toda infiltrada particularmente no ventre, onde havia derrame peritoneal”. Antes de ser levada para a Faculdade de Direito, ficou exposta na rua Quinze de Novembro n. 8, na charcutaria do sr. Luiz J. Gomes. Cf.: Carvalho, Amâncio de. Embalsamento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 dez. 1901, p. 2. A história ganhou repercussão na atualidade após a pesquisadora Suzane Jardim compartilhar dados e informações de suas pesquisas com o jornalista Daniel Salomão Roque, para uma reportagem na revista digital *Ponte*, em 2021. Cf.: ROQUE, Daniel Salomão. Como a principal faculdade de direito do país violou o corpo de uma mulher negra por 30 anos. *Ponte*, 2021. Disponível em <https://ponte.org/principal-faculdade-direito-pais-usp-sao-francisco-violou-corpo-mulher-negra-30-anos-jacinta/>. Acesso em 13 mai. 2025. Para saber mais sobre o caso e sua exposição na imprensa da época conferir: TIEDE, Livia. Vagoroso, árduo e silencioso: o racismo na experiência de trabalho de um ativista negro em São Paulo (1900-1930). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-19, 2023; BERIMBAU, Mariana de. Jacinta Maria de Santana: uma mulher negra mumificada pela/na história da educação e das ciências. **Revista Teias**, v. 25, n. 78, jul./set. 2024.

⁴⁴³ BERIMBAU, Mariana de. *op. cit.*, p. 32.

de um barranco no centro da cidade, atraindo a atenção da polícia”⁴⁴⁴. Em 2023, após pressão de estudantes e do movimento negro, a Faculdade de Direito da USP retirou a homenagem ao professor de medicina legal Amâncio de Carvalho, reacendendo o debate em torno da justiça histórica e da reavaliação crítica das figuras celebradas nas instituições públicas.

Contudo, pouco se questiona sobre os estudos preliminares de Carvalho com outros corpos que antecederam e possibilitaram o processo de embalsamamento do corpo de Jacinta. Da mesma forma, menciona-se seu posto de presidente honorário da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918⁴⁴⁵, mas silencia-se sobre os impactos sociais e epistemológicos de seu pensamento na formação de médicos e juristas ao longo do tempo no Brasil. Cria-se, assim, a falsa impressão de que as dimensões científica e política, técnica e a ideológica de sua trajetória não estariam conectadas. Como se fosse possível dissociar o autor de sua obra, e como se os efeitos históricos de sua atuação pudessem ser analisados de forma compartimentalizada, neutra ou inofensiva.

Em 1896, na sala da polícia e diante de algumas pessoas, o Amâncio de Carvalho embalsamou uma criança de apenas 20 meses⁴⁴⁶. Falecida às 10 horas da manhã do dia 21 de julho e embalsamada ao meio-dia do dia seguinte, a criança sequer teve nome registrado. Onde estaria sua mãe, seu pai, seus familiares? Teriam sido informados da exposição pública do corpo daquele pequeno membro da família? Quem autorizou o uso de seu corpo? A notícia da experiência precedia um artigo do próprio Carvalho, no qual exaltava os avanços da ciência e das técnicas de conservação de cadáveres. Para ele, “o embalsamento representa a cadeia que prende o passado ao presente e este ao futuro”. Com o êxito da demonstração, fez questão de afirmar que o procedimento não era seu: “Li, estudei-o e pratiquei-o”. Mas, quantos corpos-objetos foram necessários até que se atingisse esse “sucesso”? Quantas vidas descartáveis sustentaram, em silêncio, os

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁵ Em 1913, Amâncio de Carvalho foi convidado para ser vice-presidente da primeira sociedade eugênica da América Latina, ao lado de Agostinho de Souza Lima e Belisário Penna. Ver: MUNARETO, Geandra Denardi. **A ciência como regeneradora da nação: eugenia e autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Penna**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. p. 73; VIEIRA, Thayna Soares de Almeida. **Civilizando o amor e regenerando os lares: eugenia e exames pré-nupciais a serviço da nação (1918-1934)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2022. p. 25; SOUZA, Vanderlei S. de. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. 226 p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006. p. 36.

⁴⁴⁶ CARVALHO, Amâncio de. Embalsamento. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 20 ago. 1896, p. 1.

alicerces dessa ciência celebrada? Durante dias, o corpo da pequena múmia permaneceu exposto na “sala dos srs. médicos da polícia central”, à vista de todos que quisessem vê-la. Mais tarde, o médico dizia que seus estudos o levariam a construir um panteão de homens ilustres⁴⁴⁷.

Se o embalsamento se apresentava como uma técnica científica curiosa e inovadora, capaz de atrair olhares atentos e despertar fascínio entre os mais diversos públicos, a exposição de fetos também ocupava um lugar entre os espetáculos cotidianos que marcavam o cenário urbano das principais vias da cidade. Na elegante e movimentada Rua Direita, em frente ao Hotel de França, foi exibido um “feto curiosíssimo”⁴⁴⁸. À porta da casa O Termometro⁴⁴⁹, os médicos Mello Oliveira e Luiz Cruz expuseram o corpo do feto, marcado por “estranhas anomalias”: cabeça desproporcionalmente grande, dois dentes no maxilar inferior, orelhas pequenas, mão com quatro dedos e um pé voltado para fora. A forma como foi apresentado ao público conferia ao episódio um tom de banalidade e de espetáculo sensacionalista, que borrava deliberadamente as fronteiras entre ciência, curiosidade mórbida e exibição pública da “monstruosidade”.

Ao analisar o fenômeno da exibição de seres humanos em feiras, circos, museus e zoológicos entre o século XIX e o início do XX, a historiadora Sandra Sofia M. Koutsoukos identificou um processo de consolidação do racismo científico imperialista, baseado na necessidade de catalogar o “outro” como inferior, exótico e degenerado. No entanto, sua leitura vai além da lógica classificatória e revela também os efeitos subjetivos desse regime de exibição sobre o público. Para ele, tais espetáculos não apenas reforçavam hierarquias raciais, mas também promoviam o “aumento da própria autoestima”, “já que, ao se comparar com supostos defeituosos, exóticos ou selvagens, o visitante saía das exibições se sentindo melhor com a própria mediocridade”⁴⁵⁰.

⁴⁴⁷ No mesmo artigo que anunciava o embalsamento de Jacinta, o médico destacava: “Os nobres, os heróis, os que tudo mereceram da pátria, antigamente se cremavam, como uma honra póstuma. Por que não conservá-los embalsamados, mumificados, como exemplos capazes de imitação? [...] Não seria melhor que o [Eduardo Prado] tivéssemos conservado como uma glória pátria, um patrimônio paulista? S. Paulo, o Estado mais adiantado do Brasil deve ter o seu Panteão para onde deva, ir os que em vida mais se distinguiram”. CARVALHO, Amâncio de. Embalsamento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 dez. 1901, p. 2.

⁴⁴⁸ Feto curioso. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 09 jun. 1887, p. 2

⁴⁴⁹ De acordo com os classificados e anúncios encontrados no periódico, O Termometro era um estabelecimento de artigos diversos, cuja oferta abrangia desde navalhas, tesouras e ferramentas para cabeleireiros até produtos de perfumaria, instrumentos musicais e utensílios médicos, como o tubo de Faucher, utilizado para alimentação forçada, nutrição artificial e lavagens de estômago.

⁴⁵⁰ KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Zoológicos humanos: gente em exibição na era imperialista**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2020, versão ebook, p. 381.

Parteira-enfermeira: muito além do partejar

Essa lógica de espetacularização de corpos negros e daqueles considerados defeituosos justificava-se pela pretensa ideia de neutralidade científica, que, na prática, operava como mecanismo de manutenção dos privilégios de uma minoria. Nesse contexto, as parteiras estrangeiras aparecem como figuras ambíguas. Embora frequentemente silenciadas ou invisibilizadas nos registros oficiais, sua presença era constante. Circulavam pelas ruas, liam os jornais, articulavam alianças e atuavam de forma contínua na assistência à saúde das mulheres. Para além do parto, sua atuação estendia-se a múltiplos âmbitos: colaboravam com autoridades policiais como peritas em delegacias, identificando fetos natimortos, examinando corpos de gestantes falecidas e participando de intervenções cirúrgicas. Mott aponta que, na virada do século XX, a atuação das parteiras se sobrepunha aos papéis de enfermeira, tornando-se cada vez mais comum a exigência de que a parteira também exercesse funções de enfermagem. Um exemplo desse processo foi a criação do cargo de “parteira-enfermeira” na Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, interpretado pela autora como um indicativo das transformações em curso na organização dos saberes e práticas de saúde⁴⁵¹.

Rabahie argumenta que, naquele contexto, “os papéis e atribuições relegados a parteiras e enfermeiras eram bastante permeáveis e móveis”⁴⁵². A enfermeira não substituíra, necessariamente, a parteira, mas esta passava a ser cada vez mais associada à figura da enfermeira. Para ilustrar essa dinâmica, a historiadora apresenta a trajetória de Vitoria Comodo que surge inicialmente nos registros da Maternidade de S. Paulo como enfermeira, sendo posteriormente identificada como “primeira-parteira”⁴⁵³. Num momento seguinte, ela assume a função de administradora interna da instituição – cargo até então ocupado por Júlio da Silva –, o que revela a centralidade que seu trabalho adquiriu na gestão da maternidade.

Portanto, ainda que não tenhamos registros explícitos da presença de parteiras em procedimentos como estudo de fetos, embalsamento de crianças e mulheres, é plausível admitir que lá também estavam elas. Talvez não como protagonistas diretas do bisturi, mas certamente como agentes fundamentais na organização e gestão do cotidiano das

⁴⁵¹ MOTT, M. L. Fiscalização e formação das parteiras..., p. 53.

⁴⁵² RABAHIE, J. de M. Mulheres pobres, p. 12.

⁴⁵³ RABAHIE, J. de M. O parto no pós-abolição, p. 88-89.

clínicas privadas e das maternidades, colaborando tanto com saberes técnicos como práticos acumulados na lida cotidiana com os corpos femininos⁴⁵⁴.

É nesse sentido que uma história de notório interesse público à época, amplamente noticiada pela imprensa na década de 1890, aponta para mais uma situação em que a presença de parteiras, embora não oficialmente registrada, é bastante plausível. É o caso do médico italiano Abel Parente, que passou a divulgar um método de esterilização temporária e voluntária para mulheres⁴⁵⁵. Esse episódio ilustra como o debate sobre o aborto e a esterilização feminina mobilizou intensas disputas nos campos médico, jurídico e político, refletindo as tensões próprias de uma sociedade em processo de modernização e medicalização dos corpos femininos. As controvérsias em torno dessas práticas, largamente registradas nos jornais, revelam que a lógica do controle reprodutivo das mulheres, sobretudo aquelas pertencentes às elites urbanas, já operava como um eixo estruturante nas discussões sobre ciência, saúde pública e regeneração social.

Radicado no Brasil, Abel Parente era obstetra e ginecologista, dedicando-se ao tratamento das chamadas moléstias de senhoras⁴⁵⁶ e ao desenvolvimento de um “invento”⁴⁵⁷. De acordo com Fabíola Rohden, esse invento consistia em um método de esterilização temporária⁴⁵⁸ que envolvia “um tipo de raspagem das paredes do útero e injeções”⁴⁵⁹ intrauterinas. Em 1893, o médico passou a divulgar nos jornais cariocas sua nova técnica, detalhando os perfis de mulheres que, segundo seus critérios, deveriam ou

⁴⁵⁴ Júlia Rabahie argumenta que, embora a autoridade e a centralidade do saber médico passassem a ser progressivamente reconhecidas, a atuação dos médicos “se limitava a uma quase pontualidade, como se o dia a dia não fosse de suas alçadas e não estivesse à altura de sua importância ou interesse.” Na Maternidade de S. Paulo, por exemplo, as visitas diárias nos leitos eram realizadas pelas parteiras que, “além de terem suas funções de cuidado, também se encarregavam de tarefas e organização e administração da Maternidade”. *Ibidem*, p. 87-88.

⁴⁵⁵ O caso Abel Parente foi amplamente divulgado e debatido, tanto na imprensa leiga quanto nos periódicos especializados e publicações oficiais das sociedades médicas.

⁴⁵⁶ Dr. Abel Parente. **Jornal do Commercio**. 15 mar. 1900. Ano 80, n. 74, p. 10. ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 152.

⁴⁵⁷ Abel Parente graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1876, apresentando a tese intitulada “Tratamento do reumatismo articular agudo e proposições sobre cada uma das ciências ensinadas na faculdade”. MEDEIROS, H. R. F. et al. A concorrência na arte de partejar, p. 1002.

⁴⁵⁸ Apesar de Rohden afirmar que o procedimento era temporário, Mendes e Vieira observam que Parente não detalhava publicamente sua técnica, gerando dúvida se os resultados seriam definitivos ou temporários. Além disso, os autores destacam que o procedimento não era barato, levando meses de tratamento e podendo “custar até dois contos de réis, numa época em que o salário médio mensal do funcionamento público era quatro ou cinco vezes menor”. MENDES, L., VIEIRA, R. F. O “caso Abel Parente”, os homens de letras e a disseminação do saber científico nos primórdios da República. **Revista Maracanã**, n.13, Dez. 2015, p. 128.

⁴⁵⁹ ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p. 173.

poderiam recorrer ao procedimento. Os anúncios eram dirigidos, em especial, àquelas cujas gestações fossem consideradas problemáticas ou indesejadas. Entre os casos listados, estavam situações como risco de morte durante o parto; doenças cardíacas, genitais ou pulmonares; estados de loucura provocados ou agravados pela gestação, parto, aborto ou amamentação; tumores abdominais. A essas condições, somava-se:

VII. *Sempre que trata-se de evitar de gerar uma prole à qual seria inevitável a transmissão hereditária de moléstias graves, tais como a sífilis, a demência, a epilepsia, o câncer, a tísica;*

VIII. *Sempre que pais idosos, nevropatas, alcoólicos, sífilíticos, caquéticos não queiram obter uma prole degenerada, raquítica e escrofulosa;*

IX. *Enfim nos casos de anemia profunda e miséria.*⁴⁶⁰

A proposta provocou intensa controvérsia entre médicos, juristas, membros da Sociedade de Higiene do Brasil e da Academia Nacional de Medicina⁴⁶¹, revelando as tensões entre os anseios de modernização eugênica e os limites morais e patriarcais impostos à intervenção sobre os corpos femininos. Vale destacar que a inquietação não recaía propriamente sobre os critérios indicados para a esterilização, tampouco sobre o que se compreendia por “prole degenerada”. O que estava em disputa era, sobretudo, a possibilidade de desvincular o exercício da sexualidade feminina de sua função reprodutiva inata, o que colocava em xeque os fundamentos morais e patriarcais que sustentavam a ordem social vigente.

Rohden argumenta que os opositores de Abel Parente associavam a esterilização à prostituição, uma vez que a reprodução era concebida como função intrínseca e natural da mulher⁴⁶². Assim, ao desvincular o sexo da procriação, o desejo feminino passava a ser visto como sem finalidade moral legítima, transformando-se em expressão de promiscuidade. Nesse horizonte normativo em que a mulher era simultaneamente percebida como incapaz de controlar sua sexualidade e como guardiã da honra familiar, qualquer método que permitisse dissociar o ato sexual da concepção era prontamente condenado. É nesse enquadramento que se explicava a associação quase automática entre esterilização e prostituição, revelando os limites impostos à autonomia reprodutiva feminina no discurso médico da época⁴⁶³.

⁴⁶⁰ Transcrito no parecer de Malcher Serzedello *apud* ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença**, p. 174

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 173-220. MEDEIROS, H. R. F. et al. *op. cit.*, p. 1002.

⁴⁶² ROHDEN, F. *op. cit.*, p. 174-177.

⁴⁶³ *Ibidem*. Retomaremos esse assunto no próximo capítulo. Ver também: MENDES, L., VIEIRA, R. F. *op. cit.*, p. 130.

Após anos de investigações policiais e processos, Abel Parente continuou a divulgar seus serviços no *Jornal do Commercio*. Entre aliados e opositores, passou a enfatizar a utilidade de seu método como ferramenta médica de “defesa social”:

O INVENTO DO DR. ABEL PARENTE

O autor aplica exclusivamente nos casos indicados pela *Gazeta de Notícias* em seus editoriais dos dias 1 e 14 do corrente, isto é, ‘nos casos em que a defesa social *pode e deve* impor aos *doentes*, aos *anômalos*, aos *degenerados*, não multiplicar o número de infelizes’, os seres *degenerados* ou afetados de *moléstias incuráveis* não devem procriar’ bem assim nos casos em que doente corre perigo de vida durante a *prenhez*, o *parto* e o *puerpério*. Somente não exige prévia *conferência médica obrigatória* e a violação do *sigilo profissional*.⁴⁶⁴

Jornais de ampla divulgação desempenharam um papel ativo na construção de uma imagem pública favorável ao médico italiano. Dentre eles, *O País* destacou-se como o veículo que “mais abertamente defendeu Abel Parente, reservando espaços da folha para dar destaque às vitórias e aos argumentos da defesa”⁴⁶⁵. A *Gazeta de Notícias*, por sua vez, também adotou uma postura simpática ao médico, conferindo-lhe espaços consideráveis em suas edições. Não por acaso, o próprio anúncio de Parente faz referência ao editorial publicado em 1º de dezembro de 1900, no qual a *Gazeta* discorre sobre os aspectos científicos, jurídicos e morais do caso, concluindo que o direito à vida só encontraria uma “única objeção”: os chamados casos de “defesa social”.

Há uma única objeção que ainda pode ser aceita: há casos em que a defesa social *pode e deve* impor aos doentes anômalos, aos degenerados, não multiplicar o número dos infelizes, dos que estão *a priori* condenados a perecer no primeiro choque da luta pela existência; o legislador espartano que mandava atirar no abismo do Taigeto os recém-nascidos dos deformes ao raquíticos, ou acometidos por um morbo hereditário insuportável, tem sido muitas vezes citado como exemplo típico de defesa social. Nós não temos o Taigeto jurídico, mas admitimos o caso de infelizes que poderiam dar ao mundo raças de degenerados e aos quais não impedimos o casamento, e dos quais não punimos a convivência sexual; admitimos o caso de órgão enfermo fatalmente destinado a propagar com series inumeráveis de males, raças marcadas pela maldição do destino e não temos meios de impedir que seja fecundado.⁴⁶⁶

Oito anos após as primeiras polêmicas, observa-se uma inflexão no discurso em torno da proposta de Abel Parente: o que inicialmente parecia girar em torno do direito das mulheres ao controle de sua própria reprodução, passa a se reconfigurar como um instrumento voltado ao controle reprodutivo de segmentos sociais considerados indesejáveis. Assim, se, em um primeiro momento, a técnica de esterilização surgia como uma solução profilática direcionada principalmente às mulheres das elites em situações

⁴⁶⁴ Dr. Abel Parente. *Jornal do Commercio*. 17 dez. 1900. Ano 80, n. 350, p. 6.

⁴⁶⁵ MENDES, L., VIEIRA, R. F. *op. cit.*, p. 133.

⁴⁶⁶ O direito da vida. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1900, ano XXVI, n. 334, p. 1.

médicas delicadas, gradualmente ela assume contornos mais nitidamente políticos, alinhando-se aos pressupostos da eugenia negativa. Não é possível afirmar com certeza se essa guinada foi fruto de uma mudança intencional por parte de Parente ou se, diante da forte repercussão pública e da resistência institucional que enfrentou, ele adaptou seu discurso estrategicamente, reposicionando-se conforme as conveniências do contexto. O que se pode afirmar é que o debate já estava posto desde o início, e pouco espaço teve frente aos preceitos tradicionais e conservadores do papel de reprodutora das mulheres das classes médias e altas.

Entre anúncios e endereços: os mapas discretos da assistência obstétrica em São Paulo

Elisabeth Pelissier manteve-se na Corte até o final de março de 1882 na casa de Mme Durocher. Pretendendo retornar a São Paulo, foi meticulosa ao mobilizar a imprensa a seu favor. Assim, em 23 de março, ela endereçou uma carta pública na *APSP* na qual agradecia “seus clientes e amigos da cidade de São Paulo”⁴⁶⁷ pela boa acolhida durante sua curta residência na cidade. No texto, fez questão de mencionar e agradecer o inquérito conduzido pelo delegado Alberto Fialho e as notícias veiculadas pelo periódico *O Globo*, agradecendo-os por validarem sua inocência publicamente. Afirmava que, por estar em processo de recuperação, seria dispendioso reproduzir documentos e provas para defender-se com tanta amplitude⁴⁶⁸. Encerrava a carta assegurando que, assim que recuperasse plenamente a saúde, retornaria a São Paulo e retomaria suas atividades profissionais.

Passados dois dias, Elisabeth divulgou uma nota de agradecimento e despedida no *Jornal do Commercio*. Na mensagem, informava que, “por motivo de moléstia”⁴⁶⁹, deixaria a Corte, mas não sem antes expressar sua gratidão a algumas figuras centrais de sua estadia. Dirigia palavras de reconhecimento à Madame Durocher, à irmã superiora da Santa Casa de Misericórdia, às enfermeiras da instituição e ao seu diretor, Dr. Ferreira

⁴⁶⁷ Mme. Elisabeth Pelissier. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 23 mar. 1882, p. 2.

⁴⁶⁸ Diferentemente de outros periódicos, *O Globo* e o *Jornal do Commercio* adotaram uma abordagem mais moderada ao noticiar o episódio envolvendo Pelissier, optando por títulos mais contidos, como *Tragédia doméstica*, *Crime da rua do Club Ginástico* e *Tiros de revólver*. Em contraste, jornais como *A Gazeta de Notícias* e *A Província de S. Paulo* caracterizaram o ocorrido como *Cena de sangue*. Já *A Gazetinha* e a *Revista Illustrada*, embora não intitulassem diretamente as notícias, lançaram mão de uma linguagem sarcástica e abertamente hostil à Elisabeth.

⁴⁶⁹ Agradecimento e despedida. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro. 25 mar. 1882, n. 84, ano 61, p. 4.

dos Santos. Reservou, ainda, um agradecimento particularmente lisonjeiro à Madame Daure, agradecendo a maneira como havia suportado “generosamente os incômodos morais resultantes do referido incidente acontecido em sua casa”. Assim, já recuperada e empenhada em reconstruir sua carreira, Madame Pelissier voltava às páginas dos jornais paulistas. Em 14 de maio, informava estar novamente instalada em sua antiga residência, no Largo de São Bento, n. 90, onde realizava atendimentos diariamente, entre o meio-dia e as duas da tarde, recebia pensionistas e podia ser chamada a qualquer hora do dia ou da noite⁴⁷⁰.

Aos olhos do público (e aos nossos também!), tudo parecia encaminhar-se para a normalidade: Pelissier retornaria discretamente ao seu ofício, como se os episódios anteriores fizessem parte de um passado superado. Contudo, ao seguirmos mais de perto os rastros deixados por Elisabeth, percebemos que a história era mais intrincada do que sugeriam os anúncios e agradecimentos públicos. Apesar da nota cordial publicada no *Jornal do Commercio*, Pelissier não se despediu pessoalmente de Madame Daure e, ao que tudo indica, não deixou nenhuma satisfação da sua partida. Pega de surpresa, Daure foi às páginas de *APSP* para denunciar o descaso e o que considerava uma traição por parte da jovem francesa. Segundo seu relato, após a internação, Elisabeth teria retornado à pensão afirmando que não pretendia mais voltar a São Paulo. No entanto, para sua perplexidade, veio a saber por meio da imprensa que Elisabeth havia não apenas retornado, como também retomado suas atividades profissionais na cidade.

Depois de restabelecida, procurou novamente a minha casa [...]. Eu lhe fiz a seguinte pergunta: Mme Elisabeth deseja voltar para S. Paulo? respondeu-me que *não!* em consequência do que disse o seu marido a seu respeito com referência a esta província. Como resolveu-se afinal partir para S. Paulo na segunda-feira 27 do passado? Alguém a chamaria para ir residir e algum estabelecimento de Maternidade? Assim me desprezou, como se explica isto?⁴⁷¹

A indignação da parteira decorria do fato de, segundo ela, ter inaugurado uma maternidade em Niterói especialmente em benefício de Elisabeth, chegando inclusive a anunciar a instituição nas folhas d'*O Fluminense*. A partida repentina de Pelissier, sem aviso ou justificativa, deixou o estabelecimento desamparado, obrigando Daure a encerrar suas atividades naquele local. Pelo tom da carta, é possível perceber o ressentimento da

⁴⁷⁰ Parteira francesa. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, 14 mai. 1882, p. 3

⁴⁷¹ A parteira Mme. Daure ao público. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1882 - pag. 1.

parteira, que se sentiu não apenas abandonada, mas também ludibriada – “Quanto me tem custado esta senhora!”, desabafou.

Diante da reviravolta, buscamos verificar a veracidade dos fatos, e, para a nossa surpresa, encontramos novas evidências da trajetória de Elisabeth Pelissier. No exemplar de *O Fluminense* datado de 5 de março de 1882, localizamos uma breve nota na segunda página recomendando “o estabelecimento de maternidade que acaba de abrir nesta cidade, à rua da Conceição n. 148C, a afamada parteira da Corte, Mme Daure”⁴⁷². A confirmação mais explícita, no entanto, apareceu na quarta página do mesmo número, onde consta o anúncio oficial da maternidade. Ocupando posição de destaque, o texto se estende por duas colunas e preenche mais da metade do lado direito da folha, sinalizando não apenas a formalização do espaço, mas também o investimento material empenhado por Madame Daure em sua divulgação.

Figura 3: Anúncio Maternidade de Mme. Daure em Niterói, 1882⁴⁷³



⁴⁷² *O Fluminense*, Niterói, 5 mar. 1882, ano V, n. 595. p. 2.

⁴⁷³ Mme. Daure. *O Fluminense*, Niterói, 5 mar. 1882, ano V, n. 595. p. 4.

Observa-se que o anúncio informava que a responsabilidade da nova maternidade ficaria a cargo da “distinta parteira” Mme. Josephine, nome sob o qual, escondia-se Elisabeth. A troca de nome parece ter sido uma estratégia para despistar os curiosos e evitar especulações indesejadas. No entanto, o anonimato revelou-se frágil e os rumores se espalharam pela cidade com mais velocidade do que se podia prever, exigindo que a parteira viesse a público prestar esclarecimentos. Apresentando-se como Mme. E. J. Pelissier, a parteira iniciava o texto explicando por que recusara o convite para assumir a direção da clínica de Mme. Hess durante sua viagem à Europa⁴⁷⁴. Dizia que não poderia aceitar tal incumbência pois já estava “comprometida com Mme. Daure, *minha protetora*, que já tencionava estabelecer nesta cidade uma casa de maternidade filial ao seu estabelecimento da corte e cuja direção já me acho encarregada”⁴⁷⁵. Ao final da nota, Pelissier ainda rebatia os boatos e reafirmava sua inocência, enfatizando que qualquer tentativa de reavivar as calúnias que a haviam envolvido representava uma afronta às conclusões dos inquéritos policiais, os quais a haviam inocentado.

Após reunir as novas peças desse intrincado quebra-cabeça, restava uma dúvida: o que teria ocorrido, em menos de uma semana, para levar Elisabeth a mudar tão repentinamente de planos? Antes de tudo, recapitulemos os fatos: em 05 de março anunciava-se a inauguração da maternidade em Niterói; no dia 19, Pelissier assumia publicamente sua identidade e a responsabilidade pela direção do estabelecimento; no dia 23, ela anunciava seu retorno a São Paulo; e no dia 25, despedia-se dos cariocas. Teria a pressão popular sido demais para ela suportar? Por que, mesmo diante do apoio e investimento, optou por não se despedir pessoalmente de Mme Daure? Vale lembrar que abrir uma maternidade naquele contexto não era tarefa simples nem barata. Além disso, tudo indica que Daure atravessava dificuldades financeiras, já que em 1881 havia encerrado as atividades de sua renomada casa de maternidade.

Mal inaugurada, a maternidade de Niterói teve seu encerramento anunciado por Madame Daure. Em 2 de abril, ela dirigia-se ao público por meio de uma nota n’*O Fluminense* pedindo desculpas pela necessidade de fechar o estabelecimento⁴⁷⁶. Justificava o encerramento informando que Mme Josephine precisara retirar-se para a

⁴⁷⁴ Era uma prática comum entre parteiras assumir a direção provisória de clínicas, pensões ou maternidades pertencentes a amigas ou colegas ausentes, seja por motivos de viagem, doença ou outras contingências.

⁴⁷⁵ Mme. E. J. Pelissier. *O Fluminense*, Niterói, 19 mar. 1882, ano V, n. 601. P. 3 grifos nossos.

⁴⁷⁶ Mme. Daure. *O Fluminense*, Niterói, 2 de abril, 1882, ano V, n. 607.

província de São Paulo, e finalizava informando que continuaria atendendo em consultas às terças-feiras e sábados, na casa nº 152 da mesma rua onde funcionava a maternidade.

Passado o imbróglio, dois anos depois, Mme Daure ressurgia no cenário paulistano, dessa vez, em condições bem distintas, sem conflitos ou denúncias. É que Mme. Adele Gourgues, ao necessitar se afastar temporariamente da capital, indicou como sua substituta ninguém menos que ela, Madame Daure⁴⁷⁷. A partir desse momento, tudo indica que Daure passou a residir de forma definitiva em São Paulo, e que seus vínculos com Elisabeth Pelissier foram, enfim, rompidos... É bastante provável que as duas ainda se cruzassem, visto que suas residências e clínicas se localizavam nas imediações das principais ruas da cidade – espaços onde a presença de parteiras estrangeiras era constante e visível. Ainda que os vínculos pessoais tenham se desfeito, seus percursos profissionais permaneceram entrelaçados pela proximidade física, pela circulação nos mesmos circuitos de atendimento e pela partilha de práticas e clientela semelhantes. Esse entrecruzamento torna-se ainda mais evidente quando observamos que, em 1884, apenas quatro parteiras figuravam nos anúncios da APSP: Adele Gourgues, Úrsula Endrizzi, Elisabeth Pelissier e Daure. Em um universo profissional tão restrito, é razoável supor que todas se conheciam ou sabiam uma da outra “de ouvir falar”.

Mas a história de Elisabeth Pelissier não se encerra por aí. Obstinada em dominar a cena do parto da capital da província de São Paulo e blindar sua imagem na Corte, em agosto de 1882, ela reuniu um conjunto expressivo de assinaturas de pessoas importantes que atestavam sua idoneidade moral e profissional, publicando-as no *Jornal do Comércio*. Sob o título *A verdade acerca de Mme. Pelissier*⁴⁷⁸, a nota registrava assinaturas atestando a conduta e moralidade da parteira. Iniciando-se com um atestado de “nada consta” emitido pela *Société Française 14 Juillet* e por uma lista de apoiadores: o vice-cônsul francês em Santos; os doutores John Neare, Arsenio de Souza Marques, Mathias Lear, Luiz Lopes Baptista dos Anjos; além de nomes ligados à sua trajetória pessoal e profissional, como o seu antigo locador, Francisco Antonio Barros; o ex-vizinho Gonçalo Pereira; o antigo cliente Antonio Baptista de Campos Pereira; e outros signatários como: Candido Augusto de Andrade, Albertina Prado, Rita Machado, Maria A. Freire, Carolina Barbosa, Hoffman, Carl Servion, Caetano Meza.

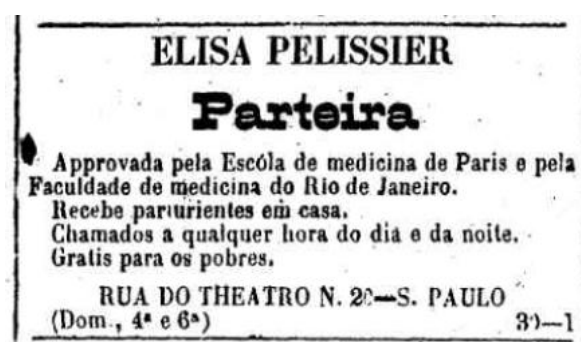
⁴⁷⁷ GOURGUE, Adele. Despedida. **A Província de S. Paulo**, São Paulo 28 jun. 1884. P. 2.

⁴⁷⁸ A verdade acerca de Mme. Pelissier. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro. 25 ago. 1882, n. 236, ano 61, p. 4

Com efeito, em novembro, a *Société Française 14 Julliet* publicou uma nota na *Gazeta de Notícias*⁴⁷⁹ com o intuito de esclarecer os limites de sua declaração anterior em defesa de Elisabeth. Segundo a instituição, o atestado de boa conduta havia sido emitido apenas após insistentes solicitações da parteira, e com a única finalidade de resguardar sua clientela na cidade de São Paulo. Não sendo, portanto, destinado à publicação nos jornais da Corte, tampouco a sua inclusão nos autos do processo que a opunha ao marido, Etienne Pelissier. A nota ainda ressaltava que, assim como Elisabeth, a *Société* jamais recebera qualquer queixa formal contra Etienne durante o período em que o casal residiu na província de São Paulo.

Percebe-se que, independentemente dos motivos, Elisabeth revelou-se, desde sua chegada ao Brasil, meticulosa em tudo. A começar pela cidade de chegada, a construção de alianças com os setores certos, a inserção nos círculos sociais abastados, a localização de suas residências, o uso calculado da imprensa e o zelo na arquitetura de sua imagem pública. Ela parecia não dar ponto sem nó. É interessante observar como seus anúncios refletem seu processo de amadurecimento profissional. O primeiro registro de Elisabeth Pelissier data de 15 de janeiro de 1881, na seção de *Anúncios* de *APSP*. Posicionado na parte inferior da coluna central da página, o texto marca sua estreia pública como parteira, apresentando seus serviços ao público paulistano.

Figura 4: Anúncio de Mme Pelissier n' *A Província de São Paulo*, em 15 de janeiro de 1881⁴⁸⁰

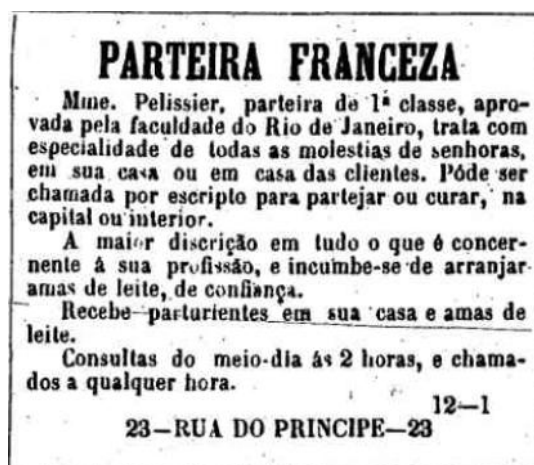


O anúncio parece tímido, sobretudo quando comparado à publicação de 11 de março daquele mesmo ano:

⁴⁷⁹ Société Française 14 Julliet. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, 01 nov. 1882.

⁴⁸⁰ Elisa Pelissier. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, 15 jan. 1881, p. 3.

Figura 5: Anúncio de Mme Pelissier n' *A Província de São Paulo*, em 15 de janeiro de 1881⁴⁸¹



A princípio, supõe-se que Pelissier teria trocado de endereço em poucos meses, saindo da Rua do Theatro para a Rua Príncipe. No entanto, um anúncio veiculado no *Jornal da Tarde*, em janeiro, indicava como endereço a Rua do Príncipe, nº 23, o que permite inferir que Pelissier mantinha, à época, ao menos dois locais distintos de atendimento. A análise do mapa 1 revela a proximidade entre os locais, o que provavelmente facilitava o deslocamento da parteira entre ambos os pontos. Recém-chegada, Pelissier anunciava atendimento gratuito aos pobres. Acreditamos que tal oferta tenha funcionado como uma estratégia de inserção no mercado local, voltada à rápida captação de clientela e ao reconhecimento em uma cidade onde ainda era uma figura desconhecida.

No anúncio de março (imagem X), nota-se uma inflexão em sua apresentação: ela passa a se intitular *madame*, enfatiza sua nacionalidade e formação, amplia sua atuação para “arranjar amas de leite”, e, sobretudo, destaca sua discrição como atributo central. Esse último elemento, longe de ser casual, sugere uma adaptação consciente às demandas mais sensíveis de sua clientela. A ênfase no sigilo remete à prestação de serviços que exigiam confidencialidade, como os partos de mulheres solteiras, viúvas e prostitutas, práticas abortivas e, possivelmente, o destino de recém-nascidos ingênuos.

Outro aspecto digno de nota diz respeito à estética visual dos anúncios. Enquanto n' *APSP* seus registros seguem o formato padrão de estrutura quadrada ou retangular e tipografia convencional, no *Jornal da Tarde* Pelissier opta por uma apresentação mais

⁴⁸¹ Parteira Francesa. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 11 mar. 1881, p. 3.

elaborada, com anúncios emoldurados, de formato retangular alongado, e letras capitulares que se destacavam visualmente com o intuito de captar com mais eficácia a atenção dos leitores e leitoras. A título de comparação, observa-se abaixo os anúncios publicados no mesmo dia por Mariannini Grleo e Mme. Pelissier.

Figura 6: Anúncios de parteiras no *Jornal da Tarde*, em 1881⁴⁸²

mesmo, com Vicente Gibello. 10

PARTEIRA

Mariannini Grleo, parteira de 1.^a classe formada pela facul d a d e de Napo les, mudou sua residência da rua da Tabatinguera para a rua do Quartel n. 35, onde pôde ser procurada a qualquer hora; cura todas às molestias de senhoras, recebe visitas do meio dia às 3 horas da tarde. 15-1

PRECISA-SE

Na casa de modas, D. Martinazzi, ladeira de S. Francisco n. 4, precisa-se de boas costureiras e aprendizes

Superiores Peras d'agua

4--RUA DIREITA--4

CASA DAS FRUCTAS 3-1

Superiores camarões muito frescos

4--RUA DIREITA--4

CASA DAS FRUCTAS

PARTEIRA FRANCEZA

Mme. Pelissier, parteira de 1.^a classe, aprovada pela faculdade do Rio de Janeiro, trata com especialidade de todas as molestias de senhoras, em sua casa ou em casa das clientes. Pôde ser chamada por escripto para partejar ou curar, na capital ou interior.

A maior discrição em tudo o que é concernente à sua profissão, e incumbe-se de arranjar amas de leite de confiança.

Recebe parturientes em sua casa e amas de leite.

Consultas do meio dia às 2 horas, e chamados a qualquer hora.

23--RUA DO PRINCEPE--23

Embora ambos os anúncios chamem a atenção, cada qual revela uma composição estética distinta. O de Mariannini apresenta maior densidade visual, com elementos gráficos que conferem ênfase e impacto, enquanto o de Pelissier transmite mais leveza e sofisticação com suas bordas finas e delicados ornamentos florais nos quatro cantos. São escolhas gráficas que procuram comunicar diferentes valores e intencionalidades. Ao confrontarmos a impressão do *Jornal da Tarde* com a da *APSP*, percebe-se que esta última adotava uma linguagem visual mais direta e sóbria. Nossa primeira hipótese é que, por se tratar de uma folha de orientação republicana, *APSP* buscava se distanciar não apenas da política monarquista, mas também dos códigos estéticos a ela associados. A opção por um layout mais limpo e despojado poderia traduzir uma tentativa deliberada de afirmar novos valores políticos e culturais no campo visual da imprensa. A segunda hipótese, que não descarta a primeira, mas, ao contrário, a complementa, parte da possibilidade de que

⁴⁸² Parteira Francesa. *Jornal da Tarde*, São Paulo. 11 mar. 1881, n. 122, ano III, p. 3

Elisabeth, atenta à dinâmica do passar das folhas densamente preenchidas por caracteres minúsculos e contrastes intensos de preto, reconhecesse o potencial estratégico de um anúncio visualmente bem delimitado para capturar a atenção do leitor *in passant*. Nessa chave interpretativa, sua perspicácia teria lhe permitido negociar, já em março de 1881, um espaço publicitário mais destacado, capaz de romper com a monotonia gráfica da página e afirmar sua presença no emaranhado visual das impressões tipográficas⁴⁸³.

Figura 7: Anúncio Elisabeth Pelissier em *A Província de S. Paulo*, 1882⁴⁸⁴



Quando comparamos os anúncios das francesas, fica evidente o quanto a experiência de Elisabeth Pelissier junto a Durocher e Daure foi decisiva na constituição de seu repertório profissional e publicitário. Ao retornar a São Paulo, após sua passagem pela Corte, sua atuação passou a refletir estratégias claramente assimiladas com ambas as mentoras. Observa-se, por exemplo, que seus anúncios após essa temporada revelam um refinamento discursivo e técnico que não estava presente em suas primeiras inserções na imprensa. Nesse sentido, são notáveis as similitudes entre seus anúncios e aqueles veiculados por Daure nos anos 1870, especialmente no que tange à valorização da maternidade como campo de autoridade feminina. Elisabeth, portanto, não apenas aprendeu o ofício com duas das parteiras mais proeminentes do período, como também soube adaptá-lo às brechas e ambiguidades do mercado obstétrico paulistano. Em poucos meses, demonstrava já uma aguda percepção da dinâmica social da cidade e das demandas do público que pretendia alcançar, moldando sua prática a partir da experiência adquirida com suas predecessoras.

⁴⁸³ Durante o mês de fevereiro, por exemplo, os anúncios de Elisabeth eram esteticamente iguais ao da parteira Mariannini, o que nos faz questionar o valor cobrado pelos diferentes tipos de anúncios.

⁴⁸⁴ Parteira Francesa. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1882, p. 3.

Em 1883, essa lógica se reafirma com a inauguração de sua própria maternidade na rua São Bento, nº 5 – uma das ruas mais importantes e valorizadas da província.

Figura 8: Anúncio Maternidade de Mme. Elisabeth Pelissier⁴⁸⁵



A leitura atenta do anúncio revela que, a princípio o que seriam detalhes, como a localização em duas ruas e a disposição de quartos individuais para as parturientes, representam a grandiosidade do empreendimento da parteira. Esses indícios ganham ainda mais relevância quando cotejados com os dados do Edital de Lançamento fiscal para o exercício profissional de 1882-1883⁴⁸⁶. Nele, Mme. Pelissier figura como contribuinte de um valor superior ao de sua colega Mme. Gourgues. Enquanto Gourgues é registrada com dividendos de 40\$000 por sua atuação como parteira e 3\$000 pelo letreiro, Pelissier aparece com uma contribuição de 60\$000 por exercer a profissão, manter um armário e, igualmente, 3\$000 pelo letreiro⁴⁸⁷. Esse dado despertou nossa atenção: afinal, que tipo de "armário" estaria vinculado ao nome de Pelissier? A que atividade, exatamente, ele se referia? Seria esse pequeno comércio uma fonte de recursos para o financiamento da maternidade? Em maio de 1882, localizamos um anúncio de venda de um piano em um endereço vinculado à residência de Pelissier⁴⁸⁸. Estaria ela negociando artigos de luxo como forma de acumular reservas financeiras? É possível,

⁴⁸⁵ Maternidade, *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 ago. 1883, ano XXX, n. 8111. p. 4.

⁴⁸⁶ Lançamento para o exercício de 1882-1883. Freguesia da Sé – Ladeira Municipal. 08 de agosto de 1882, pag. 2-3.

⁴⁸⁷ A título de comparação: um médico pagava a mesma taxa de 40\$000 para exercer sua profissão. Ver: Lançamento para o exercício de 1882-1883. Freguesia da Sé – Ladeira Municipal. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 08 ago. 1882, p. 2-3.

⁴⁸⁸ Piano Forte. *Correio Paulistano*, São Paulo. 25 maio 1882, n. 7.660, ano XXVIII, p. 3

embora as fontes não permitam afirmar com certeza. O que se sabe, de fato, é que a parteira entrou com um recurso contra o valor atribuído ao exercício de sua atividade profissional, mas sua solicitação foi indeferida pelas autoridades ainda naquele mesmo ano⁴⁸⁹. Diante da ausência de informações mais detalhadas sobre esse suposto novo empreendimento, aventamos também a hipótese de que o termo "armarinho" pudesse estar sendo utilizado para designar a própria maternidade. Contudo, ao reexaminar as datas e cruzar as fontes disponíveis, constatamos que, antes de agosto de 1883, Pelissier não teve outro estabelecimento desse porte, possuindo apenas pequenas pensões em suas residências.

Contudo, a maternidade de Pelissier não teve vida longa, encerrando suas atividades um mês após sua abertura. Embora não haja registros que esclareçam as razões do fechamento, é possível supor que questões de saúde tenham sido determinantes: em setembro de 1883, a parteira anunciou seu afastamento para a cidade de Santos⁴⁹⁰, com o objetivo de tratar da saúde, retornando à capital apenas em fevereiro do ano seguinte⁴⁹¹. Nesse retorno, volta a anunciar seus serviços de forma esporádica, desaparecendo dos registros da imprensa em 1885. Seu nome reaparece apenas em 1886 no *Almanack da Província de S. Paulo*, na seção dedicada às parteiras da cidade de Santos, onde oferece novamente seus serviços. Dois anos depois, em 1888, encontramos um último vestígio de sua atuação: uma reclamação formal contra parteiras não diplomadas, também registrada em Santos. Após esse episódio, os rastros de Elisabeth Pelissier se dissipam. Não sabemos se faleceu, se envelheceu discretamente no litoral paulista, ou se seguiu sua trajetória em outra cidade⁴⁹².

Ao analisar os anúncios e propagandas de parteiras publicados na imprensa oitocentista, evidencia-se muito mais do que uma simples oferta de serviços: ali se desenha um campo de disputas marcado por agência, estratégias de autopromoção e inserção profissional. A imprensa funcionava como espaço privilegiado de visibilidade e

⁴⁸⁹ Câmara Municipal: sessão ordinária de 18 de setembro de 1882. **Correio Paulistano**, São Paulo. 19 set. 1882, n. 7.776, ano XXIX, p. 2

⁴⁹⁰ Parteira francesa. **Correio Paulistano**, São Paulo. 7 set. 1883, n. 8.118, ano XXX, p. 3

⁴⁹¹ Parteira. **Correio Paulistano**, São Paulo. 8 fev. 1884, n. 8.243, ano XXX, p. 4

⁴⁹² Encontramos uma notícia em 1897 relativa a um caso de infanticídio ocorrido em Campinas. Segundo a reportagem: “[...] a parteira Elizabetha, ali residente, que declarou ter recebido uma criança que trouxe para esta cidade, a fim de levá-la para S. Paulo. Aqui, na estação, pediu a uma mulher que amamentasse a criança. Distraindo-se, quando procurou a mulher esta havia desaparecido, conduzindo a criança, sem que a descobrisse até agora”. Estaríamos diante de Elisabeth Pelissier? Ou tratar-se-ia apenas de uma homônima? Conferir: Campinas, **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1897, p. 2.

legitimação, permitindo que parteiras estrangeiras se posicionassem como agentes respeitáveis do saber médico em formação. Nesse processo, consolidava-se não apenas uma concorrência mercantil entre diferentes modelos de atuação obstétrica, mas também uma dinâmica excludente que relegava as comadres, especialmente mulheres negras, africanas e indígenas, à marginalidade profissional. Observa-se, assim, um movimento de branqueamento do mercado obstétrico, sustentado pela construção de um saber médico-científico hegemonicamente branco, que encontrava na imprensa um importante instrumento de legitimação. Esse processo caminhava lado a lado com a deslegitimação de saberes ancestrais e populares, desqualificados como superstição ou atraso, reforçando as hierarquias raciais, epistêmicas e de gênero que estruturavam o nascente campo da obstetrícia institucionalizada.

De acordo com o levantamento realizado entre os anos de 1880 e 1910, 31 parteiras divulgaram seus serviços nas páginas de *APSP* e *OESP*. A presença de parteiras estrangeiras diplomadas nesse período revela-se expressiva, refletindo diretamente os efeitos do intenso fluxo migratório que marcou a virada do século. Entre elas, as profissionais de origem italiana formavam o maior contingente, o que se alinha ao perfil regional predominante entre os imigrantes que se estabeleceram em São Paulo naquele contexto⁴⁹³ e ajuda a explicar o número significativo de parteiras italianas que recorriam aos anúncios na imprensa para legitimar e expandir sua clientela. Além das italianas, a documentação também registra a atuação de parteiras oriundas de outras regiões da Europa, incluindo França, Portugal, Espanha, Áustria-Hungria, Inglaterra e Alemanha.

⁴⁹³ MOTT, M. L. As parteiras eram tutte, p. 72; RABAHIE, J. de M. **O parto no pós-abolição em São Paulo (1894-1925): ser mãe em disputa - Experiências e representações sobre o parto na capital paulista da virada do século.** 2023. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Tabela 3: Nacionalidades das Parteiras

Itália	11
França	7
Portugal	3
Espanha	1
Austria	1
Inglaterra	1
Alemanha	1
Sem informação	6
Total	31

O avanço do processo de medicalização da cena do parto na segunda metade do século XIX contribuiu para conferir maior prestígio às parteiras estrangeiras, especialmente àquelas portadoras de diplomas reconhecidos, o que se refletiu diretamente nas estratégias de apresentação adotadas nos anúncios impressos. Não era incomum que essas profissionais se identificassem primeiramente por sua nacionalidade e, em seguida, por sua formação acadêmica. Por isso, a ausência de informações como nome, origem ou titulação nos seis anúncios localizados sugere tratar-se de parteiras brasileiras sem formação acadêmica formal, que recorriam a estratégias de visibilidade mais discretas, limitando-se à divulgação do endereço como forma de contato. Ainda assim, sua presença na imprensa revela uma agência significativa, porque, mesmo diante de restrições legais, não se furtavam em arriscar e disputar espaços no mercado urbano.

Tabela 4: As parteiras nos anúncios de APSP (1880-1910)

Relação das Parteiras nos Anúncios (1880-1910)			
Nome	Nacionalidade	Anos	Endereço
Adelaide de Almeida	Portugal	1896	Rua B. Itapetininga, n. 69
Adele Gourgue	França	1880	Largo da Cadeia, n. 15
		1881	Rua Senador Feijó, n. 7
		1884	Rua São José, n. 2 Largo de São Bento, n. 80
		1895	Rua Victoria n. 9
		1898	Rua de Santa Thereza, n. 4
		1900	Ladeira do Porto, n. 7
Anna Contaldi	Itália	1899	Rua General Jardim, n. 46 Rua Dona Maria Thereza, n. 14
		1900	Rua Dona Maria Thereza, n. 14

		1901	Rua Dona Maria Thereza, n. 14 Ladeira do Porto Geral, n. 7
		1902	Largo do Ouvidor, n. 7
		1903	Largo do Ouvidor, n. 7
		1904	Largo do Ouvidor, n. 7
Antonia Saltini	Itália	1904	Rua Dr. Sebastião Pereira, n. 1
Beatriz Della Piazza	Itália	1883	Rua da Estação, perto à fábrica de Tecidos, n. 13 (Jundiá)
Clorinda Fiano	Itália	1897	Rua Quintino Bocayuva, n. 26
Daure	França	1884	Rua São José, n. 2 Rua de Santa Thereza, n. 12 Rua do Rosário, n. 21
		1885	Rua do Rosário, n. 21
		1890	Rua Libero Badarú, n. 90
Elisa M. Finoto	Itália	1910	Rua 11 de Agosto, n. 32
Elisabeth Pelissier	França	1881	Rua do Theatro, n. 20 Rua do Príncipe, n. 23 Largo de São Bento, n. 90
		1882	Rua Imperatriz, n. 50 Largo de São Bento, n. 90
		1883	Rua de São Bento, n. 5 virado para a Rua de São José, n. 4
		1884	Rua do Rosário, n. 58
		1889	Rua da Imperatriz, n. 55
Emilia Fornos	Espanha	1896	Avenida Rangel Pestana, n. 247, Brás
Ida Niel	s/d	1900	Alameda do Triunfo, 27 ^a Rua Santa Efigênia, n. 10.
Iglesias	s/d	1899	Rua dos Italianos, n. 54, Bom Retiro
		1900	Rua Conceição, n. 82
Gourin	França	1901	Rua Victoria, n. 11
		1902	Rua Victoria, n. 11
Joanna Rosa de Moraes	Portugal	1904	Rua Sete de Abril, n. 77, telefone 55
Julia Scott	Inglaterra	1897	Rua Conselheiro Nebias, n. 49
		1898	Rua Conselheiro Nebias, n. 49
		1899	Rua Conselheiro Nebias, n. 49 Rua Visconde do Rio Branco, n. 104
		1900	Rua Visconde do Rio Branco, n. 104
Margarida Augusta da Silva	Portugal	1892	Rua Duque de Caxias
Mariana Giurleo	Itália	1881	Ladeira de S. Francisco, n. 10
		1882	
Maria Bertelli (Dona Maria)	Itália	1892	Largo da Sé, n. 5
		1893	Largo da Sé, n. 5 Rua Boa Vista, n. 23
Maria Mastena	Itália	1892	Rua Brás, n. 74
Marie Arnaud	França	1900	Avenida Intendência, n. 232
Natalina Rosati	Itália	1902	Rua São Caetano, n. 9, próximo à estação da Luz; Rua General Osório, n. 22; Rua Florêncio de Abreu, n. 106
		1903	Rua Florêncio de Abreu, n. 106
		1904	Rua Florêncio de Abreu, n. 106

		1905	Rua Florêncio de Abreu, n. 106
		1906	Rua Florêncio de Abreu, n. 106
		1908	Rua Santa Efigênia, n. 24
		1910	Rua Florência de Abreu, n. 86
Olympia de Faria	s/d	1909	Rua da Assembleia, n. 18C
		1900	Rua Boa Vista, n. 74
		1901	Rua Boa Vista, n. 74
		1903	Rua Boa Vista, n. 74
Oswald	França	1904	Chácara Ponta da Praia, n. 46 – Santos
		1905	Rua dos Timbyras, n. 63B Ladeira Porto Geral, n. 7
		1910	Rua Quinze de Novembro, n. 43
		1897	Rua Florência de Abreu, n. 37
Rosina Ferraro Gambaro	Itália	1898	Rua Florência de Abreu, n. 37
		1899	Rua Marechal Deodoro, n. 19
		1909	Largo de São Bento, n. 12 ^a
Salini	s/d	1910	Rua Jaguaribe, n. 3, Praça Alexandre Herculano
		1886	Rua Aurora, n. 51
Sophia Schoeler	Alemanha	1893	Rua Senador Queiroz, n. 4
		1899	Rua Senador Queiroz, n.8
		1901	Rua Boa Vista, n. 68
Sem identificação	s/d	1892	Travessa do Quartel, n. 17
Sem identificação	s/d	1895	Ladeira da Tabatinguera, n. 15
		1900	Travessa da Sé, n. 12
Theodolinda Padovani	Itália	1910	Rua Floriano Peixoto, n. 10
		1882	Largo de São Bento, n. 86 Rua da Boa Vista, n. 4
		1883	Rua de São Bento, n. 4 Rua da Boa Vista, n. 4
		1884	Rua da Boa Vista, n. 2
		1885	Rua da Boa Vista, n. 2
		1892	Rua da Boa Vista, n. 74 Rua Benjamin Constant, 22
		1883	Rua de São Bento, n. 4 Rua da Boa Vista, n. 4
Viúva de Barros	França	1884	Rua da Boa Vista, n. 2
		1885	Rua da Boa Vista, n. 2
		1892	Rua da Boa Vista, n. 74 Rua Benjamin Constant, 22

A observação atenta dos endereços anunciados por parteiras estrangeiras na tabela 4 revela uma geografia estratégica de ocupação urbana: em sua maioria, essas mulheres se estabeleciam nas imediações das principais vias e centros comerciais da cidade, o que lhes conferia maior visibilidade e acesso à clientela abastada. Essa localização privilegiada além de lhes assegurar competitividade no emergente mercado de serviços obstétricos, também impunha uma distância simbólica e material em relação às comadres

que viviam e atuavam em regiões mais periféricas. Situadas nas principais ruas da cidade, essas parteiras ofereciam cuidados às mulheres gestantes das elites, bem como assistiam partos de mulheres escravizadas e intermediavam sua posterior exploração econômica por meio do aluguel como amas de leite. Assim, seus endereços não são meros detalhes logísticos, mas indicadores das hierarquias sociais e raciais que organizavam o espaço urbano e o campo da assistência ao parto no final do século XIX.

O mapeamento dos endereços indica trajetórias individuais de mulheres em constante movimento, bem como evidencia uma cidade em transformação, onde os espaços de moradia e trabalho se entrelaçam como verdadeiros “nós” de uma rede de sociabilidade e solidariedade feminina. Esses endereços não devem ser lidos como simples localizações fixas, mas como parte de uma estratégia ativa de sobrevivência e cooperação, em que a circulação de parteiras entre bairros, ruas e imóveis refletia práticas de partilha de informações e apoio mútuo⁴⁹⁴. Para além das rotas físicas do cuidado e do parto, os dados sugerem trocas cotidianas sobre casas disponíveis, regiões mais promissoras economicamente e oportunidades de inserção no mercado obstétrico⁴⁹⁵.

Os dados sugerem que as parteiras não atuavam como ilhas isoladas, mas, sim, dentro de uma rede de confiança e interdependência, articulada por meio de ao menos três mecanismos: 1) a substituição temporária de parteiras, 2) a sucessão de pontos comerciais e 3) a continuidade em um espaço socialmente consolidado. Vejamos: Adele e Daure aparecem associadas ao mesmo logradouro (Rua São José, n. 2) porque, como vimos, Daure *substituiu temporariamente* a amiga durante sua permanência na Europa. Esse tipo de arranjo indica práticas de cooperação entre parteiras, que garantiam a continuidade do atendimento e a preservação da clientela mesmo na ausência de uma delas.

Na Ladeira do Porto, n. 7, por exemplo, ocorreu a *sucessão* de espaços de trabalho em um curto intervalo de tempo: Adele Gourgue anunciou naquele endereço em 1900, seguida por Anna Contaldi em 1901 e, posteriormente, por Oswald em 1905. Situação semelhante pode ser observada no Largo do Ouvidor, n. 7, onde Anna Contaldi, entre 1902 e 1904, passou a ocupar o espaço anteriormente utilizado pela Viúva de Barros, em

⁴⁹⁴ BARBOSA, G. M. *op. cit.*, p. 116-117.

⁴⁹⁵ Esta análise inspira-se nos trabalhos de Gisele M. Barbosa, que investigou as parteiras no Rio de Janeiro entre 1822 e 1889, e de Júlia de M. Rabahie, cuja pesquisa abordou as experiências de parturientes na Maternidade de São Paulo nos anos de 1897, 1903 e 1906. BARBOSA, G. M. *op. cit.*, p. 64; RABAHIE, J. de M. *op. cit.*, p. 72.

1899. Outro exemplo é a Rua da Boa Vista, n. 74, ocupada por Úrsula Endrizzi em 1892 e, posteriormente, por Oswald entre 1900 e 1903.

Era comum que parteiras ocupassem espaços anteriormente utilizados por outras profissionais, sobretudo porque o endereço já se encontrava consolidado junto à clientela local. Podemos dizer que, de certa forma, fixar domicílio ou pensão em um ponto previamente conhecido oferecia vantagens simbólicas e práticas, pois herdava-se a “memória do lugar”, ou seja, o reconhecimento da vizinhança de que ali residia e atendia uma parteira, o que facilitava a continuidade dos atendimentos e reforçava laços de confiança⁴⁹⁶.

Quando não era possível alugar diretamente um imóvel de outra parteira, outra estratégia recorrente era estabelecer-se nas proximidades de colegas já instaladas. A escolha por *permanecer estrategicamente em uma região reconhecida* não se dava ao acaso; pelo contrário. Ao mapearmos a presença de parteiras em vias centrais e de grande circulação de pessoas endinheiradas, como a Rua São Bento, a Rua da Boa Vista e a Rua Vitória, percebemos que esses agrupamentos não eram aleatórios, mas indicativos de uma geografia profissional construída dentro das dinâmicas do mercado urbano capitalista. A concentração de parteiras em números vizinhos (como o 80, 86 e 90 do Largo de São Bento) indica uma escolha intencional por áreas populares e economicamente ativas. Nesse sentido, o Largo de São Bento e a Rua da Boa Vista emergem como o grande centro de escolha das parteiras que anunciavam em *APSP*.

⁴⁹⁶ BARBOSA, G. M. *op. cit.*, p. 144.

Figura 9: Mapa das principais ruas de locação e moradia das parteiras (1880-1910)⁴⁹⁷

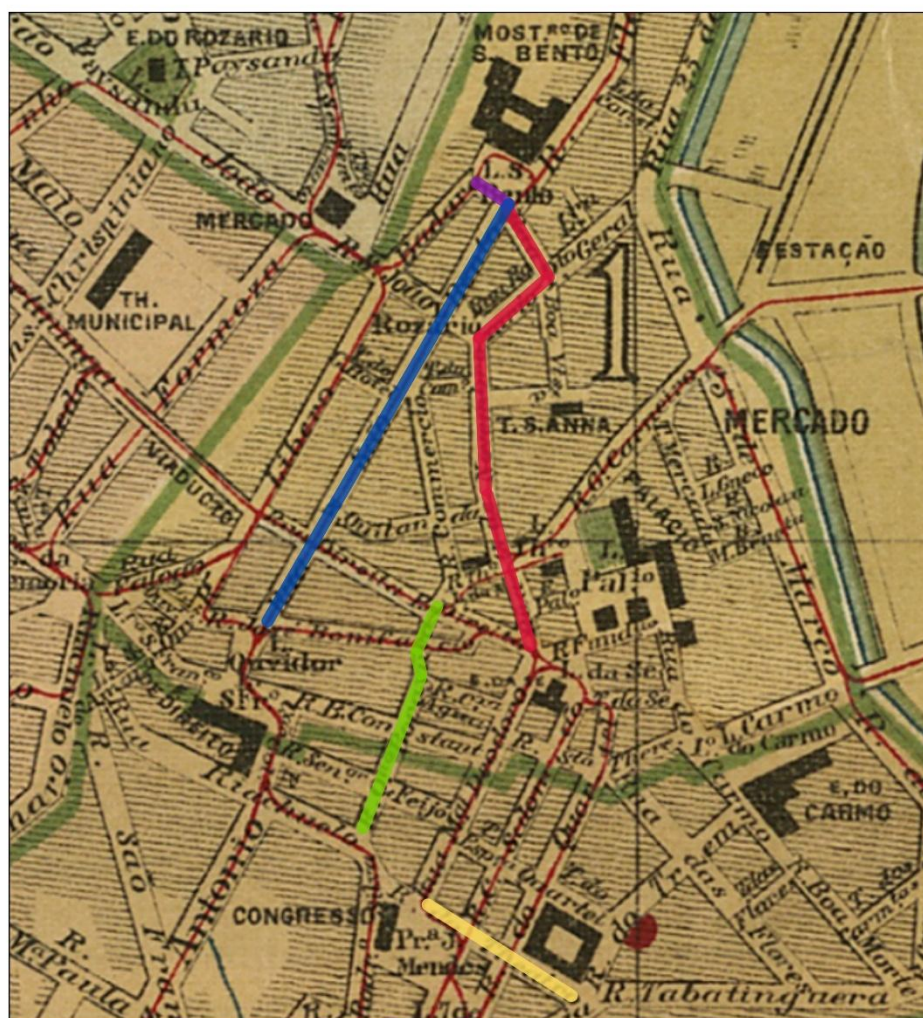


Portanto, não devia ser difícil encontrar, entre 1881 e 1884, Adele Gourgue (nº 80), Úrsula Endrizzi (nº 86) e Elisabeth Pelissier (nº 90) transitando pelo Largo de S. Bento. Da mesma forma, a Rua Boa Vista concentrava nomes importantes, como Úrsula Endrizzi (nº 4, nº 2 e nº 74), Oswald (nº 74) e Sophia Schoeler (nº 68). Já na Rua de São Bento, em 1883, acolheram Elisabeth Pelissier e Úrsula Endrizzi, residiam lado a lado, nos números 5 e 4, respectivamente – sendo, portanto, vizinhas de porta.

A recorrência desses nomes e endereços reforça a ideia de que tais vias funcionavam como zonas de prestígio no interior do mercado obstétrico paulistano, disputadas por parteiras que buscavam legitimação social e profissional. Não por acaso, Elisabeth Pelissier escolheu, desde o início de sua atuação, estabelecer-se entre as principais ruas da cidade, mantendo-se estrategicamente inserida no circuito urbano frequentado pelas elites: Rua do Theatro (1881), Rua do Príncipe (1881), Rua de São Bento (1881 e 1883), Largo de São Bento (1881 e 1882), Rua do Rosário (1884).

⁴⁹⁷ Recorte e marcação nossa da *Planta Geral da Cidade de São Paulo de 1905*. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart523225/cart523225.html Acesso em jan. 2025. O círculo em vermelho faz referência à primeira localização da Maternidade de São Paulo, Rua Conselheiro Antônio Prado, n. 44 – atualmente, Rua Bráulio Gomes.

Figura 10: Mapa das moradias de Mme Elisabeth Pelissier⁴⁹⁸



LEGENDA

■ Largo de São Bento

■ Rua de São Bento

■ Rua do Príncipe (atualmente Rua Quintino Bocaiúva)

■ Rua do Theatro

■ Rua do Rosário (atual Rua 15 de Novembro)

Esses indícios sugerem que as parteiras buscavam se estabelecer em locais já associados à prática obstétrica. Ao alugar imóveis próximos às residências de parteiras renomadas – como no caso de Gourin, vizinha ao antigo endereço de Adèle –, a nova profissional capitalizava sobre a memória urbana daquele local. Tal estratégia contribuiu para desconstruir a imagem da parteira como figura isolada, revelando, ao contrário, a

⁴⁹⁸ Recorte e marcação nossa da *Planta Geral da Cidade de São Paulo de 1905*. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart523225/cart523225.html Acesso em jan. 2025.

existência de uma rede profissional conformada por vínculos afetivos – o que não significa isenta de conflitos e disputas. Seja pela conveniência de ocupar regiões centrais, seja pela segurança de contar com a presença de uma colega porta a porta, essas mulheres teceram uma malha de solidariedade e apoio mútuo, na qual a proximidade geográfica era ferramenta essencial de trabalho. Elas transformaram ruas inteiras em referências de cuidado e saúde feminina em um período em que os hospitais ainda não centralizavam os nascimentos.

CAPÍTULO 3 – AMAS DE LEITE E GOTA DE LEITE: A AMAMENTAÇÃO COMO FRONTEIRA MORAL NA SÃO PAULO DA REGENERAÇÃO RACIAL

A Escrava-Mãe⁴⁹⁹

Ela beijava o filho; e o pobre, o inocentinho,
Sem ver o pego imundo em que ela patinhava,
Ao contemplá-la assim, tão boa, só carinho,
Co’as pequenitas mãos o rosto lhe afagava.

“Dorme, filhinho, dorme, (a triste assim dizia)
Por ora a tua vida é lucida manhã;
Depois...” o soluçar o resto traduzia.
E o filho, o inocentinho, a balbuciar: “Mamã!”

Abriu-se de repente a porta da senzala...
E no corpo da escrava o açoite vil estala,
Pelo senhor vibrado – um *grande* coração!...

Qual seu crime? !coitada! Era mãe, adorava,
Roubou tempo ao trabalho e o filho
amamentava!...
Oh! maldita pra sempre a negra escravidão!

Emoldurado na primeira página de *APSP*, o soneto de Joaquim Pacheco de Miranda Filho ganhou destaque na edição de 28 de novembro de 1886, não somente por sua posição na folha, mas também por conjugar sentimentalismo e crítica social. Inserido na tradição da poesia abolicionista romântica e publicado nos estertores do regime escravista, o texto buscava sensibilizar o público leitor ao evocar imagens pungentes de mães escravizadas cuja existência era marcada pelo sofrimento físico e moral⁵⁰⁰. Ao deslocar a cena para um espaço íntimo, o poema apresenta uma suspensão momentânea da ordem violenta do tempo histórico: ali, a *escrava-mãe* interrompe, ainda que por breves

⁴⁹⁹ Miranda Filho, Pacheco de. *A Escrava-Mãe*. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, 28 nov. 1886, p.1.

⁵⁰⁰ COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Unicamp, 2018, p. 178. A autora observa que *O Abolicionista* – publicação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão – “combinava duas tendências do movimento abolicionista brasileiro que, por vezes, têm sido vistas como auto excludentes, mas que, na verdade, operaram geralmente em conjunto: o uso de apelos emocionais visando gerar um sentimento de compaixão pela condição dos escravos e os argumentos de que a escravidão fizera do Brasil um país ‘atrasado’ econômica e socialmente e, dessa forma, um motivo de vergonha”. p. 178-179. Conferir também: ARIZA, Marília B. A. Ventre, seios, coração: maternidade e infância em disputas simbólicas em torno da Lei do Ventre Livre (1870-1880). In: MACHADO, M. H. P. T. et al. (org.) *Ventres Livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Ed. Unesp, 2021. p. 23; CARULA, Karoline. Maternidade escrava, p. 143-144.

instantes, a lógica brutal da escravidão para viver um tempo outro – o da ternura, do afeto e do vínculo materno. A pausa e o recolhimento são as formas encontradas para reafirmar o que lhe era mais caro – a vida de seu bebê. Contudo, a realidade não bate à porta, ela a irrompe com brutalidade reconduzindo a pobre escravizada ao seu posto de propriedade de outrem. Lavadeira, cozinheira, engomadeira, costureira, quitandeira, trabalhadora rural, ama de leite? Não sabemos ao certo... Mas não seria demais imaginar que sobre ela recaíssem múltiplos trabalhos domésticos, mais o encargo de cuidar e nutrir os bebês da casa senhoral⁵⁰¹.

A carga sentimental e a simpatia pela causa das mães escravizadas constituíram, segundo Camillia Cowling, uma realidade perceptível no final do século XIX. Literatos, jornalistas, juízes, advogados e outros intelectuais da época, longe de estarem indiferentes, demonstravam certa sensibilidade às transformações mais amplas que atravessam o mundo atlântico. Segundo a historiadora, já antes da promulgação da Lei Rio Branco (1871), “o vínculo emocional entre as mães escravas e seus filhos era reconhecido, se não por lei, ao menos retoricamente”⁵⁰². Dessa forma, a negação do vínculo mãe-filho passara a ser retratada como prática condenável, ao passo que os novos usos da retórica da maternidade adquiriam força moral e simbólica, tornando cada vez mais difícil ignorar o apelo de mães escravizadas em prol de seus filhos⁵⁰³.

Embora essa guinada político-social estivesse diretamente vinculada às novas concepções acerca do que se entendia como um tratamento “humano” dispensado às pessoas escravizadas, bem como à incorporação das mulheres cativas à figura universalizada da “mulher-mãe”, Marília B. A. Ariza ressalta que tal retórica “suspendia discursivamente a ambiguidade da dupla sujeição do corpo feminino à escravidão”⁵⁰⁴. Mais do que corpos produtivos e reprodutivos, essas mulheres passaram a ser

⁵⁰¹ Por meio de anúncios da imprensa carioca, Lorena Telles demonstra que nos lares de famílias remediadas e de setores médios urbanos, o cotidiano das mulheres escravizadas extrapolava os já exaustivos afazeres domésticos, incorporando também o cuidado simultâneo de dois bebês: o seu próprio e o da senhora. TELLES, L. F. da S. **Teresa Benguela**, p. 248.

⁵⁰² COWLING, Camillia. *op. cit.*, p. 142.

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 184. Conferir também o recente trabalho dos historiadores Antônio A. I. Cardoso e Maria Helena P. T. Machado, *Geminiana e seus filhos: escravidão e morte no Brasil do século XIX*, no qual imprensa, sociedade e aparelho jurídico atuaram ativamente na construção de uma imagem idílica da maternidade. MACHADO, Maria Helena P. T.; CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. **Geminiana e seus filhos: escravidão, maternidade e morte no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

⁵⁰⁴ ARIZA, Marília B. A. *Ventre, seios, coração*, p. 27.

representadas e entendidas como “corpos que guardavam e nutriam, objetiva e metaforicamente, os frutos de seu ventre”⁵⁰⁵.

Se essa “emoção moderna”⁵⁰⁶ ganhava densidade e relevo na literatura, nos tribunais e na imprensa, é possível dizer que seu impacto nas páginas de *A Província de São Paulo* foi, no mínimo, limitado. O jornal, embora ocasionalmente publicasse textos que tangenciavam o debate sobre o direito à maternidade de mulheres escravizadas e pobres, o fazia de maneira esparsa, pontual, quase decorativa, como que para sinalizar, aos leitores mais sensíveis, certa sintonia com o espírito do tempo⁵⁰⁷. Na prática, *A Província* permanecia ancorada nos compromissos históricos com os setores escravocratas, estampando diariamente em suas páginas anúncios de compra e venda de pessoas escravizadas, bem como de aluguel de amas de leite.

Tema polêmico e atravessado por disputas morais no seio da família oitocentista⁵⁰⁸, a prática da amamentação entre os segmentos médios e altos da sociedade urbana sustentou-se, em grande medida, no recrutamento de mulheres empobrecidas e escravizadas como nutrizes. Essa dinâmica deu origem a um expressivo mercado de aleitamento mercenário⁵⁰⁹, profundamente marcado pela exploração sistemática de mães e pelo desprezo às vidas dos bebês negros⁵¹⁰. No Brasil, até 1888, essa atividade era exercida majoritariamente por mulheres escravizadas nos espaços privados das casas senhoriais. Atuando diretamente a serviço de seus donos e donas ou sendo alugadas temporariamente a terceiros, mediante o pagamento de vultosos ordenados aos proprietários, as amas de leite eram inseridas em uma trama específica de relações sociais,

⁵⁰⁵ *Idem*.

⁵⁰⁶ COWLING, Camillia. *op. cit.*, p. 179.

⁵⁰⁷ Em 1886, Rangel Pestana anunciava uma nova fase para o periódico, marcada por maior ênfase nas seções de notícias internacionais, bem como pela ampliação dos espaços dedicados à literatura e à economia. No contexto dessa reformulação editorial, o editor destacava ainda mudanças no formato físico do jornal, salientando o aumento da área disponível em cada folha e a adoção de um novo prelo de grande porte, capaz de imprimir toda a edição de uma só vez com maior eficiência. PESTANA, Rangel. As condições deste jornal. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 22 jun. 1886, p. 1.

⁵⁰⁸ ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e ordem privada no império, In ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**, 2: Império: a Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 49.

⁵⁰⁹ Expressão oriunda da Europa e inspirada nos soldados que lutavam em troca de pagamento, passou a carregar conotações pejorativas ao ser relegada às mulheres que atuavam como amas de leite. CARULA, Karoline. Maternidade escrava e amas de leite na imprensa do Rio de Janeiro do Oitocentos, In: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília B. A. (org.) **Escravidão e maternidade no mundo atlântico: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX**. Niterói: Eduff, 2022. p. 139. ARIZA, Marília B. A. *Ventre, seios, coração*, p. 33.

⁵¹⁰ TELLES, Lorena F. da S. Mães e Amas de Leite nas Malhas dos Interesses Escravistas, p. 43.

marcada pela proximidade forçada, pela vigilância constante e por práticas cotidianas de dominação. Telles explica que, entre

Caprichos, humilhações e ataques violentos de raiva, por parte de suas donas e donos, [as amas] conviviam com a concessão de privilégios: melhor alimentação, fornecimento de vestuário e a possibilidade da alforria. A condição de gênero das cativas domésticas, em particular amas de leite e mucamas designadas ‘escravas de portas adentro’, as expôs a práticas específicas de dominação e violência, envolvendo ataques sexuais, formas de vigilância e, para as amas de leite, restrições ao exercício da maternidade.⁵¹¹

Com o fim do tráfico transatlântico, em 1850, a diminuição do número de cativas em áreas urbanas impulsionou a especulação em torno do leite e dos serviços das escravizadas, fazendo com que a compra e os aluguéis de amas de leite atingissem cifras elevadas, proporcionando, assim, lucros imediatos aos proprietários de mulheres idade fértil e lactantes⁵¹². Dessa forma, a maternidade escrava era convertida em uma verdadeira indústria lucrativa, moldada pelas dinâmicas internas do mercado escravista e sensível às demandas conjunturais de cada período.

A expansão desse mercado foi tamanha que, no Rio de Janeiro, as casas de comissão – organizadas para atuarem nas transações de compra e venda de escravizados, compra e venda de mercadorias, e oferecimento de crédito⁵¹³ – passaram a ter como “carro-chefe” a intermediação de aluguéis e contratos de mulheres puérperas para fins de amamentação, no segundo quartel do século XIX⁵¹⁴. Já no contexto paulistano, em que senhores e senhoras detinham pequena escravaria e recursos limitados, a posse de uma escravizada gestante configurava-se como uma possibilidade concreta de auferir novos e imediatos lucros. As parteiras, como visto anteriormente, também atuaram de forma direta e consistente nesse circuito como intermediárias dos proprietários, recebendo escravizadas como pensionistas para, posteriormente, alugá-las como amas de leite⁵¹⁵. Portanto, não causava estranhamento aos leitores da imprensa da época os anúncios nos

⁵¹¹ TELLES, L. F. da S. Amas de Leite. In: SCHWARTZ, Lilia M.; GOMES, Flavio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 100.

⁵¹² *Ibidem*, p. 102. Conrad registrou os cálculos dos escravistas sobre as mães crioulas no tráfico interprovincial: “A 50 mil-réis por mês, calculou, uma ama de leite comprada no Norte por 400 a 600 mil-réis dava a ganhar 900 em 18 meses e, depois, podia ser vendida a 1.500 mil réis”. CONRAD, R. *apud* TELLES, L. F. da S. Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas, p. 48 e 55.

⁵¹³ KARASH, M. C. *op. cit.*, p. 87-88.

⁵¹⁴ CARNEIRO, Maria Elizabeth R. **Procura-se uma preta**, p. 210-211.

⁵¹⁵ MOTT, Maria Lucia. Parteiras: O outro lado da profissão, p.118. BARBOSA, G. M. **As madames do parto**, p. 86. Não encontramos nenhum registro de casas de comissão na capital paulista na década de 1880. Acreditamos que essa presumida ausência possa, em partes, explicar a relevância das parteiras no mercado de aleitamento mercenário na capital, uma vez que passaram a atuar como intermediárias reconhecidas neste tipo de serviço entre as camadas médias e altas.

jornais tanto de parteiras que ofereciam serviços de intermediação no arranjo de amas, quanto de famílias interessadas em alugar cativas para amamentar seus bebês.

Ama de leite

Precisa-se de uma que seja sadia e que não traga o filho em sua companhia, na rua do Braz, n. 2, chácara Figueira⁵¹⁶.

Ama

Na rua da Consolação n. 67, precisa-se de uma ama com bom leite. Prefere-se livre e sem filho.⁵¹⁷

Ama de leite

Precisa-se de uma sem filho; prefere-se estrangeira; para tratar à rua Boa Vista, n. 4.⁵¹⁸

Ama de leite

Precisa-se de uma que seja sadia, preferindo-se de cor branca. Para tratar à rua da Imperatriz, n. 2, 2º andar.⁵¹⁹

Ama de leite

Precisa-se de uma ama de leite, que seja boa. Paga-se bom ordenado. Para tratar à rua da Quitanda, ns. 9 e 11.⁵²⁰

Lacônicos e pontuais, esses enunciados nos permitem reler as práticas envolvendo amas de leite a partir da lógica mercantil e médica da época, evidenciando a importância de se observar o explícito e implícito como uma construção publicitária, mas também como um reflexo de uma sociedade em pleno processo de eugeniação dos corpos femininos. Para tanto, é preciso compreender a técnica discursiva dos anúncios que operavam, segundo Maria Elizabeth R. Carneiro, como um verdadeiro “alfabeto identitário”⁵²¹, no qual não interessava divulgar nomes, marcas corporais ou traços de personalidade das escravizadas oferecidas para aluguel, porque, ao contrário dos anúncios de fuga, a ênfase recaía sobre atributos específicos e utilitários vinculados à funcionalidade do corpo⁵²². Não por acaso, as amas de leite escravizadas eram tratadas como objetos de compra, aluguel, troca e uso.

Nos anúncios publicados n’*A Província*⁵²³, em particular ao longo da década de 1880, nota-se uma atenção reiterada a certos “atributos” das amas de leite, como a cor da

⁵¹⁶ Ama de leite. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 26 fev. 1880, p. 3.

⁵¹⁷ Ama, *A Província de São Paulo*, São Paulo, 21 set. 1881, p. 3.

⁵¹⁸ Ama de leite, *A Província de São Paulo*, São Paulo, 10 ago. 1881, p. 2.

⁵¹⁹ Ama de leite, *A Província de São Paulo*, São Paulo, 11 jan. 1883, p. 3.

⁵²⁰ Ama de leite, *A Província de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 1886, p. 3.

⁵²¹ CARNEIRO, Maria Elizabeth R. *op. cit.*, p. 21.

⁵²² *Ibidem*, p. 223.

⁵²³ Diferentemente da pesquisa dos anúncios de parteiras, não conseguimos realizar uma análise quantitativa mais aprofundada das amas de leite. Por essa razão, nossa abordagem se deu por meio da ferramenta de busca por termos na plataforma digital *Acervo do Estadão*. Inicialmente, realizamos a busca

pele, o estado de saúde e a conduta moral. A preferência por mulheres desacompanhadas de seus filhos revela as tensões e conflitos que atravessavam esse ofício, sobretudo quando desempenhado por escravizadas. Ser alugada sem a companhia de seu bebê implicava, entre tantas questões, na separação entre mãe e filho e na disputa brutal pelo acesso ao seio materno, travada entre o bebê senhorial e o bebê negro⁵²⁴. Na busca pela exclusividade, as famílias contratantes mostravam-se dispostas a pagar valores mais elevados por amas “sem cria”⁵²⁵, partindo da crença de que, afastadas de seus próprios rebentos, essas mulheres direcionariam integralmente seu leite e sua atenção à criança branca sob seus cuidados⁵²⁶. Por essa razão, raras foram as ocasiões em que as escravizadas adentraram as casas dos locatários com seus filhos nos braços⁵²⁷.

Nesse contexto, amas apresentadas sem filho concorriam por ordenados significativamente mais altos, o que se convertia em um poderoso incentivo para que proprietários ambiciosos – ou até mesmo as mães libertas – se desfizessem dos bebês negros. Essa prática rompia, total ou parcialmente, os vínculos entre mãe e filho⁵²⁸, abrindo mais uma dolorosa fissura nas experiências do cativo: a sorte das crianças

pelo termo *ama de leite* sem o uso de aspas, o que resultou em um total de 7.237 ocorrência para os anos 1880-1910. No entanto, observamos que esse número não refletia, de fato, a presença efetiva de anúncios, tampouco de notícias ou textos diretamente relacionados ao tema de nosso interesse. Eles variavam entre sobrenome de pessoas (Leite) e correspondências parciais, como *cama*, *amassado*, *fama*, por exemplo. Diante disso, realizamos uma nova busca, dessa vez utilizando o termo “*ama de leite*” entre aspas (técnica que restringe os resultados à ocorrência exata da expressão), e obtivemos um total de 401 recorrências: sendo 155 entre os anos de 1880 e 1889; 174 entre 1890 e 1899; e 72 entre 1900 e 1910. Embora o resultado nos oferecesse um volume manejável de dados, em um primeiro momento, nos pareceu aquém do esperado, especialmente considerando nossa leitura diária do jornal e a impressão inicialmente causada de que havia mais publicações desse tipo. Com o intuito de verificar essa percepção, realizamos a mesma busca na Hemeroteca Digital, restringindo-nos ao *Correio Paulistano* – outro jornal de grande circulação à época. Assim, para o mesmo período analisado, encontramos um total de 274 ocorrências, o que nos sugeriu certa regularidade no padrão numérico identificado n’*A Província* e n’*O Estado*. Dadas as lacunas e imprecisão dos resultados, optamos por não considerar esses números como representativos da totalidade dos anúncios de amas de leite, nem dos textos que, de algum modo, tratavam o tema. Entendemos, contudo, que eles se aproximam mais de uma média, razão pela qual serão tratados apenas como dados ilustrativos.

⁵²⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In: GOMES, Flávio dos S.; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B. (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 199-213. p. 203.

⁵²⁵ É significativo que nos Estados Unidos o termo utilizado nos anúncios de compra e aluguel de amas de leite fosse “without encumbrance”, isto é, “sem encargos”, “sem ônus”. JONES-ROGERS, Stephanie. *op. cit.*, p. 163.

⁵²⁶ CARULA, Karoline. Maternidade e trabalho escravidão – Brasil, século XIX. **Almanack**, Guarulhos, n. 38, ef00424, 2024. p. 12.

⁵²⁷ TELLES, L. F. da S. **Teresa Benguela**, p. 222.

⁵²⁸ Mesmo com o fim da escravidão e nos primeiros anos do século XX, os anúncios de aluguel de amas seguiam o padrão de mulheres sem filhos. Ver: GIL, Caroline Amorim. **Precisa-se ou aluga-se**: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018, p. 57.

ingênuas. Era frequente que, no âmbito das fazendas de médio e grande porte, essas crianças fossem entregues aos cuidados de outras cativas, enquanto no contexto urbano, os destinos possíveis eram mais diversos e violentos: venda ou doação a terceiros, abandono na Roda dos Expostos, nas ruas, praças e escadarias de igreja, ou, em casos extremos, o assassinato⁵²⁹. Diante de possibilidades tão cruéis quanto iminentes, muitas mulheres escravizadas resistiram como puderam. Recorreram ao aborto, ao infanticídio ou mesmo ao suicídio⁵³⁰ como estratégias limites de agência na tentativa desesperada de livrar seus filhos, e a si próprias, do arbítrio senhorial. Com efeito, consolidou-se uma percepção negativa acerca das amas de leite negras, frequentemente desqualificadas pela documentação médica da época. Rotuladas como tristes, coléricas, ébrias e negligentes, eram acusadas de negar afeto às crianças brancas, transferindo a elas o peso de sua revolta e a dor pela separação forçada de seus próprios recém-nascidos.⁵³¹

Diante desse cenário, as famílias locatárias buscavam conciliar atributos tidos como inegociáveis na seleção das nutrizas, delineando um perfil ideal que aliasse raça, robustez física e exclusividade do leite. Ainda que a presença do filho da ama fosse vista como um entrave, a questão racial mantinha-se central. Por isso, poucos eram os anúncios como o de 1886, que solicitava uma ama de leite “sem filhos”, fosse ela “branca ou de cor”⁵³². Digo poucos porque, na segunda metade do século XIX, o discurso cientificista passou a ocupar com maior frequência as colunas de jornais leigos e revistas femininas de todo país, remodelando o perfil desejável das amas de leite a um encapsulado de ideias sobre superioridade racial refletindo diretamente na procura das amas:

Ama de leite

Precisa-se de uma, branca, moça e sadia, com leite de um ou dois meses, para seguir para a Corte, para casa de uma família inglesa. Quem estiver nessas condições queira dirigir-se a casa de Honey Robertson, no Braz (propriedade do sr. Fox) junto a do dr. Arruda, para tratar.⁵³³

Ama de leite

Precisa-se urgentemente de uma ama com leite de um a dois meses; exige-se que seja branca, muito sadia e de bom comportamento. Para tratar na rua

⁵²⁹ TELLES, L. F. da S. **Teresa Benguela**, p. 222-224. A autora ainda ressaltar que a permanência na casa senhorial não assegurava a sobrevivência desses bebês, frequentemente privados do leite materno, expostos à fome e submetido à alimentação inadequada e de difícil digestão, como papas de farinha de mandioca e bananas. Maria Helena Machado problematiza o silêncio histórico sobre o filho das amas questionando: onde ele estava? Quem cuidava dele? A autora destaca como a literatura e as fontes visuais tendiam a apagar essa criança para manter a fantasia da “mãe preta” dedicada exclusivamente ao senhorzinho. MACHADO, M. H. P. T. *Entre dois Beneditos*, p. 203.

⁵³⁰ MOTT, M. L. *Ser mãe*, p. 92.

⁵³¹ TELLES, L. F. da S. *Amas de leite...* p. 104.

⁵³² Ama de leite, **A Província de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 1886, p. 3.

⁵³³ Ama de leite, **A Província de São Paulo**, São Paulo, 28 mai. 1885, p. 3.

Alegre n. 94, S. Paulo, ou com o sr. Justiniano de Mello e Oliveira, estação de Oliveiras, Estrada de Ferro Rio Claro.⁵³⁴

Até a primeira metade do século XIX, prevalecia a crença na fragilidade das mulheres brancas, em contraste com teorias médicas racistas que atribuíam às mulheres negras uma suposta superioridade para a amamentação⁵³⁵, fundamentadas, por exemplo, no tamanho dos seios das africanas ou em sua presumida aptidão para trabalhos exaustivos em zonas tropicais. Entretanto, com o advento das práticas eugênicas, esse quadro sofreu alterações significativas⁵³⁶. A preferência por amas brancas e em boas condições de saúde passou a refletir a consolidação de um novo paradigma médico: a chamada “maternidade científica”⁵³⁷. Ancorada em princípios higienistas e eugenistas, essa nova maternidade tinha entre seus pilares a depreciação da amamentação mercenária e, sobretudo, a desqualificação das amas de leite negras, frequentemente representadas como vetores de doenças degenerativas e portadoras de condutas morais tidas como suspeitas ou desviantes. A historiadora Taina Santos diz que alguns médicos chegavam a acusar essas trabalhadoras de “serem potenciais provocadoras de ‘onanismo’ nas crianças, ação definida como uma ‘sensação agradável provocada pelo atrito dos órgãos sexuais’ e que, ‘perversamente’, aquietava os garotos e garotas que ficavam sob os cuidados delas”⁵³⁸.

Entendidas como um mal necessário, as amas de leite passaram a ser responsabilizadas pela transmissão de toda sorte de doenças, encarnando a metáfora dos perigos e males sociais que ameaçavam as crianças brancas, as famílias abastadas e o futuro da nação – imaginada a partir dos padrões europeus de civilização⁵³⁹. Essa ambivalência se expressava, sobretudo, no temor dos senhores de que, por meio do leite,

⁵³⁴ Ama de leite, **A Província de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1886, p. 3.

⁵³⁵ CARULA, K. Maternidade e trabalho, p. 12.

⁵³⁶ Jean Baptiste Imbert em seu *Guia medica das maes de familia, ou a Infancia considerada na sua hygiene, suas molestias e tratamento*, de 1842, declarava ser “muito pouco partidista do amamentamento materno” e, por essa razão, aconselhava que, sempre que possível, as famílias recorressem a uma ama de leite, evitando “expor a mãe às consequências funestas, que nem sempre é possível ou fácil remediar”. Seu posicionamento baseava-se na experiência e observação recorrente de que mulheres brancas das classes médias e altas não possuíam a robustez física exigida para a dupla nutrição. Segundo ele, “delicadas e nervosas por mór parte, as mulheres aqui têm que lutar contra a ação incessante de um clima situado debaixo dos trópicos, cujo calor excessivo esgota as forças vitais, e irrita o sistema nervoso”. IMBERT, Jean Baptiste Alban. **Guia medica das maes de familia, ou a Infancia considerada na sua hygiene, suas molestias e tratamento**. Rio de Janeiro: Typografia Franceza, 1843, p. 48-53.

⁵³⁷ MACHADO, M. H. P. T. Entre dois Beneditos, p. 200.

⁵³⁸ SANTOS, Taina S. Mercados de exclusão: racismo e sexismo em propagandas de alimento infantil no século XIX. **Geledés**. 25/08/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mercados-de-exclusao-racismo-e-sexismo-em-propagandas-de-alimento-infantil-no-seculo-xix> Acesso 20 ago. 2025.

⁵³⁹ TELLES, L. F. da S. Amas de leite, p. 104.

essas mulheres pudessem transmitir enfermidades, como sífilis, lepra, sarnas e tuberculose, além de vícios morais e traços de incivilidade, como a promiscuidade⁵⁴⁰. O leite materno, nesse sentido, passa a ser concebido não somente como alimento, mas como veículo de valores, hábitos e até mesmo de heranças degenerativas.

A inquietação em torno das amas passou, portanto, a seguir a mesma toada de regulamentação dos ofícios vinculados à arte de curar. Refletindo a marcha científica de então e o processo de desagregação do regime escravista, autoridades começaram a encampar um esforço prolongado, impulsionado pela necessidade de reduzir as taxas de mortalidade infantil e pelo intento de controlar a saúde e a moralidade das nutrízes mercenárias⁵⁴¹. Na capital da província de São Paulo, em março de 1886, *APSP* registrou que o chefe de polícia iria apresentar à Câmara Municipal um projeto de posturas com o objetivo de regulamentar o serviço de criados e de amas de leite, cuja fiscalização ficaria a cargo da polícia. De acordo com a proposta, “os criados, amas, cozinheiros, etc.,” teriam uma caderneta, onde seriam “declarados a casa onde estiveram, a razão porque saíram, seu comportamento, fidelidade, etc.”⁵⁴². Logrando resultados, em 21 de abril foi assinado o Código de Posturas Municipais de 1886, especificamente a Resolução nº 62, intitulada *Dos criados e das amas de leite*, a qual estabelecia a vigência de um conjunto de deveres e obrigações entre empregadores e trabalhadores livres, formalizados por meio de matrículas, contratos e cadernetas de trabalho⁵⁴³, no qual:

Artigo 17 - A mulher que quizer empregar-se como ama de leite é obrigada, além do que está estabelecido nestas posturas a respeito dos criados em geral, a sujeitar-se na secretaria da policia a um exame pelo medico da camara municipal, o qual declarará na caderneta o estado de saude om que ella se achar. Será este exame repetido todas as vezes que o patrão o exigir, e sem essa exigencia, de 30 em 30 dias, sob pena de lhe ser cassada a caderneta.⁵⁴⁴

Ao definir a ama de leite como uma das categorias de criados de servir submetidas a normas rigorosas de contratação e exercício laboral, a resolução em questão apenas formalizava debates intensamente mobilizados nas décadas anteriores. O médico Imbert,

⁵⁴⁰ GRAHAM, S. Proteção e obediência, p. 137-138. TELLES, L. F. da S. Liberdade entre sobrados, p. 143; BORGES, Dain. 'Puffy, Ugly, Slothful and Inert': Degeneration in Brazilian Social Thought, 1880-1940. *Journal of Latin American Studies*, May, 1993, Vol. 25, nº. 2, pp. 235-256. p. 240.

⁵⁴¹ SANTOS, Nubia Sotini dos. **Parindo a nação?** maternidades, amamentação e o discurso médico higienista na corte imperial (Rio de Janeiro, décadas de 1870 e 1880). 2023. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023.

⁵⁴² Serviço de criados. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 24 mar. 1886, p. 2.

⁵⁴³ TELLES, L. F. da S. Liberdade entre sobrados, p. 15.

⁵⁴⁴ Resolução nº 62, de 21 de abril de 1886. Assembleia Legislativa de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-62-21.04.1886.html> Acesso mar. 2025.

por exemplo, desde 1843 recomendava reiteradamente o cuidado na hora da seleção de uma “ama preta”, que, além de jovem, deveria ser forte e robusta; ter leite de “boa qualidade”, isto é, adocicado, sem cheiro, branco e consistente; ser dotada de seios bem desenvolvidos e desprovida de marcas corporais ou indícios de enfermidades⁵⁴⁵. Em 1873, o Barão do Lavradio, então presidente da Junta Central de Higiene Pública do Rio de Janeiro, apontava o aleitamento por amas mercenárias e a ausência de um sistema de esgoto público como os dois mais prementes problemas de saúde pública no Império. Na sequência, em 1876, o dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo formulou o primeiro projeto de regulamentação das amas de leite no Rio de Janeiro⁵⁴⁶. Suas propostas abrangiam desde a criação de escritórios de inspeção, a realização de exames médicos e a emissão de certificados que atestavam a aptidão das amas à amamentação⁵⁴⁷. Em 1884, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro tentou institucionalizar essas diretrizes através do Instituto Municipal de Amas de Leite. O regulamento exigia que todas as nutrizes (libertas, livres ou escravizadas) fossem inscritas em um registro geral e submetidas a exames trimestrais. Contudo, a iniciativa teve vida breve, e o instituto encerrou suas atividades por volta de 1885, em razão da falta de verbas e atrasos nos pagamentos dos médicos⁵⁴⁸.

Com efeito, em 1888, um anúncio publicado em *OESP* requisitava uma ama de leite com “leite novo” e “estrangeira”, oferecendo bom ordenado, mas condicionada à realização prévia de “exame médico e indicações”⁵⁴⁹. Embora recorrentes, esses anúncios ainda apareciam de forma esparsa, indicando que, na prática, as medidas propostas não tiveram efeitos imediatos ou expressivos sobre a realidade das nutrizes. Isso revela que, no âmbito das vivências, a decisão de recorrer a uma ama de leite ainda dependia sobretudo da vontade ou da necessidade das mães brancas, bem como de seu poder de escolha sobre as mulheres encarregadas de amamentar seus filhos.

Lorena Telles observou que a Resolução nº 62 teve um curto alcance no tempo e pouco efeito prático, funcionando sobretudo como resposta aos “desafios enfrentados pelas elites e classes médias, no contexto da reconfiguração das relações de trabalho que

⁵⁴⁵ IMBERT, J. B. A. *Guia medica das maes de familia*, p. 51-52.

⁵⁴⁶ GRAHAM, S. **Proteção e Obediência**, p. 143. OTOVO, Okezi T. Otovo, **Progressive Mothers, Better Babies: Race, Public Health, and the State in Brazil, 1850–1945**. Austin: University of Texas Press, 2016, p. 41.

⁵⁴⁷ CARNEIRO, Maria Elizabeth R. *Procura-se uma*, p. 175.

⁵⁴⁸ GIL, Caroline A. *op. cit.*, p. 117.

⁵⁴⁹ Ama de leite, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 nov. 1888, p. 2.

a capital antecipava”⁵⁵⁰. Ainda que as fontes não indiquem com precisão o momento de cessação de sua vigência jurídica, elas permitem identificar tanto a descontinuidade de sua aplicação quanto as tentativas posteriores de regulamentar e controlar o exercício desse ofício. Uma dessas evidências aparece, em setembro de 1895, quando uma carta anônima⁵⁵¹ publicada n’*OESP* denunciava a falta de regulamentação do trabalho das amas de leite em São Paulo, bem como os preços abusivos que elas cobravam, frequentemente sem corresponder às expectativas dos contratantes ao que era prometido nos anúncios. O autor do texto lamentava a dificuldade de “criar-se uma criança, quando, por quaisquer motivos falte a mesma o leite materno”, apontando que as amas costumavam exigir remunerações elevadas, variando entre “150\$000 e até 200\$000 mensais”. Criticava ainda as condições em que essas mulheres se apresentavam, alegando que muitas sofriam de moléstias contagiosas, mentiam sobre a abundância de seu leite e não permaneciam mais de um mês nas residências dos contratantes, tornando, assim, o serviço instável e pouco confiável.

Dois dias depois, o médico Braulio Gomes anunciou no jornal a promulgação da Lei n. 126 que submetia a contratação ou o aluguel de amas de leite à jurisdição da Intendência de Justiça, Polícia e Higiene⁵⁵². A nova legislação impunha deveres tanto às amas quanto aos seus contratantes, estabelecendo, entre outras exigências, a obrigatoriedade de exames médicos a serem realizados na Maternidade de S. Paulo ou em outro local indicado, com o objetivo de atestar as boas condições de saúde das nutrizes. Um dos focos centrais da lei era coibir o abandono abrupto da amamentação iniciada, buscando assegurar que o exercício da profissão ocorresse de acordo com os princípios da ciência médica e com os preceitos legais. Para garantir sua aplicação, a Intendência recebia amplos poderes para: impor multas de até 50\$000 ou penas de prisão de até oito dias aos infratores, firmar convênios com a polícia estadual para reforçar o cumprimento da norma e, ainda, instituir taxas sobre registros, guias e contratos. Atribuía-se, também, novas competências à Maternidade de SP, fortalecendo o seu papel como espaço de controle e vigilância sobre o corpo e o ofício das amas⁵⁵³.

⁵⁵⁰ TELLES, L. F. da S. *Libertas entre sobrados*, p. 42.

⁵⁵¹ Amas de leite. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 set. 1895, p. 1.

⁵⁵² GOMES, Braulio. Amas de leite. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 set. 1895, p. 2.

⁵⁵³ *Idem*.

Em setembro de 1894, um ano antes da promulgação da Lei n. 126, o médico Luiz Carneiro publicou, na *Seção Livre* da página 2 do jornal, um texto em que detalhava as instalações da Maternidade de São Paulo e antecipava os esforços em prol de um instituto de amas de leite. No texto, Carneiro destacava os principais ambientes da instituição, como as salas destinadas às consultas ginecológicas, às operações cirúrgicas, à rouparia, à enfermaria para parturientes, à área de isolamento para mães doentes e ao refeitório. Ao final, revelava os esforços dos diretores da Maternidade para a criação de um instituto de amas de leite anexo àquela casa, argumentando que sua existência cessaria as dificuldades com que lutavam “os chefes de família para encontrar uma ama de leite, que não [fosse] puramente mercenária”⁵⁵⁴.

Essa “guerra contra às amas”, pode, segundo Maria Martha de Luna Freire, ser compreendida como parte de um esforço social mais amplo em reafirmar a maternidade como “função ‘natural’” da mulher desde o século XVIII, na França. Esse movimento foi uma resposta à preocupação com a queda nas taxas de natalidade, mas também ao temor moral relacionado à suposta decadência dos costumes e à degeneração da sociedade. A novidade no século seguinte que também viria a impactar o outro lado do Atlântico, seria a mudança do argumento: passava-se a enfatizar a superioridade do leite materno a partir de comprovações ditas científicas.⁵⁵⁵ Resguardadas as diferenças sociorraciais, muitos médicos brasileiros passaram rezar a mesma cartilha de pensamento científico francês⁵⁵⁶, evidenciando que, para além da realidade escravocrata, as mulheres da elite brasileira recorriam já há algum tempo não apenas às amas de leite, como também a alimentos substitutos do leite materno.

O jornal *A Mãe de Família* é um exemplo de como esse ideário ganhou forma e expressão no cotidiano das mulheres oitocentistas. Fundado pelo médico Carlos Costa e veiculado na Corte entre 1879 e 1888, o jornal articulou de forma sistemática a defesa do aleitamento materno, o discurso higienista e a crítica à escravidão⁵⁵⁷. Dirigido à mulher branca e pertencente às camadas letradas da elite, tinha como objetivo moldar um ideal

⁵⁵⁴ CARNEIRO, Luiz. A Maternidade de S. Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 set. 1894, p. 2.

⁵⁵⁵ FREIRE, Maria Martha de Luna. Maternalismo e proteção materno-infantil: fenômeno mundial de caráter singular. In: **Cadernos de História da Ciência**: Laboratório de História da Ciência, Instituto Butantan, v. 1, n. 1 (jan./jun. 2005). São Paulo: Instituto Butantan, Laboratório de História da Ciência, 2005. p. 60.

⁵⁵⁶ CARNEIRO, Maria E. R. Procura-se uma preta, p. 246.

⁵⁵⁷ CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãe de Família*. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, supl., p. 197–214, dez. 2012.

de mãe educada, zelosa e instruída nos princípios da higiene moderna. Nessa empreitada, o aleitamento materno passou a ser promovido como um tema de primeira ordem, símbolo de civilização, pureza e responsabilidade materna. Como explica Carula:

Entregar o filho para ser amamentado por outra mulher era apontado como um erro gravíssimo. Na interpretação de Carlos Costa, as mulheres eram displicentes no cumprimento do único papel que lhes cabia – a maternidade. O médico sustentava que era necessário ensiná-las a serem mães – ““não será verdadeiramente mãe a mulher que não aleitar seu filho”” (Costa, abr. 1879b, p.58; grifos do original). Ele afirmava que, às mães brasileiras, não faltava amor a sua prole, mas elas não tinham conhecimento do modo adequado de se exercer a maternidade. Cabia aos ilustrados em ciência comunicar-lhes esse saber, para que desempenhassem satisfatoriamente sua função social.⁵⁵⁸

De acordo com o médico-redator, o aleitamento materno além de representar uma missão sublime confiada às mulheres, constituía o método “higienicamente mais adequado”⁵⁵⁹. Aquelas que se recusavam a amamentar seus próprios filhos eram acusadas de negligência, egoísmo, indolência, submissão às etiquetas sociais, vaidade e luxo, sendo por ele classificadas como “desnaturadas”⁵⁶⁰. Costa também reprovava severamente as mulheres que submetiam seus filhos à exposição da vida social, levando-os a teatros, bailes e passeios, sem dedicar a devida atenção aos cuidados com a saúde infantil. Ao negligenciarem os deveres maternos em favor dos chamados “prazeres mundanos”⁵⁶¹, essas mulheres falhavam em cumprir uma função considerada essencial e natural à feminilidade.

Embora defendesse o aleitamento materno e condenasse o uso de amas de leite, Costa posicionava-se a favor da criação de uma legislação que submetesse as escravas alugadas para essa função a rigorosos exames médicos. Tal proposta revela, por um lado, o reconhecimento da ampla difusão e persistência dessa prática na sociedade brasileira e, por outro, a tentativa de mitigar seus efeitos considerados nocivos. Para Carula, o cerne da crítica do médico, recaía menos sobre a interrupção da amamentação materna e mais sobre o fato de delegá-la a mulheres escravizadas, tomadas como foco de suspeição⁵⁶².

⁵⁵⁸ *Ibidem*, p. 198.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 199.

⁵⁶⁰ *Ibidem*, p. 198. 163. CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 213-214.

⁵⁶¹ Carula, K. Perigosas amas de leite, p. 198.

⁵⁶² *Ibidem*, p.205.

Em um artigo publicado no *Almanach Litterario Paulista*, em 1879, o renomado médico e político abolicionista Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho teceu elogios ao aleitamento materno. De acordo com ele:

Deu-lhe o criador dois seios, é neles que ela tem o alimento, e só deles que pode viver a pobrezinha; para que ela sugue o leite, que é quase o sangue materno, que logo depois vai ser sangue do filho, é preciso que ela o coloque em seus braços, que olhe, na posição mais sublime da mulher, o fruto de seu ventre, que no ato do aleitamento, pelo qual vai seu seio para o corpo do filho o próprio sangue e a própria vida, ela veja o valor de suas forças e deste modo a sua inteligência para o filho se concentra e, nem há, que se conheça, meio mais poderoso da criação da amizade!⁵⁶³

Em consonância com a tradição romântica do abolicionismo, o médico mobiliza a sacralização da maternidade para exaltar o aleitamento materno como expressão máxima do vínculo afetivo entre mãe e filho. Sua reflexão, contudo, dirige-se quase exclusivamente às mulheres das camadas média e alta, enquanto as mães empobrecidas aparecem de modo tangencial e as mães negras silenciadas por completo. A historiadora Marília B. A. Ariza argumenta que “esse silêncio mais dizia sobre o embranquecimento subsumido ao modelo de ‘mãe de família’ aburguesada do que convocava noções plurais de maternidade compatíveis com a sociedade escravista”⁵⁶⁴.

Assim, em 1880, no livro *A Arte de Formar Homens de Bem* (1880), Jaguaribe delineia com maior clareza sua concepção da verdadeira “mãe de família”, centrando seu discurso na valorização da educação feminina voltada ao lar. Às mães, atribuía-se a responsabilidade fundamental pela formação moral, física e intelectual dos filhos, cabendo-lhes, portanto, um papel central na constituição de uma infância saudável e virtuosa⁵⁶⁵. Sua defesa ao aleitamento materno era enfática: considerava-o o meio mais eficaz e adequado ao pleno desenvolvimento infantil. Nesse sentido, não poupava críticas às mulheres que, movidas pela vaidade, pelo temor do envelhecimento ou pelo desejo de evitar os desconfortos da amamentação, preferiam delegar essa função às amas de leite.

⁵⁶³ JAGUARIBE, D. A respeito das mães. *Almanach Litterario Paulista*. Ano V, 1879. Pp. 48-54. p. 50.

⁵⁶⁴ ARIZA, M. B. A. Ventre, seios, coração: maternidade, p. 32-33.

⁵⁶⁵ Em fevereiro de 1880, *A Província de São Paulo* publicou uma nota elogiosa ao livro ressaltando seu valor educativo e recomendando sua ampla circulação. Afirmava-se que o livro era “merecedor de larga circulação” e que “deveria figurar nas casas de família, porque há nele muitos conselhos úteis, muita lição aproveitável e grande cópia de erudição”. Destacava-se ainda o mérito da obra em reunir, de forma acessível, as opiniões de “escritores distintos” e “autoridades científicas”, cujo conhecimento, de outro modo, dependeria de grande esforço e despesas para ser alcançado. Ver: *A arte de formar homens de bem. A Província de São Paulo*, São Paulo, 12 fev. 1880, p. 2. No ano seguinte, uma propaganda veiculada na seção de classificados reiterava o apelo às famílias, afirmando que “nenhuma mãe de família deve deixar de ler esse livro”. O anúncio ainda chamava atenção para a procura crescente pela obra, indicando que os exemplares disponíveis na Corte já estavam esgotados, e que restavam poucos exemplares na capital paulista. *Arte de formar homens de bem. A Província de São Paulo*, São Paulo, 1 abr. 1881, p. 4.

Para ele, essa decisão transcendia os limites de uma falha individual e representava, antes, “um crime e um espelho”, capaz de refletir na sociedade “o defeito das mães”⁵⁶⁶. Por essa razão, a utilização de amas só seria justificável em situações extremas de incapacidade física da mãe e, ainda assim, sob um processo de seleção criterioso, já que, em sua perspectiva, essas mulheres eram frequentemente “descuidadas”⁵⁶⁷ e “estúpidas”.

Com base nisso, prescrevia métodos práticos para avaliar a aptidão da nutriz, indicando, por exemplo, que a melhor forma de testar a qualidade do leite seria aplicar “uma gota de leite na unha e incliná-la para ver se ele cai, ou se fica aderente”⁵⁶⁸. Se o leite apresentasse consistência espessa e escorresse lentamente, interpretado como um sinal de má qualidade; por outro lado, a fluidez da gota revelaria a predominância de elementos serosos, considerados desejáveis. Essa preocupação com a qualidade do leite somava-se a um juízo ainda mais amplo e depreciativo sobre as amas, cuja presumida falta de inteligência as tornaria incapazes de oferecer estímulos adequados ao desenvolvimento infantil. Para Jaguaribe, movidas pela busca de comodidade e descanso, as amas de leite acabavam por carregar os bebês no colo por tempo excessivo, comprometendo o desenvolvimento motor dos pequenos. Como consequência desse “mau costume”, dizia ser possível observar crianças de até dois anos que ainda não haviam aprendido a andar⁵⁶⁹.

Assim, quando o aleitamento materno ou o fornecido por amas de leite se mostrava inviável, Jaguaribe recomendava o recurso ao aleitamento artificial, realizado por meio de fórmulas preparadas com leite de origem animal, sendo o de vaca e o de cabra considerados os mais adequados para a composição da chamada “mistura de Liebig”⁵⁷⁰. Na página 35 do livro, o médico detalha a receita da seguinte forma: “pesa-se 15 gramas de farinha de cevada germinada, junta-se a meia grama de bicarbonato de soda, e mistura-se bem. Junta-se 30 gramas de boa água e 150 de leite”⁵⁷¹.

⁵⁶⁶ JAGUARIBE FILHO, Domingos J. N. **Arte de formar homens de bem**. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1880, p. 18-19.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, p. 33.

⁵⁶⁸ *Ibidem*, p. 28-29.

⁵⁶⁹ *Ibidem*, p. 47.

⁵⁷⁰ Considerado o primeiro leite de fórmula da história, foi inventando em 1860 pelo químico alemão Justus von Liebig. Conferir: GREENWOOD, Veronique. Como foi descoberta fórmula de leite que salva bebês desde 1860. **BBC News Brasil**. 9 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-61743290> Acesso em: outubro 2025.

⁵⁷¹ JAGUARIBE FILHO, Domingos J. N. *op. cit.*, p. 35.

À medida que o debate avançava, os jornais também passaram a veicular, além de anúncios de amas de leite, propagandas de cabras leiteiras e alimentos artificiais destinados à nutrição dos bebês, como a farinha láctea da Nestlé e o leite condensado⁵⁷². Em 1880, *A Província* publicou, em sua terceira página, uma propaganda de pastéis lácteos, sob o título *Ama de leite* e um subtítulo provocativo: “Não se necessita mais amas de leite para crianças”. O anúncio apresentava o produto como um substituto ideal do leite materno, afirmando que a farinha em forma de pastéis era o alimento que mais se assemelhava ao leite das mães, além de não se deteriorar facilmente nem causar desconfortos intestinais.

Figura 11: Anúncios de Pastéis Lácteos⁵⁷³



⁵⁷² CARULA, K. Perigosas amas, p. 200; SANTOS, Taina. Mercado da exclusão, 2021.

⁵⁷³ Ama de leite: Pastéis Lácteos Oelli. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 11 ago. 1880, p. 3.

Figura 12: Anúncios de Ama de Leite e de Leite Puro⁵⁷⁴

Ama de leite
 Quem precisar de uma boa ama de leite dirija-se á rua da Boa-Vista n. 4.
 3-1

ALUGA-SE um grande e espaçoso armazem, construido de novo, proprio para qualquer negocio, como para deposito, por ser perto da Estação Inglesa. Trato-se á rua Alegre n. 44.
 4-1

A' praça
 Dizemos nós, Antonio Pereira Miranda e Francisco Gonçalves Herdeiro, que n'esta data compramos ao sr. Manoel das Neves Louro, o seu estabelecimento de torrar e moer café, livre e desembaraçado de qualquer onus; outrossim, fica gyrando a nossa firma: Pereira & Gonçalves.
 S. Paulo, 3 de julho de 1882. 3-1
 Pereira & Gonçalves.

LEITE PURO
 DO
Sítio da Pedra Branca
A 320 a garrafa
 Deposito no Emporio Central.
 Todos os dias, das 9 horas em diante, até ás 10 da noite, é encontrado esse precioso leite. 3-1

Em 1882, foi publicado o anúncio do *Leite Puro do Sítio Pedra Branca* (figura 13). A escolha dos espaços publicitários para as duas propagandas não foi aleatória: enquanto a primeira se valia diretamente do título “Ama de leite”, a segunda era estrategicamente posicionada na mesma coluna dos anúncios destinados à contratação de amas. Partia-se do pressuposto de que quem procurava uma ama de leite estava, em última instância, à procura de alimento para nutrir seus filhos. Ao estabelecer uma associação direta entre o serviço oferecido pelas amas e a oferta de substitutos alimentares, podemos dizer que o periódico refletia e promovia a progressiva substituição e hierarquização entre o corpo feminino – especialmente de mulheres negras – e os produtos do mercado. Assim, o aleitamento infantil era paulatinamente inserido em uma lógica de mercantilização e medicalização, na qual o leite deixava de ser exclusivamente materno para tornar-se uma mercadoria disputada.

Assim, é possível afirmar que havia uma relação entre a desqualificação das amas de leite, via argumentos raciais variados, e a construção social de um novo ideal de maternidade destinado, sobretudo, às mulheres brancas. Ao mesmo tempo em que se

⁵⁷⁴ Leite Puro do Sítio da Pedra Branca. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 14 jul. 1882, p. 2.

questionava a idoneidade física, moral e racial das amas, forjava-se a expectativa de que as mulheres brancas deveriam assumir diretamente a amamentação e o cuidado dos filhos, abandonando a prática de delegá-los às mulheres escravizadas. Desse modo, queremos demonstrar que o processo de racialização do leite não constitui um dado natural, mas sim uma construção histórica dotada de múltiplos sentidos, muitos dos quais ligados à criação de um mundo sem escravidão. Se de um lado, consolidava-se a noção de que as mulheres escravizadas deveriam, enfim, cuidar e amamentar seus próprios filhos – como evocado no poema que abre este capítulo –; do outro, emergia um discurso que incentivava as mulheres brancas a reassumirem, de maneira “civilizada”, a função materna, fosse por meio da amamentação direta, do uso de fórmulas artificiais ou da introdução de novos regimes alimentares. Esse novo aprendizado do cuidado infantil está intrinsecamente ligado ao processo histórico de medicalização do parto e das práticas de nascimento analisado no capítulo anterior. Ao evidenciar essas conexões, buscamos demonstrar como a ciência médica, o ideário higiênico e os discursos de regeneração social atuaram conjuntamente na redefinição dos papéis maternos e na racialização das práticas de cuidado, em um mundo em que a escravidão já não era legalmente admitida, mas continuava a estruturar simbolicamente as relações sociais.

É o que podemos ver na série de quatro artigos intitulado *Higiene e Imigração*⁵⁷⁵, publicada em 1888 pelo médico e inspetor de higiene dr. Marcos Arruda. Seu objetivo central é defender a adoção de medidas de cautela higiênica na fiscalização dos imigrantes, com vistas a conter a propagação de doenças. Entre suas principais preocupações estava a elevada taxa de mortalidade infantil, que, segundo ele, resultava não apenas da ausência de hábitos higiênicos e de instrução adequada, mas também da combinação de fatores sociais como a ignorância, a miséria e as “tradições errôneas”. Para além dessas causas, Arruda destacava ainda a influência da hereditariedade e das práticas alimentares na sobrevivência das crianças, apontando que a forma como eram alimentadas contribuía para os índices de mortalidade infantil:

A influência da herança sobre a mortalidade, aquela da nupcialidade e a influência da alimentação, principalmente em relação às crianças alimentadas artificialmente, quer por amas, quer por animais, em comparação com as amamentadas pela própria mãe, os dados comparativos de morte-natalidade

⁵⁷⁵ A série teve início em 14 de fevereiro de 1888 e abordou temas como higiene, imigração, alcoolismo e hereditariedade. Arruda, Marcos. *Higiene e Imigração*. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1888, p. 1.

dos legítimos e ilegítimos, devida às condições de miséria, crime, etc: devem muito influir sobre os trabalhos estatísticos.⁵⁷⁶

A partir desses dados, operava-se mais uma lógica de distinção entre os grupos sociais, com base em suas condições de nascimento, saúde e nutrição. Crianças alimentadas artificialmente, seja por amas ou por meio de leite animal, eram sistematicamente comparadas de forma desfavorável àquelas amamentadas pelas próprias mães. Ao reivindicar que o Brasil incorporasse procedimentos semelhantes aos utilizados na Europa, sobretudo no tocante à classificação dos povos a partir de suas características físicas, o autor tornava explícita sua afinidade com as práticas eugênicas em construção no solo brasileiro.

Passada uma década, o pediatra dr. Clemente Ferreira, defendia que o aleitamento artificial mal dirigido era uma das principais causas da alta mortalidade infantil em São Paulo e nas grandes cidades brasileiras, representando um verdadeiro obstáculo ao crescimento populacional. Alertava, ainda, para os perigos da alimentação mista e para os riscos de contaminação do leite de vaca, ressaltando que o aleitamento artificial obtinha melhores resultados no meio rural, onde o leite era considerado mais puro e livre de germes. Apesar dessas críticas, dizia também reconhecer os avanços técnicos no campo da alimentação artificial, destacando, em especial, o leite de Gärtner – conhecido na Alemanha e na Áustria como “leite gordo”, e, na França, como “leite humanizado” ou “maternizado”⁵⁷⁷.

De acordo com Ferreira, o leite de Gärtner era um produto desenvolvido com o objetivo de tornar o leite de vaca mais adequado e tolerável à alimentação infantil, por meio da aproximação de sua composição química à do leite materno. No texto, o autor descreve detalhadamente o método utilizado para modificar os três “princípios capitais” do leite (caseína, lactose e gordura), de modo a reproduzir integralmente o leite da mulher. O processo consistia em três etapas complementares: 1) centrifugação (ajuste de gordura): o leite de vaca era submetido a um centrifugador com um dispositivo especial para regular a separação e o escoamento da nata (gordura) e do soro; 2) diluição (ajuste da caseína): adicionava-se água em proporção suficiente para diluir a caseína (proteína do leite) até que sua concentração ficasse próxima à do leite humano; 3) adoçamento (ajuste da

⁵⁷⁶ Arruda, Marcos. Higiene e Imigração IV (demografia). **A Província de São Paulo**, São Paulo, 21 fev. 1888, p. 1

⁵⁷⁷ FERREIRA, Clemente. O leite maternizado e a alimentação das lactantes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 out. 1898, p. 1.

lactose): adicionava-se açúcar de leite (lactose) na proporção de 4% para igualar a quantidade de lactose presente no leite materno. O texto destacava ainda que os resultados do uso desse leite na Europa haviam sido considerados “bastante lisonjeiros”, a ponto de o produto ser vendido em diversos países nos últimos anos. Ainda que o autor reconhecesse o leite de Gärtner como uma conquista de grande valor, reiterava que o leite materno permanecia sendo “a suprema garantia da saúde e do bem-estar dos lactantes”⁵⁷⁸.

Não parece ser mera coincidência que, alguns dias depois, tenha sido publicada na *Seção Livre* uma propaganda em formato de texto seriado sobre o leite humanizado da Fazenda do Aterrado. Disfarçada de notícia corriqueira, a nota publicitária se imiscuia entre as demais do dia, promovendo os supostos benefícios e vantagens do leite humanizado em relação a outros alimentos artificiais. Ao adotar um tom informativo, a propaganda buscava conferir legitimidade científica à mercantilização da alimentação infantil, reforçando, a confiança nos produtos industrializados.

O leite humanizado da fazenda do Aterrado deve ser o único próprio para a alimentação das crianças. A mãe cuidadosa que não se pode amamentar ou que seja obrigada a recorrer ao aleitamento misto por insuficiência lactea, não deve empregar outro alimento a não ser o leite humanizado. Se o leite humanizado não é ainda o ideal com alimento dos lactantes, é sem nenhuma dúvida superior a tudo quanto se tem empregado até hoje para alimentar as crianças. Se compararmos o leite humanizado com o leite de vaca esterilizado, de boa providência (leite de fazenda) ver-se-á que este não convém para as crianças por conter uma quantidade dupla de caseína (queijo) a qual não podendo ser digerida pelo aparelho digestivo tão débil, como o das crianças, causa tantas mortes entre os recém-nascidos que se submetem a aleitamento artificial. *O estômago da criança não pode ser comparada ao do bezerro que tem quatro subdivisões.*⁵⁷⁹

A título de comparação, o texto demonstrava que a prática comum de diluir o leite de vaca com água comprometia seu valor nutricional, reduzindo a menos da metade a proporção de gordura necessária ao desenvolvimento da criança. Nos dias 28, 29, 30 e 31 de outubro de 1898, a divulgação foi complementada com novos textos publicitários que buscavam reforçar os benefícios do leite humanizado da Fazenda do Aterrado. Para isso, as propagandas se apoiavam em comparações diretas tanto com o leite de vaca *in natura* e diluído, quanto com a conduta das amas de leite, destacando o leite humanizado como alternativa mais segura, higiênica e eficaz. Assim, no terceiro dia de divulgação, o texto apostava na desqualificação das amas de leite:

⁵⁷⁸ *Idem.*

⁵⁷⁹ Vantagens do leite humanizado sobre outros produtos empregados para a alimentação dos lactantes – I. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 out. 1898, p. 2.

Em S. Paulo, é queixa geral, não se pode confiar em amas. Uma ama que nos ganha 100 a 150 mil réis está pronta a sair para ganhar mais 5\$ em outra casa. Quando se quer obrigá-la a uma boa higiene, ou quando se a repreenda, por ela não tomar todos os cuidados com a criancinha, fica-se sujeito a perder a ama. Para apaziguá-la é preciso se aumentar mais um pouco o ordenado. Conhecemos mães que sofrem tudo e curvam-se a todas as exigências da ama do filhinho para não verem sofrê-los com a mudança de leite. Se a mãe não as observa de perto as amas alimentam-se de tudo quando apetece.⁵⁸⁰

Aqui nos deparamos com informações de grande valor. Diante da escassez de registros produzidos pelas próprias amas de leite, anúncios e propagandas como este se configuram como janelas fundamentais para a análise do cotidiano dessas trabalhadoras, especialmente no contexto pós-abolicionista. Ainda que exijam cuidados metodológicos em sua interpretação, tais fontes permitem inferir que a contratação de amas de leite permaneceu como uma prática comum e relativamente bem remunerada mesmo após 1888⁵⁸¹. Mais significativo, contudo, é o que elas revelam sobre os rearranjos nas relações de poder: fora do regime escravista formal, os locatários já não podiam impor unilateralmente as regras da casa, passando a negociar, ainda que sob tensões e assimetrias, com mulheres que agora exerciam uma forma ampliada de agência sobre seus corpos, seu trabalho e seus termos de convivência⁵⁸². Sem o respaldo da lei do chicote, senhores e senhoras se viam, por vezes, constrangidos a atender aos caprichos e reivindicações dessas trabalhadoras, que passaram a disputar espaços de autonomia⁵⁸³.

⁵⁸⁰ Vantagens do leite humanizado sobre outros produtos empregados para a alimentação dos lactantes – III. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 1898, p. 2.

⁵⁸¹ Um anúncio de 1906 dizia procurar uma “boa ama de leite, sem filhos, dormindo em casa dos patrões”. Ama de leite, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 jan. 1906, p. 3.

⁵⁸² Lorena F. da S. Telles chama a atenção para o fato de que as amas de leite também lograram barganhar certos direitos nos contratos de aluguel, seja mobilizando o temor das famílias locatárias quanto à perda do serviço e maus-tratos dos bebês, seja negociando diretamente com seus proprietários aspectos como a jornada de trabalho e as condições de exercício da função (TELLES, L. F. da S. **Teresa Benguela.**, p. 101). Bárbara Canedo R. Martins propõe uma leitura matizada da condição das amas de leite, relativizando visões que as colocam exclusivamente como privilegiadas ou totalmente exploradas. Argumenta que, embora submetidas à vigilância e controle, essas mulheres também podiam negociar condições de trabalho e acessar formas de agência, inclusive por meio de sua proximidade com a família senhorial (MARTINS, Bárbara C. R. Reconstruindo a memória de um ofício: as amas-de-leite no mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro (1820-1880). **Revista Comparada**, Rio de Janeiro, 6-2: 138-167, 2012, p. 140).

⁵⁸³ Jovelina, ama de leite de 24 anos, residente no Rio de Janeiro, na Rua Molgim Reis, n. 88, e identificada como “ex-escrava de Eduardo Teixeira de Carvalho Hungria”, movimentou valores expressivos em sua caderneta de poupança na Caixa Cultural. Entre 1894 e 1901, ela realizou transferências que somaram cerca de dois contos de réis, atingindo, em 1929, o montante acumulado de 6:108.068 réis. Todo esse valor advinha de sua atividade como ama ou ela acumulava outras fontes de renda? Cf.: Caderneta de Poupança da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, número 822, Jovelina, 1894 (anexo I). Esta fonte foi gentilmente compartilhada pelo amigo e historiador Talles Raiony da Conceição Viana, a quem registro aqui meu agradecimento pela generosidade e colaboração. Sobre o acervo em questão, conferir também as reflexões seminais de Keila Grinberg no artigo: Que fim levou a poupança de Lidia? Contas de poupança escravidão e injustiças históricas no Brasil. **12º Encontro Escravidão e Liberdade**, Universidade Federal de Santa Catarina, 24 a 27 set. 2025.

Essa inflexão revela-se também no plano linguístico, especialmente nas construções verbais que compunham os anúncios de amas de leite. A fórmula tradicional “aluga-se uma ama” sugere a mediação de terceiros, geralmente o senhor, uma parteira ou outra figura intermediária, e apaga a presença da mulher envolvida, reforçando sua condição de objeto disponível para negociação. Já a expressão “oferece-se uma ama de leite”, que começa a aparecer com mais frequência no contexto de transição do trabalho compulsório para o trabalho livre, desloca essa lógica: é a própria mulher que se agencia, apresentando-se como sujeito da ação e reivindicando certa autonomia sobre sua força de trabalho.

Gota de Leite: uma verdadeira escola de mães

A partir de meados do século XIX, a mortalidade infantil brasileira passou a ser concebida como um problema social de primeira ordem, mobilizando uma série de iniciativas destinadas a assegurar a sobrevivência das crianças. De acordo com Freire e Leony, tais medidas abrangeram desde amplos programas de saneamento básico até a formulação de legislações específicas voltadas à proteção materno-infantil. Entre as ações empreendidas, destacam-se a criação de instituições de assistência, a implementação de estratégias alimentares, o surgimento de organismos internacionais voltados à infância e, sobretudo, a elaboração de projetos pedagógicos voltados à educação das mulheres para o exercício da maternidade⁵⁸⁴. Segundo os autores, a preocupação com a mortalidade infantil estava associada, “em graus variáveis, a elementos de ordem demográfica, sanitária ou patriótica e também ao maternalismo”⁵⁸⁵ – entendido como a valorização da mulher enquanto figura naturalmente vocacionada para o cuidado infantil. Com a instauração da República,

[...] o chamado problema da infância – caracterizado, em especial, pela elevada mortalidade infantil – tornou-se intolerável, segundo as novas sensibilidades e exigências civilizatórias, e passou a representar uma ameaça ao ideal de construção da nação. O novo valor atribuído à infância e a consequente necessidade de protegê-la fundamentaram uma convergência identitária entre saúde, educação e nação, que uniu a intelectualidade urbana na elaboração de ampla proposta reformadora cujo eixo orientador era a higiene.⁵⁸⁶

⁵⁸⁴ FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.199-225. p. 200.

⁵⁸⁵ *Idem.*

⁵⁸⁶ *Idem.*

A crescente valorização da capacidade reprodutiva feminina deu origem a uma verdadeira “obsessão natalista”⁵⁸⁷, por meio da qual a maternidade foi progressivamente transformada em questão de interesse público e objeto de intervenção direta do Estado. A partir daí, surgia a Puericultura, uma ciência dedicada a “cultivar crianças”⁵⁸⁸ e definida como conjunto de técnicas e saberes destinados a assegurar o pleno desenvolvimento físico, mental e moral infantil, desde a gestação até a puberdade. No Brasil, o pioneirismo na área é atribuído ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), entidade filantrópica fundada em 1899, no Rio de Janeiro, pelo médico pediatra Carlos Arthur Moncorvo Filho⁵⁸⁹, que chegou a ter “12 filiais em diferentes cidades brasileiras na década de 1920”⁵⁹⁰.

Segundo carta do doutor Nascimento Gurgel ao *Estado de São Paulo*, até 1903, o IPAI havia cuidado de “mais de seis mil crianças famintas, nuas, raquíticas, [ilegível] retardadas, imbecis, idiotas, etc”, abrindo, em sua opinião, novos horizontes para a cidade do Rio de Janeiro. Para Gurgel, o cuidado com a infância empobrecidas era “uma questão de magna importância”, “pois uma criança salva da morte ou do meio corrupto é um cidadão a mais para o serviço da Pátria”⁵⁹¹. Seguindo a mesma linha argumentativa, Alberto Seabra defendia que a redução das elevadas taxas de mortalidade infantil dependia de uma intervenção sistemática sobre a infância, especialmente por meio do combate a doenças como a sífilis e ao alcoolismo. Para ele, já passava da hora de impor uma verdadeira cruzada sanitária, capaz de promover “o aumento rápido e certo de uma população laboriosa e forte”⁵⁹².

⁵⁸⁷ *Idem*.

⁵⁸⁸ O termo *Puericultura* deriva etimologicamente da junção dos vocábulos latinos *puer* (criança) e *cultura* (criação ou cultivo), significando o cuidado ou criação da criança. Seu uso inaugural remonta ao ano de 1762, quando o médico suíço Jacques Ballexserd publicou uma obra dedicada à higiene infantil. Apesar de ter tido pouca repercussão à época, Luís Roberto Bonilha diz que essa publicação insere-se em um movimento mais amplo de produção de literatura voltada à divulgação de práticas de cuidado com a infância, que se intensificou a partir do século XVIII. BONILHA, Luís Roberto de C. M. **Puericultura: olhares e discursos no tempo**. Dissertação, Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP, 2004. p. 14 e 47.

⁵⁸⁹ MONCORVO FILHO, Arthur. A Gotta de leite “da Assistencia á Infancia” no Rio de Janeiro. **Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirugia** (RJ), 1905, p. 369.

⁵⁹⁰ SOUZA, Felipe Galiza Pereira de. **Evidência Irrefutável: racismo e controle do trabalho na atuação da Legião Brasileira de Assistência (1945-1965)**. Dissertação, UnB, 2022, p. 35; FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. *op cit.* p. 207.

⁵⁹¹ GURGEL, Nascimento. Assistência à Infância. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1903, p. 2.

⁵⁹² SEABRA, Alberto. Instituto de proteção e de assistência à infância. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 mai. 1903, p. 2.

Em São Paulo, a explosão demográfica e o processo de urbanização acelerado e desordenado na virada do século XX agravaram profundamente as condições sanitárias da capital, convertendo a mortalidade infantil em um dos principais fantasmas sociais que assombravam o estado, ao lado de enfermidades como a tuberculose e febre tifoide⁵⁹³. Os alarmantes índices de óbito entre crianças de 0 a 5 anos de idade tornaram-se motivo de crescente inquietação pública, trazendo para o debate as condições insalubres de moradia, a má qualidade da alimentação, o abastecimento irregular e insatisfatório de água potável, a precariedade do sistema de esgoto sanitário e a presença constante de lixo acumulado nas vias públicas⁵⁹⁴. Era tamanha a gravidade do quadro que, em determinados períodos, a capital paulista chegou a apresentar taxas de mortalidade infantil superiores às do Rio de Janeiro, até então considerada a cidade mais insalubre da República⁵⁹⁵.

De acordo com pesquisas e dados estatísticos, a principal causa de morte entre os menores de um ano eram as doenças gastrointestinais, como a diarreia e as enterites, associadas ao consumo de água contaminada e leite não esterilizado⁵⁹⁶. Segundo o levantamento estatístico realizado pela historiadora Maria Alice Rosa Ribeiro, entre os anos de 1909 e 1920, os óbitos infantis representaram um terço do total de falecimentos registrados na cidade de São Paulo. Dados da Diretoria do Serviço Sanitário de 1892 já apontavam essa tendência: dos 4.841 óbitos ocorridos naquele ano, 1.488 correspondiam a crianças de 0 a 12 meses, o que representava 30,73% do total. Em 1893, esse índice elevou-se ligeiramente, alcançando 31,58%, evidenciando a persistência e gravidade do problema⁵⁹⁷.

Sem problematizar as questões estruturais e desigualdade hierárquicas na sociedade e a incipiência da medicina, o médico Bittencourt Rodrigues atribuíu as elevadas taxas de mortalidade infantil à falta de instrução das mães quanto aos princípios da higiene na lactação. Segundo ele, cerca de sessenta por cento ignoravam a importância de aspectos fundamentais como alimentação, pesagem, banho, sono e vestimentas para o adequado desenvolvimento das crianças. Diante disso, preceituava o uso da imprensa pela comunidade médica como instrumento privilegiado de vulgarização da higiene infantil e

⁵⁹³ MOTA, André. **Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 12. RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...*, p. 127.

⁵⁹⁴ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...* p. 127.

⁵⁹⁵ *Ibidem*, p. XI. MATTOSO, Queirós. Puericultura: Gota de leite da Policlínica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 1905, p. 2.

⁵⁹⁶ MOTA, André. *op. cit.*, p. 130; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *op. cit.*, p. 127.

⁵⁹⁷ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *op. cit.*, p. 138-139.

de aproximação com a população, uma vez que em jogo “nada mais, nada menos que a matéria-prima de uma nacionalidade em via de formação”⁵⁹⁸.

Por seu turno, o médico Cursino de Moura atribuía o elevado número de óbitos de parturientes à falta “absoluta de higiene e à abstenção completa das comezinhas regras de assepsia e da antissepsia”. No entanto, rapidamente convertia a crítica técnica em uma tese racista, responsabilizando as comadres, a quem qualificava como “rústicas e ignorante”, pois em sua opinião, levavam “o germe da infecção”. Assim, impregnava seu argumento de preconceitos de raça e gênero: “Ora, vemos com assombro uma pobre ignorante parturiente entregar-se, por assim dizer, de corpo e alma às mãos imperitas de uma *mulher* qualquer do povo, dessas que se inculcam de parteiras, mas que nada sabem de obstetrícia e nunca ouviram falar de higiene”⁵⁹⁹.

Nesse cenário, a saúde pública e a assistência passaram a figurar entre as prioridades da agenda governamental. Mott, Francisco, Alves, Maestrini e Silva contam que, nas últimas décadas do século XIX,

Foram implantados serviços de combate às epidemias, produção de medicamentos, prestação de assistência e socorros, internação e isolamento de portadores de algumas doenças em hospitais especialmente criados para tal fim. Foram adotadas novas práticas de saneamento (água e esgoto), além de criados serviços de controle do exercício profissional, contenção das práticas não oficiais de cura e fiscalização de amas de leite. Foi realizada também uma *ampla divulgação da importância dos cuidados com a saúde da população para o desenvolvimento da nação*. Além do Estado, a iniciativa privada movimentou-se no sentido de criar serviços de saúde, alguns organizados, como sociedades com fins lucrativos (limitadas e anônimas), e outros sem fins lucrativos (sociedades civis) [...].⁶⁰⁰

Por isso, era prática corrente que o leitor se deparasse com artigos científicos voltados às temáticas do sanitarismo e higienismo, especialmente no que se referia aos cuidados materno-infantis sob a ótica da eugenia. Nesse mesmo espírito, era também comum a divulgação de iniciativas filantrópicas voltadas à promoção da saúde pública, como a criação de novas associações civis, a exemplo da Liga Profilática Sanitária e Moral, fundada com o propósito de combater, profilática e terapeuticamente, a sífilis e outras doenças venéreas do estado⁶⁰¹.

⁵⁹⁸ RODRIGUES, Bittencourt. Medicina e Médicos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 14 out. 1901, p. 1.

⁵⁹⁹ MOURA, Cursino. A higiene da parturiente. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 jan. 1903, p. 2.

⁶⁰⁰ MOTT, M. L., FRANCISCO, H. S., ALVES, O. S. F., MAESTRINI, K., SILVA, D. C. A. Assistência à Saúde, Filantropia e Gênero: as Sociedades Cívicas na cidade de São Paulo (1893-1929). In: MOTT, M. L., SANGLARD, G. (org.). **História da Saúde em São Paulo: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)**. Barueri, SP: Minha editora, 2011. p. 96-97 – grifos nossos.

⁶⁰¹ Liga Profilática Sanitária e Moral. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 jan. 1905, p. 2.

Um dos desdobramentos dessa mobilização foi a criação, em 1905, da associação filantrópica Gota de Leite, vinculada à Policlínica de São Paulo. Fundada em 1897 pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, a Policlínica tinha como missão oferecer atendimento médico à população pobre e, mesmo antes da criação de uma faculdade de medicina no estado, promover o aperfeiçoamento das ciências médicas. Diferentemente do modelo hospitalar tradicional em que o paciente se deslocava até o médico e à farmácia, a proposta da Policlínica consistia em levar o atendimento médico e os medicamentos até o doente. Inicialmente, a manutenção da instituição dependia exclusivamente das contribuições particulares de seus membros. Com o tempo, passou a contar com o significativo apoio financeiro de Carlos Botelho, um de seus fundadores, além de receber subvenções do Estado e da prefeitura da capital paulista⁶⁰².

Inspirada em modelo homônimo francês⁶⁰³, a Gota de Leite foi uma iniciativa liderada pelos médicos Sérgio Meira, Queirós Mattoso e Rubião Meira⁶⁰⁴, que buscavam enfrentar diretamente os fatores associados à morte precoce de crianças, concentrando seus esforços sobretudo nos fatores associados à má alimentação e à ausência do aleitamento materno. A instituição combinava ações assistenciais e educativas, distribuía leite esterilizado e insumos de forma gratuita e a preços acessíveis⁶⁰⁵, promovia atendimentos médicos voltados a lactentes e funcionava como uma “*verdadeira escola*

⁶⁰² Relatório do encontro: Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno XIII, n. 6, 31 março 1910. p. 116; MOTT, M. L., FRANCISCO, H. S., ALVES, O. S. F., MAESTRINI, K., SILVA, D. C. A. *op. cit.* p.109.

⁶⁰³ A primeira Gota de Leite foi fundada em 1894, na cidade de Fécamp, França, pelo médico Dufour, com o objetivo de combater a mortalidade infantil nos primeiros anos de vida. A instituição acolhia indistintamente todas as crianças que não podiam ser amamentadas de forma natural, fornecendo-lhes leite de vaca esterilizado e orientações higiênicas, entre as quais a promoção do aleitamento materno ocupava posição de destaque. Cf.: SCHUTEL, Haroldo Fomm. As Gota de Leite. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno X, n. 14, 31 junho 1907. p. 287; MATTOSO, Queirós. Puericultura: Gota de Leite da Policlínica. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 fev. 1905, p. 2. É digno de nota que, embora Moncorvo Filho tenha fundado a primeira Gota de Leite no Brasil em 1901, na cidade do Rio de Janeiro, nenhum dos textos produzidos pelos médicos diretores da Gota de Leite de São Paulo faz menção a essa iniciativa ou ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) como modelo de inspiração.

⁶⁰⁴ Gota de Leite da Policlínica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 fev. 1905, p. 2.

⁶⁰⁵ MATTOSO, Queirós. Gota de Leite da Policlínica. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno IX, n. 3, 15 fev. 1906. p. 52; e MATTOSO, Queirós. A Gota de Leite em S. Paulo. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno X, n. 22, 30 novembro 1907. p. 467

de mães”⁶⁰⁶, na qual se ministravam palestras e preleções destinadas a instruir as mulheres pobres sobre práticas de higiene, nutrição infantil e os cuidados essenciais nos primeiros anos de vida⁶⁰⁷. As crianças assistidas pela Gota de Leite eram submetidas a um regime de fiscalização domiciliar, realizada por agentes designados pela própria instituição, os quais verificavam periodicamente as condições de saúde da criança e a situação socioeconômica da família beneficiada. Para auxiliar na manutenção dos custos operacionais, estabelecia-se uma contribuição mensal de caráter simbólico, ajustada à capacidade financeira das famílias atendidas. Os valores variavam desde cinco mil réis por mês até quarenta e dois mil réis, ou, alternativamente, duzentos réis por cada frasco de leite esterilizado fornecido⁶⁰⁸.

Tendo como diretores superiores os médicos Sérgio Meira (então diretor da Policlínica), Queirós Mattoso (diretor do serviço de crianças da Policlínica) e Rubião Meira como adjunto, a Gota de Leite tinha por objetivo:

[...] propagar, estimular e dirigir o aleitamento natural; fornecer leite esterilizado gratuitamente, e dirigir o seu uso, nos casos de aleitamento misto ou artificial, verificada a sua necessidade e estado de pobreza das mães; fazer conferências semanais sobre higiene dos lactantes e pesagem por onde se verifique o progresso obtido pela criança; consultas diárias para as crianças inscritas na Gota de leite, bem como para as que se apresentarem sem essa formalidade, reconhecida a sua pobreza. [...] A Gota de leite não dará medicamentos, mas nos casos de indicação médica, fornecerá a coalhada desnatada (babeurre) e preparada, o caldo de legumes, etc., etc.⁶⁰⁹

Presente na cobertura da imprensa⁶¹⁰, a associação conquistou espaço de destaque nas colunas das primeiras páginas do *OESP* ao longo dos anos. Mesmo antes de sua inauguração oficial, o dr. Queirós Mattoso, juntamente com outros defensores da causa, utilizou-se do jornal como plataforma para sensibilizar a opinião pública quanto à gravidade dos problemas sociais enfrentados pela capital, em particular a alarmante mortalidade infantil. Em 16 de dezembro de 1904, Mattoso, escreveu uma carta⁶¹¹ em que expressava sua preocupação com os elevados índices de óbito entre crianças em São Paulo

⁶⁰⁶ MATTOSO, Queirós. As Gotas de Leite. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno VIII, n. 4, 28 fev. 1905. Pp. 74.

⁶⁰⁷ MATTOSO, Q. A Gota de Leite em S. Paulo. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno X, n. 22, 30 novembro 1907. p. 469.

⁶⁰⁸ MATTOSO, Queirós. Gota de Leite da Policlínica. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno IX, n. 3, 15 fev. 1906. p. 52; e MATTOSO, Queirós. A Gota de Leite em S. Paulo. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno X, n. 22, 30 novembro 1907. p. 467

⁶⁰⁹ MATTOSO, Queirós. As Gotas de Leite, 1905. p. 74.

⁶¹⁰ Além dos registros no *OESP* e na *Revista Medica de S. Paulo*, também encontramos textos de divulgação da Gota de Leite no *Correio Paulistano*, no *Diario de Santos*, e em *O Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*.

⁶¹¹ Gota de leite. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 dez. 1904, p. 3

e anunciava a fundação iminente da Gota de Leite, prevista para o mês de janeiro seguinte. Fruto de esforços médico-científicos, a iniciativa inscrevia-se no escopo do pensamento higienista que identificava as causas da “anormal mortalidade infantil” não em fatores naturais, como o clima, mas em condições sociais como a “ignorância, negligência e pobreza”. Esses elementos, segundo Mattoso, não apenas eram identificáveis, como também passíveis de neutralização por meio da intervenção racional. O médico ressaltava duas iniciativas públicas que considerava fundamentais e mutuamente complementares: a recente regulamentação do serviço de amas de leite, promulgada em 1904, e a ampliação do atendimento infantil na Policlínica, com ênfase na criação da Gota de Leite – responsável por oferecer orientação técnica sobre amamentação e alimentação artificial, atuando diretamente no combate aos “vícios da alimentação infantil”, apontados como os principais vetores da mortalidade entre as crianças. Assim sendo,

A “Gota de leite” fornecerá leite esterilizado quando verificar a impossibilidade dos pais em adquirir leite para seus filhos e de as mães poderem amamentá-los; fará preleções ao alcance do povo sobre o modo de alimentar as crianças e os cuidados higiênicos; fará a pesagem semanal dos seus clientes, instituindo prêmios de estimulação para as mães que apresentarem os seus filhos em melhores condições.⁶¹²

Na sequência, em 22 de dezembro, o médico Alberto Seabra, afirmava que São Paulo começava, enfim, “a despertar desse sono criminoso”, no qual a infância era relegava a segundo plano e praticamente ausentes das pautas políticas. Em sintonia com as reflexões de Mattoso, Seabra, no artigo intitulado *A educação das mães e a mortalidade das crianças*, apontava como marcos significativos no enfrentamento da mortalidade infantil justamente as mesmas iniciativas defendidas por Mattoso: a regulamentação do serviço de amas de leite e a futura inauguração da Gota de Leite.

O primeiro, de caráter oficial, atinge pela rama o flagelo da mortalidade infantil; estende a sua proteção exclusivamente sobre o filho do remediado ou do rico, os únicos que possam ter amas de leite. Nem por isso deixa de ser incontestavelmente útil e necessária. O segundo, de iniciativa privada, passa pelos trâmites de uma gestação laboriosa e fecunda da gloriosa Policlínica de São Paulo. O seu raio de ação social é muito longo. Poderá abranger os 9/10 da população, que é a porcentagem da ignorância e da pobreza.⁶¹³

A recorrente ênfase, nos discursos médicos, sobre o aleitamento – fosse ele materno, artificial, misto ou mercenário⁶¹⁴ – evidencia a centralidade do tema na agenda

⁶¹² Gota de leite. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 dez. 1904, p. 3. Grifo nosso.

⁶¹³ SEABRA, Alberto. *A educação das mães e a mortalidade das crianças*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 dez. 1904, p. 1.

⁶¹⁴ O aleitamento materno (ou natural) correspondia à amamentação realizada pela própria mãe biológica, considerada ideal pelos discursos médicos da época. O aleitamento artificial consistia na substituição do leite humano por leite de origem animal, como o de vaca, cabra, ovelha ou jumenta, ou por produtos industrializados, a exemplo da Farinha Láctea. Já o aleitamento misto combinava diferentes formas de

cientificista e revela, ao mesmo tempo, a distância entre o ideal normativo e as práticas efetivamente adotadas pelas mulheres da época. A repetição insistente das campanhas em favor da amamentação sugere que o aleitamento materno ainda não era um hábito consolidado entre as mães, o que levava médicos e instituições a reforçarem continuamente seus discursos normativos. Em nossa leitura, essa insistência revela não apenas a persistência do uso de amas de leite, mas também os limites da eficácia das campanhas educativas e a complexidade dos arranjos familiares e sociais envolvidos na alimentação infantil. E mais, que a campanha pelo aleitamento materno, que nos dias de hoje está relacionada à saúde dos bebês e a questões de afetividade, naqueles anos significava uma campanha eugênica contra as amas de leite, estando dessa forma recoberta de significados sociais racializados, sendo, portanto, um dos sentidos do racismo naquele tempo.

Em uma sociedade que ainda usufruía do aleitamento mercenário, encontramos anúncios de amas de leite até 1934. É verdade que eles se tornaram mais esparsos e passaram a apresentar uma dinâmica distinta; ainda assim, persistiram por mais três décadas⁶¹⁵. Em 1905, *OESP* noticiou a promulgação de um novo regulamento para o serviço de inspeção de amas de leite, instituído pelo então secretário do Interior e Justiça, Cardoso de Almeida. Segundo a nota, caberia ao Serviço Sanitário, por meio de um gabinete de inspeção, fiscalizar as candidatas ao ofício, levando em consideração aspectos como seus antecedentes e os de sua família, cor, tipo de cabelo, dentição, número de filhos, conformação dos seios, quantidade e qualidade do leite. No entanto, conforme observa Ribeiro, foi somente em 1906 que o serviço de fiscalização de amas de leite pareceu operar de verdade. Os inspetores do Serviço Sanitário passaram a realizar inspeções em amas de leite e a atender lactentes filhos de indigentes. As nutrizes eram, em sua maioria, mulheres imigrantes que se inscreviam como amas com o objetivo de complementar o orçamento doméstico. Nesse mesmo ano, o Serviço Sanitário examinou 105 candidatas ao registro oficial, das quais 44 eram italianas, 30 portuguesas, 14 espanholas, 13 brasileiras, uma alemã, uma austríaca e uma grega. Durante as inspeções,

alimentação, articulando o leite materno com o artificial ou com o fornecido por amas de leite. Por fim, o aleitamento mercenário referia-se à amamentação realizada por nutrizes, isto é, mulheres contratadas especificamente para esse fim, mediante remuneração. KOUTSOUKOS, Sandra S. M. **No estúdio do fotógrafo**. Representação e auto-representação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX (Vol. I). Tese doutorado. Campinas, 2006. p. 142-145.

⁶¹⁵ Ama de leite. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 abr. 1934, p. 9.

os médicos classificavam-nas em três categorias: “boas, sofríveis e más”⁶¹⁶. Apesar dessas iniciativas, Ribeiro afirma que foi apenas em 1911 que o serviço de fiscalização passou a adquirir maior relevância e visibilidade junto à sociedade.

Inaugurada em 15 de fevereiro de 1905, a Gota de Leite de São Paulo passou a marcar presença regular nas páginas de *OESP*. Fosse por meio de artigos informativos, listas de crianças atendidas, anúncios de doações, convites para as pesagens públicas realizadas aos domingos ou simples notas na seção *Notícias Diversas*, a instituição aparecia recorrentemente no periódico sob o título *Gota de Leite*. Essa visibilidade constante sugere o esforço dos dirigentes em projetar publicamente a atuação da entidade e legitimar sua importância diante da opinião pública. É relevante destacar que, cerca de seis meses após sua inauguração, foi fundada, em articulação com os diretores médicos da Policlínica, a Sociedade Feminina de Puericultura⁶¹⁷. Integrada por senhoras da elite paulistana, a diretoria da recém-criada associação era composta por Anna de Queirós Telles Tibiriçá (presidente), Anna de Lacerda Penteado (vice-presidente), Cornélia Prado de Mendonça (primeira secretária) e Jessy Amaral de Souza Queirós (tesoureira). Até agosto de 1905, outras 39 mulheres estavam inscritas como protetoras da instituição, revelando a mobilização de setores das elites femininas em torno da causa puericultura⁶¹⁸.

Analisando as notas e notícias da Gota de Leite observamos uma distinção significativa entre os espaços e as formas de visibilidade ocupados por médicos e mulheres na divulgação da instituição. As notas informativas, geralmente anônimas, eram publicadas na página 2 ou 3, na seção *Notícias Diversas*, enquanto os artigos de caráter técnico e científico, majoritariamente assinados por Queirós Mattoso, ocupavam lugar variável entre a primeira e a segunda página do periódico. Tal diferenciação nos leva a refletir sobre a distribuição de funções e formas de autoridade entre os atores envolvidos: ao médico parece ter cabido o papel de porta-voz público e legitimador científico da instituição, enquanto às mulheres da Sociedade Feminina de Puericultura foram, ao menos aparentemente, atribuídas funções mais administrativas e de bastidores. Ainda que os dados sejam limitados e as fontes, parciais, é plausível supor que essas notas anônimas possam ter sido, em parte, redigidas por mulheres engajadas no cotidiano da instituição,

⁶¹⁶ RIBEIRO, Maria Alice R. **História sem fim...** p. 135-137. Conferir também: GIL, Caroline A. **Precisa-se ou aluga-se**, p. 16-17.

⁶¹⁷ Gota de Leite da Policlínica de S. Paulo, **Revista Médica de S. Paulo**. Anno VIII, n. 16, 31 de ago. 1905. p. 359-360. Ama de leite. *OESP*, SP, 21 jul. 1905, p. 2.

⁶¹⁸ Gota de leite. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1905, p. 2. Gota de Leite, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 1905, p. 2.

ainda que sem o mesmo reconhecimento autoral. Essa assimetria nos convida a problematizar os regimes de visibilidade e autoridade que marcaram as relações de gênero no interior dos periódicos e das práticas de filantropia médica da época, especialmente, em um contexto em que o papel da mulher era continuamente colocado em disputa por meio debates sobre família, maternidade e nação.

Diferentemente da caridade tradicional, ancorada em preceitos religiosos e voltada à salvação espiritual, a filantropia reivindicava para si um caráter laico, racional e preventivo, orientado pela medicina, pela estatística e pela pedagogia higiênica e eugênica⁶¹⁹. No entanto, tais distinções não se apresentavam de forma estanque. No interior da Gota de Leite, observava-se uma mescla entre ciência e moral cristã⁶²⁰, assistência técnica e sensibilidade caritativa, especialmente no engajamento das associações femininas que orbitavam a instituição. O diretor Queirós Mattoso, por exemplo, mobilizava as leitoras ilustres do periódico para atuarem na associação, argumentando que os serviços prestados e os sacrifícios exigidos seriam “largamente compensados pelas bênçãos dos céus, pelas lágrimas de agradecimento das mães protegidas e pelos inocentes sorrisos de gratidão das criancinhas beneficiadas”⁶²¹. Contudo, como bem aponta Sandra Cavallo, a filantropia funcionava como um verdadeiro “amálgama da sociedade”, menos motivada pela figura do pobre doente em si do que pelas disputas simbólicas travadas no interior das elites pela legitimação social e pelo prestígio público⁶²². Nesse sentido, a filantropia constituía também uma forma de performar classe, na qual o capital investido pelos doadores e doadoras retornava sob a forma de reconhecimento social, influência e autoridade política e moral.

Travestida de beneficência, as associações assistenciais da virada do século XIX para o XX tinham como horizonte “tornar as pessoas produtivas e autossuficientes, bem como favorecer a formação e a pesquisa na área da saúde e propor medidas sanitárias

⁶¹⁹ GIL, Caroline A. *op. cit.*, p. 2-3. SANGLARD, Gisele Porto. **Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas** - Rio de Janeiro, 1920-1940. Tese Doutorado em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2005. p. 29.

⁶²⁰ Em novembro de 1905, A Gota de Leite foi uma das instituições beneficiadas por uma série de conferências realizadas no Salão Steinway, cuja renda era destinada a entidades de cunho filantrópico e religioso. Em uma dessas ocasiões, o orador Garcia Redondo proferiu uma conferência intitulada *Mulher: fisiologia, higiene e psicologia*, na qual combinava referências à Bíblia e ao reino animal para tratar das “funções naturais” do sexo feminino. Cf.: Gota de Leite, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 1905, p. 3.

⁶²¹ MATTOSO, Queirós. Puericultura: Gota de Leite da Policlínica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 1905, p. 2.

⁶²² CAVALLO, Sandra. *apud* GIL, Caroline Amorim. *op. cit.* p. 3.

junto ao poder público”⁶²³. Embora estivessem voltadas para a promoção de avanços científicos, essas instituições desempenhavam, sobretudo, uma função disciplinadora, impondo, segundo Felipe Galiza P. de Souza, “obrigações a ações cotidianas que supostamente assegurariam o desenvolvimento físico e mental da criança”⁶²⁴, como a amamentação e preparação da mamadeira. No âmbito da Gota de Leite, essa pedagogia da infância se articulava à puericultura, cuja ênfase recaía especificamente na educação das mulheres das classes populares, especialmente as operárias, que não dispunham de tempo, recursos ou condições para amamentar seus filhos. Por isso, é preciso observar de forma crítica a partir da forma como as mulheres eram designadas ao papel de reprodutoras, e interditadas na sua função materno, sob a justificativa de interesses nacionais acima de sua autonomia reprodutiva.

Assim, sob uma cartilha higienista e eugenista, a Gota de Leite era um dispositivo não apenas de normatização das práticas maternas, mas também de culpabilização moral e estigmatização social das mulheres pobres, sobre as quais se projetava a responsabilidade pelo suposto fracasso em alcançar os padrões ideais de cuidado materno e da infância saudável. Ao desconsiderar as condições concretas de vida dessas mulheres, marcadas por jornadas exaustivas de trabalho, pobreza, violências estruturais e ausência de suporte social, esse modelo assistencial estabelecia um campo de intervenção que mascarava o controle como cuidado. Consolidava-se, assim, uma nova forma de assistencialismo que, amparada por discursos científicos e moralizantes, tomava para si o direito de intervir diretamente na criação dos filhos das classes subalternizadas, legitimando a transferência da autoridade materna para instituições que, sob o pretexto de proteger a infância, reafirmavam hierarquias de classe e raça no cerne das relações sociais.

Não por acaso, o médico Queirós Mattoso reiterava a vocação da instituição como uma “escola de mães”, que, além de promover o aleitamento materno e artificial, instruía as mães com a distribuição de guias e folhetos com conselhos de higiene infantil em

⁶²³ MOTT, M. L., et al. *Assistência à Saúde, Filantropia e Gênero*, p. 105.

⁶²⁴ O historiador Felipe Galiza P. de Souza analisa a atuação da Liga Brasileira de Assistência (LBA) entre as décadas de 1940 e 1960, a partir de seus projetos assistenciais voltados à saúde materno-infantil. Essas iniciativas, em diversos aspectos, dialogam com os ideais das antigas Gotas de Leite, revelando continuidades na lógica do cuidado estatal voltado aos pobres e, especialmente, à população negra. Nesse sentido, acreditamos ser possível afirmar que a LBA se configurou, ao menos em parte, como herdeira das práticas e dos discursos assistenciais estruturados por essas instituições no início do século XX, contribuindo para a consolidação de um modelo de assistência atravessado por critérios morais, raciais e de controle social. SOUZA, Felipe G. P. de. *op. cit.*, p. 38.

linguagem acessível⁶²⁵. Na missão de angariar recursos e ampliar a visibilidade da Gota, esse médico empenhou-se em realizar convites públicos e institucionais, especialmente durante os primeiros anos de funcionamento da instituição, conforme o noticiado em março de 1905:

A convite do sr. Queirós Mattoso, compareceram à Policlínica, às 8 horas da manhã do dia 12, diversos médicos e pessoas da imprensa, afim de assistirem a distribuição da *gota de leite* e a pesagem das crianças. Esta pesada realiza-se todos os domingos, além de uma outra que é feita mensalmente. Elas têm por fim acompanhar o desenvolvimento das crianças, tomando-se as precauções exigidas quando porventura o peso estaciona ou retrograda, o que é indício certo de moléstia.⁶²⁶

Mattoso utilizava tanto a imprensa leiga quanto a especializada para divulgar as atividades da Gota, especialmente as sessões de pesagem infantil e distribuição de leite, que eram anunciadas como eventos públicos. Nessas ocasiões, registrava-se não apenas a presença de figuras ilustres, como também o incentivo à participação das mulheres da elite paulistana⁶²⁷. Convocadas a comparecer semanalmente à pesagem e avaliação das crianças assistidas, essas mulheres ocupavam um lugar privilegiado em um ritual que, sob nossa leitura crítica, assumia contornos de um verdadeiro espetáculo eugênico⁶²⁸.

Ali, majoritariamente mulheres brancas e abastadas observavam e julgavam o desenvolvimento físico de crianças pobres, bem como a conduta e as estratégias de cuidado de suas mães, submetidas a um sistema de vigilância materializado na forma de recompensa, em que prêmios eram concedidos às que melhor se adequassem aos padrões estabelecidos⁶²⁹. Essa dinâmica, aparentemente isenta de interesses e benevolente, integrava práticas que vinham sendo forjadas desde a abolição da escravidão. De acordo com Camillia Cowling, a mobilização do sofrimento das mães negras por parte dos abolicionistas foi crucial para engajar mulheres da elite nas campanhas pela liberdade, conferindo à caridade um estatuto de intervenção moral e politicamente legítima⁶³⁰. Ao projetarem seus papéis de esposas, mães e filhas para a esfera pública por meio de

⁶²⁵ Gota de Leite em S. Paulo. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno X, n. 14, 31 junho 1907. p. 292

⁶²⁶ Gota de Leite, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 mar. 1905, p. 2.

⁶²⁷ Gota de Leite, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1905, p. 2.

⁶²⁸ Não encontramos nenhuma imagem das pesagens da Gota de Leite de São Paulo, mas, a título de curiosidade, inserimos nos anexos duas imagens do acervo do médico Moncorvo sobre as pesagens e avaliações das crianças no IPAI.

⁶²⁹ De acordo com a notícia de 15 de maio de 1905, “as senhoras presentes distribuíram pequenos prêmios de estimulação às mães das crianças que apresentam melhor aproveitamento”. No entanto, as fontes consultadas não especificam a natureza desses prêmios, nem os pré-requisitos para concorrer às premiações. Cf.: Gota de leite. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 mai. 1905, p. 2; Gota de Leite, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1905, p. 2.

⁶³⁰ COWLING, C. Concebendo a liberdade... p. 190.

associações filantrópicas e práticas de assistência, essas senhoras elaboraram para si a identidade de “guardiãs morais”⁶³¹ da nação. A atuação na Gota de Leite não se apartava dessa lógica: atualizava e refinava uma tradição de caridade de outrora. Sob o verniz científico da puericultura, esse assistencialismo reafirmava a autoridade das elites brancas sobre os corpos, os saberes e os destinos das populações pobres e negras. Tratava-se, portanto, de um modelo de cuidado que, ao se apresentar como neutro e técnico, consolidava práticas de controle social profundamente enraizadas na ordem escravista. Com isso, erigia-se uma fronteira simbólica e social intransponível diante das mulheres pobres e negras, cujas práticas familiares e experiências cotidianas, dissociadas do ideal normativo, eram sistematicamente desqualificadas, patologizadas e relegadas à condição de subalternidade.

Figura 13: Fotografia de trinta crianças assistidas pelo Dispensário Moncorvo, em 1906⁶³²



⁶³¹ *Ibidem*, p. 195.

⁶³² Moncorvo Filho, A. *Sinite Parvulos Venire ad me!* Arquivos de Assistência à Infância, março a junho de 1907, ano V, n. 3, 4, 5 e 6. In: Arquivos de Assistência à Infância do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do RJ, RJ, Imprensa Nacional, 1907, p. 12.

Figura 14 – Pesagem semanal de bebês e crianças no Dispensário Moncorvo, RJ, 1907⁶³³.



Assim, após um mês de funcionamento, a seção *Notícias Diversas* noticiou resultados considerados “satisfatórios”, destacando que, das 11 crianças submetidas à pesagem, 9 haviam apresentado ganho de peso, enquanto apenas 2 registraram redução.⁶³⁴ Ao final do primeiro ano de atividade, a Gota de Leite registrou 106 crianças atendidas por meio do aleitamento artificial ou misto⁶³⁵. Desse total, 12 receberam alta, 27 foram retiradas do tratamento por motivos diversos – como mudança de domicílio, restabelecimento do aleitamento materno ou razões não especificadas –, e 24 foram a óbito. Apesar do expressivo número de falecimentos, esse balanço geral foi interpretado por Queirós Mattoso como positivo:

⁶³³ Moncorvo Filho, A. *Sinite Parvulos Venire ad me!* Arquivos de Assistencia à Infância, março a junho de 1907, ano V, n. 3, 4, 5 e 6. In: Arquivos de Assistencia à Infância do Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia do RJ, RJ, Imprensa Nacional, 1907, p. 14.

⁶³⁴ Gota de Leite, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 1905, p. 2

⁶³⁵ Optamos por manter no corpo do texto os dados presentes no artigo publicado por Mattoso na *Revista Medica de S. Paulo*, em fevereiro, por conter informações mais detalhadas e minuciosas. Contudo, julgamos relevante mencionar que, em agosto do mesmo ano, *O Estado de S. Paulo* noticiou que 176 crianças haviam sido assistidas pela Gota de Leite. Acreditamos que a discrepância entre os números pode estar relacionada ao intervalo de tempo decorrido entre as duas publicações. Cf.: Gota de Leite de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 1906, p. 2.

Como se verifica o coeficiente de mortalidade foi de 22,6 – e comparado com o da mortalidade das crianças da mesma idade e em igual tempo em S. Paulo, é muito favorável à GOTA DE LEITE, pois a mortalidade geral tem sido em média, em S. Paulo de 50%. Agora si estudarmos a mortalidade pelas gastroenterites, se verifica que na GOTA DE LEITE ela foi de 4% ao passo que a mortalidade por essa moléstia tem sido em média de 33% na cidade.⁶³⁶

O médico publicou artigos publicitários sobre a Gota de Leite reiteradas vezes ao longo dos anos 1905, 1906 e 1907. Até o final de 1907, é possível encontrar seus textos na *Revista Medica de S. Paulo*, muitos dos quais apresentavam conteúdo repetido, apresentando apenas uma reciclagem de argumentos e correção de dados. Essa insistente campanha pode ser interpretada como parte de uma estratégia para reforçar a legitimidade da Gota de Leite, especialmente diante da aparente baixa adesão e das desconfianças que marcaram seus primeiros anos de funcionamento. Artigos assinados por Mattoso, Alberto Seabra e Haroldo Schutel procuravam esclarecer que o objetivo da instituição não era desencorajar o aleitamento materno em favor da alimentação artificial. Tais justificativas nos permitem inferir a existência de certa resistência, tanto por parte das mães quanto de setores da comunidade médica, quanto à adoção do modelo proposto pela Gota⁶³⁷.

Três meses após sua inauguração, o médico Seabra afirmava que entre as “instituições capazes de reduzir a mortalidade infantil”, era “a Gota de Leite uma das mais simpáticas e ao mesmo tempo uma das que têm sido atacada com mais severidade pela crítica científica destes últimos tempos”⁶³⁸. Segundo ele, as críticas dirigidas à instituição – que apontavam para o risco de as Gotas contribuírem para o abandono do aleitamento materno, chegando mesmo a afirmar que poderiam “fazer secar o peito de certas mães” – eram infundadas.

O médico Haroldo F. Schutel também rejeitava as críticas dirigidas à Gota de Leite. Reconhecia que, eventualmente, algumas mães “menos zelosas pela saúde de seus filhos” poderiam recorrer à instituição mesmo tendo condições de amamentar, apenas com o intuito de se eximir desse trabalho. No entanto, segundo ele, a fiscalização rigorosa e a supervisão atenta dos médicos seriam suficientes para impedir esse tipo de

⁶³⁶ MATTOSO, Queirós. Gota de Leite da Policlínica. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno IX, n. 3, 15 fev. 1906, p. 54-55.

⁶³⁷ Apesar dos recursos limitados da instituição, outro fator que provavelmente restringia o alcance da assistência prestada pela Gota de Leite era sua localização geográfica. Sediada em área central da cidade, na Travessa da Sé, n. 15, a instituição acabava por dificultar o acesso cotidiano de mulheres residentes em bairros periféricos e operários, como a Barra Funda, o Brás e a Mooca. Para essas mães, o deslocamento diário para a retirada dos vidrinhos de leite esterilizado exigia tempo e recursos muitas vezes inacessíveis, comprometendo, assim, o acesso e regularidade do atendimento.

⁶³⁸ Seabra, Alberto. Gota de Leite. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 mai. 1905, p. 2.

comportamento⁶³⁹. Desse modo, ainda em 1907, Queirós Mattoso seguia defendendo a atuação e necessidade da Gota:

*A Gota de Leite, reconhecendo que a alimentação artificial é um mal, e que o seu papel é apenas de corrigir, dentro do possível, as funestas consequências dessa dura contingência, só aceita a matrícula de crianças para o recebimento de leite, quando fica bem prova a insuficiência ou falta absoluta de leite materno, além das condições de pobreza. Portanto, a Gota de Leite não estimula a alimentação artificial, ao contrário ela preconiza o alimento natural, na falta desse, o misto, e só em último caso aceita o artificial.*⁶⁴⁰

Queirós Mattoso não parece ter medido esforços para promover a Gota de Leite, mobilizando a imprensa como instrumento de divulgação e prestígio institucional. Simultaneamente, demonstrava compreender que a forma mais eficaz de assegurar legitimidade e reconhecimento público à associação residia na visita presencial ao espaço, estratégia que permitia à comunidade médica e à sociedade letrada testemunhar, *in loco*, a materialidade e a relevância de suas práticas assistenciais. Por essa razão, empenhou-se em convocar membros da comunidade médica a conhecer de perto suas instalações. Em setembro de 1907, por exemplo, o renomado pediatra Dr. Moncorvo foi convidado a visitar a unidade paulista da instituição. Segundo noticiou O Estado de S. Paulo, o médico teceu elogios contundentes à organização e ao funcionamento da Gota, considerando-a equiparável às mais bem estruturadas iniciativas congêneres, tanto no Brasil quanto no exterior. Exaltou as senhoras da diretoria da instituição, conclamando-as à continuidade e expansão daquela que qualificou como uma 'santa, nobre e humanitária cruzada em prol da infância paulistana'. Ao retirar-se, registrou a seguinte mensagem no livro de visitantes:

Acabo de ter o supremo jubilo de visitar a Policlínica de S. Paulo e a sua magnífica Gota de Leite. Se outros motivos não houvessem que me entusiassem na minha passagem por esta adiantada capital, só esta instalação, só o encanto deste ambiente em que se confunde a ciência com a filantropia, num ardor digno de encômios, seria suficiente para que eu me sentisse sumamente satisfeito.⁶⁴¹

Cerca de uma semana depois, os membros do Congresso Médico, ao término da nona sessão ordinária, também foram convocados a realizaram uma visita institucional à Policlínica, à Gota de Leite e aos dispensários Cláudio de Souza e Clemente Ferreira. Todavia, de acordo com a cobertura de OESP, foi a Gota de Leite que mais despertou o

⁶³⁹ SCHUTEL, Haroldo Fomm. *op. cit.*, p. 289.

⁶⁴⁰ Gota de Leite em S. Paulo. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno X, n. 14, 31 junho 1907. p. 290. Grifos do original. Embora o artigo não esteja assinado, a recorrência de trechos idênticos a textos anteriores, bem como a manutenção do mesmo estilo discursivo, nos permite inferir que sua autoria seja de Queirós Mattoso.

⁶⁴¹ Gota de leite. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 set. 1907, p. 3.

interesse dos congressistas, suscitando, como destacado, “os mais francos elogios dos visitantes”.⁶⁴²

Com a morte de Mattoso, em 1910, as menções à Gota de Leite na imprensa tornam-se esparsas, reduzidas ao formato de breves notas. Não conseguimos afirmar com certeza se essa diminuição decorre de uma possível assimilação da instituição pela sociedade ou se reflete a ausência da atuação pública e articulada de seu principal idealizador. O fato é que, após 1928, não se encontram mais registros jornalísticos sobre a Gota. Dada a escassez de pesquisas específicas sobre essa instituição e a ausência de documentação que indique com precisão a data de encerramento das atividades da Gota de Leite paulistana, não foi possível determinar quando seu funcionamento foi definitivamente interrompido.

Todavia, em sua brevidade, conseguimos mensurar como os novos significados atribuídos à liberdade no pós-abolição se entrelaçaram com a consolidação de um ideal de mãe higiênica e, de certa forma, eugenizada, que, para além de medidas estatais, articulou-se em torno de iniciativas filantrópicas protagonizadas por mulheres da elite e incentivadas por setores médios e altos da sociedade. Nesse contexto, a maternidade, o cuidado com a infância e a saúde pública foram ressignificados como instrumentos de modernização nacional, deslocando-se do âmbito estritamente privado para ocupar um lugar estratégico na construção de uma nação civilizada e produtiva. Como a historiografia tem demonstrado, a assistência à saúde, ainda desprovida de uma política pública consolidada, foi inicialmente mobilizada por interesses que mesclavam caridade, ciência e projeto civilizatório, em que a morte infantil passava a ser uma tragédia pessoal e nacional⁶⁴³. Assim, o cuidado com a infância, antes circunscrito ao espaço doméstico, tornou-se também uma plataforma de visibilidade e atuação política para as mulheres da elite, que, ao institucionalizar práticas de maternagem e higiene, contribuíram para a formação de subjetividades femininas moldadas pelo discurso médico e moral do período.

⁶⁴² Congresso Médico. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 set. 1907, p. 1.

⁶⁴³ TELAROLLI JR. Rodolpho. Imigração e Epidemias no Estado de São Paulo. **Manguinhos**, Vol. III (2), jul.-out., 1996, p. 273; FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. *op. cit.*, p. 20.

CAPÍTULO 4 – MATERNIDADE NO PÓS-ABOLIÇÃO: UM ALVO EM MOVIMENTO

A mulher é a primeira educadora, mas ela só pode transmitir a instrução que recebeu, e se recebeu ideias falsas, transmite-as ao filho. (E. Deschanel)

A nossa época é ávida de instrução e de progresso. Reconheceu-se que a ciência é a verdadeira redentora do gênero humano. [...] Esse movimento salutar estendeu-se até ao sexo feminino, ao qual se abriram carreiras, ofícios e ocupações, inteiramente fechados às gerações muito próximas de nós. Mas é doloroso dizer, a civilização contemporânea nada tem feito para dissipar a mais perniciosa das ignorâncias femininas. A mulher moderna, até mesmo a mulher instruída, a que exerce certos ofícios que reclamam diploma, como a professora, a dentista, etc., desconhecem por completo o que poderíamos chamar a sua profissão natural – a maternidade.⁶⁴⁴

Com o propósito de persuadir leitores e leitoras de que o verdadeiro ofício da mulher estava sob perigo, Alberto Seabra (1872-1934)⁶⁴⁵ utilizou as páginas do *Estado de S. Paulo* como um veículo de disseminação dos seus ideais científicos. Argumentava que, “para a arte de criar filhos”, não bastava ternura, instinto ou devotamento, era preciso, mais do que nunca, recorrer às “regras áridas e secas da higiene infantil”. Para tanto, o autor estabelecia uma dicotomia entre “crendice” e ciência, deslegitimando as práticas tradicionais de cuidado materno-infantil ao relegá-las ao campo da ignorância e superstição religiosa. Ao defender a cientificação da maternidade, o médico não apenas imputava às mulheres a responsabilidade pela elevada mortalidade infantil, como também as exaltava como as únicas agentes capazes de reverter o quadro sombrio pelo qual atravessava a sociedade. Seabra acreditava que apenas as mulheres devidamente instruídas pelos médicos estariam habilitadas a desempenhar o papel de redentoras da nação. Por isso, dirigia severas críticas à educação feminina vigente, a qual, segundo ele, limitava-se ao ensino de “coisas inúteis”, em detrimento de uma formação pautada nos preceitos da higiene, da ciência e da racionalidade médica.

Diferentemente de alguns de seus colegas de cátedra, que viam nas ondas migratórias um instrumento de melhoramento racial, Seabra manifestava explícita preocupação ao observar que os imigrantes apresentavam taxas de natalidade superiores e índices de mortalidade inferiores aos da população nacional⁶⁴⁶. Advertia, com veemência, sobre o risco de um “abismo” demográfico

⁶⁴⁴ SEABRA, Alberto. A educação das mães e a mortalidade das crianças. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo: 22 dez. 1904, p. 1.

⁶⁴⁵ Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, Alberto Seabra defendeu, em 1894, a tese intitulada *Memória e a Personalidade*, na qual tratou de questões relativas à inteligência e à psiquiatria. Atuou profissionalmente em instituições de destaque, como o Hospital do Juqueri e a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Além disso, participou da fundação do Instituto Pasteur, da Universidade de São Paulo e da Academia Paulista de Letras. Cf.: Publicações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo: 1 mar. 1895, p. 1. Alberto Seabra. Biografia – Alberto Seabra. *Academia de Medicina de São Paulo*: São Paulo. Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/membros-academicos/alberto-seabra/> Acesso em nov. 2025.

⁶⁴⁶ SEABRA, Alberto. A educação das mães e a mortalidade das crianças. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo: 22 dez. 1904, p. 1.

caso não houvesse uma intervenção direta sobre o problema social da mortalidade infantil no país. Assim, para estimular o crescimento vegetativo da população e evitar gerações de "moços fracos, débeis, raquíticos"⁶⁴⁷, o médico passou a defender a valorização da entidade família por meio de uma série de medidas institucionais. Entre elas, destacavam-se o combate ao alcoolismo, o controle de doenças venéreas e a promoção da puericultura, expressa, por exemplo, na regulamentação da amamentação mercenária e a criação das Gotas de Leite⁶⁴⁸.

Embora concepções hierarquizadas e racializadas sobre ser mulher e o exercício da maternidade já estivessem em disputa desde as décadas finais do século XIX, é no contexto imediatamente posterior à abolição que tais argumentos ganharam novas camadas de sentido, tendo ocorrido reelaboraões estratégicas sobre o tema. A consagração formal da liberdade enquanto direito universal passou a impor a necessidade – sobretudo para as elites intelectuais, políticas e médicas – de reordenar a sociedade sem romper com as estruturas profundas de dominação. Nesse contexto, configurava-se um paradoxo no qual a modernização da ordem social era imperativa, desde que não promovesse rupturas efetivas nas relações de poder. Nesse jogo sutil de continuidade e dissimulação, Wlamyra Albuquerque aponta para a cristalização de antigas hierarquias sob novas roupagens, agora ancoradas em discursos cientificistas que naturalizavam desigualdades por meio de critérios raciais e biológicos⁶⁴⁹.

Nesse cenário, a maternidade e os direitos reprodutivos femininos foram mobilizados como ferramentas poderosas de comoção pública, de investimento simbólico e biopolítico no futuro da nação. Ao ser elevada à condição de missão patriótica, ela articulava afetos e imperativos morais à necessidade de regeneração racial e fortalecimento demográfico do país, deslocando para as mulheres, em especial as mães brancas das classes médias e altas, a responsabilidade por um projeto nacional de saúde, ordem e progresso. Como pontua Cowling, as “antigas preocupações, marcadas pela categoria de gênero e que se ocupavam da moralidade, da vida familiar e da ‘saúde’ de uma nação sob influência da escravidão” foram, então, deslocadas e ressignificadas, passando a alimentar “novas preocupações em torno do controle social no pós-emancipação”⁶⁵⁰. Nesse

⁶⁴⁷ *Idem*.

⁶⁴⁸ Durante cinco anos ininterruptos (1901-1905), Alberto Seabra dedicou-se a publicar artigos no *Estado de S. Paulo* abordando temas relacionados ao higienismo e à eugenia. Embora não utilizasse explicitamente o termo “eugenia” em suas reflexões, recorria com frequência a conceitos, categorias e pressupostos característicos desse pensamento. Por essa razão, é possível considerá-lo um médico eugenista.

⁶⁴⁹ ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 33 e 38. RIBEIRO, Jonatas R., GONÇALVES, Wellington C. Esculpindo “trabalhadoras respeitáveis”: mulheres negras e pobres e a educação escolar no pós-abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 17, p. 1-25, 2025. p. 9

⁶⁵⁰ COWLING, C. **Concebendo a liberdade**, p. 211.

processo, a mulher branca foi alçada da posição de guardiã da moral para a de guardiã da raça, convertendo-se em agente ativa/passiva⁶⁵¹ na promoção de um ideal civilizatório⁶⁵².

Era comum se deparar na imprensa da época com artigos de opinião assinados por intelectuais empolvorosos com os desdobramentos da liberdade negra e incomodados com as transformações em curso⁶⁵³. Muitos deles maldiziam a sorte da população negra, atribuindo à emancipação os males que ameaçavam a ordem e a estabilidade do país⁶⁵⁴. Nada de novo no reino da bruzundanga. Nas décadas finais do século XIX, sobravam avaliação negativas sobre o fim da escravidão. Previsões cataclísmicas sobre a ruína econômica do país sustentadas pelo argumento que, em liberdade, as pessoas negras não iriam trabalhar, até preocupações morais que informaram a ideia e medidas repressivas em relação à população negra e africana, sobre a qual uma suspeição generalizada foi produzida, marcaram o processo de desmonte do escravismo. A avaliação de um futuro nada promissor, de uma previsão aterradora estaria sendo confirmada pelos médicos do começo do século XX, que adicionavam a camada da higiene ao debate para confirmar as previsões sobre o futuro que já se tornara presente

Para o literato e jornalista Coelho Neto (1864-1934), duas causas explicavam aquele cenário desastroso: a incompetência administrativa do Estado que agia com excesso de “boas intenções”, e a incapacidade de autogestão da população negra após anos de subjugação⁶⁵⁵. Comungando do ideário eugênico, o literato lamentava o destino dos emancipados, ao mesmo tempo em que reforçava as hierarquias raciais vigentes, projetando um país moderno capaz de expurgar de seu passado recente as heranças portuguesa e africana⁶⁵⁶.

Sob o pseudônimo de Anselmo Ribas, Coelho Neto, em 1902, escreveu n’*O Estado de S. Paulo* a crônica “Boas Intenções...”. Publicada em formato de folhetim, ela contava a história de

⁶⁵¹ Adiante veremos como essa agência era limitada e submetida aos preceitos da ordem médica patriarcal.

⁶⁵² KLINE, Wendy. **Building a better race: gender, sexuality, and eugenics from the turn of the century to the baby boom**. Berkeley, Los Angeles, Longon: University of California Press, 2001, p. 1-7. CARULA, Karoline. Maternidade e trabalho na escravidão, p. 3.

⁶⁵³ Em visita à cidade de Taubaté, em 1894, o então diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering, registrou entre suas anotações sobre história natural uma observação reveladora dos preconceitos de então. Dizia que a cidade oferecia uma “impressão curiosa da luta entre a indolência usual do caboclo e a energia patriótica de cidadãos ilustrados que para a sua cidade pátria querem obter, que ela seja alcançada pela onda da civilização”. IHERING, Herman Von. Taubaté: notas de viagem do dr. H. Von Ihering digno diretor do museu paulista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 12 jun. 1894, p. 1.

⁶⁵⁴ Conferir obra clássica sobre o tema: AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

⁶⁵⁵ Segundo Engel, Coelho Neto foi um dos escritores mais lidos de sua época. Ele escreveu “romances e contos, tendo tido também intensa participação em diversas revistas e jornais que circularam na capital republicana e em outras cidades brasileiras, onde se destacou como cronista”. Apesar de abolicionista e colaborador da *Gazeta da Tarde*, de José de Patrocínio, propagou discursos conservadores ratificando as desigualdades sociais e raciais, como os preceitos eugênicos. ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais e a liga de defesa nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933). **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2012. p. 12, 29.

⁶⁵⁶ *Ibidem*, p. 19.

dois amigos (o narrador e um fazendeiro rico) que encontram Simeão, um ex-escravizado – agora velho, doente, faminto e coberto de farrapos – vagando pelas estradas perto de um cafezal. O diálogo revela que Simeão, outrora forte e trabalhador da terra, agora vivia “à toa”, com uma úlcera na perna, recusando-se a ir para a “Misericórdia”, preferindo a liberdade do mato, mesmo que isso significasse morrer de fome. Por isso, o narrador concluía:

– É uma raça que se extingue.
Meu amigo, a liberdade foi para os negros uma verdadeira sentença de morte. Eles viviam constrangidos, sonhando com essa vida de independência e folga e, no dia em que se lhes disse que eram livres, nem tiveram um olhar para a terra em que haviam trabalhado, para as casetas em que haviam morado, precipitaram-se desabaladamente e desapareceram – muitos nem as roupas levaram, como se elas fossem um estigma, deixaram-nas na relva, corando ou estendidas nas cordas das senzalas.⁶⁵⁷

O narrador apontava para a degradação biológica e moral dos libertos e libertas como uma consequência inevitável de uma liberdade que eles “não sabiam usar”, repetindo uma vez mais a já velha cantilena de que as pessoas escravizadas não estavam preparadas para a liberdade. Assim, enquanto os homens abandonavam as fazendas e a dignidade do trabalho, “apodrecendo na miséria e no vício”, as mulheres

entregavam-se ‘como animais’ à prostituição: não por sensualismo nem porque o instinto da maternidade apregoadado por Schopenhauer as conduza ao conúbio, quem as roja na folhagem, quem as prostitui é a fome e desde que a gravidez se manifesta as desgraçadas não se comovem com os sinais da fecundação, não é o filho que as alvoroça mas o leite que lhe já de encher os peitos, o leite desejado que lhes dará entrada em casas fartas onde, durante meses, tenham abundância e tranquilidade.⁶⁵⁸

Nesse encadeamento narrativo, as mulheres libertas eram significadas como figuras dependentes dos filhos, que, desde a tenra idade, sustentavam suas mães e ainda precisavam dividir “a ração que Deus lhe destinou com o outro” bebê. Ribas reforçava esse estigma ao sugerir que, para as mulheres negras, a maternidade e o trabalho de ama de leite não eram expressões de cuidado ou afeto, mas sim um “meio de vida” fácil, frio e calculado. Em sua leitura, essas mulheres instrumentalizavam a maternidade como estratégia para ter acesso a um lar confortável e à alimentação farta às custas das famílias brancas contratantes que, interessada em ver seu filho forte, se rendiam aos caprichos das negras.

Permeada por estereótipos raciais e morais, a visão que o narrador constrói sobre as mulheres libertas e negras livres tinha como objetivo reduzir à nulidade seu papel maternal. Essa operação simbólica produziu um rebaixamento sistemático da mulher negra, compreendida como inferior, instintiva e próxima da animalidade, incapaz de exercer uma maternidade moralmente elevada. Em contrapartida, ainda que de forma indireta, a mulher branca emergia como parâmetro

⁶⁵⁷ RIBAS, Anselmo. Boas intenções... **O Estado de S. Paulo**, São Paulo: 6 fev. 1902, p. 1.

⁶⁵⁸ *Idem*.

normativo da maternidade ideal, afetuosa, altruísta e civilizada – algo recorrente nos textos e artigos do período.

Nesse cenário, racismo e sexismo operavam mutuamente e de forma interconectada como dispositivos de objetificação das mulheres negras. A socióloga Patricia Hill Collins conceituou esse exercício de continuada exclusão como *imagens de controle*, isto é, como mecanismos de poder utilizados pela cultura hegemônica para justificar, normalizar e oprimir as mulheres negras⁶⁵⁹. Essas imagens, criadas com o propósito de afirmar, e reificar, a condição de inferioridade e submissão das mulheres negras, promoviam o esvaziamento de sua condição de mãe legítima, transformando a maternidade negra em um território movediço, marcado por controle, suspeição e desapropriação.

De modo geral, Collins identifica quatro principais *imagens de controle* que operam na construção e manutenção da subordinação das mulheres negras: a *mammy*, a matriarca negra, a dependente do Estado e a jezebel⁶⁶⁰. Interessa-nos aqui, em especial, as imagens da *mammy* e da matriarca negra, ambas forjadas desde o século XIX a partir de uma lógica profundamente paradoxal. Enquanto a primeira é definida como “serviçal fiel e obediente”⁶⁶¹, figura dócil e devotada que ama, alimenta e cuida dos filhos das famílias brancas; a segunda é retratada como uma mãe negligente, agressiva e disfuncional, incapaz de exercer a maternidade de forma adequada, conduzindo seus filhos à marginalidade e ao fracasso⁶⁶². Essa irônica contradição escancara a perversidade da lógica exploratória dos grupos hegemônicos que manipulavam, a seu bel-prazer, as narrativas mais convenientes. Assim, enquanto o cuidado ofertado pelas mulheres negras era amplamente utilizado em benefício das famílias brancas, sua capacidade de exercer esse mesmo cuidado no seio de sua família era sistematicamente negada e deslegitimada.

Transpostas à realidade brasileira do pós-abolição, as *imagens de controle* nos oferecem uma chave analítica poderosa para compreender como a maternidade se tornou um campo de disputa na imprensa. Ao consolidarem uma nova gramática científica-racial que opunha a imagem da mãe negra à da mãe branca, os jornais atuaram como espaços de convergência entre saberes médicos, valores morais e experiências cotidianas, operando como arenas públicas em que discursos cientificistas eram traduzidos, tensionados e disseminados. Nessa esfera ambígua e difusa, distintas concepções sobre o ser mulher e o ser mãe se imbricavam, por vezes em disputa,

⁶⁵⁹ COLLINS, Patricia Hill. Imagens de controle e opressão das mulheres negras. In: COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. p. 155.

⁶⁶⁰ Embora essas categorias tenham sido originalmente formuladas a partir da realidade norte-americana, acreditamos que elas podem ser produtivamente comparadas com o contexto brasileiro, dadas as profundas semelhanças estruturais entre as formações sociais de Estados Unidos e Brasil.

⁶⁶¹ *Ibidem*, p. 155.

⁶⁶² *Ibidem*, p. 161.

oscilando entre o conflito e a complementaridade, o que evidenciava as disputas e a pluralidade de sentidos atribuídos à maternidade.

Vozes do lar: ecos ressoantes nas folhas impressas

Diferentemente de alguns periódicos, *O Estado de S. Paulo* não contava com uma seção dedicada exclusivamente às mulheres ou à ciência. As notícias de cunho feminino, científico e médico eram distribuídas de forma dispersa, e estavam submetidas aos critérios editoriais e interesses conjunturais, podendo aparecer tanto na primeira quanto na segunda ou terceira página. Iniciativas como a “Seção Científica”, publicada esporadicamente na década de 1880, e as colunas “Vozes do lar” (1888) e “Um pouco de ciência” (1897), não chegaram a se consolidar no periódico. Ainda assim, sensível às modernidades de seu tempo, *O Estado* enxergava nos debates científicos uma oportunidade de alinhar-se ao crescente prestígio da ciência, incorporando-os às suas páginas como parte da moda científicista em voga e, assim, projetar-se como um periódico moderno e conquistar novos leitores⁶⁶³.

Essa aparente falta estrutural se justifica não pelo desinteresse editorial, mas pela amplitude temática do periódico e, sobretudo, pela proeminência que os embates políticos assumiam em sua linha editorial. Como principal porta-voz das ideias republicanas da província, o *Estado* atuava, desde a década de 1880, em franca oposição ao regime monárquico, o que o colocava na linha de frente da cobertura dos acontecimentos políticos e econômicos da época⁶⁶⁴. Acreditamos que esse cenário de tensão e instabilidade exigia uma estrutura editorial flexível, pouco afeita à rigidez de seções temáticas fixas. Por essa razão, era comum que a primeira página fosse ocupada majoritariamente por textos dedicados às disputas políticas, oscilações econômicas do café, seções parlamentares e discussões sobre projetos de lei.

A presença de conteúdos alheios a essa agenda na primeira página sinalizava sua relevância conjuntural ou o engajamento do jornal com a causa. Via de regra, matérias de menor

⁶⁶³ Carula empreendeu um levantamento extenso e minucioso das Conferências Populares da Glória e dos cursos públicos do Museu Nacional do Rio de Janeiro entre 1870 e 1889. De acordo com a autora, a imprensa foi decisiva para transformar esses encontros científicos em uma verdadeira “conferenciomania”. Ao descrever o conteúdo debatido e ao destacar a presença da elite na plateia, os jornais validavam esses eventos como espaços de distinção social, onde comparecer tornava-se sinônimo de ser civilizado e moderno. CARULA, K. **Darwinismo, Raça e Gênero**, p. 7, 32, 33.

⁶⁶⁴ Nos primeiros anos de funcionamento, o periódico preferiu adotar uma postura de neutralidade política, declarando-se imparcial e com um “campo livre aos debates”. No entanto, ao longo da década de 1880, passou a posicionar-se de forma cada vez mais explícita em favor do republicanismo, assumindo uma postura crítica e combativa em relação ao regime imperial. Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 89. PILAGALLO, O. **História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p. 45. **A Província de S. Paulo**, São Paulo: 4 jan. 1875, p. 1.

urgência eram deslocadas para as seções internas (segunda ou terceira páginas). Contudo, as edições de domingo constituíam uma exceção notável, com a primeira página tradicionalmente reservada a conteúdos literários, como poemas, contos e crônicas. Ainda assim, essa organização não era rígida, permitindo a inserção de outros conteúdos de última hora (conferir figura 14).

Em meio à intensa cobertura política, o *OESP* salpicava artigos, notas e propagandas que entrelaçavam ciência e feminilidade. Escritos majoritariamente sob uma ótica masculina, esses textos reafirmavam papéis normativos tradicionais das mulheres. Uma possível quebra desse padrão ocorreu uma única vez com a coluna dominical “Vozes do lar”, cuja nota de divulgação atribuía a autoria a uma pena feminina.

Vozes do lar – Com este título começamos hoje a publicar uma série de artigos com que nos promete honrar uma ilustrada senhora, residente nesta capital. Subordinando a tal epígrafe os seus escritos, a nossa distinta colaboradora tratará todos os domingos de um assunto qualquer, dentre os muitos que interessam particularmente às senhoras. [...] Parece-nos que esta nova seção de nossa folha vai ser muito apreciada pelas senhoras.⁶⁶⁵

Apesar do entusiasmo inicial, a seção⁶⁶⁶ teve vida breve, computando apenas três edições publicadas e nenhuma justificativa do seu encerramento⁶⁶⁷. No número inaugural de janeiro, a “ilustrada escritora” traçou os propósitos da coluna, dirigindo-se diretamente às leitoras donas de casa. Afirmava que seu objetivo central era estabelecer um diálogo com as mulheres de família, sem a pretensão de expor “grandes concepções de filósofo” ou recorrer a qualquer afetação estilística. Propunha-se, antes, a escrever com a “singeleza de quem fala a verdade como a compreende”, delineando a coluna como um espaço de compartilhamento de leituras e impressões do cotidiano da mulher paulista.

Ao pé da máquina de costura, à cabeceira da mesa de jantar, ao balançar da larga e cômoda cadeira, no recostar incômodo em esguio sofalete, o cérebro da mulher paulista impressiona-se com uma lição de H. Spencer, de Paulo Janet, de Luiza d’Alq, de Garret e Eugène Hippean.⁶⁶⁸

⁶⁶⁵ Vozes do lar. **A Província de S. Paulo**, São Paulo: 15 jan. 1888, p. 2.

⁶⁶⁶ Embora a notícia a classifique como seção, na prática, “Vozes do Lar” funcionava como uma coluna: possuía periodicidade regular, localização fixa e autoria definida. Por essa razão, optamos por referir-nos a ela como coluna ao longo deste texto.

⁶⁶⁷ As únicas edições de “Vozes do Lar” ocorreram nos dias 15 e 22 de janeiro, e 5 de fevereiro de 1888.

⁶⁶⁸ Vozes do lar. **A Província de S. Paulo**, São Paulo: 15 jan. 1888, p. 1.

Figura 15: Primeira página da edição dominical de 15 de janeiro de 1888⁶⁶⁹

ANNO XIV
PARA A CAPITAL
Anno . . . 1888
Semana . . . 1.^a
Número . . . 3600
Toda a pagagem
devidor
Número anal do dia 60
mto-estudo 900 reis

N. 3.839
PARA FORA
Anno . . . 1888
Semana . . . 1.^a
Número . . . 3600
Toda a pagagem
devidor
Número anal do dia 60
mto-estudo 900 reis

A Província

Domingo, 15 de Janeiro de 1888

A PROVISÃO DE SÃO PAULO

REPOSIÇÃO NA INSTRUÇÃO

Para os estudos de 1.º e 2.º de Abril de 1887 que reformam a instrução pública no Estado.

Para os estudos de 1.º e 2.º de Abril de 1887 que reformam a instrução pública no Estado.

Para os estudos de 1.º e 2.º de Abril de 1887 que reformam a instrução pública no Estado.

A FELICIDADE

(De M. M. M. M.)

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

VOZES DO LAR

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

MUNICÍPIOS PAULISTAS

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

PROVÍNCIAS

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

ACTOS OFFICIAES

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

NOTÍCIAS GERAES

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

NOTÍCIAS GERAES

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

NOTÍCIAS GERAES

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

NOTÍCIAS GERAES

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

NOTÍCIAS GERAES

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

NOTÍCIAS GERAES

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

Seja bem a felicidade, que é o bem da alma, e não a felicidade do corpo, que é o bem da vida.

obra foi traduzida e adaptada no Brasil em guias domésticos, como o *Noções da Vida Doméstica*, de Félix Ferreira, publicado em fascículo no periódico *A Mãe de Família*⁶⁷⁰.

Em diversos momentos do texto, a colaboradora parece pedir desculpas por escrever e ocupar um espaço de visibilidade. Sua presença ali soava quase como um equívoco, e ela mesma parecia empenhar-se em minimizar sua autoridade, recolhendo-se a uma posição de modéstia quase programática. Ao justificar o nome da coluna, a autora ratificava o lar como seu espaço natural. Para tanto, valia-se de uma linguagem ancorada no universo doméstico, declarando que tudo o que escrevia partia “de casa para casa, da obscuridade e da modéstia”, como se precisasse reafirmar constantemente que não transgredia os limites do que era socialmente aceitável para uma mulher em público. Por meio dessa retórica de modéstia, a autora buscava desarmar possíveis críticas e delimitar seu público-alvo⁶⁷¹.

Com as desculpas feitas, nas edições de 22 de janeiro e 05 de fevereiro, a autora apresenta uma defesa vigorosa da esfera privada, articulando seu argumento por meio da metáfora da “varanda paulista”⁶⁷² como um bastião de tradição em meio às transformações da modernidade. Filha da elite agrária e criada, como afirmava, “na verdadeira varanda paulista”, a colunista contrapõe esse espaço ao universo público representado pela “vida dos salões”, composto por festas, saraus e aparições sociais. Enquanto os salões figuravam como territórios de fadiga, superficialidade e julgamento social constante, a varanda – representação do lar – emerge como lugar de introspecção e fortalecimento moral. Longe de enxergar o privado como clausura, a autora reivindica para ele um valor formativo: era na “solidão do lar” que a mulher poderia cultivar a inteligência, preservar a saúde e contribuir para o engrandecimento da família. Rejeitando a sociabilidade mundana, propõe uma ética doméstica que, embora conservadora, carregava nuances de agência e crítica social, sugerindo que o recuo ao espaço privado não seria sinônimo de submissão, mas uma forma estratégica de resistência às imposições do mundo exterior. Para a escritora,

A mulher que passa grande parte do tempo fora de casa habitua-se às exterioridades: seu espírito se afeiçoa aos galanteios, às amabilidades, às frases frívolas que raras vezes traduzem um cumprimento sincero e leal; formam-se então para as senhoras um ambiente moral enervante, produto de excitações cerebrais doentias e tendo por causa o mau cultivo das faculdades afetivas e intelectuais.⁶⁷³

Assim, o excesso de exposição à vida fora da “varanda” configurava um “erro de educação”, um desvio no processo de formação feminina, tornando a mulher vulnerável às críticas

⁶⁷⁰ ARNONE, Marianne Farah. **As Belas Artes Traduzidas**: imagem, imprensa e a formação da cultura visual no Rio de Janeiro, século XIX. 2022. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022, p. 196.

⁶⁷¹ Vozes do lar. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 15 jan. 1888, p. 1.

⁶⁷² Vozes do lar. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 22 jan. 1888, p. 1.

⁶⁷³ Vozes do lar. **A Província de S. Paulo**, São Paulo: 5 fev. 1888, p. 1.

públicas e comprometendo, por extensão, a estabilidade da família tradicional burguesa. Não sem razão, a “distinta colaboradora” sentenciava: “Para a família antes a mulher mais respeitada que muito iluminada”. Sem mais notícias da coluna “Vozes do lar”, passamos a questionar a verdadeira voz por detrás do papel. Ora, era comum que os jornais e revistas femininas fossem compostos majoritariamente por homens e que, na “falta” de uma voz feminina, os próprios redatores falassem por elas, tomando-lhes a pena e assinando pseudônimos femininos⁶⁷⁴.

Poucos eram os periódicos como *A Família: jornal litterario dedicado a educação da mãe de família*, produzido e dirigido por uma mulher⁶⁷⁵. Lançado na capital paulista em novembro de 1888, pela professora pernambucana Josephina Alvares de Azevedo⁶⁷⁶, o jornal destacou-se, segundo Duarte, “pelo tom combativo em prol da emancipação [feminina], por questionar a tutela masculina e ainda por testemunhar momentos decisivos da luta das mulheres brasileiras por seus direitos”⁶⁷⁷. Em seu número inaugural, Josephina confrontava as teorias científicas dominantes, que buscavam negar à mulher agência e autonomia intelectual, reafirmando a igualdade cognitivas entre os sexos.

Até hoje têm os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza, funções especiais, como eles, pela mesma razão, as tem. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado. Somos vítimas de um erro, se outra coisa menos decente não é que nos traça um plano inferior nos destinos das nações.⁶⁷⁸

Na sequência, a redatora-chefe denunciava a escravidão das mulheres sob a autoridade patriarcal como a “mais bárbara” de todas, pois, segundo ela, “não há nem nunca houve para nós termo de reabilitação”. Sem tencionar gênero e raça, questionava os limites impostos à liberdade feminina no acesso à instrução – entendida como elemento essencial tanto para o exercício consciente da maternidade quanto para a gestão eficiente do lar. Ao mesmo tempo, desafiava a

⁶⁷⁴ CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/2016, p. 262. SILVEIRA, Daniela M. da. O trabalho feminino no espaço doméstico: gênero e classe no *Jornal das Famílias*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 689-706, jul./dez. 2015, p. 692. Duarte diz que “Antes que a autoria feminina protagonizasse os próprios periódicos, alguns homens da imprensa, atentos às novidades e às mudanças de costumes, se apressaram em oferecer jornais destinados às leitoras”. DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX – Dicionário Ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 20.

⁶⁷⁵ Para saber mais sobre os periódicos femininos e feministas, conferir: DUARTE, Constância Lima. *Op. Cit.*; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em Tempo de Império*. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012; MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revistas: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

⁶⁷⁶ Josephina Álvares de Azevedo, irmã do poeta Álvares de Azevedo, foi também autora da peça teatral *O Voto Feminino*, encenada em São Paulo em 1878. MARTINS, Ana L. *Imprensa em Tempo de Império*, p. 70.

⁶⁷⁷ DUARTE, Constância Lima. *op. cit.*, p. 313.

⁶⁷⁸ AZEVEDO, Josephina Alvares de. **A Família**, São Paulo, ano I, n. 1, 18 nov. 1888, p. 1.

naturalização da maternidade como identidade essencial e universal das mulheres, ao afirmar com contundência que: “Nós não somos mães todos os dias e, às vezes, não o somos nunca”⁶⁷⁹.

Na edição de 08 de dezembro de 1888, *A Família* reuniu na seção “Como nos tratam” alguns comentários de outros periódicos sobre o seu lançamento. Dentre eles, destacava-se o d’*APSP*, que, ao contrário dos demais colegas da imprensa, ofereceu um comentário mais elaborado, demonstrando ter lido atentamente o exemplar recebido⁶⁸⁰. Apesar da apreciação ser elogiosa, continha uma ressalva pontual:

Permita-nos, porém, que humildemente lhe digamos que a mulher para ser venerada, glorificada e sobretudo santificada, não deve competir com o homem na direção do estado e em muitas coisas mais, como V. Exc. sustenta e quer. É de justiça dizer-se que a revista está escrita com brilhantismo.⁶⁸¹

A discordância expressa pelo jornalista de *APSP* quanto à simetria entre os sexos, proposta por Josephina, deixa transparecer os preconceitos de gênero enraizados na equipe editorial do periódico. Nesse sentido, ainda que com certa ponderação, acreditamos ser possível afirmar que autoria de “Vozes do lar” era, de fato, feminina. A forma comedida da apresentação da autora, o uso do anonimato, e, principalmente, a curta duração da coluna reforçam essa hipótese, pois, acreditamos que se tivesse sido escrita por um redator de *O Estado de S. Paulo*, o discurso, bem como o desfecho teriam sido outros. Caso tivesse sido escrita por um homem, é bastante provável que a coluna teria seguido seu curso, articulando livremente argumentos afinados com o evolucionismo ou com outras teorias em voga no período. Acrescente-se a isso o fato de que o jornalismo passava pela transformação de pequena para grande empresa. Isso significa que, as publicações periódicas eram criadas para serem vendidas e gerar lucros⁶⁸². Nesse sentido, é plausível imaginar que a recepção do público à nova colaboradora não tenha sido positiva. Isso não necessariamente por conta do conteúdo da coluna, que abordava temas em destaque e de ampla circulação no jornal, mas possivelmente pelo incômodo causado pela presença fixa de uma mulher nesse espaço opinativo. Tal cenário pode ter contribuído para o encerramento precoce da coluna – seja por decisão editorial, ou por escolha da própria autora, talvez desgastada com as resistências e constrangimentos enfrentados num pequeno espaço de tempo.

Seja como for, o incômodo gerado pela aparição pública de mulheres, sobretudo brancas e pertencentes aos segmentos médios e altos, era um tema que já tinha estampado às páginas de *OESP*. Em 1885, França Júnior, em tom jocoso, dizia que a organização do lar doméstico já não

⁶⁷⁹ *Ibidem*, p. 2.

⁶⁸⁰ DUARTE, Constância Lima. *op. cit.*, p. 315.

⁶⁸¹ Província de S. Paulo. “A Família”. *A Família*, São Paulo, ano I, n. 2, 5 dez. 1888, p. 8.

⁶⁸² MARTINS, A. L. *Revistas em revista*, p. 21-22.

era mais a mesma e que as relações patriarcais, “para a felicidade das leitoras”, se estabeleciam de outras maneiras. Em “A dona de casa”, o autor observava que

A mulher de hoje vive ao ar livre com as flores.
Pensa, sente e locomove-se em plena liberdade.
A filosofia da história, com ar grave e sisudo, dar-nos-á que esse fenômeno social tem por causa a luz do cristianismo, que cada vez mais se irradia, alargando o perímetro de suas conquistas incruentas.
Eu, que não sou filósofo historiador, direi no tom em que tenho por costume dizer as coisas, que o tal fenômeno provém, não da epopeia do Golgotha, mas pura e simplesmente *do bonde e do armarinho*.⁶⁸³

França Júnior tecia comentários irônicos e nostálgicos sobre as transformações do papel da mulher da elite urbana, especialmente no que dizia respeito à sua presença no espaço doméstico e público. Contrastando o passado – em que as mulheres, cercadas de criadas negras, exerciam uma autoridade severa dentro do lar – com o presente, observava, com certo desdém disfarçado de humor, que a dona de casa já não se dedicava ao governo doméstico com o mesmo zelo. Agora, ao invés de mandar a criada imigrante buscar suas fitas, rendas e linhas no armarinho, a senhora levantava-se tarde, “convenientemente vestida e pronta para embarcar no primeiro bonde e ir fazer as suas comissões”⁶⁸⁴, acompanhada das filhas.

Dias depois, o jornalista e dramaturgo retomava o prumo, só que dessa vez, sob o título “O dono de casa”⁶⁸⁵. Aqui, mantém o tom sarcástico para enfatizar aquilo que concebia como a essência feminina: o exercício pleno da autoridade no espaço doméstico. Para isso, compara o lar a um pequeno Estado onde a mulher reina com poder absoluto, até “cem vezes mais que um rei constitucional”. Essa soberania doméstica é descrita como incontestável, uma vez que ali não há imprensa crítica, oposição política ou denúncia de abusos. No entanto, essa autonomia deve ser cuidadosamente delimitada e bem dividida com o “dono da casa”. Enquanto a mulher deve ser a governante “de portas à dentro”, o homem deve deter-se ao mundo exterior, “fora de portas”. França Júnior satiriza o homem que tenta interferir na administração da casa, criticando sua postura como presunçosa e desnecessária, reforçando, assim, uma divisão sexual do trabalho rigidamente binária e hierarquizada.

Cientes das transformações em curso, França Júnior, Josephina Álvares de Azevedo e a autora de “Vozes do lar” ofereciam, cada um a seu modo, interpretações singulares sobre o que poderia ser visto, por alguns, como um excesso de liberdade feminina e, por outros, como um direito a ser conquistado. Fato é que, em um cenário de intenso crescimento, a capital paulista experimentava um processo acelerado de urbanização que não se limitava às mudanças estruturais e arquitetônicas da cidade, mas também afetava profundamente as relações das mulheres ricas na

⁶⁸³ FRANÇA JÚNIOR. A dona de casa. **A Província de S. Paulo**. ano XI, n. 2.948, 18 jan. 1885, p. 1. Grifos nossos.

⁶⁸⁴ *Idem*.

⁶⁸⁵ FRANÇA JÚNIOR. O dono de casa. **A Província de S. Paulo**. 6 fev. 1885, p. 1.

esfera pública. Assim, a crescente circulação feminina nos espaços urbanos tensionava os códigos morais da época e contrariava as prescrições jurídicas que consideravam impróprio que uma mulher honesta saísse desacompanhada. Rachel Soihet ressalta que, ainda que “as mulheres mais ricas fossem estimuladas a frequentar as ruas em determinadas ocasiões, nos teatros, casas de chá, ou mesmo passeando nas novas avenidas”⁶⁸⁶, essa presença deveria ser mediada por normas de decoro e vigilância, exigindo, por exemplo, que estivessem sempre acompanhadas.

Aquelas que desafiavam tais expectativas encarnavam a figura inquietante da “nova mulher”, cuja autonomia despertava uma espécie de pânico moral, visto que ela podia agora recusar o matrimônio, reivindicar o controle sobre sua sexualidade e transitar para além dos limites simbólicos e materiais do lar, desestabilizando as fronteiras entre o público e o privado e ameaçando os alicerces da ordem patriarcal em reconfiguração. Essa ansiedade patriarcal refletia transformações mais amplas na vida urbana, marcadas pela crescente diluição das fronteiras entre o público e o privado e pela redefinição dos espaços de circulação social, especialmente no que tange ao lugar das mulheres na cidade.

À medida que os espaços da cidade se alteravam, a vida comunitária também era remodelada, e novas concepções de sociabilidade passavam a moldar as relações sociais, sobretudo as de gênero⁶⁸⁷. Maria Izilda S. de Matos aponta que os espaços públicos passaram a ser associados a conotações negativas, como multidão, perigo, estranhamento, indiferença, desvios e tentações, enquanto o privado representava um refúgio seguro⁶⁸⁸, um lugar de pudor. Como resultado, as pessoas conectadas a esses espaços passaram a ser lidas da mesma maneira. O tradicional modelo heteronormativo da família católica e letrada passou então a estabelecer os limites de sociabilidade, no qual as mulheres de família deveriam passar maior parte do seu tempo no âmbito do privado, enquanto mulheres desafortunadas adentravam na esfera pública para trabalhar. Assim, público e privado passava a representar segmentos econômicos, e a demarcar limites sociais nos quais “as mulheres pobres sofriam duplamente com a tutela dos homens”⁶⁸⁹,

⁶⁸⁶ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 306. Ver também: ABREU, Martha. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque [recurso eletrônico]. 2ª ed. Campinas: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2024. p. 75.

⁶⁸⁷ Cassia Roth afirma que nesse período, “três processos-chave transformaram o Rio de Janeiro para mulheres (e homens) de todas as classes e cores: princípios democráticos excludentes, mudanças demográficas e urbanas e a reformulação das ideologias de raça, de classe e de gênero”. ROTH, Cassia. **Justiça abortada**: a vida reprodutiva das mulheres e a lei no Brasil, início do século XX. Trad. Luiza Teixeira Costa. São Paulo: Hucitec, 2024, p. 28.

⁶⁸⁸ MATOS, Maria Izilda de. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). **Cadernos Pagu** (4), 1995, p. 100.

⁶⁸⁹ TIEDE, Livia Maria. **Sob suspeita**: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2005. p. 30.

visto que eram estigmatizadas por acessar os espaços públicos, considerado de homens e de mulheres de má reputação.

Assim sendo, as experiências femininas no espaço urbano não podem ser compreendidas de forma homogênea, visto que elas eram profundamente marcadas pelas hierarquias de classe e raça. Enquanto as mulheres brancas e abastadas eram frequentemente desencorajadas, e até mesmo censuradas, por circularem em espaços públicos, as mulheres pobres e negras ocupavam esses mesmos lugares diuturnamente em busca de sustento e sobrevivência. Nesse cenário, suas vivências compunham uma dimensão fragmentada e complexa da vida popular, atravessada por constantes enfrentamentos diante dos mandos e desmandos de um Estado castrador.

Inaugurada em 7 de setembro de 1889, a seção “Reclamações” de *OESP* é um testemunho dessas transformações, nas quais os limites entre casa e rua, público e privado, tornavam-se cada vez mais porosos. Nessa dinâmica, o jornal assumia para si e seus leitores funções de mediação, ordem e vigilância. Sem restrições e de forma anônima, os leitores eram incentivados⁶⁹⁰ a denunciar toda e qualquer questão. Eram recorrentes as queixas do sistema de abastecimento de água, da falta de limpeza nas ruas, do “espetáculo de mendicância”, e da falta de segurança. Além disso, chama atenção o grande número de reclamações relacionadas à presença e comportamento das mulheres nas ruas e nos prostíbulos na década de 1890.

Numa casa de pensão, à rua do Brás, n. 97, vivem numa promiscuidade assustadora umas oitenta pessoas, gente pobre, sem asseio, de nacionalidade espanhola. Acontece que, durante o dia, mulheres e crianças tomam a calçada, fazem dela acampamento e, estendidas em filas, ali se ficam durante longas horas [...].⁶⁹¹

Não há família honesta da vizinhança, em se permitindo a liberdade de vir a uma janela, que não tenha de retirar-se imediatamente, tal o despejo de linguagem das mulherzinhas daquela casa.⁶⁹²

Essas reclamações evidenciam como a presença feminina no espaço público era sistematicamente estigmatizada, mesmo quando esse espaço se confundia com os limites da própria casa. O simples ato de transitar pelas ruas, mesmo aquelas que circundavam ou davam acesso à residência, bastava para lançar sobre elas suspeitas morais e sociais. Esperava-se que as mulheres das camadas populares também se conformassem aos papéis tradicionais de esposa, mãe e dona de casa, mesmo quando as condições materiais e sociais de suas vidas tornavam essa conformidade difícil, senão inviável⁶⁹³. Ficar na calçada e utilizar uma linguagem coloquial, por

⁶⁹⁰ Importa lembrar que, assim como as demais seções, esta também sofria o crivo seletivo dos editores. Por essa razão, é certo que somente as reclamações alinhadas aos interesses do jornal eram publicizadas, quando não inventadas.

⁶⁹¹ Reclamações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 de março de 1895, p. 1.

⁶⁹² Reclamações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 de março de 1895, p. 1.

⁶⁹³ PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 253.

exemplo, rebaixava o status moralizante das mulheres, da mesma forma que a presença de prostitutas nos ambientes considerados familiares era tratada como caso de intervenção policial.

No dia 05 de junho de 1895, *OESP* publicou “uma queixa de moradores da rua da Boa Vista, contra o que se está passando no prédio n. 40”⁶⁹⁴. O texto, endereçado ao chefe de polícia, dizia que “a certa hora da noite há ali um barulho insuportável, proferem-se palavras capazes de fazer corar um soldado, a vizinhança não pode sossegar um instante”, e tais “cenas indecorosas” deveriam acabar pelo bem moral da maioria.

São Paulo está cheio d’esses falsos *hotéis* e casas de pensão mantidos pelo cafetismo mais ou menos disfarçados, que até agora não tem encontrado a devida repressão por parte das autoridades, e que por ai campeiam com tabuletas e dísticos vistosos, e onde dezenas de pobres mulheres, afundadas na mais baixa degradação moral, são vítimas da desenfreada rapinagem d’esses asquerosos *souteneurs*.⁶⁹⁵

Com a grande imigração e a promulgação da Lei Áurea, as violências institucionais contra as trabalhadoras domésticas e prostitutas, fossem elas imigrantes ou nacionais, negras ou brancas, com ou sem filhos, não cessaram, produzindo outras tônicas sobre as concepções de feminilidade e maternidade. A trabalhadora sexual, por exemplo, era simultaneamente vista como vítima do sistema de cafetismo e estigmatizada como “mulher de segunda classe”⁶⁹⁶. Considerada inimiga pública e perigo para a tradicional família cristã, durante os anos 1893 e 1895, a polícia de São Paulo empreendeu uma guerra contra ao lenocínio e a suposta liberdade das prostitutas sob o pretexto de restaurar a moralidade na capital. Theodoro de Carvalho, Xavier Toledo e Bento Bueno foram os principais chefes de polícia que mais deliberadamente trabalharam em prol do controle e vigília dos bordéis, prostíbulos, caftens e lenocínio na capital paulista⁶⁹⁷.

Em 1893, Theodoro Carvalho organizou uma força-tarefa com o objetivo de capturar e enviar ao Rio de Janeiro, com vistas à deportação, os caftens atuantes na capital⁶⁹⁸. Seu sucessor, Bento Bueno, assumiu como missão o combate aos focos de “desordem” e “desmoralização” na cidade, os quais, segundo as fontes, eram personificados por homens e mulheres em situação de rua, mendicância e prostituição. Para isso, expediu diversas portarias destinadas à limpeza do espaço urbano, promovendo a remoção de indivíduos considerados indesejáveis: os “loucos” de outras regiões foram “devolvidos” para as localidades de onde vieram, enquanto homens e

⁶⁹⁴ Reclamação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05 de junho de 1895, p. 1.

⁶⁹⁵ Repressão do lenocínio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 de junho de 1892, p. 1.

⁶⁹⁶ MENEZES, Lená M. de, MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco** (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX). São Paulo: e-Manuscrito, 2017. Localização 2633.

⁶⁹⁷ Apesar de ter realizado consulta presencial no Arquivo do Estado de São Paulo, não foi possível acessar diretamente os trâmites legais emitidos no período em questão. A caixa que contém os decretos e atas jurídicas referentes aos anos de 1893 a 1897 encontra-se fora de circulação, em razão de processos de restauração. Diante dessa restrição documental, recorro às notas e reportagens publicadas n”*O Estado de S. Paulo*, que, em nossa opinião, oferecem um vislumbre relevante das ações empreendidas pelos agentes policiais ao longo desses três anos.

⁶⁹⁸ Bordeis, Caftens, Usura. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 out. 1893, p. 1.

mulheres eram sistematicamente presos sob acusações genéricas de desordem e vagabundagem⁶⁹⁹. Seguindo a mesma linha de seus antecessores, Xavier de Toledo, por meio do Decreto nº 395, de 1896, instituiu a criação de uma seção médica nas delegacias, dotada de gabinetes antropométricos. Tal medida marcou a incorporação oficial dos estudos de antropometria e da estatística criminal às rotinas do serviço policial⁷⁰⁰.

Na edição de 08 de junho de 1895, *OESP* publicou um artigo de fundo intitulado “A Moral Pública”, no qual convocava o Estado, as autoridades de segurança pública e a imprensa a lutarem contra “o espetáculo nauseante” da prostituição. O texto afirmava que as inúmeras reclamações recebidas de moradores das “ruas infestadas por essa baixa classe de desgraçadas” eram verídicas. Mencionava também que as ruas da Esperança, do Teatro e da Boa Vista, assim como as travessas do Quartel e da Esperança haviam perdido qualquer senso de decência e recato visto que

alugam-nos às mulheres da mais ignóbil espécie. E é confrangente e repugnantíssimo o espetáculo que essas mulheres oferecem a quem passa: já se não limitam a conservar-se dentro dos cubículos: põem cadeiras nas calçadas e sentam-se por ali aos grupos, conversando e impedindo o trânsito. [...] Mas, ainda mesmo que estejam dentro das casas, como as portas ficam abertas, quem passa vê todo o interior, como os leitos imundos, as mesas, a louça, tudo que é reservado e deveria estar oculto.⁷⁰¹

O autor anônimo e curioso, que pelo visto não se furtou a espichar o olho para observar o interior das moradas das tais ignóbeis mulheres, se é que não chegou a adentrar alguns daqueles recintos, considerava imperativo pôr fim a “esta calamitosa dissolução de costumes que nos tem trazido uma imigração sem escolha”, uma vez que entre as mulheres mencionadas “não há talvez uma única que não seja estrangeira”. Localizadas na região central da cidade, as ruas mencionadas

⁶⁹⁹ “Tivemos há dias notícias de que o digno e dedicado funcionário dr. Bento Bueno, a quem está entregue a direção da polícia do Estado, tinha resolvido intervir em favor da moral pública desta capital, coibindo abusos das mulheres de má vida que infestam certas ruas da cidade, escandalizando a população e envergonhando enormemente as famílias que por qualquer circunstância são obrigadas a morar na vizinhança dessa gente. Cf.: A moral pública. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 de junho de 1895, p. 1. A bem da moral. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 mai. 1895, p. 1. Loucos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 mai. 1895, p. 2. Registro das Ruas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 mai. 1895, p. 2.

⁷⁰⁰ Antropologia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 jun. 1896, p. 2. Regulamento da Polícia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 out. 1896, p. 1. Ao que tudo indica, os gabinetes antropométricos foram instalados de forma gradual. Em 1902, OESP chamava a atenção para a inauguração de um gabinete antropométrico na Repartição Central da Polícia, reorganizado pelo chefe de polícia Cardoso de Almeida. De acordo com a notícia, o sistema adotado era o de Bertillon, voltado à identificação de criminosos, baseado na ossatura humana, na diferenciação de medidas do esqueleto para o outro e na simplicidade do processo de mensuração. As medidas incluíam altura, envergadura, busto e comprimento da cabeça, largura da cabeça, largura do ângulo facial, comprimento da orelha direita, comprimento do pé esquerdo, comprimento do dedo médio esquerdo, do dedo mínimo esquerdo e do antebraço esquerdo. Além dessas, seriam colhidas “a impressão digital do polegar, indicar e anular, de acordo com o sistema Dalton [sic]”. Entre todas as facetas de Galton, uma delas foi o desenvolvimento da impressão digital. Convém assinalar que a menção ao “sistema Dalton” constitui um erro de grafia da própria fonte, visto que o procedimento referido dizia respeito ao sistema desenvolvido por Francis Galton, quem desenvolveu a sistematização da identificação por impressões digitais. (Gabinete antropométrico. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1902, p. 2.

⁷⁰¹ A Moral Pública. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jun. 1895, p. 1.

pelo reclamante inseriam-se no cerne das disputas em torno da modernização urbana e da redefinição dos espaços de circulação da burguesia e das classes médias paulistanas. A tensão observada na rua da Boa Vista, por exemplo, concentrava-se na necessidade de higienização do espaço público, traduzida em medidas de limpeza das vias e remoção dos sujeitos considerados indesejáveis (mendigos, prostitutas e vagabundos) em nome da construção de um centro civilizado e moralmente ordenado⁷⁰². Margareth Rago argumenta que, para os agentes da polícia e do higienismo, era difícil distinguir onde terminava a casa do operário pobre e onde começava o bordel⁷⁰³. Dessa forma, os cortiços e os aglomerados urbanos passaram a ser compreendidos pelas elites dirigentes como espaços de promiscuidade, onde “mulheres honestas” e “mulheres da vida” conviviam, dividindo quartos, tanques e corredores⁷⁰⁴. Nesse sentido, a retórica estabelecida entre público e privado que cerceava os espaços femininos se justificava pela necessidade de ação dos instrumentos de controle. As rondas policiais e as denúncias jornalísticas passavam a trabalhar conjuntamente na construção e elaboração das novas noções de gênero.

Do ponto de vista conservador e eugênico, os deveres maternos estavam atrelados aos comportamentos e papéis tradicionais de uma sociedade patriarcal, na qual submissão, boa conduta, moral, fragilidade, “boa aparência” e “boa hereditariedade” performavam como sinônimo de qualidade genética. Assim, a disciplinarização sexual das mulheres também se instituiu pela imposição moral compatível aos preceitos católicos de virgindade e servilismo.

Compreendido como um “vício”, o mercado do sexo tinha como principais responsáveis as mulheres, ao passo que os intermediadores homens exerciam pouca influência nas reclamações da imprensa. Assim, conjuntamente à luta contra o cafetismo, Bento Bueno empreendeu esforços para usurpar os filhos das prostitutas. Diz *OESP* que no dia 29 de novembro de 1895, o chefe de polícia baixou portaria determinando recolher os filhos das “mulheres infelizes que nesta cidade exercem a prostituição”, visto que elas não cultivavam o “verdadeiro amor pelos filhos” e nem possuíam a “dedicação moral” de uma “mãe dedicada”. Assim, considerava um ultraje aos princípios morais permitir que uma criança crescesse e se educasse “sob o bafejo deletério de uma mulher prostituta”⁷⁰⁵. A nota se encerra dizendo que naquele mesmo dia havia sido apreendido um “grande número de meninas que vão ser apresentadas ao dr. Hypolito de Camargo, juiz de órfãos”.

⁷⁰² PEREIRA, Cristiana Schettini. “**Que tenhas teu corpo**”: uma história da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e ciências Humanas, Campinas, 2002, p. 2-3.

⁷⁰³ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 172.

⁷⁰⁴ SOIHET, Rachel. *op. cit.*, p. 305-306.

⁷⁰⁵ Medida Moralizadora. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 nov. 1895, p. 1.

Infelizmente, não conseguimos encontrar mais evidências documentais que nos esclarecessem como se deu, na prática, a busca e apreensão das crianças, tampouco se a separação entre mães e filhos efetivamente ocorreu, ou por quanto tempo essa portaria permaneceu em vigor. Sabemos apenas que, aos olhos da lei e da moral dominante, algumas mulheres eram privadas do direito de maternar. Ainda que o Estado carecesse de mecanismos plenamente eficazes para controlar de forma direta os direitos reprodutivos femininos, operava sob o rigor da lei jurídica e consuetudinária. Através de códigos penais e regulamentos de costumes, instituíam-se critérios de criminalização que, longe de qualquer neutralidade, legitimavam ciclos históricos de violência dirigidos especialmente às mulheres em situação de pobreza.

Se o mercado do sexo representava uma das poucas alternativas de trabalho, especialmente para as mulheres imigrantes, o trabalho doméstico emergiu como o principal setor em que as trabalhadoras nacionais, principalmente as negras, encontravam oportunidades de emprego. Andrews demonstra que, apesar da relutância de algumas famílias de libertos em ingressarem no mercado de trabalho doméstico assalariado, e das exigências dos empregadores por criados brancos, o trabalho doméstico era predominantemente ocupado por mulheres negras, “a ponto de tornar o criado doméstico negro um aspecto característico da vida em São Paulo”⁷⁰⁶. A presença maciça de pessoas de cor em trabalho domésticos e informais, longe de se explicar unicamente pela exclusão racial no mercado formal, revelava também formas ativas de improvisação cotidiana. Tratava-se de estratégias de sobrevivência elaboradas pelas camadas populares no pós-abolição, muitas vezes sustentadas por arranjos familiares chefiados por mulheres sós⁷⁰⁷. Nesse contexto, as mulheres negras passaram a assumir o importante papel de sustentáculo de suas comunidades, atuando, segundo Gonzales, como “viga mestra”, “sustento moral” e base material de “subsistência dos demais membros da família”⁷⁰⁸.

Se o maternar era interdito à prostituta devido às escolhas e ao “estilo de vida” das mulheres consideradas não compatíveis com o verdadeiro amor materno, em relação às trabalhadoras domésticas o discurso era perpassado pela lógica da falta de instrução e suposto despreparo para criar e educar seus filhos dentro da lógica eugenista de limpeza e educação moral. Argumento, vale lembrar, que ainda pode ser ouvido aqui e ali em conversas de mulheres endinheiradas. A concepção de honra, casamento e família praticada pelas mulheres pobres, sobretudo negras, passava a ser encarada como uma ameaça à moralidade da nova ordem social⁷⁰⁹.

⁷⁰⁶ ANDREWS, G. *op. cit.*, p. 116.

⁷⁰⁷ DIAS, Maria Odila L. da Silva. Mulheres sem História. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, jun. 1983, p. 35.

⁷⁰⁸ GONZALES, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Flávia Rios e Márcia Lima (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 33

⁷⁰⁹ SOIHET, Rachel. *op. cit.*, p. 304.

Assim, sob o prisma da modernidade e civilização, construiu-se um campo de relações entre o feminino e o masculino marcado por relações de força e disputas⁷¹⁰, no qual a construção social dos papéis sexuais instituía a dicotomia entre “trabalho reprodutivo” e “produtivo”. Ruth Rubbard compreende que essa polarização ideológica que “rotula as mulheres como reprodutoras naturais da espécie e os homens como produtores de bens”⁷¹¹ foi utilizada tanto para isentar a mulher branca de classe média e alta de produzir bens e serviços, como para limitar os direitos reprodutivos de mulheres negras e pobres.

Do ponto de vista eugênico, o trabalho braçal degradava o sangue, assim como o excesso de esforço mental comprometia o sistema reprodutivo das mulheres⁷¹². Diante desse impasse, a solução residia na elaboração de um currículo educacional sob medida, capaz de transcender a tradicional “educação da agulha”, mas suficientemente limitado para evitar a formação de mulheres críticas e intelectualmente autônomas. O objetivo era que a mulher compreendesse as noções básicas de higiene, dominasse conhecimentos sobre alimentação infantil, educação cívica e moral, além, é claro, de demonstrar capacidade para gerir a vida familiar. De domínio dessas áreas, a mulher estaria apta a exercer plenamente sua função materna, contribuindo, assim, para o aprimoramento da raça e da nação. O magistério emergia, então, como a profissão ideal para aquelas que buscavam instrução secundária, pois lhes permitia conciliar a vocação pedagógica com os imperativos inatos da maternidade⁷¹³.

O progressivo acesso à educação na capital de São Paulo revela como a ampliação da instrução feminina esteve alicerçada em disputas discursivas atravessada por pressupostos eugênicos. Em 03 de agosto de 1894, *OESP* comemorava a inauguração do novo edifício da Escola Normal e da Escola Modelo, na Praça da República⁷¹⁴. Diversas autoridades públicas discursaram em homenagem ao estabelecimento. O diretor Gabriel Preste fez uma breve análise crítica do ensino brasileiro durante o governo monárquico e encerrou exaltando a ciência e a educação como restauradoras do espírito público republicano. O professor José Feliciano, na sua vez, dedicou algumas notas à “dignidade feminil”, dizendo que às “mães pende a formação em geral dos cidadãos futuros”, e que a escola do lar complementava a educação formal. Seguindo a mesma linha, Cezario Motta Junior, então secretário do interior, exaltou a inauguração da escola

⁷¹⁰ FARGE, Arlete e DAVIS, Natalie Z. Introdução. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente**. Vol. 3: do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 13.

⁷¹¹ HUBBARD, Ruth. Algumas ideias sobre a masculinidade das Ciências Naturais. In: GERGEN, Mary Mc Canney (org.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Trad. Ângela Melim, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993, pp. 21-36, p. 27.

⁷¹² LEVINE, Philippa. *op. cit.*, p. 76-77.

⁷¹³ CARLOS, Anderson Ricardo; FRANZOLIN, Fernanda; ALVIM, Márcia Helena. *op. cit.*, p. 785.

⁷¹⁴ Escola Normal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1894, p. 1.

destacando-a como um marco histórico no caminho do progresso social, mas fez revência maior ao “efeito prodigioso da colaboração feminina na educação”⁷¹⁵.

Apoiando-se em argumentos biológicos, históricos e no exemplo de sucesso das mulheres nos Estados Unidos, o orador descreveu a influência feminina como inestimável, elevando a educadora ao status de um “Anjo da Guarda” que guia moralmente o indivíduo com afeto maternal. Essa vocação natural encontrava sua expressão mais bem acabada na mulher paulista, descrita por Cezario como o tipo ideal de professora – a única, em sua visão, capaz de conciliar autoridade com doçura e independência com um rigoroso senso de dever.

Já o escritor e jornalista português Fialho de Almeida, em 1890, posicionava-se de forma mais direta ao bradar: “Doutoras não, enfermeiras sim!”⁷¹⁶. Para ele, o projeto de lei português que propunha a reorganização e ampliação da instrução secundária feminina era contraproducente, uma vez que a fragilidade natural do sexo feminino, em sua ótica, as tornava incapazes do estoicismo exigido por uma formação intelectual mais rigorosa. Assim, o título de “enfermeiras da família” lhes seria não apenas mais adequado, como plenamente suficiente. Em seu artigo, argumentava que a enfermagem era uma “ciência essencialmente doméstica, d’uso cotidiano” e, portanto, mais prática e condizente com as aptidões naturais das mulheres, tal como o magistério. Em tom alarmista, concluía que, caso a reforma educacional se seguisse, “dentro de vinte anos, as escolas portuguesas só [produziriam] monstros”: jovens mulheres que ousariam pensar por si mesmas e produzir conhecimento autônomo⁷¹⁷.

Embora tratasse da realidade portuguesa, o texto de Almeida dialogava com o contexto paulista que, à época, também debatia a expansão do ensino secundário para mulheres. Se a educação feminina estava restrita aos parâmetros masculinos, devemos lembrar que ela também se restringia aos segmentos socioeconômicos. Em 1890, aproximadamente 14% da população de São Paulo sabia ler e escrever, porcentagem que se elevou para 30% no censo de 1900⁷¹⁸. Quando levamos em conta as mulheres especificamente, essa porcentagem era ainda menor. Em outubro de 1888, o médico Tito Lívio de Castro publicou três artigos nos quais denunciava a precariedade do sistema educacional brasileiro, dedicando especial atenção à formação das mulheres. Segundo ele, a instrução feminina apoiava-se quase exclusivamente no exercício da memória, desprovida de estímulos ao raciocínio ou à formação intelectual autônoma. A partir dessa constatação, formulava aquilo que chamava de uma “verdade desagradável”: no Brasil, se “a instrução do

⁷¹⁵ Discurso – pronunciado pelo dr. Cezario Motta Junior, secretário do interior, por ocasião da inauguração do novo edifício da Escola Normal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 ago. 1894, p. 1.

⁷¹⁶ ALMEIDA, Fialho. Vida Portuguesa: mulheres doutoras e mulheres enfermeiras. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de novembro de 1890, p. 1.

⁷¹⁷ *Idem*.

⁷¹⁸ FERREIRA, Ana Emília C. S. e CARVALHO, Carlos Henrique de. Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). **Goiânia: UFG**, 2014. pp. 1-12, p. 8.

homem é quase nula, a da mulher é nula”⁷¹⁹. Em tom mordaz, reforçava sua crítica ao afirmar que, em certas províncias, seria mais difícil encontrar “duas meninas que saibam ler do que encontrar dois gênios em um mesmo povo, em uma mesma época”⁷²⁰.

Mobilizando dados estatísticos⁷²¹, Castro indagava se seria possível falar em civilização diante de índices tão alarmantes. Em sua análise, o problema projetava-se de modo ainda mais grave sobre as gerações futuras, uma vez que os filhos herdariam dos pais não apenas a vida, mas também “a educação perniciosa que a ignorância pode dar”⁷²². A responsabilidade por esse quadro, segundo ele, era distribuída entre pais, mestres e governo, recaindo, contudo, com maior peso sobre as famílias pobres, incapazes de vislumbrar na instrução qualquer horizonte de futuro. O médico entendia que, para os pobres, a criança era, antes de tudo, um “estômago que consome” e um braço que deve trabalhar⁷²³, o que justificava sua retirada precoce da escola para contribuir com a sobrevivência familiar.

Embora a luta pela subsistência imediata fosse frequentemente apontada como um entrave à formação cívica e moral das camadas populares, o jurista Henrique Coelho, em 1905, desafiou essa lógica hegemônica. Ao imputar a exclusão escolar à negligência do Estado, e não à incapacidade das famílias operárias, Coelho reivindicava que pobres e ricos fossem colocados em pé de igualdade no acesso ao ensino. Seu objetivo era garantir que todos pudessem usufruir da educação oficial, não por privilégio, mas “segundo as forças intelectuais de que cada um disponha”⁷²⁴. Contudo, raros eram os textos que versavam nessa linha. Predominavam, ao contrário, teses marcadas pela desqualificação das crianças pobres, nas quais mulheres analfabetas ou com baixa escolarização eram sistematicamente consideradas incapazes de educar seus filhos e, por extensão, inaptas para exercer de forma plena a maternidade. Expressões como desonesta, ignorante, rude, vadia, louca, impiedosa, perigosa, dissimulada, etc., passaram a construir os predicados da “má mãe”.

Desse modo, nas últimas décadas do século XIX, a alfabetização e a educação formal passaram a operar como dispositivos de validação da maternidade, vinculando o direito de maternar à capacidade de transmitir valores morais, higiênicos e cívicos condizentes com os ideais de progresso promovidos pela ordem republicana. Nesse cenário, educadores e médicos, de uma

⁷¹⁹ CASTRO, Livio de. Questões e Problemas – a instrução primária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 out. 1888, p. 2.

⁷²⁰ CASTRO, Livio de. Questões e Problemas – a instrução primária hoje. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 1888, p. 1-2.

⁷²¹ De acordo com os dados apresentados pelo médico, 32% da população paulista era alfabetizada, enquanto, no Brasil, essa taxa não ultrapassava os 18%. CASTRO, Livio de. Questões e Problemas..., 16 out. 1888, p. 2.

⁷²² Idem.

⁷²³ CASTRO, Livio de. Questões e Problemas – a instrução primária hoje. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 1888, p. 1-2.

⁷²⁴ COELHO, Henrique. A instrução e os pobres. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1905, p. 1.

forma geral, empenharam-se em construir um discurso que denunciava os riscos da convivência das crianças pobres com suas próprias famílias – frequentemente apresentadas como espaços de ignorância e degeneração.

Devido a isso, o educador Mário Arantes escreveu três longos artigos em janeiro de 1893 explicitando a necessidade do governo paulista em criar colônias orfanológicas para atender não somente aos órfãos necessitados de tutela, mas principalmente todas as crianças filhas da “classe de hilotas”, isto é, filhas dos “caboclos, mamelucos e recém-libertos, que, chafurdada na ignorância e na imoralidade”⁷²⁵, que não tinham condições de criar e instruir seus filhos. Ao descrever minuciosamente os objetivos desses estabelecimentos, Arantes justificava seus argumentos a partir da noção de instrução. Para ele, a escola pública era útil para instruir o povo, mas insuficiente para a sua educação tendo em vista que a educação do lar sobrepujava a instrução da escola. Logo, era imperioso afastar os

filhos dos hilotas do lar onde não há moral para receberem a educação do trabalho; e a se continuar nesta rotina de receberem eles a instrução nas escolas e a educação no lar, teremos sempre um círculo vicioso, nocivo e imoral. A tangente é esta: o asilo.⁷²⁶

Se os asilos e internatos infantis eram malvistas pelos positivistas⁷²⁷ e tantos outros educadores, Mário Arantes propunha que se abrisse uma exceção às crianças pobres, que, sem uma família civilizada, eram “como que as sobras da massa que se ocultaram nos escaninhos da masseira; azedam mas não levedam”⁷²⁸. Nesse sentido, cabia às classes dirigentes curá-los e torná-los produtivos. Mais do que uma solução, as colônias orfanológicas eram compreendidas como espaços de amparo, correção, vigilância e conformação social dos futuros trabalhadores nacionais. O possível enclausuramento e o currículo voltado para o ensino agrícola constituíam, para Arantes, as diretrizes centrais de um projeto de educação dos jovens negros. Contudo, a contraface dessa proposta residia no seu caráter limitador, restringindo as possibilidades de escolhas daquelas crianças que, assim como suas mães, tinham seus direitos ceifados desde o princípio.

Esse mesmo discurso ressurgiu mais tarde embalado por uma retórica caritativa e com matizes, digamos, mais amenos. Em 1897, o político e educador Gabriel Prestes defendia com

⁷²⁵ ARANTES, Mário. Colônias Orfanológicas: ao exmo. Dr. Siqueira Campos M. D. Secretário de Justiça. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 de janeiro de 1893, p. 1.

⁷²⁶ ARANTES, Mário. Colônias Orfanológicas: como devem ser as colônias estabelecidas, onde e como devem funcionar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 jan. 1893, p. 1.

⁷²⁷ Os positivistas expressavam sua desaprovação em relação aos internatos, sustentando a crença de que nesses ambientes eram cultivados costumes contrários aos princípios morais. Além disso, defendiam que a responsabilidade pelos cuidados da primeira e segunda infância (até os 14 anos) deveria caber unicamente às mães. MENDES, R. Teixeira. A Universidade – Manifesto do Centro Positivista, parte I. Posição do problema. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 31 dez. 1881, p. 2. PRESTES, Gabriel. A instrução pública em S. Paulo – parte IV. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 jan. 1897, p. 1.

⁷²⁸ ARANTES, Mário. Colônias Orfanológicas: como devem ser as colônias estabelecidas, onde e como devem funcionar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 jan. 1893, p. 1.

entusiasmo a implementação de jardins de infância e a intervenção do estado na educação das crianças. Para fundamentar seu argumento, recorria a uma analogia comum dos teóricos da Puericultura: “O homem que cultiva as flores, os frutos, os animais que lhe são úteis poderá deixar de pôr o mesmo cuidado em cultivar seus filhos?”⁷²⁹. Para Prestes, a instrução precoce constituía uma forma de amparar o desenvolvimento infantil, especialmente das crianças empobrecidas, muitas vezes comprometidas pelas condições precárias de vida de mães que trabalhavam diariamente nas ruas e em serviços domésticos. Em contenda com o positivista e também educador João Kopke, em janeiro daquele ano⁷³⁰, Prestes mobilizou diferentes referências de educadores estrangeiros para confrontar o posicionamento de seu colega, que se opunha à implementação do ensino infantil. Afirmava que os jardins de infância não se propunham a substituir a família, “mas a prestar-lhe auxílio”⁷³¹; e que longe de afastar a criança do lar ou monopolizar sua formação, essas instituições deveriam ser compreendidas como uma extensão do ambiente doméstico. Pois, para Prestes, o instinto materno, por si só, não era suficiente, sendo necessário que a mãe fosse esclarecida e preparada para orientar os primeiros passos da infância, algo quase impossível na realidade de então.

Inseridas em um contexto atravessado pelo trabalho braçal e doméstico, as famílias empobrecidas tinham seus destinos continuamente delimitados e regulados por dispositivos de disciplinarização corporal e por uma vigilância exercida sobre sua presença nos espaços públicos. A imposição de uma rotina laboriosa e exaustiva restringia as possibilidades dos cuidados maternos e a mobilidade social das mães pobres, confinando-as a repetidos ciclos de pobreza e marginalização. Nesse cenário, a eugenia apresentou-se como uma tecnologia social moderna, investida do léxico da ciência, da higiene e do progresso, que pretendia oferecer respostas práticas e convenientes aos “problemas sociais” complexos do pós-abolição. Assim, longe de inaugurar uma ruptura efetiva com a velha ordem, os defensores da eugenia reelaboravam e legitimavam antigas formas de exclusão, agora revestidas por uma gramática técnica e pretensamente neutra. Mudavam-se os termos, mas as violências estruturais e os alvos do controle permaneciam, em larga medida, os mesmos. Logo, podemos afirmar que a eugenia, como experiência histórica, era uma ideologia prática do pós-abolição.

⁷²⁹ PRESTES, Gabriel. A instrução pública em S. Paulo – parte II. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 jun. 1897, p. 1.

⁷³⁰ Gabriel Prestes escreveu cinco artigos sobre a importância dos jardins de infância entre os dias 4 e 8 de janeiro de 1897. Na sequência, foi Antônio Toledo Piza quem assumiu a pena, dando continuidade à mesma série nos dias 10, 11 e 12 do mesmo mês.

⁷³¹ PRESTES, Gabriel. A instrução pública em S. Paulo – parte IV. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1897, p. 1.

Matrimônio: a eugeniação da família

Não é necessário grande esforço interpretativo para perceber que, por trás da retórica republicana e de sua promessa falaciosa de democracia, operava-se a construção de um novo organismo social profundamente excludente. Sob o disfarce da modernização nacional, instaurava-se um projeto normativo que repudiava a pluralidade e investia, de forma obstinada, na consolidação de padrões hegemônicos de normalidade racial e generificada. Essa empreitada por uma identidade nacional unívoca e biologicamente qualificada demandou a adoção de estratégias biopolíticas que dividiram a população em dois grandes blocos: os considerados aptos a integrar o futuro da nação e os inaptos, tidos como degenerados, nocivos e descartáveis. Nesse processo, delinearam-se duas figuras complementares em suas funções, mas antagônicas em suas representações: o “homem novo” e a “mulher tradicional”. Para o historiador argentino Gustavo Vallejo,

La sociedad corporativa requería que el primero fuera activo, arrojado, valiente, fuerte y capaz de salir de su casa para dar todo por la patria, mientras demandaba que su cónyuge llevara una vida tradicional dentro del espacio privado para afianzar el anclaje de la familia en el hogar. Entre ambas figuras, el ‘hombre nuevo’ y la mujer tradicional se forjaba una amalgama afianzada por la fe [...].⁷³²

Assim, sob a tríade família, pátria e religião, erigiram-se os pilares eugênicos no Brasil, na Argentina e em grande parte da América Latina. Nesse cenário, a figura da “nova mulher” era rotineiramente combatida pelos eugenistas. Embora às mulheres fossem conferidos a gestão do lar e o cuidado com a prole sob preceitos científicos modernos, tal autoridade repousava, em última instância, sob a tutela masculina. Durante o período analisado nesta pesquisa, observamos que o controle reprodutivo, como a seleção dos “melhores maridos”, ainda não ocupava a centralidade que assumiria nas décadas de 1920 e 1930⁷³³. Às mulheres ainda não eram creditados

⁷³² VALLEJO, Gustavo. Cuerpo y representación: la imagen del hombre en la Eugenesia Latina. In: VALLEJO, G., MIRANDA, M (comp.). **Políticas del cuerpo: estrategias modernas de normalización del individuo y la sociedad**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2007. p.32-33.

⁷³³ Com a crescente adesão aos preceitos eugênicos nas primeiras décadas do século XX, médicos passaram a delegar certo poder às mulheres na escolha de seus parceiros conjugais. O casamento passou a ser concebido como um elemento-chave para o sucesso ou fracasso do projeto de uma sociedade eugenizada. Afinal, a seleção do cônjuge era entendida como determinante para a qualidade biológica da prole. Assim, de nada valia que apenas um dos indivíduos apresentasse traços considerados saudáveis e desejáveis, se o outro carregava estigmas de degenerescência ou enfermidade. Tornava-se imperativo controlar as uniões afetivas e sexuais, a fim de garantir que as gerações futuras viessem ao mundo sob os critérios ideais de saúde, produtividade e pureza racial. Seguindo essa lógica, era necessário deixar as paixões cegas e irrefletidas de lado e conceber o matrimônio como tarefa patriótica. Nesse contexto, multiplicaram-se as propostas de regulamentação dos matrimônios, incluindo projetos legislativos como o que previa a obrigatoriedade do certificado médico pré-nupcial, apresentado à Câmara dos Deputados na década de 1920. Conferir: FERREIRA, Bruna Santana de Sá. **O choque das raças: eugenia, literatura e imprensa em Monteiro Lobato**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p. 134. VIEIRA, Thayná Soares de A. **Civilizando o amor e regenerando os lares: eugenia e exames pré-nupciais a serviço da nação (1918-1934)**. Dissertação de mestrado Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. Rio de Janeiro, 2022. SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A Eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. **Anais do XXIII Simpósio ANPUH**, Londrina, 2005,

o poder e direito de selecionar seus cônjuges sob a régua eugênica, sendo os temas como hereditariedade e seleção matrimonial, na virada do século, direcionados exclusivamente aos homens, evidenciando quem detinha a hegemonia no projeto eugênico.

Em 1880, o médico e parteiro norte-americano John Neave publicou dois textos sobre cruzamento social, nos quais questionava por que os pais de família se preocupavam tanto com o cruzamento e criação de seus animais, mas se furtavam de ler e entender “sobre a arte de criar as crianças”, deixando tudo a cargo das mulheres.

Mães, que nunca aprenderam senão línguas e músicas, ajudadas por amas cheias de velhos preconceitos, são tidas por juizes competentes da alimentação, do vestimento, do grau de exercício que convém às crianças. Durante este tempo, os pais leem livros e artigos de jornais, reúnem-se em comunidades, fazem experiências, entram em discussões, a fim de descobrir os melhores meios para engordar porcos que sejam premiados!⁷³⁴

Com um tom provocativo, o autor criticava a negligência dos proprietários de terras que dispensavam mais atenção aos cuidados de seus animais do que aos de seus próprios herdeiros. Dizia que o ser humano era submetido as mesmas leis orgânicas que os animais inferiores, e, portanto, era chegado o momento de se beneficiar das descobertas feitas nos laboratórios e colocá-las em prática nas crianças. Para ele, essa responsabilidade cabia tanto aos pais quanto às mães, cada um contribuindo de forma complementar, de acordo com suas aptidões.

Em 1901, *O Estado de S. Paulo* publicou a tradução da conferência proferida pelo antropólogo francês Manouvrier⁷³⁵ na *Sociedade de Estudos Femininos* de Paris. Logo nas primeiras linhas, o autor delimitava o escopo de sua intervenção, afirmando que se limitaria às raras mulheres de ciências – “grande potência social” –, cuja influência exigia uma formação intelectual à altura de sua relevância. Embora se declarasse favorável ao acesso das mulheres ao conhecimento, o fazia com ressalvas, pois:

Neste caso, convém, na verdade, que ela *não se habitue* a compreender e a julgar tudo o que a cerca. Mas o interesse social reclama que se lhe dê o maior saber possível, para que ela tenha toda a compreensão do seu importante papel e na família e na sociedade. Não será então nem dependente, nem independente; mas solidária com o homem na obra social.⁷³⁶

p. 4. KEHL, Renato. **Eugenia e medicina social (problemas da vida)**. 2ª edição, Livraria Francisco de Assis: Rio de Janeiro. 1923, p. 68. CARVALHO, Arnaldo V. de. Resenha do mês: A biologia e a mulher. **Revista do Brasil**: São Paulo, Volume VII. Janeiro – Março, 1918. Ano III (nº 26-28), p. 296.

⁷³⁴ NEAVE, John. Um capítulo de Herbert Spencer: da educação física. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 1880, p. 1.

⁷³⁵ Léonce-Pierre Manouvrier (1850-1927), foi um antropólogo, anatomista e fisiologista francês. Participou do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, de 1912, em Londres, como vice-presidente. **First International Eugenics Congress, London**: July 24th to July 30th, 1912, University of London, South Kensington. Programme and Time Table. Berveley: Wright & Hoggard, Printers, Minster Press, 1912, p. 2. Disponível em: <https://archive.org/details/b22439833/page/n1/mode/2up?q=Manouvrier> Acesso em: out. 2025.

⁷³⁶ A mulher e a ciência. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 jan. 1901, p. 2. Grifos nossos.

O modelo proposto por Manouvrier não era o da emancipação plena, mas de uma solidariedade funcional com os homens, na qual a mulher não devia ser “nem dependente, nem independente”, mas sim colaboradora ativa na construção da ordem social. Essa colaboração ideal pressupunha uma formação sólida em ciências como matemática, física, química, biologia e sociologia, que lhe permitiria compreender tanto a vida individual quanto a vida coletiva. Ao fim, o antropólogo delineia um ideal de mulher eugênica, moldada não apenas para os afetos e o lar, mas também preparada intelectualmente para assumir responsabilidades na manutenção do corpo social e da família, em consonância com os princípios da antropologia moderna.

Eivados de sexismo e preconceitos, esses artigos revelam uma concepção profundamente assimétrica das funções parentais: às mulheres cabia o papel de cuidadoras afetivas, cuja legitimidade materna só se completava quando instruídas segundo os preceitos da maternidade científica. Já aos homens era reservado o lugar da razão e da autoridade. O pai figurava como guia racional do lar, não como cuidador direto dos filhos, mas como mediador de saberes técnicos e científicos que deveriam organizar a vida doméstica como um todo. Sua atuação se dava por uma via de mão única: ao invés de dialogar com os filhos, ele orientava de cima toda a família, reforçando a governança masculinidade como alicerce da ordem familiar e social⁷³⁷.

Ainda que, entre as décadas de 1880 e 1890, a consagração da mulher enquanto “sacerdotisa da seleção da espécie”⁷³⁸ ainda não estivesse plenamente consolidada, não podemos dizer o mesmo em relação às inquietações sobre a hereditariedade e o controle da procriação⁷³⁹. Em outubro de 1881, a “Seção Noticiário” veiculou a nota intitulada *A Procriação por medida*, evidenciando que tais inquietações já compunham os bastidores da eugenia no Brasil e nas Américas:

Acaba de ser inaugurada em New York uma sociedade que tem por fim o melhoramento da raça humana. Na sua última assembleia geral, decidiu que se dirigisse uma moção ao governo, pedindo a criação de uma comissão especial para examinar todos os projetos de matrimônio no território dos Estados Unidos, e só autorizar casamentos entre partes contratantes suficientemente garantidas tanto no físico como no moral. A comissão deverá ser composta de pessoas dos dois sexos.⁷⁴⁰

⁷³⁷ ROTH, Cassia. *op. cit.*, p. 32.

⁷³⁸ SEABRA, Alberto. O perigo venéreo – III. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1904, p. 1.

⁷³⁹ A partir da década de 1920, as mulheres passaram a ser concebidas como peças-chave no projeto de eugenia da sociedade. Sua importância não se restringia à maternidade e ao cuidado dos filhos, mas se estendia à suposta aptidão para realizar escolhas conjugais adequadas, contribuindo para a melhoria hereditária das futuras gerações. Nesse contexto, eram orientadas a atuar como agentes conscientes da seleção natural, assumindo a responsabilidade de optar por maridos que apresentassem qualidades físicas, intelectuais e morais consideradas superiores. Esperava-se, ainda, que rejeitassem uniões com homens tidos como degenerados ou inferiores, em nome da elevação racial e moral da nação. CARVALHO, Joice Anne A. C. O discurso sobre o “ser mulher” e seus outros na construção do projeto de Brasil eugênico 1910-1940...p. 64.

⁷⁴⁰ A procriação por medida. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 01 out. 1881, p. 3.

Ainda que sucinta, essa notícia oferece um vestígio significativo para nós, pesquisadores e pesquisadoras do passado, ao reforçar o argumento central desta pesquisa: as práticas sociopolíticas precedem sua formalização institucional. A eugenia, nesse sentido, não foi concebida exclusivamente nos gabinetes dos sábios ou elaborada de forma isolada por intelectuais. Ao contrário, ela emergiu como uma tecnologia social forjada nas dinâmicas cotidianas, sustentada por discursos, práticas e relações que já circulavam no tecido social. A eugenia não foi apenas aplicada à sociedade, ela era, também, uma forma de intervenção que brotava das próprias estruturas sociais, informada pelas tensões de classe, gênero e raça que atravessavam o período.

Assim como o Brasil, os Estados Unidos buscavam alinhar-se aos ideais do Velho Mundo sob a insígnia da modernidade. No entanto, o peso de seu passado/presente racial constituía um obstáculo incômodo. Não por acaso, a eugenia encontrou em solo norte-americano terreno particularmente fértil para florescer e se disseminar mundo afora⁷⁴¹. Em diálogo com os paradigmas científicos europeus, os Estados Unidos apropriaram-se das teorias evolucionistas e as adaptaram à sua realidade. Mesmo antes da consolidação de uma terminologia específica para o dito “melhoramento racial”, já era possível se deparar com ações concretas orientadas pela lógica eugênica, evidenciando, por exemplo, o papel de destaque que os matrimônios adquiriam para a ciência dos “bem-nascidos”. Logo, o que chamam de institucionalização da eugenia (1883) trata-se de um marco intencional, e não aleatório, marcado pela tentativa de legitimação de sua autoridade científica sobre um processo que, na realidade, já se delineava no tecido social antes mesmo de sua formalização.

Capitaneando a divulgação de estudos teóricos eugênicos sob o verniz progressista, *O Estado de S. Paulo*⁷⁴² conferia amplo espaço a matérias, artigos e noticiários que exaltavam suas ramificações. Ao reproduzir teorias veiculadas em outras folhas e periódicos internacionais, o

⁷⁴¹ Os Estados Unidos destacaram-se como a principal potência na promoção e implementação de políticas eugênicas em escala global. Entre as décadas iniciais do século XX, estima-se que mais de 60.000 pessoas tenham sido submetidas a esterilizações compulsórias em território norte-americano. BLACK, Edwin. **War Against the Weak: Eugenics and America's Campaign to Create a Master Race**. Washington, DC: Dialog Press, 2003, p. 19. DIWAN, Pietra. Entre Dédalo e Ícaro; LEVINE, P. Eugenics; STERN, Alexandra Minna. **Eugenic Nation: faults and frontiers of better breeding in modern America**. 2a ed. California: University of California Press, 2016.

⁷⁴² Se, desde o final do século XIX, o periódico já demonstrava apreço pela ciência evolucionista e por formulações de matriz eugênica, foi na década de 1920 que a eugenia passou a ocupar um lugar de destaque em suas páginas. É que, em 1918, o médico e farmacêutico Renato Kehl inaugurou a primeira sociedade eugênica da América Latina, a Sociedade Eugênica de São Paulo. Entre os 140 membros iniciais, destacava-se Arnaldo Vieira de Carvalho, então diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, nomeado como presidente da instituição. A historiadora Geandra D. Munareto ressalta que, “além de sua participação em ligas ostensivamente nacionalistas”, Carvalho mantinha estreitos vínculos de parentesco com a família Mesquita, tendo casado “uma de suas filhas com o diretor e proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita”. Essa relação de proximidade, como destaca Pietra Diwan, implicou em um “certo beneficiamento de informação” no que se refere à visibilidade e à cobertura conferidas à Sociedade Eugênica de São Paulo. MUNARETO, G. D. *op. cit.*, p. 3. DIWAN, P. **Raça Pura**, p. 99.

jornal contribuía para a construção de um regime de verdade em torno do que passava a ser apresentado como saber científico incontestável. Com efeito, noções ligadas a doenças, hereditariedade, miscigenação e degenerescência passaram a pulular nas páginas deste vespertino. Entre os diversos textos anônimos e assinados por figuras de grande monta publicados entre os anos 1880 e 1910, dois nomes se sobressaem quando o assunto é a promoção dos preceitos eugênicos relacionados às questões de gênero: Marcos Arruda e Alberto Seabra.

Marcos Arruda, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, destacou-se como um dos principais expoentes da concepção dita “moderna” da higiene. Durante sua atuação como inspetor de higiene da cidade em São Paulo, entre 1888 e 1889, utilizou a imprensa para difundir seu pensamento por meio da série *Notas de Higiene*. Seus extensos artigos, publicados com destaque na primeira página, abordavam uma ampla gama de temas, evidenciando a capilaridade e o alcance dessa ciência⁷⁴³. Para Arruda, a higiene constituía um “instrumento de conservação e aperfeiçoamento de cada indivíduo e da sociedade em geral”⁷⁴⁴. Argumentava que todo ser vivo precisava da higiene, pois dela dependia sua regeneração, progresso e capacidade de se manter ativo na vida e pela vida. Em sua crítica à chamada “higiene antiga”, denunciava os preconceitos que a cercavam, especialmente aqueles baseados no dogma da escravidão e na desigualdade entre as raças. Dessa forma, ele afirmava que:

Organizada antigamente sobre o dogma da escravidão e da desigualdade de raças e de nascimentos, que então dominava o mundo, a higiene, em seu início, rodeou-se de muitos prejuízos da época, e por isso tinha ensinamentos como estes: ‘Todo o país onde nascem homens de raça misturadas, (que corrompem a pureza das classes) deve ser destruído com todos os seus habitantes; [...]’ É que os higienistas desse tempo entendiam que invariavelmente os descendentes de pais abjetos, herdavam todas as más qualidades de seus pais; e a todo custo queriam melhorar a raça, escolhendo, mesmo entre os privilegiados, os nubentes pelo aspecto físico. Entretanto, hoje nós sabemos que o cruzamento das raças, em termos, é até um bem e uma alavanca da higiene.⁷⁴⁵

O que Arruda classificava como uma vertente “antiga” do higienismo coincidia, em grande parte, com os ideais que, nas primeiras décadas do século XX, seriam promovidos como medidas progressistas pelos defensores da eugenia. Tratada por ele como uma questão já equacionada, a miscigenação emergia no horizonte cientificista como um dos grandes impasses do período, sendo ora condenada como vetor de degeneração, ora relativizada e reinterpretada

⁷⁴³ Arruda debruçou-se sobre temas como alcoolismo, doenças venéreas, demografia, alimentação e urbanismo, ao longo das décadas 1880 e 1890, sempre articulando essas questões ao campo da higiene. Para ele, a higiene era “uma ciência composta – resultante da aplicação de muitas ciências, todas comprometidas em estudar as causas capazes de melhorar e conservar a vida e a saúde de diminuir e destruir a ação prejudicial dos agentes mórbidos”. Assim, no mês de novembro de 1894, ele escreveu dois textos cujo título era *Miscelânea Médica: controvérsias científicas*. ARRUDA, Marcos. *Notas de Higiene*. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 22 fev. 1888, p. 1.

⁷⁴⁴ ARRUDA, Marcos. *Notas de Higiene*. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 25 fev. 1888, p. 1.

⁷⁴⁵ *Idem*.

como “alavanca” social. No caso de Arruda, sua adesão à miscigenação como via possível de regeneração racial vinha acompanhada de importantes condicionantes, ou seja, ela só seria admitida se submetida a critérios previamente estabelecidos. Assim, embora declarasse alinhamento com uma concepção “moderna” de higiene, o autor ainda atribuía valor à lógica anterior, ao reconhecer como benéfica a “proibição do casamento entre pessoas que sofressem contágios de qualquer espécie, ou que tivessem maus costumes provados, ou que possuíssem manchas de honra na família”⁷⁴⁶.

Ainda que reivindicasse para si o lugar de um higienista “moderno”, Marcos Arruda não rompia com os pressupostos profundamente sexistas e racistas que sustentavam a lógica higienista de seu tempo. Ao contrário, reiterava a defesa da higiene como um instrumento privilegiado para o melhoramento racial⁷⁴⁷, sustentando que a regulação das uniões conjugais e da vida privada era condição indispensável para o progresso físico, moral e social da nação. Apesar da diversidade temática, sua escrita sempre orbitava em torno do mesmo eixo conceitual, reiterando, quase que compulsivamente, os fundamentos morais e raciais do higienismo.

A arte que ensina a prevenir e a conjurar [as] desgraças hereditárias, é a higiene – a mais legítima influência e fiel alavanca da vida social e da saúde geral dos povos. A respeito, a higiene nos ensina o seguinte:

1º. Sempre que se tratar de raças marcadas por heranças mórbidas, deve ser proibido o casamento entre elas.

2º. Procurar-se cruzar as aproveitáveis entre os sofrendores da herança mórbida, com gente inteiramente sadia e de raça diversa; e então acautelar-se a descendência cruzada com todos os preceitos higiênicos, recomendados para a educação do corpo [...].

3º. Proibir-se o casamento entre parentes – que, servindo muito para acumular fortunas na mesma família, também acumula defeitos e moléstias na geração futura [...].

Não pode dar gozos a riqueza em mãos de indivíduos sem saúde, cretínicos, nevropatas, etc., porque só a saúde, proporcionando o bem estar, é só ela quem resume os encantos da felicidade, concedendo a paz, o bom humor, a alegria, os largos gozos de todos os sentidos e a perfeita função de todos os órgãos.⁷⁴⁸

Os casamentos seguiam na linha de frente do processo de higienização social por atuarem diretamente na diminuição e destruição dos agentes mórbidos. Isso porque a hereditariedade era concebida como fator decisivo no problema da saúde e vida humana, sendo considerada responsável por transmitir predisposições patológicas, como a nevropatia⁷⁴⁹. Ao defender a miscigenação como via possível para a regeneração racial, Marcos Arruda advogava por uma maior “cautela higiênica”⁷⁵⁰ e pelo reforço da fiscalização sanitária dos imigrantes, muitos dos

⁷⁴⁶ *Idem*.

⁷⁴⁷ ARRUDA, Marcos. Notas de Higiene. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 28 fev. 1888, p. 1.

⁷⁴⁸ ARRUDA, Marcos. Notas de Higiene. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 29 fev. 1888, p. 1.

⁷⁴⁹ ARRUDA, Marcos. Notas de Higiene. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 26 fev. 1888, p.1. ARRUDA, Marcos. Notas de Higiene. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar. 1888, p. 1.

⁷⁵⁰ ARRUDA, Marcos. Higiene e imigração. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1888, p. 1.

quais, segundo ele, desembarcavam nos portos brasileiros em condições precárias, portando doenças e ameaçando a saúde da população nacional.

Embora seus escritos não declarem explicitamente preconceitos contra pessoas negras egressas da escravidão, é evidente que o conjunto de normativas voltadas para controlar o casamento se respaldava nos preconceitos de cor. Como já observado, libertos e libertas eram reiteradamente estigmatizadas como pobres, loucas, preguiçosas, vagabundas, imorais e ébrias. Ainda que não mencionasse o termo *eugenia*, Arruda compreendia a higiene a partir de pressupostos eugênicos. Concebida como “a arte de prevenir e não de curar”⁷⁵¹, a higiene, em sua formulação, pressupunha o controle da hereditariedade por meio do controle da saúde, dos espaços e das relações socioafetivas.

Ao afirmar que, “Na Europa, até os defeitos físicos já estão conhecidamente especificando os povos”⁷⁵², o médico deixava transparecer sua familiaridade com os debates científicos em curso, restando para nós a seguinte questão: afinal, por que Arruda não empregava o termo *eugenia* propriamente dito? Havia algum impeditivo conceitual, político ou institucional para que ele se posicionasse de maneira mais direta? Vale lembrar que, em 1914, o médico Alexandre Tepedino, sob a orientação do professor Miguel Couto, apresentou à Academia de Medicina do Rio de Janeiro a primeira tese brasileira dedicada ao tema, intitulada *Eugenia*⁷⁵³. Já na introdução, Tepedino destacava que a palavra *eugenia* havia sido adotada “pelo illustre philologo João Ribeiro”⁷⁵⁴ na década de 1910. Mais adiante, o autor apontava as dificuldades enfrentadas pela nova ciência, declarando como um de seus principais inimigos o Estado: “A ignorância, a cegueira dos governos, o descaso dos grandes problemas higiênicos, tudo concorre para a dificuldade da Eugenia”⁷⁵⁵.

Diante disso, podemos acreditar que a ausência de uma tradução consolidada para *eugenics* representou um entrave à vulgarização do termo no Brasil? Mais do que isso, a suposta resistência dos setores públicos apresentada por Tepedino teria contribuído para que Arruda

⁷⁵¹ ARRUDA, Marcos. O Projeto de Saneamento – e os srs. Senadores drs. Mercado e Guimarães Junior – parte I. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 abri. 1892, p. 2.

⁷⁵² ARRUDA, Marcos. Higiene e imigração – IV (demografia). **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 21 fev. 1888, p. 1.

⁷⁵³ TEPEDINO, Alexandre. *Eugenia*. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1914.

⁷⁵⁴ *Ibidem*, p. 9. João Ribeiro, em artigo publicado no *Boletim de Eugenia*, justificou sua escolha pela palavra *eugenia*, em detrimento de *eugênica*, como defendiam alguns gramáticos brasileiros. Segundo ele, “O termo – Eugenia – é o mesmo que adotam os italianos que preferem pronunciar – ‘Eugénia’ – e que há muitos anos sugeri como sendo o mais conforme com a índole da nossa língua. O designativo – ‘eugénia’ – é mais eufônico e mais característico que – ‘eugénica’ – como querem alguns que nesse ponto seguem a lição inglesa desde Francis Galton.” (RIBEIRO, João. Questiuñculas. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, fev. 1929, p. 3. Ver também: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras**. Guarapuava: Unicentro, 2019, p. 59-60.

⁷⁵⁵ TEPEDINO, Alexandre. *op. cit.*, p. 22.

recorresse à noção de higiene como substituto conceitual, mais palatável e socialmente aceitável? Seja como for, é importante reconhecer que Marcos Arruda não era o único falando de eugenia por meio de outros termos.

Alberto Seabra, por seu turno, teve uma presença mais comedida nas páginas dos jornais em comparação a Arruda, com colaborações concentradas, sobretudo, entre os anos de 1901 e 1905. Apesar de sua produção ser numericamente menor, Seabra ocupa um lugar de destaque nesta pesquisa pela forma singular com que abordou temas centrais como a família, a infância e a função social da maternidade (questões já pinceladas no capítulo anterior). Coadunado aos preceitos da higiene e da eugenia, Seabra apresentou-se como um defensor da família e da infância, empreendendo uma verdadeira cruzada contra o alcoolismo, a tuberculose e a sífilis⁷⁵⁶. Em sua perspectiva, o alcoolismo exercia um papel particularmente nefasto, pois não apenas degradava o indivíduo ébrio, mas desestruturava a família, desonrava o lar e comprometia, em última instância, o futuro da raça. Em seus escritos, o médico reiterava que a predisposição às doenças mentais era significativamente maior entre alcoólatras e que seus descendentes estariam marcados por uma herança patológica duradoura⁷⁵⁷, figurando como ébrios, idiotas, doentes, desclassificados e criminosos⁷⁵⁸. Por isso, insistia:

É preciso transportar para o domínio humano, fazer viver entre os homens, com a tenacidade de um dogma religioso, este conceito, que só é posto em prática pelos criadores de animais: que a vida, a saúde dos descendentes depende da saúde dos pais; que o ato da concepção exerce poderosa influência que se transmite, que decide dos destinos do ser futuro; que até mesmo perturbações transitórias dos ascendentes, a fadiga, a convalescença –, vão carregar de negras cores o quadro da vida de indivíduos procriados sob tais influências.⁷⁵⁹

O médico articulava uma visão biologizante da reprodução, na qual a saúde moral e física da prole era diretamente determinada pelo estado físico e emocional dos pais no momento da concepção. Influenciado por intelectuais europeus, como Fouillët e Legrain, afirmava que mesmo perturbações transitórias seriam suficientes para comprometer o destino do ser gerado. Nesse sentido, a luta contra o alcoolismo e as doenças venéreas não era apenas uma questão de saúde pública, mas um imperativo civilizacional. Proteger a infância e organizar o que chamava de “cruzada sanitária”⁷⁶⁰ significava investir no futuro da nação, formar uma população “laboriosa e forte” e interromper o ciclo hereditário da degeneração.

⁷⁵⁶ SEABRA, Alberto. O perigo venéreo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 mai. 1904, p. 1.

⁷⁵⁷ SEABRA, Alberto. O alcoosismo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 ago. 1902, p. 1.

⁷⁵⁸ SEABRA, Alberto. O alcoosismo – II. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 ago. 1902, p. 1. SEABRA, Alberto. A propósito de um livro recente: Psiquiatria Forense, pelo dr. Franco da Rocha, II. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 mai. 1905, p. 1.

⁷⁵⁹ SEABRA, Alberto. O alcoosismo – II. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 ago. 1902, p. 1.

⁷⁶⁰ SEABRA, Alberto. Instituto de proteção e de assistência à infância. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 mai. 1903, p. 2.

Dessa forma, criticava as lacunas e brechas dos regulamentos matrimoniais da década de 1890⁷⁶¹, sustentando que, em termos práticos, tais normativas pouco efeito tinham, uma vez que deixavam passar “todas as causas de dissolução da família e de degeneração da raça”. Medidas como o controle das idades mínima e máxima para o casamento ou a proibição de uniões consanguíneas mostravam-se, a seu ver, insuficientes para impedir casamentos degenerados, por isso,

Na ausência da lei, muito importa disseminar largamente, vulgarizar as noções concernentes à hereditariedade e ao contágio de certas moléstias. Que mulher, conhecedora das leis de herança mórbida, se casaria com um sífilítico antes de curado? Não é ela, por instinto a salvaguarda da raça? Não é ela, inconscientemente, a sacerdotisa da seleção da espécie?⁷⁶²

O casamento de um indivíduo sífilítico, afirmava Seabra, constituía um “dos mais graves atentados à moral, à família e à raça”, pois acarretava uma série de perigos de ordem tanto individual quanto hereditária. No plano imediato, elencava os riscos de contaminação da esposa, da estabilidade do lar e da sobrevivência econômica da família, sobretudo em virtude da morte precoce do provedor. No plano hereditário, identificava consequências como a mortalidade infantil e os “estigmas distróficos”, isto é, a degeneração da espécie. Nesse arranjo, a mulher era exaltada como guardiã da pureza racial, investida do papel de seletora legítima dos parceiros e responsável última pela perpetuadora da espécie.

Assim, para enfrentar o problema da sífilis, o médico propunha uma regulamentação mais rígida do matrimônio, inspirada nas legislações dos estados norte-americanos Michigan e Dakota. De acordo com a historiadora Joice Anne Alves Carvalho, o estado de North Dakota, por exemplo, exigia que os pretendentes ao casamento apresentassem um certificado médico que atestasse a inexistência de sífilis e tuberculose. Além disso, a legislação proibia a união matrimonial de indivíduos categorizados como “idiota, imbecil, alienado, epilético e alcoolista confirmado”⁷⁶³. Embora Seabra admitisse tratar-se de uma “legislação aparentemente brutal”, capaz de reduzir os doentes a “párias sem lar”, ele sustentava a sua necessidade. A medida era justificada como virtuosa, impulsionada fundamentalmente por uma “piedade para com as gerações vindouras”⁷⁶⁴.

⁷⁶¹ O casamento civil foi instituído no Brasil logo após a Proclamação da República, por meio de decretos específicos do Governo Provisório que visavam secularizar as instituições estatais e separar a Igreja do Estado. A principal lei que tornou o casamento civil uma realidade jurídica foi o Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890. Para saber como se deu esse processo e a forma pela qual a sociedade e a imprensa tensionadas as novas regulamentações matrimoniais, conferir: BRITO, Maria Luzia Alves. **Casamentos Tumultuários: família, imigração e o crime de poligamia entre Império e República** (Rio de Janeiro: 1870-1910). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2025, p. 87-88.

⁷⁶² SEABRA, Alberto. O perigo venéreo – III. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1904, p. 1.

⁷⁶³ CARVALHO, Joice A. A. **O discurso sobre o “ser mulher” e seus outros na construção do projeto de Brasil Eugênico 1910-1940**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2015, p. 66.

⁷⁶⁴ SEABRA, Alberto. O perigo venéreo – III. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1904, p. 1.

Desse modo, Alberto Seabra não foi o primeiro a advogar pela reformulação dos códigos jurídicos que regulamentavam o matrimônio. Magali Gouveia Engel destaca que, três anos após a promulgação do Decreto nº 181/1890, a discussão de um projeto de lei sobre o divórcio apresentado na Câmara dos Deputados levou

[...] um dos parlamentares a consultar a Academia de Medicina acerca do seguinte ponto, dentre outros: ‘A esterilidade, a alienação mental, a sífilis e o alcoolismo justificam o divórcio e em que condições?’. Reconhecendo a gravidade e a importância da questão, afetava não apenas aos ‘cuidados da ciência médica’, mas também ‘a múltiplos interesses da vida civil’, a Academia nomearia uma comissão – composta pelos Drs. Francisco de Castro, Teixeira Brandão e Costa Ferraz – para estudá-la profundamente.⁷⁶⁵

Segundo a autora, a despeito da ausência de desdobramentos concretos, a demanda por um posicionamento da Academia de Medicina denotava, por si só, o avanço da autoridade médica e a validação de sua intervenção na esfera das relações matrimoniais. Mais do que isso, para nós, a criação dessa comissão sinaliza o fortalecimento dos debates eugênicos tanto no campo político quanto na arena pública, visto que o tema gerou polêmicas acaloradas nas tribunas parlamentares e na imprensa da época⁷⁶⁶.

Na esteira dessa discussão, o então deputado Érico Coelho apresentou ao Congresso Federal o primeiro projeto de revisão do casamento civil, propondo modificações significativas em algumas de suas disposições. Entre as sugestões, interessa-nos aquelas que tratavam da possibilidade de anulação do casamento ou de divórcio, como a proposta do artigo 4º:

Art. 4º São erros pessoais que anulam o casamento os que versaram: a) sobre a virgindade da mulher; b) engano de identidade de pessoa; c) crime do cônjuge, anterior ao casamento, prescrito ou não; d) defeito orgânico de correção incerta ou desordem funcional manifesta, que impossibilitem a procriação; e) moléstia asquerosa ou grave, transmissível por contágio ou herança (com particularidade a alienação mental de qualquer forma), manifestada anteriormente ao casamento.⁷⁶⁷

Se observamos atentamente, perceberemos a proeminência dada à reprodução na validação do matrimônio. Ainda que as enfermidades não fossem especificadas, as alíneas “d” e “e” do artigo proposto por Coelho previam que deficiências orgânicas ou adquiridas e doenças transmissíveis, quando associadas à incapacidade de procriar ou ao risco hereditário, constituíam fundamentos legítimos para a anulação ou dissolução do casamento.

Já o texto original da lei deixava esses casos em aberto, determinando que apenas os “paes, tutores ou curadores dos menores ou interdictos” detinham a prerrogativa de exigir do

⁷⁶⁵ ENGEL, Magali G. *Delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 352 p. Loucura & Civilização collection. p. 167.

⁷⁶⁶ GARZONI, Lérica de Castro. **Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária** (Rio de Janeiro, início do século XX). Tese de doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas 2012, p. 156.

⁷⁶⁷ O Divórcio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 jun. 1893, p. 1.

pretende de seus filhos e filhas certidão de vacina ou exame médico que atestasse a ausência de moléstia incurável ou transmissível⁷⁶⁸. Ou seja, não havia uma regra que tornasse essa exigência obrigatória para todos os matrimônios, tampouco uma definição precisa das enfermidades que se enquadrariam nas categorias de “incuráveis” ou “transmissíveis”. Dessa forma, o Decreto nº181 abria brechas interpretativas que dificultavam a implementação objetiva de medidas de controle sobre indivíduos sífilíticos, tuberculosos e outros classificados como “degenerados”.

Uma década depois, Alberto Seabra retomaria esse debate, conferindo-lhe novos contornos ao deslocar o eixo da discussão para a centralidade da infância. Ao lançar luz sobre a questão infantil a partir da perspectiva da puericultura, o médico passou a denunciar a inexistência de instituições voltadas à proteção da criança, ao mesmo tempo em que advogava a implementação de políticas públicas de assistência e moralização social. Em sua perspectiva, caberia ao aparato estatal exercer controle sistemático sobre as famílias, especialmente no que se referia à conduta sexual e aos hábitos dos pais. Afinal, dizia ele,

[...] a mais eficaz reforma é a reforma interior, a formação moral do indivíduo na escola do trabalho, da previdência, da temperança, da energia, do *self-control*. Como dizia Spencer, não há alquimia legislativa ou política que possa transformar caracteres de chumbo em caracteres de ouro.⁷⁶⁹

Refletindo as incoerências de sua época, Seabra mesclava princípios lamarckista aos mendelianos para fundamentar seus argumentos⁷⁷⁰. Para tanto, no artigo *A lei e a mortalidade das crianças*, ele contrastava o cenário de penúria do proletariado inglês do século XIX – marcado pela exploração do trabalho e salários ínfimos – com a evolução higiênica e social conquistada por aquela nação no alvorecer do século XX. Afirmava que essa transformação só teria sido possibilitada pela adoção de prática de puericultura e de regeneração moral. Embora atribuísse parte desse êxito ao que denominava “valor da raça” inglesa, Seabra argumentava que o Brasil também poderia alcançar avanços semelhantes, ainda que em proporções distintas, desde que adotasse medidas análogas voltadas à proteção da infância e das mulheres.

Assim, no texto intitulado *Puericultura*⁷⁷¹, o médico detalhava sua proposta, conferindo às mulheres um papel central no processo de salvaguarda da primeira infância. Diferentemente do que apresentara em *O perigo venéreo*, onde exaltava a mulher como sacerdotisa da raça, neste texto ele as descrevia como vítimas “seduzidas” e “abandonadas”. Enquanto o ideal de agência,

⁷⁶⁸ BRASIL. **Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890**. Promulga a lei sobre o casamento civil. Rio de Janeiro, RJ. Ver Artigo 20°.

⁷⁶⁹ SEABRA, Alberto. *A lei e a mortalidade das crianças*. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 set. 1905, p. 1 e 2.

⁷⁷⁰ No discurso proferido na Escola Complementar em 1901, o médico declarava que “As nossas faculdades mentais são produtos hereditários de experiências acumuladas.” (O Ensino Público – discurso proferido pelo dr. Alberto Salles na sessão solene de distribuição dos diplomas aos professorandos da Escola Complementar anexa à Normal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 dez. 1901, p. 1 e 2.

⁷⁷¹ SEABRA, Alberto. *Puericultura*. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 out. 1904, p. 1.

pureza e maternidade regeneradora era reservado às mulheres brancas e abastadas, a denúncia da negligência estatal recaía sobre as mulheres pobres e trabalhadoras. Eram estas, e não aquelas, que sofriam concretamente com a ausência de políticas públicas de amparo, e, portanto, demandavam mediadores que pleiteassem por sua proteção.

Dessa forma, Seabra denunciava o caráter pernicioso da legislação vigente, que eximia os homens de qualquer obrigação sobre os filhos tidos fora do casamento. Para o autor, a proibição da investigação de paternidade tornava o estado cúmplice da marginalização da criança ilegítima, transformando-a em “pária da vida social” e em alvo de uma sequência de violências, como o aborto, o infanticídio e o abandono. Sob essa perspectiva, o reconhecimento da paternidade ultrapassava os limites de um mero gesto de justiça individual, configurando-se como uma medida de “profilaxia social”⁷⁷². Exigir o envolvimento paterno na criação dos filhos era, em sua opinião, uma medida de puericultura, pois aliviava o peso atribuído às mulheres, que, sozinhas, viam-se obrigadas a conciliar as funções de provedoras do lar com as de cuidadora dos filhos.

Na segunda parte do texto, publicada uma semana depois⁷⁷³, Seabra reafirmava a ideia de que o corpo feminino deveria ser poupado do trabalho produtivo industrial, pois a energia da mulher era entendida como reserva biológica da espécie. Defendia que a maternidade era uma “função social” de interesse nacional e que nenhuma outra prioridade deveria se sobrepor ao projeto de formar “mulheres vigorosas e sólidas” para garantir uma “maternidade sadia e fecunda”. A proteção à infância, nesse modelo, passava pela contenção do trabalho feminino e infantil, pela defesa da domesticidade como destino natural da mulher e pela regulação moral das relações sexuais. O corpo materno, por fim, era tratado como um “depósito sagrado” – não de direitos, mas de obrigações em nome do futuro da nação.

Por fim, não era novidade alguma que, em uma sociedade atravessada por hierarquias de gênero, o casamento ocupasse lugar central nas expectativas destinadas às jovens mulheres das camadas médias e altas. No entanto, com a crescente infiltração da ciência nos domínios cotidianos da vida privada, a ampliação do acesso à educação formal e a circulação das ideias feministas, essa preocupação passou a transbordar os limites do universo feminino, capturando cada vez mais o interesse e a vigilância dos intelectuais e articulistas homens na imprensa. A instituição do casamento, longe de ser naturalizada apenas como um destino pessoal ou familiar, passou, então, a ser reconfigurada como eixo normativo da mulher eugênica, ganhando contornos mais racionais e patrióticos.

A ambiguidade discursiva que envolvia a figura da mulher – ora responsabilizada pelos males sociais, ora enaltecida como pilar da regeneração nacional – começava a adquirir contornos

⁷⁷² *Idem.*

⁷⁷³ SEABRA, Alberto. Puericultura II. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 1904, p. 1.

mais definidos, à medida que o papel feminino era progressivamente ressignificado sob a perspectiva biologizante. Nesse enquadramento, nos debates médicos da imprensa, a maternidade foi elevada à condição de missão cívica, profundamente vinculada a um projeto eugênico de regeneração da raça e de fortalecimento demográfico do Estado.

EPÍLOGO

AS CRIANÇAS NAS FOLHAS DE *A PROVÍNCIA DE S. PAULO*: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA PENSAR EUGENIA, INFÂNCIA E TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Ao longo desta pesquisa, deparamo-nos com um volume expressivo de notícias, artigos e anúncios em que crianças, majoritariamente negras e pobres, ocupavam o centro de enredos dramáticos, marcados por diferentes formas de violência. Longe de figurarem como casos isolados, essas histórias emergiram de forma quase compulsória em nosso percurso investigativo, revelando-se como elementos estruturantes das disputas em torno da experiência da liberdade e da maternidade no pós-abolição, ao mesmo tempo em que apontavam para mais uma ramificação da eugenia. Em meio à documentação consultada, pululavam os casos de meninas e meninos que, além de fugirem dos castigados físicos, palmatórias e bordoadas dos seus tutores e tutoras, eram frequentemente abandonados por suas famílias ou mesmo sequestrados por terceiros. Não foram raros os registros de meninas submetidas à violência sexual pelos próprios pais ou familiares – um traço cruel de continuidade histórica no Brasil –, nem os de meninos fugidos de instituições orfanológicas e correccionais.

Dentre tantos recortes possíveis ofertados pela imprensa, chamaram-nos especial atenção as insistentes matérias que articulavam educação infantil, trabalho agrícola e correção moral sob a promessa de uma intervenção social redentora, como, por exemplo, a tentativa de casar as “melhores” educandas do Seminário da Glória com os “melhores” órfãos da Colônia Orfanológica São Paulo das Cachoeira. Contudo, diante da impossibilidade de enfrentar simultaneamente dois campos de análise que, embora complementares, são densos e complexos em si mesmos (maternidade e infância)⁷⁷⁴, optamos por iluminar aqui apenas alguns pontos que nos parecem relevantes para agendas de pesquisas futuras. Esperamos, assim, contribuir com indícios e apontar caminhos preliminares àqueles que desejarem desbravar novas paragens investigativas onde a

⁷⁷⁴ De forma exemplar, a historiadora Marília B. A. Ariza conseguiu dar conta desses dois grandes grupos ao analisar as disputas pela liberdade e o trabalho de crianças e mães (escravizadas ou libertas) em São Paulo, focando nos contratos de soldada e nas tutelas como formas de agenciamento de mão de obra infantil no contexto da emancipação. Para saber mais, conferir: ARIZA, M. B. A. **Mães infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2017.

infância e a eugenia se entrecruzam antes de 1920, tecendo cenários ainda pouco explorados pela historiografia da ciência.

Reconhecendo a indissociabilidade do processo emancipatório com a formulação de teorias racistas e segregacionistas, passamos a compreender a eugenia como uma experiência histórica, logo, como um processo vivo, incerto, em permanente reconfiguração, sem uma gênese ou origem. Essa perspectiva nos possibilita apreender as especificidades da eugenia brasileira, especialmente enquanto epistemologia operante, produtora e legitimadora de hierarquias e desigualdades sociais. Constatadas essas premissas, somos levados a questionar qual era o modelo de infância idealizado pelo Estado. Afinal, munidos da teoria da hereditariedade e da promessa de melhoramento racial, quais corpos infantis eram considerados desejáveis, educáveis, regeneráveis, e quais, ao contrário, eram marcados como ameaça à ordem racial e social? Quem detinha o direito de formar família, de casar-se e de reproduzir-se em um contexto atravessado pelas teorias evolucionistas?

Regeneração, moralidade e trabalho infantil: alguns casos encontrados

Há na colônia alguns menores, especialmente um, que foi enviado d'esta capital e outro de nome José de Souza, que em estado deplorável foi recolhido, tratado e remetido à colônia pelo doutor juiz de órfãos do Amparo, e que ainda em tenra idade eram já entes perdidos e degredados pela miséria, pela embriagues e outros vícios, e que, com certeza, mais tarde, senão tivessem encontrado braços protetores que os arrancassem da estrada dos vícios e dos crimes, seriam vítimas dos próprios vícios, ou povoadores das cadeias públicas, e entretanto estão hoje regenerados, e mais tarde *serão talvez cidadãos úteis para o país*.⁷⁷⁵

Era assim que Miguel Monteiro Godoy, chefe da 4ª Seção da Secretaria do Governo, descrevia os meninos órfãos da Colônia de São Paulo das Cachoeiras do Amparo em seu relatório anual, encaminhado em 1880 ao então Presidente da Província, Laurindo Abelardo de Brito. O documento, de caráter administrativo, escapava das gavetas da burocracia para ocupar quatro extensas colunas da *Província de São Paulo*, e povoar as mentes irrequietas das elites agrárias paulistas. Sua visibilidade não se limitava à transparência institucional, mas carregava, antes de tudo, o propósito de incitar fazendeiros a reorientarem seus esforços na administração de braços trabalhadores livres.

⁷⁷⁵ GODOY, Miguel M. Colônia Orfanológica de S. Paulo das Cachoeiras. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 6 fev. 1881, p. 2. Grifos nossos.

Inaugurada em 3 de novembro de 1877 e instalada num sítio de aproximadamente duzentos alqueires, a colônia era de propriedade dos Srs. Gomes e Mouth e localizava-se a cerca de três léguas da cidade de Amparo. Segundo as informações apressadas do relatório de Godoy, o estabelecimento dispunha de tão somente um edifício principal, que servia simultaneamente de moradia aos proprietários e aos órfãos e menores ali recolhidos, além de uma capela, uma olaria e pequenas construções destinadas ao armazenamento de cereais e ao preparo da farinha de milho, realizadas em pilões movidos à força d'água. A finalidade central do empreendimento era a cultura do café, atividade para a qual contava, à época, com uma plantação estimada em 58 mil pés. De acordo com Godoy, a plantação de café era “excelente” e seu manejo e beneficiamento era de responsabilidade de famílias de empreiteiros cearenses e paulistas que, contratados sem qualquer formalidade legal, moravam nas imediações dos cafezais, em moradias construídas por eles próprios. Os empreiteiros recebiam remuneração por jornada de trabalho e podiam, de acordo com o relatório, desligar-se da colônia a qualquer momento. Das dozes famílias cearenses inicialmente contratadas para os serviços da colônia, sete haviam liquidado suas contas, restando apenas cinco em atividade no momento do relatório.

Apesar das elevadas despesas da fazenda e de um faturamento praticamente nulo, a colônia projetava sua extensão por meio da substituição progressiva da mão de obra adulta por braços infantis e jovens. Até o final de 1880, o estabelecimento abrigava 36 meninos, com idade entre 9 e 19 anos, oriundos de diferentes localidades da província. Não sendo crianças nascidas de ventre livre, o documento declarava que parte desses menores teria se apresentado de forma voluntária, enquanto outros tinham sido entregues por seus próprios pais; havia ainda aqueles encaminhados por autoridades judiciais, como o então juiz de órfãos de Amparo, Francisco Rodrigues Sette Filho, e o juiz de direito da 2ª Vara de São Paulo, Bellarmino Peregrino da Gama e Mello⁷⁷⁶. Submetidos a um regime

⁷⁷⁶ O apoio e a aliança entre os proprietários da colônia e as autoridades competentes mostravam-se fundamentais para a consolidação do empreendimento, uma vez que grande parte das crianças ali internadas chegava após ser retirada coercitivamente de suas casas ou das ruas, muitas vezes sob acusações genéricas de maus-tratos, vadiagem ou pequenos delitos. Segundo o juiz de órfãos Francisco Rodriguez Sette Filho, um menino de 12 anos havia sido encaminhado à colônia porque era “filho de uma vagabunda” que vivia embriagada. Por isso, um articulista do jornal, em texto publicado em julho de 1880, chamava atenção para o fato de que, “sem a intervenção dos juizes de órfãos e da polícia”, seria difícil ampliar o número de meninos na colônia, convocando, assim, o poder público a colaborar com o projeto por meio do auxílio de juizes e delegados. Conferir: A Colônia Orfanológica de S. Paulo das Cachoeiras. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 29 jul. 1880, p. 1. SETTE FILHO, F. R. A Colônia Orfanológica de S. Paulo das Cachoeiras: termo e município. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1880, p. 1.

de “disciplina militar” e religiosa, os meninos pobres e órfãos, eram organizados por idade e força física, sendo alocados em diferentes frentes de trabalho, cada uma atentamente supervisionada por um instrutor. Suas atividades incluíam desde o roçado e a colheita dos cafezais, passando pelo cultivo e beneficiamento de cereais, até o preparo da farinha de milho, tarefas domésticas e atividades manuais na olaria, na carpintaria e na alvenaria.

Em que pesasse a dureza da rotina laboral, Godoy fazia questão de destacar que:

Observa-se na colônia toda a moralidade, ordem, respeito e amor dos menores para os proprietários e seus superiores, e destes para com aqueles de modo que parece que não existe ali senão uma só família de que todos fazem parte; notando-se o carinho com que são tratados os menores pelo diretor e sócio, o sr. Mouth, e muito especialmente por sua exma. senhora, que dignamente *desempenha o lugar de verdadeira mãe de família* para todos os menores e órfãos do estabelecimento.⁷⁷⁷

As historiadoras Irene Rizzini e Irma Rizzini destacam que, nos séculos XIX e XX, “crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos”⁷⁷⁸ eram frequentemente encaminhadas a instituições assistencialistas como se fossem órfãos ou abandonadas, mesmo quando tinham pais e mães vivos. Nesse sentido, os filhos das famílias de empreiteiros que delegavam à colônia a instrução e tutela de seus descendentes, por exemplo, acabavam, ainda que informalmente, renunciando ao exercício pleno da autoridade parental. Essa dinâmica convertia as crianças, no plano institucional, em órfãos de pais e mães vivos, apagando, ainda que temporariamente, seus vínculos familiares e permitindo que o Estado ou seus tutores ocupassem o lugar de gestor da infância pobre, sob o discurso da proteção e da disciplina.

Desse modo, a narrativa das elites agrárias sobre meninos e meninas em situação de pobreza era cuidadosamente construída sob o signo da moralidade, respeito e amor para legitimar o regime de tutela e disciplinamento infantil. Ao afirmar que todos da colônia pareciam integrar “uma só família”, Godoy mobilizava a metáfora da ordem e progresso para neutralizar as assimetrias de poder e ocultar as condições de subordinação e exploração vividas por aqueles menores. A figura da esposa do proprietário Mouth, exaltada como uma “verdadeira mãe de família”, cumpria um papel duplo: o da exaltação da maternidade branca caridosa e filantropa que abdicava do seu tempo e dedicava amor para acolher e cuidar de crianças que não eram suas, mas da nação; e o da camuflagem da exploração infantil sob a roupagem de proteção, formação moral e integração social.

⁷⁷⁷ Idem. Grifos nossos.

⁷⁷⁸ RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Editora Loyola, 2004, p. 13.

Esse tipo de retórica esvaziava a agência das famílias pobres e negras e reafirmava o monopólio do Estado e das elites filantropas sobre a educação e cuidado da criança ditas desvalidas.

Contudo, as fontes têm nos revelado que mães, pais e crianças não permaneceram à margem dessas disputas. A historiografia tem evidenciado que a entrega de filhos a instituições assistenciais não deve ser compreendida como um simples ato de abandono, mas antes, como uma estratégia de sobrevivência adotada em contextos marcados por extrema precariedade e situações-limite⁷⁷⁹. Da mesma forma, meninos e meninas, quando usurpados dos seus direitos básicos e submetidos a castigos desmedidos, reagiam como podiam, e, não raro, fugiam das instituições ou dos lares dos tutores. Foi o caso de dois meninos da Colônia que se queixaram da “hora da escola, e das refeições que eles achavam ser muito tarde, visto ser o almoço ao meio-dia, e o jantar às 5 horas da tarde, e não ser a escola em hora certa”⁷⁸⁰. José de Camillis, de 15 anos, e João de Souza, de 12, fugiram e, quando “capturados no saguão do edifício do correio”, declararam ao delegado terem escapado do Orfanato Christovão Colombo devido aos maus-tratos sofridos⁷⁸¹. Lourença Maria de Jesus protagonizou uma história deveras inusitada: pagou por trinta anúncios na *Província de S. Paulo*, para interpelar publicamente o juiz de órfãos de Paraibuna sobre o paradeiro de sua filha ingênua, Benedicta. Os anúncios eram objetivos e confrontavam diretamente a autoridade judicial, indagando: “Sr. juiz de órfãos – Quando me entrega minha filha Benedicta, a que o sr. juiz daí levou para Niterói *de presente*, à sua mana ou cunhada?”⁷⁸².

⁷⁷⁹ Para saber mais, conferir: AZEVEDO, Gislane C. **De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juizes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). São Paulo, 1995. PAPALI, Maria Aparecida C. R. **Escravos, órfãos e libertos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003. ARANTES, Adlene S. Colônia Orfanológica Isabel: uma escola para negros, índios e brancos (Pernambuco 1874-1889), **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 20, p. 105-136, maio/ago. 2009. ARIZA, Marília B. A. Crianças/Ventre Livre. In: SCHWARTZ, Lilia M.; GOMES, Flavio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169. ZANIANI, Ednéia J. M. **Sob os auspícios da proteção: Moncorvo Filho e a higienização da infância**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2008. AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (193-1945)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

⁷⁸⁰ SETTE FILHO, Francisco Rodriguez. A Colônia Orfanológica de S. Paulo das Cachoeiras: termo e município do Amparo. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1880, p. 1

⁷⁸¹ **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 jun. 1902, p. 2.

⁷⁸² Paraibuna. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 12 jul. 1887, p. 2.

Não sabemos se a dupla José e João, na flor da idade da arte de aprontar, exageraram ou mentiram sobre os castigos que alegaram sofrer, tampouco se Benedicta retornou à cidade de Paraibuna após a exposição do caso nas páginas da imprensa. Ainda assim, tais incertezas não ocultam um dado de realidade: os destinos de meninos e meninas ingênuas foram marcados por trajetórias tortuosas e atravessados por violências, deslocamentos forçados e perda de vínculos familiares. Com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, modalidades como o contrato de soldada e os regimes de tutela de menores tornaram-se práticas recorrentes, servindo para reconfigurar antigas formas jurídicas e sociais de apropriação e controle da mão de obra de crianças e jovens pobres, órfãos, ingênuos e libertos no Brasil. Fundamentado nas Ordenações Filipinas e gerido pelos Juízes de Órfãos, esse sistema passou a operar, sobretudo, como instrumento de regulação e disciplinamento das camadas populares, especialmente das famílias negras, libertas e chefiadas por mulheres sós⁷⁸³. O juiz de órfãos detinha amplos poderes, podendo retirar o pátrio poder de mães e pais considerados incapazes e transferir a guarda de suas filhas e filhos a terceiros.

Assim sendo, a tutela era o instrumento legal por meio do qual a guarda da criança era transferida a um adulto, sob o argumento de assegurar sua proteção, alimentação e educação. Já a soldada era um contrato de locação de serviços, muitas vezes acoplado ao regime de tutela, no qual a criança era alugada para trabalhar em troca de uma remuneração paga ao tutor ou responsável legal⁷⁸⁴. De acordo com a historiadora Gislane C. Azevedo, a disciplinarização dos espaços públicos fez com que os juízes de órfãos assumissem um papel fundamental na condução das questões relacionadas à infância e ao universo infantil.

De modo geral, a análise dos documentos mostra que, de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a tutela deixou de ser usada segundo os princípios de proteção da criança para se tornar um amplo mecanismo de agenciamento do trabalho infantil. Não raro, as pessoas faziam pedido de tutela para terem crianças e adolescentes executando-lhes serviços de forma compulsória.

E foi exatamente o que o sr. Moreira fez. Ao identificar as brechas da lei, ele transformou sua tutelada, Ignacia, em sua escrava. A denúncia registrada em 1883 na *Província*⁷⁸⁵ dizia que Moreira, sem recursos para adquirir cativos no modelo tradicional,

⁷⁸³ ARIZA, M. B. A. *op. cit.*, p. 19, 39; AZEVEDO, Gislane C. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. **Histórica – Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 27, 2007, p. 2.

⁷⁸⁴ ARIZA, M. B. A. *Op. Cit.*, p. 20, 150; AZEVEDO, Gislane C. *op. cit.*, p. 4,5.

⁷⁸⁵ Como se tratam os órfãos. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1883, p. 3.

submetia a menina a condições degradantes de higiene, obrigando-a a vender quitandas nas ruas para se apropriar dos lucros de seu trabalho.

Os Srs. Gomes e Mouth também não deixaram escapar a oportunidade, manifestando-se dispostos a “receber também ingênuos”, caso os senhores de mães escravizadas optassem por dispensar os serviços dos pequenos em troca da quantia decretada pela lei de 28 de setembro de 1871⁷⁸⁶. O projeto era claro: substituir os empreiteiros adultos por órfãos “de 12 anos para menos”, o que, segundo Godoy, representaria uma vantagem administrativa, já que a experiência demonstrava ser “mais fácil dirigir 150 menores do que vinte famílias de adultos com costumes, condições e hábitos diversos”⁷⁸⁷. Ainda que a colônia não fosse considerada uma “colônia modelo”, e o próprio relatório apontasse a necessidade de inúmeras melhorias, ficava evidente que os planos de seus proprietários eram ambiciosos e que o relator comungava de suas propostas. Assim, mais do que simplesmente formar mão de obra agrícola, os srs. Gomes e Mouth também queriam submeter os menores ao exercício do manejo de armas de fogo, com o objetivo declarado de prepará-los “para auxiliar o governo e autoridades locais em emergências”. Além disso, desejavam

[...] receber algumas educandas do Seminário da Glória para o serviço doméstico do estabelecimento, mediante retribuição, as quais poderão em tempo oportuno ligar-se pelo casamento com os menores do mesmo estabelecimento, que pela sua idade, bom comportamento e afeição possam contrair este enlace, e formar assim famílias de trabalhadores agrícolas; o que seria tanto mais provável se a província, como em tempos passados, proporcionasse uma quantia para dote das que se casassem.⁷⁸⁸

Assim como Galton, em *Hereditary Talent and Character* (1865)⁷⁸⁹, sustentava que o cruzamento entre homens e mulheres portadores de qualidades superiores promoveria o aprimoramento da espécie humana, Gomes e Mouth pareciam igualmente convencidos de que a formação de famílias compostas por indivíduos obedientes, laboriosos e moralmente “ajustados” garantiria a regeneração social e a perpetuação de

⁷⁸⁶ Cumpre lembrar que a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, declarava livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquela data. No entanto, essa liberdade era profundamente condicionada. Até os oito anos de idade, essas crianças, denominadas “ingênuas”, deveriam permanecer sob a tutela dos senhores de suas mães, que tinham a obrigação legal de alimentá-las e vesti-las. Ao completarem oito anos, cabia ao senhor decidir entre entregá-las ao Estado, mediante indenização de 600 mil réis, ou retê-las sob sua autoridade até os 21 anos, explorando sua força de trabalho sem qualquer retribuição financeira. (BRASIL. Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em jan. 2024.)

⁷⁸⁷ GODOY, Miguel M. Colônia Orfanológica de S. Paulo das Cachoeiras. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, 6 fev. 1881, p. 2.

⁷⁸⁸ *Idem*.

⁷⁸⁹ GALTON, Francis. Hereditary talent and character. *Macmillan's Magazine*, Londres, 12, p. 157-66, 1865. p. 165.

bons caracteres em suas terras. Nesse sentido, a Colônia Orfanológica de São Paulo das Cachoeiras tinha como objetivo explícito “formar cidadãos úteis, que sejam ao mesmo tempo bons trabalhadores rurais, bons operários e bons soldados para defesa da segurança e ordem pública, e que constituam mais tarde famílias de agricultores”⁷⁹⁰. Cumpre notar que, neste empreendimento, não se projetava a ascensão dos meninos “órfãos” à condição de proprietários ou fazendeiros, mas sim sua fixação permanente na posição de trabalhadores subalternos. Ao se posicionar como “empresa”⁷⁹¹, a colônia era concebida como um espaço reprodutivo de trabalho disciplinado no campo, integrado a um projeto de engenharia social ancorado em pressupostos que podem ser qualificadas como eugênicos.

Assim sendo, teriam os proprietários da colônia conseguido arranjar casamentos entre seus jovens tutelados e as educandas do Seminário da Glória? Mais ainda, teriam tais planos extrapolado o campo das ideias e se materializado no cotidiano desses meninos e meninas? Além disso, outras instituições voltadas à assistência de crianças empobrecidas teriam também arquitetado uniões matrimoniais entre seus internos sob a justificativa da regeneração social? O que as colônias orfanológicas têm a nos revelar sobre as práticas eugênicas que não permaneceram apenas no plano das formulações ideológicas, mas que incidiram concretamente sobre a vida, os afetos e os corpos de crianças e jovens vulneráveis?

A arquitetura desses arranjos revela que o controle exercido pelo Estado e pelas elites dirigentes transcendia a esfera do trabalho, estendendo-se à regulação da sexualidade, da reprodução e dos vínculos conjugais. Não foi ao acaso que a infância assumiu centralidade nos debates médicos e políticos da imprensa oitocentista⁷⁹², servindo como ponto de partida para todo um projeto de engenharia social. Tal propósito fica evidente nas palavras de Adolpho Moróe, que, em 1882, resumiu a missão das colônias em “fazer da criança um cidadão; do órfão a virilidade aperfeiçoada; do pobre o homem do trabalho; e do artífice, bons pais de família”⁷⁹³. Cada vez mais ficava evidente para os artífices daquelas ideias e projetos que, para “arrumar a casa”, não bastava uma

⁷⁹⁰ *Idem*.

⁷⁹¹ A Colônia Orfanológica de S. Paulo das Cachoeiras. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1880, p. 1.

⁷⁹² SILVEIRA, Daniela M. da. “Restos da escravidão” e violência cotidiana: conflitos femininos expostos na primeira página da *Gazeta de Notícias* (1890). **ArtCultura**, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 84-99, jan.-jun. 2021, p. 93.

⁷⁹³ MORÓE, Adolpho. Colônia Orfanológica. **A Província de S. Paulo**, São Paulo, 21 out. 1882, p. 1.

família presente e amorosa ou uma mãe eugênica. Era preciso reajustar a própria noção de infância, desqualificar os lares populares e instaurar um modelo ideal de maternidade e filantropia, reservado às mulheres brancas de classe média e alta. Deste modo, os jornais cumpriram papel decisivo exaltando a mãe burguesa como guardiã da ordem moral, e denunciando a mãe pobre como indesejável, ignorante ou perversa, enquanto seus filhos eram representados como sujeitos à deriva, potenciais vagabundos, um perigo em potencial. Em meio a uma avalanche de afirmações de escravocratas que se afirmavam contrários à escravidão, mas que defendiam a tese de que a abolição não podia acontecer naquele momento em razão do despreparo da população negra para a liberdade, educar crianças para o trabalho disciplinado significava moldar futuros trabalhadores úteis e produtivos para a nação (leia-se “para a elite”).

Nesse contexto, *A Província de S. Paulo* funcionou como um veículo de divulgação e legitimação dos empreendimentos voltados à disciplinarização da infância pobre, revelando-se como um espaço estratégico na difusão das obsessões reformistas das elites nacionais. É interessante notar como a visibilidade conferida aos orfanatos, asilo e institutos correcionais estava comumente associada à exaltação pública das figuras responsáveis por sua administração, sempre retratadas como cidadãos benevolentes, caridosos e esclarecidos, sensíveis à sorte dos necessitados e supostamente comprometidos com os destinos da nação. A filantropia, nesse registro, funcionava como uma linguagem de legitimidade, revestindo de nobreza empreendimentos marcados por interesses de classe, coerção institucional e moralização da pobreza.

Um caso que chamou nossa atenção foi a trajetória, digamos, ambígua do juiz órfãos da 2ª Vara de Infância, Hypolito de Camargo, cujo nome aparecia, volta e meia, associado a processos controversos e decisões judiciais questionáveis. Se, em 1895, o magistrado participou da operação conduzida pelo chefe de polícia Bento Bueno, na qual mães prostitutas foram apreendidas com o objetivo de recolher seus filhos, no ano seguinte, reuniu em sua casa “vários cavalheiros [...] com o fim de discutir a melhor forma de estabelecer um auxílio as crianças abandonadas”⁷⁹⁴. À época, *O Estado de S. Paulo* publicou três notas⁷⁹⁵ em apoio ao projeto que anunciava a intenção de fundar um instituto orfanológico feminino⁷⁹⁶. Contudo, poucos dias depois, em 15 de agosto, Camargo

⁷⁹⁴ Associação Protetora das Crianças. *O Estado de S. Paulo*: São Paulo, 02 ago. 1896, p. 2.

⁷⁹⁵ As notas se deram, respectivamente, nos dias 02, 08 e 10 de agosto de 1896.

⁷⁹⁶ Sociedade da infância abandonada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 de agosto de 1896, p. 1.

requisitou a apreensão de 40 crianças – 22 meninos e 18 meninas – que trabalhavam no Teatro Apollo⁷⁹⁷. Segundo a justificativa oficial, além da companhia de teatro ser uma “escola de imoralidades”, os menores estariam submetidos a jornadas excessivas de trabalho, vivendo em condições precárias de higiene, abandono e exploração.

O que poucos poderiam prever é que tanto setores da sociedade quanto o próprio periódico passariam a questionar e criticar publicamente a atuação de Hypolito, qualificando-a como um “ato violento, arbitrário e inútil”⁷⁹⁸. O episódio passou a ser interpretado como um “erro gravíssimo”, sobretudo porque pais e mães reivindicaram pessoalmente a soltura de seus filhos e filhas. O leitor Garcia Redondo, em manifestação publicada no jornal, levou a crítica mais longe ao indagar por que o juiz não demonstrava a mesma sensibilidade em relação a outras crianças que viviam submetidas a condições semelhantes de trabalho. Afinal, por que “requer a apreensão de uns e não requer a de outros?”⁷⁹⁹. Após a comoção social provocada pelo episódio, no dia 20 de agosto, foram “restituídas a seus pais as crianças que haviam sido violentamente sequestradas em asilos de caridade”⁸⁰⁰. O caso foi oficialmente encerrado com a concessão de *habeas corpus*, mas, para nós, ficaram alguns questionamentos: haveria coincidência entre a atuação de Hypolito de Camargo na apreensão de menores e sua participação direta na criação de instituições orfanológicas? Afinal, qual era o verdadeiro propósito da então idealizada Associação Protetora das Crianças de Hypolito?

Sem aprofundar as pesquisas, foi possível entender que, passados os anos, as medidas de repressão aos meninos ditos “carniceiros”, “violentos” e “vadios”, só cresceram. Mas as custas de que, de quem? A título de exemplo, em 1898, *O Estado* noticiou o debate em torno de uma medida municipal que ordenava a remoção forçada dos meninos engraxates dos principais pontos de circulação do centro de São Paulo, como o Largo do Tesouro e a Rua Marechal Deodoro. Para o Intendente de Polícia e Higiene, João Bueno, o interesse público – como as “conveniências do trânsito”⁸⁰¹ – estava acima do interesse dos meninos trabalhadores que lotavam os estacionamentos públicos, e atrapalhavam o acesso aos hotéis e lojas da cidade.

⁷⁹⁷ As crianças do Apollo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 1896, p. 1.

⁷⁹⁸ As crianças do Apollo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 1896, p. 1.

⁷⁹⁹ As crianças do Apollo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 ago. 1896, p. 1.

⁸⁰⁰ As crianças do Apollo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1896, p. 2.

⁸⁰¹ EUPHON. Coisas da cidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 fev. 1898, p. 1.

Figura 16: Meninos engraxates jogando bola de gude⁸⁰²



Passado um ano de discussões e debates, uma medida reguladora foi colocada em prática, resultando na expulsão de todos os engraxates do centro da cidade. Houve resistência, especialmente nos Largos do Rosário e da Misericórdia, onde os meninos, numa ação articulada, apresentaram um recebido de 600\$000 de advogados que patrocinaram sua causa. No entanto, a mobilização não surtiu efeito e a resposta do poder público foi dura: os engraxates foram multados em 50\$000 e tiveram suas cadeiras e caixas de trabalho confiscadas e encaminhadas ao depósito municipal.

Com a instauração da República e a promulgação do Código Penal de 1890, as colônias e escolas correcionais consolidaram-se como espaços de retenção de menores infratores. Como o próprio nome indicava, tratava-se de instituições voltadas à “correção” moral e comportamental desses jovens, por meio de um regime pautado na regeneração pelo trabalho braçal, especialmente o agrícola. A Escola Correcional de Taubaté⁸⁰³, criada

⁸⁰² PASTORE, Vincenzo. **Meninos engraxates jogando bola de gude**. São Paulo, SP, circa 1910. Acervo IMS. Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervo/mapa-da-dor/> Acesso em out. 2025.

⁸⁰³ Este é o nome que aparece nas fontes consultadas. Contudo, outros autores referem-se à instituição como Instituto Disciplinar de São Paulo, nome pelo qual ficou conhecida antes de ser transformada, posteriormente, na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM). AZEVEDO, Gislane C. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX, p. 6.

em 1902, insere-se nesse contexto como resultado direto da Lei nº 844, que autorizava o governo do Estado de São Paulo a fundar Institutos Disciplinares e Colônias Correcionais⁸⁰⁴. Em novembro de 1902, o chefe de polícia Cardoso de Almeida, responsável pela implementação da Escola Correcional de Taubaté, promoveu uma visita oficial às obras da instituição, convidando autoridades políticas e representantes da imprensa a acompanharem o andamento dos trabalhos. *O Estado de S. Paulo* destacou o evento em suas páginas, evidenciando o interesse público em torno do projeto e seu objetivo pedagógico de alcance social. Conforme noticiado, a escola foi idealizada para oferecer uma “instrução primária e complementar, visando principalmente as aplicações à agronomia”⁸⁰⁵. Partindo da concepção de que os menores que ali seriam acolhidos eram “viciados e viciosos” em razão das “taras hereditárias”, das “contingências do meio” e da “miséria e desleixo dos pais”, os idealizadores da escola depositavam nela o propósito regenerador do projeto republicano. Pretendia-se que a instituição fosse capaz de “fazer desaparecer [as] manifestações mórbidas, despertando o senso moral; cortar, se ainda for tempo, as tendências criminosas, orientando o caráter dos menores na diretriz do dever social pelo amor ao trabalho, à disciplina e à ordem”⁸⁰⁶.

Assim, as instituições correcionais de crianças e jovens era propriamente instituições eugênicas, de forte caráter disciplinador⁸⁰⁷, criadas pelo argumento da regeneração social da infância. A patologização, sobretudo, das famílias pobres – ora vistas como ausentes, ora como transmissoras de taras hereditárias –, forneceu a justificativa perfeita para o Estado agir cada vez mais sob os destinos dessas crianças. Esse movimento evidencia que, ao contrário da leitura que tende a suavizar a eugenia brasileira por sua ausência de políticas de esterilização, o país articulou formas diversas e eficazes para infiltrar-se na vida social. Em vez de impedir diretamente a reprodução de negros, pobres e pessoas com deficiências físicas ou mentais, as elites intelectuais e dirigentes, na virada do século, passaram a regular o exercício da maternidade.

Como já visto, as mães empobrecidas passaram a ser alvo de discursos e práticas que as desqualificavam como agentes legítimas da formação moral e física da infância, ao mesmo tempo em que se desenhavam possibilidades restritas de regeneração dos

⁸⁰⁴ SÃO PAULO. Lei nº 844, de 10 de outubro de 1902. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1902/lei-844-10.10.1902.html>. Acesso em dez. 2025.

⁸⁰⁵ Escolas Correcionais. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 nov. 1902, p. 1.

⁸⁰⁶ *Idem*.

⁸⁰⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

menores desviantes. Essa regeneração, porém, não visava a plena inclusão como sujeitos degenerados, mas a sua reeducação para o trabalho disciplinado produtivo. O ideal não era formar cidadãos plenos de direitos, mas moldar corpos úteis à nova lógica produtiva e moral da República nascente. Dessa forma, observa-se que tais medidas eram aplicadas com base em recortes específicos de classe e raça, evidenciando a profunda seletividade das práticas institucionais. Isso se torna particularmente evidente no caso de uma menina portuguesa, proveniente de uma família abastada cujo pai era epilético. Vejamos:

Uma menina de 9 anos, filha de pai notoriamente epilético e, ao que parece, em fase adiantada de decadência mental, vive só com sua mãe desde que o casal se separou judicialmente, tinha a criança menos de um ano. Do lado do pai um requerimento feito ao conselho de família pede o internamento da criança num colégio. A mãe opõe-se fundada num atestado médico. Discute-se a questão em conselho de família e por fim o juiz decide, mandando fazer o internamento solicitado e, ao curto prazo, apesar do recurso interposto para o Tribunal da Relação. Em vista deste procedimento do juiz, o médico vem a público protestar, atendendo à circunstância de ser a criança filha de um epilético o que, conjuntamente com outros fatos de observação direta, constitui uma verdadeira predisposição mórbida que, para ser vencida, carece primeiro que tudo de repouso cerebral o mais completo possível.⁸⁰⁸

Esse caso veio à tona em 1900, quando o médico e diplomata português dr. Bettencourt Rodrigues decidiu problematizar no *Estado de S. Paulo* o debate médico-pedagógico acerca da predisposição hereditária, então travado no interior do judiciário luso. De acordo com Rodrigues, um alienista de renome teria protestado contra a decisão do juiz, advertindo que, diante do histórico familiar da criança, o colégio não seria um espaço terapêutico, mas sim um fator precipitador do adoecimento da menina, provocando *surmenage* (estafa mental) em vez do necessário “repouso cerebral”. O excesso de atividade cognitiva era concebido como uma sobrecarga indesejável ao sistema nervoso, capaz de precipitar na menina manifestação nevropáticas análogas às do pai. Bettencourt Rodrigues, contudo, apresentava opinião dissonante, posicionando-se favorável ao juiz, argumentando que o verdadeiro perigo não estava na escola, mas no convívio doméstico com uma família desequilibrada. Para ele, o ambiente familiar, marcado por figuras como mães excessivamente nervosas, pais tirânicos ou sem qualquer disciplina, constituía um meio tóxico, cujos “caprichos e incoerências” adoeciam o espírito infantil. O colégio, ao contrário do que apregoava o alienista, representaria uma instituição regulada por disciplina e método, capaz de oferecer à criança condições de

⁸⁰⁸ RODRIGUES, Bettencourt. Colégios e degenerescência. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 mar. 1900, p. 1.

escapar daquilo que chamava de “influência eminentemente perniciosa do meio hereditário”⁸⁰⁹.

Recorrendo à autoridade científica dos médicos Gilles de la Tourette e Charcot, Bettencourt Rodrigues comparava o internato escolar a uma forma de isolamento profilático, declarando que o internato não apenas não representava risco à saúde da criança, como era, de fato, a alternativa mais desejável. Em sua perspectiva, a convivência com “outras crianças da mesma idade, irrequietos e joviais camaradas” seria terapeuticamente mais benéfica do que a reclusão no ambiente doméstico, marcada pela monotonia e pela vigilância constante de um pedagogo particular. Em tom incisivo, sentenciava: “mande-a para a escola para salvá-la da loucura dos pais”⁸¹⁰.

Na ponta oposta da criminalização de menores em situação de pobreza – frequentemente encaminhados de forma dissimulada ao trabalho braçal ou doméstico –, aqui, a menina abastada seria apenas separada do convívio familiar. A ênfase em sua saúde mental ofuscava outras dimensões como a moralidade, educação ou instrução, que tanto pesavam sobre as crianças das classes populares. Se, por um lado, o alienista parecia apostar na fatalidade da hereditariedade, como uma espécie de condenação biológica, por outro, Rodrigues e o judiciário demonstravam alguma confiança na influência do ambiente, seja como agente de restauração ou de degradação. Partindo da lógica eugênica do texto, ficam as perguntas: se o pai da menina já não habitava o mesmo lar, e pouco ou nada é mencionado acerca da constituição mental da mãe, por que Rodrigues e o juiz optaram pela internação escolar da menina? Que ameaça justificaria o seu afastamento do convívio materno? Não estaria essa decisão menos ancorada em um diagnóstico médico efetivo e mais vinculada a uma penalização moral da mãe, cuja “falha” teria sido a escolha de um marido considerado inadequado?

A impressão que se tem é a de que médicos e juristas, sem respaldo empírico sólido, subvertiam os princípios elementares do método científico, invertendo sua lógica, isto é, partiam da teoria nua e crua para, então, moldar suas observações e justificar suas ações. Dessa forma, as instituições voltadas à infância pareciam funcionar como uma espécie de laboratório social, onde se testavam e gestavam hipóteses eugênicas. Nesse sentido, a eugenia não pode ser concebida como um conjunto de teses formuladas por

⁸⁰⁹ *Idem.*

⁸¹⁰ *Idem.*

doutores no isolamento de seus gabinetes de trabalho, mas como um processo, uma experiência em grande medida formada, forjada na realidade social. Francis Galton, desde *Inquiries into Human Faculty and Its Development* (1883), sustentava que os primeiros anos de vida constituíam um período privilegiado para a observação científica, concebendo a infância como o momento ideal para a coleta sistemática de dados antropométricos e psicológicos voltados ao aprimoramento racial. Ainda assim, ou precisamente por isso, Galton não hesitava em afirmar a primazia da hereditariedade (“*nature*”) sobre ambiente, a educação e as circunstâncias de vida (“*nurture*”), especialmente quando se tratava de indivíduos inseridos em contextos sociais e culturais semelhantes⁸¹¹.

Isso revela que, embora Galton seja frequentemente reconhecido pela historiografia como o pai da eugenia, cientistas de sua época testavam suas ideias de maneira bastante flexível, adaptando-as às conveniências e exigências sociais e culturais do momento, em vez de seguirem à risca a cartilha galtoniana. Compreender essa dinâmica representa um avanço analítico importante, pois permite perceber que, para além de Galton, havia uma pluralidade de agentes formulando e operacionalizando suas próprias versões da eugenia. É certo que muitas dessas teorias eram marcadas por incoerências internas e até mesmo paradoxos; ainda assim, contribuíram para a consolidação de um pensamento eugenista que, com distintas roupagens, continua a reverberar nas estruturas sociopolíticas contemporâneas.

⁸¹¹ GALTON, Francis. **Inquiries into human faculty and its development**. 2. ed. London: J. M. Dent & Co., 1907. Edição eletrônica corrigida, 2004. Editado por Gavan Tredoux. Disponível em: <http://galton.org/>. Acesso em jan. 2024. Conferir especificamente os capítulos Anthropometric Registers e Nurture and Nature.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na noite do dia 17 de fevereiro de 1895, na confeitaria Pauliceia, a italiana Laura Zanfra, foi apreendida pelo 1º delegado de polícia, Josino Guimarães. Seu crime: estar “vestida de homem”. Embora Laura possuísse um “estabelecimento de chapéus a rua da Liberdade” e estivesse “acompanhada de seu marido”, foi presa. Por meio de duas notas na imprensa⁸¹², soubemos apenas que “pouco depois foi solta”, e nada mais. Para nós, restaram perguntas... Quem foi Laura Zanfra? Qual a sua idade? Teria ela sido denunciada, ou, pela ironia do destino, esbarrado com o delegado? O homem ao seu lado realmente era seu marido? Como a sociedade paulistana lidava com perfis travestidos como Laura? Aliás, por que sua história era digna de nota?

Os questionamentos se multiplicam, mas as poucas evidências nos sugerem algumas possibilidades de suas condições de vida: a) a Confeitaria Pauliceia, situada na rua São Bento n. 63, além de ser um local de encontro da elite intelectual e artística da cidade, também promovia concertos e exposições⁸¹³. Seria Laura conhecida dos frequentadores desse estabelecimento? Ela fazia parte desse círculo social privilegiado ou seria sua primeira visita ao local? b) além disso, muito provavelmente, o homem que a acompanhava não era seu marido. Caso fosse, à Laura não seria dado a alcunha de dona do “estabelecimento de chapéus”. Ainda que o Código Comercial Brasileiro de 1850 autorizasse as mulheres “casadas maiores de 18 anos”⁸¹⁴ a comercializar, elas necessitavam de uma autorização por escrito dos seus maridos, que, ao final, recebiam o título de proprietário do estabelecimento comercial. Pesquisas recentes têm demonstrado que a visibilidade das imigrantes no mundo dos negócios era “fugidia e parcial, revelada, regra geral, pela presença das viúvas que, com a morte dos maridos, assumiam o

⁸¹² Encontramos apenas duas menções ao caso. Uma no *O Estado de S. Paulo*, e outra no *Almanak Historico-Litterario do Estado de São Paulo (SP) – 1896 a 1987*. Cf. MULHER-HOMEM. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 de fevereiro de 1895, ano XXI p. 1.

⁸¹³ OLIVEIRA, Helder Manuel Silva. Castagneto e o contexto artístico paulista do século XIX. Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_gbc_02.htm Acesso em março de 2023.

⁸¹⁴ BRASIL. Código Comercial Brasileiro. Título I, parte primeira, art. 1º Do comércio em geral. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850.

protagonismo nos negócios da família”⁸¹⁵. Desta forma, as viúvas eram as únicas a terem “liberdade social para gerir seus próprios negócios”⁸¹⁶.

Para além dos dispositivos da lei, Laura tinha que se deparar não apenas com os noticiários recheados de denúncias estereotipadas que reforçavam o caráter criminoso, desordeiro e disgênico dos imigrantes, em especial os italianos, ela também precisava lidar cotidianamente com as diferentes camadas e sobreposições do ser mulher nos oitocentos. Nesse período de conflitos e tensões, os significados e noções de feminilidade, mulher e maternidade passaram a reconfigurar um novo contexto, ao mesmo tempo que as noções de civilização, modernidade e ciência passam a conceber novas dinâmicas de gênero. Embora as perguntas iniciais ainda não tenham respostas definitivas, a história de Laura desempenha um papel importante ao abrir caminhos para a investigação e disputas sobre os papéis atribuídos às mulheres a partir de construções políticas eugênicas em meio ao processo de reconfiguração da maternidade.

A imprensa foi uma grande aliada nesse processo ao contribuir para a construção de arquétipos e estereótipos morais e éticos de boa e má mãe⁸¹⁷, promovendo as práticas eugênicas no materno e gestar no contexto da urbanização e industrialização de São Paulo. Desse modo, a promoção do cuidado materno-infantil emergiu como uma das principais justificativas na busca por uma sociedade industrializada, civilizada e branca, isto é, eugênica. Ao direcionar a atenção às mulheres e crianças negras e empobrecidas, acreditava-se que seria possível controlar o desenvolvimento dos futuros trabalhadores. Ao mesmo tempo em que julgavam que mulheres brancas instruídas aos moldes eugênicos seriam capazes de cuidar dos seus filhos e assegurar uma prole saudável. No entanto, aquelas que transgredissem as normas impostas precisavam, de alguma forma, ser interditadas e controladas. Elas não eram livres no seu corpo, nas suas vontades, nem no seu materno. Ao violarem os princípios cristãos de virgindade, obediência e submissão, o “direito sagrado” de ser mãe era-lhes negado. Consequentemente, seus filhos seriam afetados pelas opressões de um sistema intervencionista e repressivo que impossibilitava escolhas e sentenciavam destinos. Tudo em prol da nação. Afinal, a

⁸¹⁵ MENEZES, Lená M. de. Imigração e Comércio: silêncios sobre a mulher. In: SARGES, Maria de Nazaré, SOUSA, Fernando de e MATOS, Maria Izilda de (org.). **Entre-Mares – O Brasil dos Portugueses**. Belém-Pará:Paka-Tatu, 2010. p. 191.

⁸¹⁶ MAZZEO, Tilar J. *apud* MENEZES, Lená M., *op. cit.*, p. 191.

⁸¹⁷ NEGRO, Antônio L. e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, **Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1. p. 229.

prudência eugênica, assim, aconselhava que gente pobre e trabalhadora deveria ser controlada e instruída para ser bons trabalhadores para as elites.

FONTES

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Anuario Estatistico de São Paulo de 1902. SEADE 001, Arquivo do Estado de SP.

DE ESTATÍSTICA, Directoria Geral. **Synopse de Recenseamento**, 1900.

Estatutos da Associação Protectora das Desamparadas, Capítulo 1, art. 2. Livro de Actas das Sessões da Associação Protectora das Desamparadas, Fundo Maternidade de São Paulo, Caixa Actas Maternidade de S. Paulo Arquivo Público do Estado de S. Paulo. Notação 134.4.3740.

Planta Geral da Cidade de São Paulo de 1905. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart523225/cart523225.html Acesso em jan. 2025.

1ª Acta da Assembleia Geral: Fundação da Associação. Livro de Actas das Sessões da Associação Protectora das Desamparadas, Fundo Maternidade de São Paulo, Caixa Actas Maternidade de S. Paulo Arquivo Público do Estado de S. Paulo. Notação 134.4.3740

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Caderneta de Poupança da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, número 822, Jovelina, 1894.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL (HDBN)

Almanaque Laemmert

Almanach Litterario Paulista

Almanack da Província de S. Paulo

Almanak administrativo, mercantil e industrial da Côrte e da Capital da Provincia do Rio de Janeiro

A Familia

A Folha Nova

A Província de São Paulo

Correio Paulistano

Gazeta Paranaense: Orgam do Partido Conservador

Gazeta da Tarde

Gazeta de Notícias

Gazetinha

Jornal Dezenove de Dezembro: Órgão do Partido Liberal

Jornal do Commercio

O Globo

Pacotilha

Revista Illustrada

Revista Medica de São Paulo

The Rio News

LEIS, CÓDIGOS, CONSTITUIÇÕES E DECRETOS

BRASIL. Código Comercial Brasileiro. Do comércio em geral. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim556.htm Acesso em: mar. 2024.

BRASIL, Código Criminal do Império do Brasil. Decreto de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890.** Promulga a lei sobre o casamento civil. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm Acesso em: abri. 2025.

DECRETO Nº 9.554, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1886. Reorganiza o serviço sanitario do Imperio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html> Acesso em: ago. 2024.

DECRETO N. 394, DE 7 DE OUTUBRO DE 1896. Approva o regulamento do Serviço Sanitario. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1896/decreto-394-07.10.1896.html> Acesso em: ago. 2024.

Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html> Acesso jun. de 2025.

DECRETO Nº 9.554, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1886. Reorganiza o serviço sanitario do Imperio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html> Acesso em mar. 2024

SÃO PAULO. Lei nº 844, de 10 de outubro de 1902. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1902/lei-844-10.10.1902.html>. Acesso em dez. 2025.

SÃO PAULO. Resolução nº 62, de 21 de abril de 1886. Assembleia Legislativa de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-62-21.04.1886.html> Acesso mar. 2025.

FONTES IMPRESSAS

Almanak administrativo, mercantil e industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1875. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1875.

Almanak administrativo, mercantil e industrial da Côrte e da Capital da Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1873. Coadjuvado por Eduardo Landim de Miranda. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1873.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas.** São Paulo: FTD, 1992 [1880], Capítulo XXXIII.

ASSIS, Machado de. O alienista. São Paulo: FTD, 1994 [1882]. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro

BASSANEZI, M. S. C. B. **São Paulo do passado - dados demográficos V,** 1890. Núcleo de Estudos de População – NEPO, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 1998

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890.** Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900.** Rio de Janeiro: Typografia de Statistique, 1905.

CARVALHO, Arnaldo V. de. Resenha do mês: A biologia e a mulher. **Revista do Brasil:** São Paulo, Volume VII. Janeiro – Março, 1918. Ano III (nº 26-28).

Código Philippino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d’Elrey dom Philippe I. [1603] (Ed. Cândido Mendes de Almeida) 14ª ed. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870, livro V, título LXII.

Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística. São Paulo. Typografia King, 1888, 1898, 1903.

First International Eugenics Congress, London: July 24th to July 30th, 1912, University of London, South Kensington. Programme and Time Table. Berveley: Wright & Hoggard, Printers, Minster Press, 1912, p. 2. Disponível em: <https://archive.org/details/b22439833/page/n1/mode/2up?q=Manouvrier> Acesso em: out. 2025.

FREITAS, Affonso. **A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914.** São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1915,

GALTON, Francis. Hereditary talent and character. **Macmillan's Magazine**, London, v. 12, p. 157-166, 318-327, 1865.

GALTON, Francis. **Hereditary genius: an inquiry into its laws and consequences.** London: Macmillan and Co., 1869.

GALTON, Francis. **Inquiries into human faculty and its development.** 2. ed. London: J. M. Dent & Co., 1907. Edição eletrônica corrigida, 2004. Editado por Gavan Tredoux. Disponível em: <http://galton.org/> Acesso em jan. 2024.

GALTON, Francis. **Essays in Eugenics.** The Eugenic Education Society: London, 1909

IMBERT, Jean-Baptiste Alban. **Manual do Fazendeiro ou Tratado Domestico sobre as Enfermidades dos Negros, generalisado ás necessidades medicas de todas as classes.** Tomo II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.

IMBERT, Jean Baptiste Alban. **Guia medica das maes de familia, ou a Infancia considerada na sua hygiene, suas molestias e tratamento.** Rio de Janeiro: Typografia Franceza, 1843.

JAGUARIBE, D. A respeito das mães. **Almanach Litterario Paulista.** Ano V, 1879. Pp. 48-54.

JAGUARIBE FILHO, Domingos J. N. **Arte de formar homens de bem.** São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1880.

KEHL, Renato. **Eugenia e medicina social (problemas da vida).** 2ª edição, Livraria Francisco de Assis: Rio de Janeiro. 1923.

MATTOSO, Queirós. As Gotas de Leite. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene.** Anno VIII, n. 4, 28 fev. 1905. Pp. 74.

MATTOSO, Queirós. Gota de Leite da Policlínica. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene.** Anno IX, n. 3, 15 fev. 1906. p. 52.

MATTOSO, Queirós. A Gota de Leite em S. Paulo. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene.** Anno X, n. 22, 30 novembro 1907. p. 467.

MONCORVO FILHO, Arthur. A Gotta de leite “da Assistencia á Infancia” no Rio de Janeiro. **Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirugia** (RJ), 1905.

MONCORVO FILHO, A. *Sinite Parvulos Venire ad me!* Arquivos de Assistencia à Infância, março a junho de 1907, ano V, n. 3, 4, 5 e 6. In: Arquivos de Assistencia à

Infância do Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia do RJ, RJ, Imprensa Nacional, 1907, p. 12.

PASTORE, Vincenzo. **Meninos engraxates jogando bola de gude**. São Paulo, SP, circa 1910. Acervo IMS. Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervo/mapa-da-dor/> Acesso em out. 2025.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística. São Paulo: Typografia King, 1888.

Relatório do encontro: Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. **Revista Medica de S. Paulo**: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene. Anno XIII, n. 6, 31 março 1910

RIBEIRO, João. Questiuñculas. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, fev. 1929, p. 3.

SCHUTEL, Haroldo Fomm. As Gota de Leite. **Revista Medica de S. Paulo: jornal pratico de Medicina, Cirurgia e Hygiene**. Anno X, n. 14, 31 junho 1907.

TEPEDINO, Alexandre. **Eugenia**. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1914.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque [recurso eletrônico]. 2ª ed. Campinas: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2024.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e ordem privada no império, In ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**, 2: Império: a Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. (trad. Magda Lopes). Bauru: SP: EDUSC, 1998.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**. ano 8, 1/2000.

ARANTES, Adlene S. Colônia Orfanológica Isabel: uma escola para negros, índios e brancos (Pernambuco 1874-1889), **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 20, p. 105-136, maio/ago. 2009.

ARIZA, M. B. A. **Mães infames, rebentos venturosos**: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX). Tese (Doutorado em História Social) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2017.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 151–71, 2018a.

ARIZA, Marília B. A. Crianças e Ventre Livre. In: SCHWARTZ, Lilia M.; GOMES, Flavio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.

ARIZA, Marília B. A. Crianças/Ventre Livre. In: SCHWARTZ, Lilia M.; GOMES, Flavio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018c.

ARIZA, Marília B. A. Ventre, seios, coração: maternidade e infância em disputas simbólicas em torno da Lei do Ventre Livre (1870-1880). In: MACHADO, M. H. P. T. et al. (org.) **Ventres Livres? Gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2021.

ARNONE, Marianne Farah. **As Belas Artes Traduzidas: imagem, imprensa e a formação da cultura visual no Rio de Janeiro, século XIX**. 2022. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

ASSIS, Arthur Alfaix. Objectivity and the First Law of History Writing. *Journal of the Philosophy of History*, 13, 1, 2019.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de e TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, 2021.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Gislane C. **De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). São Paulo, 1995.

AZEVEDO, Gislane C. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. **Histórica – Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 27, 2007.

BALABAN, Marcelo. “Transição de cor”: Raça e abolição nas estampas de negros de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 418-441, jul./dez. 2015.

BARBOSA, Giselle Machado. As madames do parto: parteiras através dos periódicos no Rio de Janeiro (1822-1889). 2016. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

BARBOSA, Giselle Machado; PIMENTA, Tânia Salgado. O ofício de parteira no Rio de Janeiro imperial. **Revista de História Regional**, v. 21, n. 2, p. 485–510, 2016.

BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa. **The Oxford handbook of the history of eugenics**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. **Branços e Negros em São Paulo**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros: 2. série**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951. (Boletim CXXI, Sociologia, n. 2).

BARRETO, Maria Renilda Nery. Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência** (tradução: Marcus Penchel). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERIMBAU, Mariana de. Jacinta Maria de Santana: uma mulher negra mumificada pela/na história da educação e das ciências. **Revista Teias**, v. 25, n. 78, jul./set. 2024.

BEZERRA NETO, J. M. Imagens escravas nas visões senhoriais: uma leitura dos corpos escravos através dos anúncios de fugas (século XIX). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, (ISSN: 2359-0831 - *on line*), Belém, v. 07, n. 03, p. 85 - 107, nov. / 2020.

BINDMAN, David. **Ape to Apollo: aesthetics and the idea of race in the 18th century**. London: Reaktion Books, 2002. Disponível em: <https://archive.org/details/apetoapolloaesth0000bind/mode/1up>. Acesso em: 12 dez. 2026.

BLACK, Edwin. **War Against the Weak: Eugenics and America's Campaign to Create a Master Race**. Washington, DC: Dialog Press, 2003.

BOARINI, Maria Lucia, SOUZA, Simone Carlo de. Do ventre feminino a aurora da nação perfeita: a mulher contemplada no ideário da eugenia. **Trabalho & Educação**, v. 31, n. 3, p. 48-64, set-dez, 2022.

BONILHA, Luís Roberto de C. M. **Puericultura: olhares e discursos no tempo**. Dissertação, Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP, 2004.

BORGES, Dain. 'Puffy, Ugly, Slothful and Inert': Degeneration in Brazilian Social Thought, 1880-1940. **Journal of Latin American Studies**, May, 1993, Vol. 25, n.º. 2, pp. 235-256.

BRENES, Anayansi C. História da, Século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, RJ, 7 (2): 135-149, abr/jun., 1991.

BRITO, Luciana da Cruz. **Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista**. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRITO, Maria Luzia Alves. **Casamentos tumultuários: família, imigração e o crime de poligamia entre Império e República (Rio de Janeiro: 1870-1910)**. 2025. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia apud LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CARLOS, Anderson Ricardo; FRANZOLIN, Fernanda; ALVIM, Márcia Helena. Problematizações das relações de gênero no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: status da mulher, determinação de sexo biológico e controle reprodutivo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.3, jul.-set. 2020.

CARNEIRO, Maria Elizabeth R. **Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. CARULA, Karoline. Maternidade e trabalho na escravidão – Brasil, século XIX. **Almanack**, Guarulhos, n. 38, ef00424, 2024.

CARULA, Karoline. Maternidade escrava e amas de leite na imprensa do Rio de Janeiro do Oitocentos, In: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília B. A. (org.) **Escravidão e maternidade no mundo atlântico: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX**. Niterói: Eduff, 2022.

CARULA, Karoline. Maternidade e trabalho escravidão – Brasil, século XIX. **Almanack**, Guarulhos, n. 38, ef00424, 2024.

CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãe de Família*. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, supl., p. 197–214, dez. 2012.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/2016.

CARVALHO, Joice A. A. **O discurso sobre o “ser mulher” e seus outros na construção do projeto de Brasil Eugênico 1910-1940**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2015.

CASTRO, Cristian. The Transnacional imagined Community of the black press of São Paulo and Chicago, 1900-1940. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, p. 71-92, janeiro-abril, 2017.

CHALHOUB, Sidney. Escravidão e racismo em obras de Machado de Assis. In: CHALHOUB, S., PINTO, A. F. (org.) **Pensadores negros pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

CHALHOUB, Sidney. Para que servem os narizes? Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis. In: CHALHOUB, S. et al (org). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. pp. 19-55.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHAUI, Marilena. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Imagens de controle e opressão das mulheres negras. In: COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1978.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Unicamp, 2018

CRUZ, Heloísa de Faria. CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana-1890-1915. SP: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Mulheres sem História. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, jun. 1983.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**, 2a ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DINIZ, Débora. “Vida viva”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cqh-LkdORjb/?igshid=MzRlODBiNWFlZA==>. Acesso em 09 de abril de 2023.

DIWAN, Pietra. **Entre Dédalo e Ícaro**: cosmismo, eugenia e genética na invenção do transhumanismo norte-americano (1939-2009). 2020. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2020.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Org.). **Políticas da raça**: experiências e

legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX** – Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ENGEL, Magali G. Delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais e a liga de defesa nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (RJ, 1916-1933). **Intellectus**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2012.

FARGE, Arlete e DAVIS, Natalie Z. Introdução. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente**. Vol. 3: do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, São Paulo: EBRADIL, 1994.

FERNANDES, Rui A. N. e COSTA, Julianna C. O. História da imigração (1830-1930). In: REZNIK, Luís (org.) **História da Imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

FERRANTE, Elena. **As margens e o ditado**. (trad. Marcello Lino), Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023,

FERRARI, Ana J. Fuga e resistência: o caso das fugas dos escravos na cidade de Campinas entre 1870 e 1880. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2015.

FERREIRA, Ana Emília C. S. e CARVALHO, Carlos Henrique de. Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). **Goiânia: UFG**, 2014.

FERREIRA, Bruna Santana de Sá. **O choque das raças: eugenia, literatura e imprensa em Monteiro Lobato**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FERREIRA, Bruna Santana de Sá. Do Jeca ao Presidente Negro: sanitarismo, eugenia e literatura em Monteiro Lobato. **Anais do 1º Colóquio de História da Saúde e das Doenças do Sudoeste Goiano**. Universidade Federal de Jataí, UFJ, 09-11 mar. 2022, p. 41-62. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/247/o/1CHSDSG-Anais.pdf> Acesso jul. 2025.

FERREIRA, Fernanda C. P. Decifrando as fugas escravas: narrativas, senhores e fujões na cidade do Rio de Janeiro (1840-1850). **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 36, p. 402-422, jan./jun. 2020.

FERREIRA, Jackson. “Por Hoje se Acaba a Lida”: Suicídio Escravo na Bahia (1850-1888). **Afro-Ásia**, 31, pp. 197-234, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRAGA, Walter. **Longe, muito longe**: Manoel Benício dos Passos, um capoeira no ativismo do pós-abolição. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. A dinâmica abolicionista nas lojas maçônicas de São Paulo (1850-1888). **Almanack**, Guarulhos, n. 32, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 27^a ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Maternalismo e proteção materno-infantil: fenômeno mundial de caráter singular. In: **Cadernos de História da Ciência**: Laboratório de História da Ciência, Instituto Butantan, v. 1, n. 1 (jan./jun. 2005). São Paulo: Instituto Butantan, Laboratório de História da Ciência, 2005.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.199-225.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2^a ed. São Paulo, Editora Nacional [Recife]: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GALTON, David J. **Standing on the shoulders of Darwin and Mendel**: early views of inheritance. Taylor & Francis, 2018.

GARZONI, Lericce de Castro. **Arena de combate**: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX). Tese de doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual e Campinas (UNICAMP), Campinas 2012.

GONZALES, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

GREENWOOD, Veronique. Como foi descoberta fórmula de leite que salva bebês desde 1860. **BBC News Brasil**. 9 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-61743290> Acesso em: outubro 2025.

GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: Fugas e fugitivos no Brasil Escravista. **Tempo**, Niterói, 1996, vol. 1, n.º 1, pp. 67-93.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

GEBARA, Ademir. Escravidão: fugas e controle social. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, n.º especial, p. 103-146, 1988.

GIL, Caroline Amorim. **Precisa-se ou aluga-se:** o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

GOULD, Stephen Jay. A Vénus Hotentote. In: Gould, Stephen Jay. O sorriso do flamingo: reflexões sobre história natural. Trad. Luís Carlos Borges. - 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GOES, Weber Lopes. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro:** a proposta de povo em Renato Kehl. São Paulo: Liber Ars, 2018.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Ângela de C. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004.

GONÇALVES, Paulo C. A Grande Imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In: REZNIK, Luís (org.). **História da Imigração no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GOULD, Stephen Jay. A Vénus Hotentote. In: GOULD, Stephen Jay. **O sorriso do flamingo:** reflexões sobre história natural. Trad. Luís Carlos Borges. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GRANJA, Lúcia. Machado de Assis, o editor (e seus embates): de Helena (1876) a Papéis avulsos (1882). **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 26, e20240972, 2024.

GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. **Almanack braziliense**, n. 6, p. 14-18, nov. 2007.

Grinberg, Keila. Que fim levou a poupança de Lidia? Contas de poupança escravidão e injustiças históricas no Brasil. **12º Encontro Escravidão e Liberdade**, Universidade Federal de Santa Catarina, 24 a 27 set. 2025.

GUGLIOTTA, Alexandre C. **Entre trabalhadores imigrantes e nacionais:** Tavares Bastos e seus projetos para a nação. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

HOOKS, bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

HORNE, Gerald. **O Sul mais distante:** os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HUBBARD, Ruth. Algumas ideias sobre a masculinidade das Ciências Naturais. In: GERGEN, Mary Mc Canney (org.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento.** Trad. Ângela Melim, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993.

JACINO, Ramatis, e GOES, Weber L. Segregação ou miscigenação: os dilemas da eugenia no Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Aurora*, Marília, v.15, n. 1, p. 191-194, Jan./Jun., 2022.

JONES-ROGERS, Stephanie. '[S]he could... spare onde ample breast for the profit of her owner': White mothers and enslaved wet nurses' invisivle in American slave markets. In: COWLING, C., MACHADO, M. H. P. T., PATON, D., WEST, E. (ed.). **Motherhood Childlessness and the Care of Children in Atlantic Slaves Societies**. Routledge: New York, 2020.

KARASCH, Mary C. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

KEVLES, Daniel J. **In the Name of Eugenics: Genetics and the Uses of Human Heredity**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

KLINE, Wendy. **Building a better race**: gender, sexuality, and eugenics from the turno f the century to the baby boom. Berkeley, Los Angeles, Longon: University of California Press, 2001.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Zoológicos humanos**: gente em exibição na era imperialista. São Paulo: Ed. Unicamp, 2020, versão ebook.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Proj. História**, São Paulo, (16), fev. 1998.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. 2.ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2023. (Coleção Sebo eletrônico).

LEVINE, Philippa. **Eugenics**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.

LUCA, Leonora de., LUCA, João Bosco A. de. Marie Rennotte, pedagoga e médica: subsídios para um estudo histórico-biográfico e médico-social. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 10(2):703-25, maio-ago. 2003.

KARASCH, Mary C. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

MACHADO, Maria Helena P. T. Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na Cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo – a cidade no Império 1823-1889*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MACHADO, Maria Helena P. T. O problema do osso íliaco: anatomia comparada e teorias raciais na obstetrícia da Enfermaria de Partos do Rio de Janeiro (década de 1880). In: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília B. A. (org.) **Escravidão e maternidade no mundo atlântico**: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX. Niterói: Eduff, 2022, p. 53-83.

MACHADO, Maria Helena P. T. Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In: GOMES, Flávio dos S.; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B. (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 199-213.

MACHADO, Maria Helena. P. T. Corpo, Gênero e Identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). **Afro-Ásia**, n. 42, 1º semestre de 2011.

MACHADO, Maria Helena P. T.; CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. **Geminiana e seus filhos: escravidão, maternidade e morte no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revistas: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MARTINS, Bárbara C. R. Reconstruindo a memória de um ofício: as amas-de-leite no mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro (1820-1880). **Revista Comparada**, Rio de Janeiro, 6-2: 138-167, 2012.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em Tempo de Império. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MATOS, Maria Izilda de. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). **Cadernos Pagu** (4), 1995.

MATOS, Odilon Nogueira de. A cidade de São Paulo no século XIX. **Revista de História**, vol. X, ns. 21-22, São Paulo, janeiro-junho de 1955.

MATTOS, Hebe. Laços de família e direitos no final da escravidão. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**, 2: Império: a Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 259-301.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo e NEVES, L. M. B. P. das. **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOSO, Kátia M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MEDEIROS, Helber Renato Feydit de; CARVALHO, Diana Maul de; TURA, Luiz Fernando Rangel. A concorrência na arte de partejar na cidade do Rio de Janeiro entre 1835 e 1900. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, out.-dez. 2018, p.999-1018.

MENDES, L., VIEIRA, R. F. O “caso Abel Parente”, os homens de letras e a disseminação do saber científico nos primórdios da República. **Revista Maracanan**, n.13, Dez. 2015.

MENDONÇA, Joseli M. N. Legislação Emancipacionista, 1871-1885. In SCHWARTZ, Lília M.; GOMES, Flavio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 277-284.

MENEZES, Lená M. de, MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco** (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX). São Paulo: e-Manuscrito, 2017. Localização 2633.

MENEZES, Lená M. de. Imigração e Comércio: silêncios sobre a mulher. In: SARGES, Maria de Nazaré, SOUSA, Fernando de e MATOS, Maria Izilda de (org.). **Entre-Mares – O Brasil dos Portugueses**. Belém-Pará:Paka-Tatu, 2010.

MOTA, André. **Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista História: São Paulo**, 120, jan/jul. 1989, pp. 85-96.

MOTT, Maria Lúcia. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? **Revista Estudos Feministas**, v. 7, n. 1, p. 25-36, 1999a.

MOTT, Maria Lúcia. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? **Cadernos de Pesquisa**, nº 108, novembro/1999b.

MOTT, Maria Lúcia. Fiscalização e formação das parteiras em São Paulo (1880-1920). **Rev. Esc. Enf. USP**, São Paulo, v.35, n, 1, mar. 2001, p. 46-53.

MOTT, Maria Lúcia. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. **Cadernos Pagu** (24), janeiro-junho de 2005a, pp.41-67

MOTT, Maria Lúcia. Parteiras: o outro lado da profissão. **Niterói**, v. 6, n. 1, p. 717-140, 2. sem. 2005b.

MOTT, Maria Lúcia et al. As parteiras eram “tutte quante” italianas (São Paulo, 1870-1920). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 47, p. 65-94, 2007.

MOTT, M. L., FRANCISCO, H. S., Alves, O. S. F., MAESTRINI, K., SILVA, D. C. A. Assistência à Saúde, Filantropia e Gênero: as Sociedades Civis na cidade de São Paulo (1893-1929). In: MOTT, M. L., SANGLARD, G. (org.). **História da Saúde em São Paulo: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)**. Barueri, SP: Minha editora, 2011.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1998

MUAZE, Mariana. Experiências maternas no cativeiro: gênero, família e trabalho nas grandes *plantations* cafeeiras do Vale do Paraíba (XIX). In: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília B. A. (org.) **Escravidão e maternidade no mundo atlântico: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX**. Niterói: Eduff, 2022. Pp. 263-295.

MUNARETO, Geandra Denardi. **A ciência como regeneradora da nação: eugenia e autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Penna**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NASCIMENTO, Álvaro P. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626.

NASCIMENTO, W. S. Famílias escravas, libertos e dinâmica da escravidão no sertão baiano (1876-1888). **Afro-Ásia**, n. 35, pp. 143-162, 2007.

NEGRO, Antônio L. e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, **Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1. p. 229.

NGAI, Mae. A estranha carreira do imigrante ilegal: restrições à imigração e política de deportação nos Estados Unidos, 1921-1965. **Dossiê, Tempo**, 13 (25), 2008.

O VIADUTO do Chá e o Legislativo paulista. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 dez. 2003. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=309976>. Acesso em: 13 fev. 2025.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008.

OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da população negra: Brasil no ano 2001**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. p. 60.

OLIVEIRA, Helder Manuel Silva. Castagneto e o contexto artístico paulista do século XIX. Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_gbc_02.htm Acesso em março de 2023.

OLIVEIRA, Maria Luiza F. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiências da urbanização: São Paulo, 1850-1900**. São Paulo: Alameda, 2005.

OLIVEIRA, Maria Inês C. **O Liberto: o seu mundo e os outros** (Salvador, 1790/1890). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

OTOVO, Okezi T. Otovo, **Progressive Mothers, Better Babies: Race, Public Health, and the State in Brazil, 1850–1945**. Austin: University of Texas Press, 2016.

OTSUKA, Alexandre Ferro. **Antonio Bento: discurso e prática abolicionista em São Paulo da década de 1880**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação História Social. São Paulo, 2015.

OWENS, Deirdre C. **Medical Bondage: race, gender, and the origins of American Gynecology**. Athens: The University of Georgia Press, 2017.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. **Escravos, órfãos e libertos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.

PATON, Diana. História das Relações de Gênero: História Global e Escravidão Atlântica: sobre capitalismo racial e reprodução social. **Afro-Ásia**, n. 67, pp. 583-633, 2023.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PEREIRA, Anderson de Carvalho. Psicologia, eugenia e o cotidiano da educação infantil na imprensa (1893-1917). **Psic. da Ed.**, São Paulo, 50, 1º sem. de 2020, pp. 9-17.

PEREIRA, Cristiana Schettini. **“Que tenhas teu corpo”**: uma história da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e ciências Humanas, Campinas, 2002.

PILAGALLO, O. **História da Imprensa Paulista**: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PIMENTA, T. S. Midwifery and childbirth among enslaved and freed women in Rio de Janeiro in the first half of the nineteenth century. **Women’s History Review**, ed. online, vol. 27, issue 6, 2017.

PIMENTA, T. S. Curandeiro, parteira e sangrador: ofícios de cura no início do oitocentos na corte imperial. *Khronos, Revista de História da Ciência*, nº 6, dezembro 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

QUEIROZ, Marcos. Hermenêutica Senhorial. **Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 721-735, jan./jun. 2024.

RABAHIE, Júlia de Macedo. Mulheres pobres e parteiras em São Paulo na virada para o século XX: assistência e caminhos até a sala do parto na Maternidade de São Paulo (1894-1905). **XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, 2020.

RABAHIE, Júlia de Macedo. **O parto no pós-abolição em São Paulo (1894-1925)**: ser mãe em disputa - Experiências e representações sobre o parto na capital paulista da virada do século. 2023. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RADÜNZ, Roberto e SIUDA-AMBROZIAK, Renato. Infanticídio e tentativa de “morte de si mesmo”: atos extremos no universo escravista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 28, e2021014, 2021.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filho”: fuga e família entre escravos na Bahia. **Afro-Ásia**, 23 (1999), 27-46.

RIBEIRO, Jonatas R., GONÇALVES, Wellington C. Esculpindo “trabalhadoras respeitáveis”: mulheres negras e pobres e a educação escolar no pós-abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 17, p. 1-25, 2025.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim... Inventário da saúde pública, São Paulo – 1880-1930**. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas), Unicamp, Campinas, 1991.

RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

ROBERSTON, Claire. Africa into the Americas? Slavery and women, the Family, and the gender Division of labor. In: GASPARD, David; HINE, Darlene (eds.). **More than chattel: black women and slavery in the Americas**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ROQUE, Daniel Salomão. Como a principal faculdade de direito do país violou o corpo de uma mulher negra por 30 anos. **Ponte**, 2021. Disponível em <https://ponte.org/principal-faculdade-direito-pais-usp-sao-francisco-violou-corpo-mulher-negra-30-anos-jacinta/> Acesso em 13 mai. 2025.

ROTH, Cassia. **Justiça abortada: a vida reprodutiva das mulheres e a lei no Brasil, início do século XX**. Trad. Luiza T. Costa. São Paulo: Ed. Hucitec, 2024.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*: v. 4, n° 1 (1996).

SAMPAIO, Gabriela dos R. **Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, Cecult, IFCH, 2005.

SANGLARD, Gisele Porto. **Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas - Rio de Janeiro, 1920-1940**. Tese Doutorado em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2005.

SANTOS, Lucimar F. Disputas pelos significados da liberdade do ventre escravizado: episódios de fugas de africanas e de suas descendentes. In: BRITO, Luciana Cruz; GOMES, Flavio dos Santos; MACHADO, Maria Helena P. T.; VIANA, Iamara (org.). **Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p.385-404.

SANTOS, Maria Emília V. Em busca de liberdade: mulheres escravizadas e os caminhos da abolição – Zona da Mata Sul de Pernambuco década de 1880. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracajú, v.2, n.3, jun. 2014, p. 23 – 33.

SANTOS, Nubia Sotini dos. **Parindo a nação?** maternidades, amamentação e o discurso médico higienista na corte imperial (Rio de Janeiro, décadas de 1870 e 1880). 2023. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023.

SANTOS, Taina S. Mercados de exclusão: racismo e sexismo em propagandas de alimento infantil no século XIX. **Geledés**. 25/08/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mercados-de-exclusao-racismo-e-sexismo-em-propagandas-de-alimento-infantil-no-seculo-xix> Acesso 20 ago. 2025.

SCHUCMAN, L. V., CONCEIÇÃO, W. L. Branquitude. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTIS, Alex (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 7ª reimpressão, 2007.

SCHWARCZ, Lilia M e MURGEL, Heloisa S. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SECCHES, Fabiane. Dossiê, Elena Ferrante: autora ou personagem? **Revista Cult**. Ed. 291, 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Thamiris L. **Dona Durocher também partejava ideias:** a atuação da parteira na vida pública do país no século XIX (1871-1885). 2023. 90p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C., e SANTOS, R.V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

SILVA, Edjane E. D. da. A (des)construção da identidade social de mulher criminosa: estigmas, negociações e diferenças. 2012, 30f. Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=0d6d4579fd82b210>. Acesso em março de 2023.

SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Thamiris L. **Dona Durocher também partejava ideias**: a atuação da parteira na vida pública do país no século XIX (1871-1885). 2023. 90p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

SILVEIRA, Daniela M. da. **Fábrica de contos**: ciência e literatura em Machado de Assis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

SILVEIRA, Daniela M. da. O trabalho feminino no espaço doméstico: gênero e classe no *Jornal das Famílias*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 689-706, jul./dez. 2015.

SILVEIRA, Daniela M. da. “Restos da escravidão” e violência cotidiana: conflitos femininos expostos na primeira página da *Gazeta de Notícias* (1890). **ArtCultura**, Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 84-99, jan.-jun. 2021.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**. Tradução Donaldson M. Garschagen. 1ª e. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SLENES, R. W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**, 2: Império: a Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOARES, Carlos. E. L, GOMES, Flávio. Em busca de um “risonho futuro”: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX). **Locus: Revista De História**, 7, (2), 2001.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, Felipe Galiza Pereira de. **Evidência Irrefutável**: racismo e controle do trabalho na atuação da Legião Brasileira de Assistência (1945-1965). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de Brasília, UnB, 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A Eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. **Anais do XXIII Simpósio ANPUH**, Londrina, 2005.

SOUZA, Vanderlei S. de. **A política biológica como projeto**: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). 2006. 226 p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil**: ciência, raça e nação no período entreguerras. Guarapuava: Unicentro, 2019.

SPILLERS, Hortense J. Mama’s Baby, Papa’s Maybe: An American Grammar Book. **Diacritics**, Baltimore, v. 17, n. 2, p. 64-81, 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/464747>. Acesso em: 02 jul. 2023

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia**: Raça, Gênero e Nação na América Latina. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

STERN, Alexandra Minna. **Eugenic Nation**: faults and frontiers of better breeding in modern America. 2a ed. California: University of California Press, 2016.

TELAROLLI JR. Rodolpho. Imigração e Epidemias no Estado de São Paulo. **Manguinhos**, Vol. III (2), jul.-out., 1996.

TELLES, L. F. da S. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Editora Alameda/Fapesp, 2014.

TELLES, Lorena Feres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas**: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, p. 345, 2018a.

TELLES, Lorena F. da S. Amas de Leite. In: SCHWARTZ, Lilia M.; GOMES, Flavio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.

TELLES, Lorena F. da S. Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888). **Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Editora da Unesp, ed. 1, v. 1, pp. 41-61, 2021.

TELLES, L. F. da S. Bacias, fetos e pelvímetros: mulheres escravizadas e violência obstétrica na enfermaria de partos do Rio de Janeiro (década de 1880). In: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília B. A. (org.) **Escravidão e maternidade no mundo atlântico**: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX. Niterói: Eduff, 2022, p. 81-105.

TELLES, L. F., PIMENTA, T. S. Mulheres negras, parteiras e parturientes (Rio de Janeiro, 1810-1850). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 32(1): e98149. 2024.

TIEDE, Livia Maria. **Sob suspeita**: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2005.

Tiede, Livia. Vagaroso, árduo e silencioso: o racismo na experiência de trabalho de um ativista negro em São Paulo (1900-1930). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-19, 2023.

THÉBAUD, Françoise. Editorial, **Clio. Histoire, femmes et sociétés** [En ligne], 21, 2005.

TIEDE, Livia. Vagaroso, árduo e silencioso: o racismo na experiência de trabalho de um ativista negro em São Paulo (1900-1930). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-19, 2023.

TROUILLOT, Michel-Rolph. O poder na estória. In: TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016.

TURDA, Marius. **Modernism and eugenics**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.

TURNER, Sasha. The Nameless and the Forgotten: Maternal Grief, Sacred Protection, and the Archive of Slavery, **Slavery & Abolition**, v. 38, n. 2 (2017), pp. 232-250.

VALLEJO, Gustavo. Cuerpo y representación: la imagen del hombre en la Eugenesia Latina. In: VALLEJO, G., MIRANDA, M (comp.). **Políticas del cuerpo: estrategias modernas de normalización del individuo y la sociedad**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2007.

VIEIRA, Thayna Soares de Almeida. **Civilizando o amor e regenerando os lares: eugenia e exames pré-nupciais a serviço da nação (1918-1934)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2022.

VERUNSCHK, Micheliny. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 87-88.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez, **Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e Forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

XAVIER, Matheus Carletti. Construção da cidadania no Brasil e nos Estados Unidos nos oitocentos através do racismo e do racismo. **Temporalidades** – Revista de História, Edição 21, v. 8, n. 2, maio/agosto 2016.

ZANIANI, Ednéia J. M. **Sob os auspícios da proteção: Moncorvo Filho e a higienização da infância**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2008.